

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Anderson Monteiro Andrade

**Estudo descritivo-analítico do sujeito gramatical no período de 1881-1915
da gramatização brasileira: entre a tradição e a inovação**

Doutorado em Língua Portuguesa

São Paulo

2019

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Anderson Monteiro Andrade

**Estudo descritivo-analítico do sujeito gramatical no período de 1881-1915
da gramatização brasileira: entre a tradição e a inovação**

Doutorado em Língua Portuguesa

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa, sob a orientação da Profa. Dra. Leonor Lopes Fávero.

São Paulo

2019

Banca Examinadora

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001.”

Dedico a meus pais e a todos os sujeitos que passaram por minha vida, contribuindo, de algum modo, para a minha formação intelectual e humana.

AGRADECIMENTOS

Na tessitura desta tese, recebi tanto que, para agradecer, talvez me faltem palavras para expressar a importância daqueles/as mais próximos/as para a conclusão desta etapa acadêmica. Aqueles/as que, de perto, acompanharam esse meu momento sabem quantos muros precisei ultrapassar e estes, seguramente, foram maiores que os mais de 2600 quilômetros percorridos a cada viagem do Amapá a São Paulo, pois, ainda que as muitas e longas viagens tenham deixado certo cansaço, foram, de algum modo, o elemento carregador de minhas energias, mantendo, sobretudo, o desejo de prosseguir. Agora, nos instantes finais deste ciclo, é chegada a hora de arrematar os fios acadêmicos com os fios da gratidão.... Assim, agradeço, sobretudo:

A Deus, por oportunizar a concretização deste sonho e por, ao longo de toda essa jornada, manter o sentimento constante de resiliência, da necessidade de aprender e da humildade, uma vez que, como o Bandeira, “ quero a delícia de poder sentir as coisas mais simples.”

À professora e orientadora Leonor Lopes Fávero, pela paciência e por ensinamentos que, como uma bússola, conduziram ao êxito desta etapa. Obrigado, professora, pela disponibilidade, pela atenção, pelo comprometimento e pela competência no acompanhamento deste trabalho.

Às professoras Márcia Antônia Guedes Molina e Marilena Zanon, pelas enriquecedoras contribuições no momento da qualificação desta tese. Sou-lhes muito grato pela leitura atenta, cuidadosa e pelas sugestões apontadas.

Aos professores Dieli Vesaro Palma, Marilena Zanon, Márcia Antônia Guedes Molina e Almir Grigório dos Santos por terem aceitado o convite para participarem da banca examinadora da tese.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa: João Hilton, Neusa Bastos, Leonor Fávero e Jeni Turazza (*in memoriam*) com quem tive a honra em cursar algumas disciplinas e, a partir de ensinamentos valiosos, pude “desmatar o Amazonas de minha ignorância”. Agradecimentos extensivos a todos os professores do programa.

Ao amigo-irmão Francisco Diniz, pessoa de minha estrita confiança e respeito e com quem pude compartilhar angústias, momentos de dificuldade e de alegrias no transcorrer deste ciclo. Obrigado, amigo, por toda a ajuda despendida.

Àqueles/as que souberam entender o momento de distanciamento ao longo desses quatro anos, pois, para a concretização desta etapa, foi preciso, na escrita desta tese, com licença poética,

“trabalhar, teimar, limar sofrer e suar”. Ações que necessitaram de momentos solitários e de profunda introspecção. Assim, agradeço aos amigos que souberam entender a ausência e, além disso, ofereceram palavras de encorajamento quando do surgimento de algumas dificuldades. Cabem, aqui, agradecimentos a David, a Rodrigo, a Sandro, a Marileudo, a Cláudio, a Marcos Dantas, à Carminha e à Lenice.

A wellington, pela atenção e pelo auxílio emocional.

À Maria Albuquerque, amiga para todas as horas e com quem compartilho angústias, conquistas e conhecimentos acadêmico-científicos.

À Sônia, pela sublime amizade conquistada nesta etapa acadêmica e com quem pude dividir as dificuldades enfrentadas a cada semestre e, sobretudo, nesta reta final.

Ao amigo Eduardo Costa que, em 2016, me ofereceu abrigo em São Paulo, auxiliando-me num momento de muitas dúvidas e instabilidades emocionais.

À Dalva Lobão e a Denilson Matos, figuras que me oportunizaram o primeiro contato com os estudos linguísticos em abordagem funcionalista.

A Celso Junior, amigo de longa data e pessoa de admirável caráter e conhecimento.

À Lourdes, assistente de coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, pela dedicação, cuidado e, sobretudo, pela paciência.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional e do Real Gabinete Português de Leitura que, em 2017, no momento de busca às fontes que serviriam de *corpora* para esta tese, receberam-me com muita atenção e presteza e colocaram-me diante de algumas obras que, agora, ilustram esta pesquisa.

Àqueles/as que foram meus alunos na educação básica e na graduação em Letras que, por ocasião de questionamentos relevantes nas aulas de análise sintática, despertaram-me o desejo em pesquisar o sujeito gramatical, possibilitando compreender os meandros e os desdobramentos desse elemento linguístico.

A todos/as esses sujeitos, meu profundo sentimento de gratidão.

Por que é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.

(AUROUX, p.12, 2014 [1992])

RESUMO

O presente trabalho situa-se na linha de pesquisa História das Ideias Linguísticas e tem como objeto de investigação descritivo-analítica o sujeito gramatical representado no recorte temporal (1881-1915), primeira fase da gramática científica. Almejamos, com este trabalho, descrever e analisar o inventário do sujeito gramatical (concepções, critérios de definição, tipologias) na produção gramatical no período já mencionado por meio das obras *Grammatica Portugueza* (1ª ed., 1881), de Júlio Ribeiro; *Grammatica Analytica* (1887), de Maximino Maciel; *Grammatica Portugueza* (6ª ed., 1895), de Alfredo Gomes; *Grammatica Portugueza-Curso superior* (16º ed., 1911), de João Ribeiro; *Grammatica da Língua Portugueza* (4ª ed., 1913), de Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade; *Grammatica Portugueza* (3ª ed., 1913), de Hemetério José dos Santos; e *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza* (2º ed., 1915), de Ernesto Carneiro Ribeiro. Para tanto, objetiva-se verificar se o arrolamento do objeto perscrutado vincula-se, de fato, à fase científica da gramaticografia brasileira por materializar um ideário influenciado pelos pressupostos advindos da linguística histórico-comparativa, ou se as abordagens sobre o sujeito gramatical apontam para orientações da tradição greco-latina de acepção filosófica. Dessa forma, traça-se, inicialmente, uma revisão dos postulados da História das Ideias Linguísticas, bem como sobre história e sociedade brasileira de meados do século XIX até o ano de 1915. Outrossim, discorre-se sobre o ideário do sujeito à luz da gramática greco-latina com destaque à discussão sobre o *lógos*, o *ónoma*, o *rhêma* e o *hypokeîmenon* nos termos de Platão e Aristóteles, passando ao legado alexandrino da doutrina gramatical e às ideias sobre o sujeito na *Téknê*, de Dionísio e no tratado sobre sintaxe, de Apolônio Díscolo. Além disso, pontua-se sobre o pensamento linguístico de Varrão, Donato e Prisciano e sobre as influências doutrinárias que orientaram a produção gramatical brasileira oitocentista e do início do século XX. Encerrado o arrolamento teórico que subsidia as análises por meio das obras descritas, chega-se à conclusão de que as obras analisadas, em se tratando do objeto em tela, transitam entre a tradição e a inovação, vez que, seguindo a noção aristotélica da categorização, concebem o sujeito gramatical aos moldes filosóficos por proporem o traço agentivo e a noção de referencialidade como marcas da categoria, mas também, por procurarem romper com a tradição e por estarem filiadas ao método histórico-comparativo, concebem o sujeito gramatical por um inventário à luz da modernidade ao adotarem critérios morfológicos e sintáticos na/para a definição da categoria.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas. Primeira fase da gramática científica. Sujeito gramatical. Tradição. Modernidade.

ABSTRACT

The present work is located on the History of Linguistic Ideas line of research and it has as its descriptive and analytical investigation object the grammatical subject represented on the timeline (1881-1915), first phase of the scientific grammar. Our aim with this work is to describe and analyze the grammatical subject inventory (conceptions, definition criteria, typologies) on the grammatical production on the above mentioned period through the works *Grammatica Portugueza* (1st ed., 1881), by Júlio Ribeiro; *Grammatica Analytica* (1887), by Maximino Maciel; *Grammatica Portugueza* (6th ed., 1895), by Alfredo Gomes; *Grammatica Portugueza- Higher education* (16th ed., 1911), by João Ribeiro; *Grammatica da Língua Portugueza* (4th ed., 1913), by Pacheco da Silva Jr. and Lameira de Andrade; *Grammatica Portugueza* (3rd ed., 1913), by Hemetério José dos Santos; and *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza* (2nd ed., 1915), by Ernesto Carneiro Ribeiro. Therefore, the objective is to verify if the enrollment of the explored object is, in fact, tied to the Brazilian grammaticography scientific phase, for it materializes ideas which are influenced by the assumption resulting of the historical-comparative linguistics, or if the approaches on the grammatical subject lead to orientations of the greek-latin tradition of philosophical sense. Hence, we trace, initially, a revision of the History of the Linguistic Ideas postulates, as well as about the history and the Brazilian society at the mid of the 19th century until the year 1915. Furthermore, it is discussed the ideas of the subject in light of the greek-latin grammar with highlights to the discussion about the *lógos*, the *ónoma*, the *rhêma* and the *hypokeîmenon* on the terms of Plato and Aristotle, turning to the alexandrine legacy of grammar doctrine and to the ideas about the subject on the *Téknê*, of Dionysus and on the treaty about syntax, of Apollonius Dyscolus. Moreover, it is discussed the linguistic thought of Varro, Donato and Priscianus and the doctrinal influences which oriented the Brazilian grammar production on the 19th and beginning of 20th century. Once the theoretical enrollment, the one which subsidized the analysis through the described works, is finished, it is possible to conclude that the analyzed works move between tradition and innovation, once it follows the Aristotelian notion of categorization, conceive the grammatical subject to the philosophical modes because they propose the agentive trace and the notion of referentiality as category imprint, but also, because of the pursuit for breaking with tradition and for being affiliated to the historical-comparative method, conceive the grammatical subject through an inventory in light of modernity by adopting morphological and syntactic criteria on/for the category definition.

Key-words: History of Linguistic Ideas. First phase of scientific grammar. Grammatical subject. Tradition. Modernity.

RÉSUMÉ

Le présent travail est situé dans la ligne de recherche Histoire des Idées Linguistiques et a comme objet de recherche descriptive-analytique le sujet grammatical représenté dans la découpe temporelle (1881-1915), première phase de la grammaire scientifique. Nous visons, avec ce travail, à décrire et analyser l'inventaire du sujet grammatical (conceptions, critères de définition, typologies) dans la production grammaticale dans la période déjà mentionnée, en utilisant les ouvrages *Grammatica Portugueza* (1re éd., 1881), de Júlio Ribeiro; *Grammatica Analytica* (1887), de Maximino Maciel; *Grammatica Portugueza* (6e éd., 1895), de Alfredo Gomes; *Grammatica Portugueza- Cours superieur* (16e éd., 1911), de João Ribeiro; *Grammatica da Língua Portugueza* (4e éd., 1913), de Pacheco da Silva Jr. et Lameira de Andrade; *Grammatica Portugueza* (3e éd., 1913), de Hemetério José dos Santos; et *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza* (2e éd., 1915), de Ernesto Carneiro Ribeiro. À cette fin, on vise à vérifier si l'arrolage de l'objet étudié est lié, en fait, à la phase scientifique de la grammaticographie brésilienne par matérialiser un ensemble d'idées influencées par les hypothèses dérivées de la linguistique historique-comparative, ou si les approches sur le sujet grammatical sinalisent vers les orientations de la tradition gréco-latine de sens philosophique. De cette façon, on prend, initialement, une révision des postulats de l'Histoire des Idées Linguistiques, ainsi que sur l'histoire et société brésiliennes du milieu du XIX e siècle à l'année 1915. En outre, on aborde l'idée du sujet à la lumière de la grammaire gréco-latine, soulignant la discussion sur le *lógos*, l'*ónoma*, le *rhēma* et l'*Hypokeîmenon* dans les termes de Platon et Aristote, en passant à l'héritage alexandrin de la doctrine grammaticale et aux idées sur le sujet à *Téknê*, de Dionísio et dans le traité sur la syntaxe, d'Apolônio Díscolo. De plus, on réfléchit à la pensée linguistique de Varrão, Donato et Prisciano et sur les influences doctrinaires qui ont guidé la production grammaticale brésilienne huit-centiste et du début du XX e siècle. Après avoir conclu le cadre théorique qui soustrait les analyses au moyen des œuvres décrites, on conclut que les œuvres analysées, lorsqu'elles traitent de l'objet sur toile, transitent entre la tradition et l'innovation, puisque, à la suite de la notion aristotélicienne de la catégorisation, conçoivent le sujet grammatical aux moulages philosophiques en proposant le trait agentif et la notion de référentialité comme marques de la catégorie, mais aussi, parce qu'ils cherchent à rompre avec la tradition et parce qu'ils sont affiliés à la méthode historique-comparative, conçoivent le sujet grammatical par un inventaire à la lumière de la modernité lors de l'adoption de critères morphologiques et syntaxiques dans/pour la définition de la catégorie.

Mots-clé: Histoire des Idées Linguistiques. Première phase de la grammaire scientifique. Sujet grammatical. Tradition. Modernité.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquemas

Esquema 01- A proposta de periodização de Nascentes (1939)	44
Esquema 02- A proposta de periodização de Elia (1975)	44
Esquema 03- A proposta de periodização de Guimarães (1996)	45
Esquema 04- A proposta de periodização de Azevedo Filho (1998)	45
Esquema 05- A proposta de periodização de Cavaleire (2002)	46
Esquema 06- A proposta de periodização de Fávero e Molina (2006)	46
Esquema 07- Divisão e subdivisão da <i>Grammatica Portugueza</i> (1881)	111
Esquema 08- Das relações de palavras na sentença, na <i>Grammatica Portugueza</i> (1881)	115
Esquema 09- A tipologia do sujeito na <i>Grammatica Portugueza</i> (1881)	120
Esquema 10- Divisão e subdivisão da <i>Grammatica Analytica</i> (1887)	126
Esquema 11- Concepções de Gramatica, na <i>Grammatica Analytica</i>	129
Esquema 12- Das relações entre palavras na sentença, na <i>Grammatica Analytica</i> (1887)	130
Esquema 13- A tipologia do sujeito na <i>Grammatica Analytica</i> (1887)	135
Esquema 14- Divisão da <i>Grammatica Portugueza</i> (1895)	139
Esquema 15- Concepções de gramática, na <i>Grammatica Portugueza</i> (1895)	142
Esquema 16- A tipologia do sujeito na <i>Grammatica Portugueza</i> (1895)	144
Esquema 17- A tipologia do sujeito na <i>Grammatica Portugueza</i> (1895)	148
Esquema 18- Concepções de gramática, na <i>Grammatica Portugueza</i> - curso superior (1911)	150
Esquema 19- A tipologia do sujeito na <i>Grammatica Portugueza</i> -curso superior (1911)	152
Esquema 20- Divisão e subdivisão da <i>Grammatica da Língua Portugueza</i> (1913)	156
Esquema 21- Concepções de gramática na <i>Grammatica da Língua Portugueza</i> (1913)	158
Esquema 22- A tipologia do sujeito na <i>Grammatica da Língua Portugueza</i> (1913)	161
Esquema 23- Divisão e subdivisão da <i>Grammatica Portugueza</i> (1913)	165
Esquema 24- Divisão e subdivisão de <i>Serões Grammaticaes</i> (1915)	172
Esquema 25- Concepções de gramática em <i>serões Grammaticaes</i> (1915)	174
Esquema 26- A tipologia do sujeito em <i>Serões Grammaticaes</i> (1915)	177

Figuras

Figura 01- Das provas do Exame de Língua Portuguesa	69
Figura 02- Livros para o Exame de Língua Portuguesa	70
Figura 03- Dos conteúdos do Exame de Língua Portuguesa (02-10)	70

Figura 04- Dos conteúdos do Exame de Língua Portuguesa (11-20)	71
Figura 05- Dos conteúdos do Exame de Língua Portuguesa (21-30)	71
Figura 06- Dos conteúdos do Exame de Língua Portuguesa (31-40)	72
Figura 07- Dos conteúdos do Exame de Língua Portuguesa (41-46)	72
Figura 08- Júlio Ribeiro sobre o Programa e sobre gramáticos do período	73
Figura 09- <i>Grammatica Portugueza</i> , 1º edição, de 1881	109
Figura 10- A sintaxe e organização da sentença, na <i>Grammatica Portugueza</i> (1881)	114
Figura 11- As relações entre palavras na visão de Mason (1887)	117
Figura 12- Considerações sobre o predicado na <i>Grammatica Portugueza</i> (1881)	118
Figura 13- Dos elementos constantes na sentença, na <i>Grammatica Portugueza</i> (1881)	119
Figura 14: Definição de sujeito e de predicado na obra de Mason (1887)	120
Figura 15- <i>Grammatica Analytica</i> , edição única (1887)	122
Figura 16- Dedicatória a linguistas e gramáticos, na <i>Grammatica Analytica</i> (1887)	124
Figura 17- O carácter científico e natural da linguagem, na <i>Grammatica Analytica</i> (1887)	125
Figura 18- A relação Gramática e ciências naturais, na <i>Grammatica Analytica</i> (1887)	125
Figura 19- Do consulente presumido da <i>Grammatica Analytica</i> (1887)	126
Figura 20- Verbos de predicção incompleta, na <i>Grammatica Analytica</i> (1887)	132
Figura 21- Definição de sujeito na <i>Grammatica Analytica</i> (1887)	133
Figura 22- <i>Grammatica Portugueza</i> , 6ª edição (1895)	137
Figura 23- <i>Grammatica Portugueza: curso superior</i> , 16ª edição (2011)	146
Figura 24- <i>Grammatica da Lingua Portugueza</i> , 4ª edição (1913)	153
Figura 25- Prefácio da 1ª edição <i>Grammatica da Lingua Portugueza</i> (parte 1)	155
Figura 26- Prefácio 1ª edição <i>Grammatica da Lingua Portugueza</i> (parte 2)	155
Figura 27- Das partes que compõem a sentença, na <i>Grammatica da Lingua Portuguesea</i>	159
Figura 28- O elemento denotador de sujeito, na <i>Grammatica da Lingua Portugueza</i> (1913)	160
Figura 29- <i>Grammatica Portugueza</i> , 3ª edição (1913)	162
Figura 30- A definição de sujeito na <i>Grammatica Portugueza</i> , 3ª edição (1913)	167
Figura 31- A classe de palavras denotadora de sujeito, na <i>Grammatica Portugueza</i> (1913)	168
Figura 32- Sobre a topologia do sujeito na <i>Grammatica Portugueza</i> (1913)	169

Figura 33- *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, 2º ed. (1915) 170

Figura 34- As relações entre palavras e entre proposições, em *Serões Grammaticaes* (1915) 175

Figura 35- Definição de sujeito em *Serões Grammaticaes* (1915) 176

Gráficos

Gráfico 01- Divisão da *Grammatica Portugueza* (1881) (%) 112

Gráfico 02- Subdivisão da *Grammatica Portugueza* (1881) (%) 113

Gráfico 03- Divisão da *Grammatica Analytica* (1887) (%) 128

Gráfico 04: Divisão da *Grammatica Portugueza* (1895) (%) 141

Gráfico 05: Divisão da *Grammatica Portugueza- Curso Superior* (1911) (%) 148

Gráfico 06: Divisão da *Grammatica da Lingua Portugueza* (1913) (%) 157

Gráfico 07: Divisão da *Grammatica da Lingua Portugueza* (1913) (%) 166

Gráfico 08: Divisão de *Serões Grammaticaes* (1915) (%) 173

Quadros

Quadro 01- Autor, edição e ano de publicação da obra selecionada 18

Quadro 02- Principais medidas das Reformas educacionais analisadas 77

Quadro 03- As partes do discurso em *Téknê Grammatihê* (séc. I a.c.) 91

Quadro 04- As partes do discurso em *Ars Grammatica* (séc. IV d.c.) 95

Quadro 05- Informações sobre as obras analisadas 109

Quadro 06- Tipos e definições de sentença na *Grammatica Portugueza* (1881) 118

Quadro 07: Síntese das concepções de sintaxe e de sujeito nas gramáticas analisadas 178

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS: noções epistemológicas, filiações teóricas e empreendimento metodológico	21
1.1- O movimento dos <i>Annales</i> e a História Nova	21
1.2- A História Nova Cultural	27
1.3- História das Ideias	29
1.4- História das Ideias Linguísticas	31
1.4.1- O fato e o conceito da gramatização	36
1.4.2- Propostas de periodização da gramaticografia brasileira	39
II HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1850-1915)	48
2.1 História e sociedade brasileira (1850- 1915).....	48
2.1.1 A queda do Império, a consolidação do regime republicano e aspectos econômico-sociais na Primeira República	52
2.1.2- Belle Époque: sociedade e cultura na Capital Federal na Primeira República.	59
2.2- Itinerário da Educação do Brasil no final do século XIX e início do XX.....	62
2.2.1-As ideias pedagógicas no Brasil oitocentista a partir da Constituição de 1824.	62
2.2.2- A Educação no Brasil na segunda metade do século XIX e início do XX	66
III CONCEPÇÕES LINGUÍSTICAS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX E O IDEÁRIO SOBRE O SUJEITO À LUZ DA GRAMÁTICA GRECO-LATINA	79
3.1- Influências da gramática Geral e Filosófica na produção gramatical brasileira	79
3.2- O inventário do sujeito à luz da gramática greco-latina.....	83
3.2.1- As ideias de Platão e de Aristóteles: considerações sobre o <i>Lógos</i> , <i>Ónoma</i> , <i>Rhêma</i> e <i>Hypokeîmenon</i>	84
3.2.2- O legado alexandrino da doutrina gramatical e as ideias sobre o sujeito na <i>Téknê</i> de Dionísio e na gramática de Apolônio Díscolo.....	88
3.2.3- A vertente latina da gramática e as ideias linguísticas de Varrão, Donato e Prisciano.	93

3.3- Influências doutrinárias na produção gramatical brasileira do período científico	97
3.3.1- Influências doutrinárias da linguística alemã.....	99
3.3.2- Influências doutrinárias da linguística francesa.....	103
3.3.3- Influências doutrinárias da linguística inglesa.....	105

IV O SUJEITO NA PRIMEIRA FASE DA GRAMATICOGRAFIA CIENTÍFICA BRASILEIRA (1881- 1915): abordagem descritivo-analítica..... 108

4.1- Júlio Ribeiro e a <i>Grammatica Portugueza</i> (1ª ed., 1881)	109
4.1.1- O Autor.....	109
4.1.2- A obra e suas partes.....	110
4.1.3- Concepções de gramática.....	113
4.1.4- Definição de sintaxe.....	114
4.1.5- O sujeito gramatical na <i>Grammatica Portugueza</i> (1ª ed.,1881)	119
4.2 Maximino Maciel e a <i>Grammatica Analytica</i> (1887).....	122
4.2.1- O Autor.....	122
4.2 .2- A obra e suas partes.....	124
4.2.3- Concepções de gramática.....	128
4.2.4- Definição de sintaxe.....	129
4.2.5- O sujeito gramatical na <i>Grammatica Analytica</i> (edição única,1887)	133
4.3- Alfredo Gomes e a <i>Grammatica Portugueza</i> (6ª ed.,1895.)	137
4.3.1- O Autor.....	137
4.3.2- A Obra e suas partes.....	138
4.3.3- Concepções de gramática.....	141
4.3.4. Definição de Sintaxe.....	142
4.3.5- O sujeito gramatical na <i>Grammatica Portugueza</i> (6ª ed.,1895.)	143
4.4- João Ribeiro e a <i>Grammatica Portugueza: curso superior</i> (16ª ed., 1911).....	146
4.4.1- O Autor.....	146
4.4.2- A Obra e suas partes.....	147
4.4.3- Concepções de gramática.....	149
4.4.4- Definição de sintaxe.....	151
4.4.5- O sujeito gramatical na <i>Grammatica Portugueza: curso superior</i> (16ª ed.,1911).....	151
4.5- Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade e a <i>Grammatica da Língua Portugueza</i> (4ª ed., 1913).....	153

4.5.1- Os Autores.....	154
4.5.2- A Obra e suas partes.....	154
4.5.3- Concepções de gramática.....	157
4.5.4- Definição de Sintaxe	159
4.5.5- O sujeito gramatical na <i>Grammatica da Língua Portuguesa</i> (4ª ed., 1913).....	159
4.6- Hemetério José dos Santos e a <i>Grammatica Portuguesa</i> (3º ed, 1913).....	162
4.6.1- O Autor.....	163
4.6.2- A obra e suas partes.....	165
4.6.3-Definição de sintaxe	166
4.6.4- O sujeito gramatical na <i>Grammatica Portuguesa</i> (3ºed. 1913)	167
4.7- Ernesto Carneiro Ribeiro e os <i>Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa</i> , (2º ed., 1915).....	170
4.7.1- O Autor.....	170
4.7.2- A obra e suas partes.....	172
4.7.3- Concepções de gramática	173
4.7.4- Definição de sintaxe	174
4.7.5- O sujeito gramatical na obra os <i>Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa</i> , (2º ed., 1915)	176
4.8 Síntese sobre sintaxe e sujeito na primeira fase da gramática científica brasileira.....	177
CONCLUSÕES	180
REFERÊNCIAS	183
ANEXOS	189

INTRODUÇÃO

Esta tese compreende um estudo desenvolvido na linha de pesquisa História e Descrição da Língua Portuguesa, do programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e tem como objeto de investigação descritivo-analítica o sujeito gramatical representado no recorte temporal (1881-1915), período indicado por Cavaliere (2002) como 1º fase da gramaticografia científica brasileira. Ressalte-se que, em qualquer parte desta tese em que o termo sujeito é acionado estamos tratando exclusivamente do elemento linguístico que serve à sintaxe. Portanto, é conveniente destacar que não cabe, neste estudo, interpretação do termo no âmbito da análise do discurso. Logo, ainda que, em algum momento, o termo apareça sem a adjetivação a que se refere, estamos concebendo-o frente ao domínio do saber que é manipulado, portanto, gramatical.

O interesse em investigar este elemento sintático relaciona-se à minha atuação profissional como professor de Língua Portuguesa na educação básica (2008 a 2013) e de sintaxe, exercida, atualmente, na graduação em licenciatura em Letras na Universidade Federal do Amapá, desde o ano de 2014. Tendo atuado na educação básica- Ensino Fundamental e Médio- por um período de cinco anos, observei, ao ministrar conteúdos de análise sintática, que os discentes questionavam o fato de as definições/concepções sobre o sujeito gramatical não se relacionarem, categoricamente, com determinados exemplos apresentados por manuais didáticos e por textos teóricos orientadores.

Na mesma direção, ainda que em segmento mais avançado, os discentes da graduação em licenciatura em Letras sinalizam certa “inquietação” pelo fato de o sujeito gramatical representar-se por comportamento sintático fluido, ordenação variável, ser indicador de tópico e os exemplos, também, não corresponderem fielmente às concepções linguístico-gramaticais há muito preconcebidas em compêndios ou em observações linguísticas seja por um viés formal ligado ao empreendimento gerativo-transformacional, bem como por concepção funcional da/na análise do elemento sintático em questão.

Nesse sentido, grosso modo, questionamentos do tipo “se o sujeito é considerado termo essencial da oração, como pode haver oração sem sujeito?” e “Por que casa, na oração **A casa é bonita**, não se concilia com a definição de que o sujeito é o ser sobre quem se faz uma declaração, uma vez que casa não é um ser?”, eram perguntas levantadas pelos alunos que careciam de respostas e, de alguma forma, impulsionaram o interesse em pesquisar este elemento sintático.

Mediante a tal constatação, é conveniente destacar que o saber gramatical, ao longo do tempo, cristalizou a ideia de que o sujeito é o termo referente de uma predicação ou o ser sobre o qual se faz uma declaração ou, ainda, o ser de quem se diz algo.

Ressalte-se que as definições sobre o sujeito, na agenda dos estudos linguísticos, são bastante questionáveis justamente pelo fato de não haver um padrão definitório desta categoria sintática, bem como pela razão de as conceituações não se conciliarem, fielmente, ao paradigma do uso. Tal constatação garante-nos enfatizar que o conhecimento que os usuários linguísticos têm acerca deste elemento diz respeito à representação agentiva como traço predominante da categoria o que diminui, portanto, o inventário conceitual que os falantes detêm sobre o elemento linguístico em questão, uma vez que, no paradigma do uso, há orações de não ocorrência de sujeito agente, podendo, portanto, este ser paciente.

Sobre o traço predominante concebido por usuários do português e representado na esteira de abordagem em compêndios gramaticais, é mister trazer à discussão a investigação de Pontes¹(1986) que, ao desenvolver um teste realizado com professores do Ensino Superior da área de Letras inquirindo-lhes sobre a noção de sujeito gramatical por eles concebida, chegou à conclusão de que “o traço predominante foi o de agente, expresso através de conhecida definição (ser que pratica a ação) ou através do traço agente mesmo.” Tal constatação reforça a noção de que, de fato, o traço agentivo é característica prototípica da categoria.

Como já dito, esta pesquisa tem como alicerce teórico-metodológico o que concebe a História das Ideias Linguísticas acerca da afirmação de que a gramática é o resultado da atividade metalinguística praticada em dado momento histórico e, além disso, este estudo permite trazer a lume um objeto que tem sido, a nosso ver, ainda pouco explorado no cômputo de trabalhos que se assentam sob a égide da linha de pesquisa pela qual nos guiamos neste estudo.

Em face dessas sumárias considerações, convém destacar que objetivamos observar qual o inventário do sujeito gramatical (concepções, tipologias, influências doutrinárias) na produção gramatical no período já mencionado e verificar se o arrolamento do objeto perscrutado vincula-se à fase científica da gramaticografia brasileira por materializar um ideário influenciado pelos pressupostos advindos da linguística histórico-comparativa, ou se as

¹ Linguista que se dedicou a estudar, no início dos anos oitenta do século XX, algumas minúcias que envolvem o sujeito, a saber: a noção de sujeito, a noção de tópico, a interface sujeito/tópico e discurso.

abordagens sobre o sujeito gramatical apontam para orientações da tradição greco-latina de acepção filosófica.

Além deste objetivo geral, pretendemos, especificamente:

- ✓ Analisar se as definições/conceituações do objeto investigado seguem a inovação de acordo com os postulados do cientificismo ou se estão agasalhadas sob o conservadorismo logicista da gramática filosófica. Além disso, interessa-nos observar quais as implicações para o saber metalinguístico disseminado à época sobre o sujeito gramatical;
- ✓ Investigar a existência de influências doutrinárias no tratamento do sujeito de modo a analisar e refletir como as orientações teóricas foram absorvidas para explicar, nas gramáticas analisadas, o comportamento do objeto de pesquisa tratado nesta tese;
- ✓ Analisar influências didáticas no tratamento do sujeito gramatical nas obras pesquisadas, tendo em vista que o período suscitou massiva produção e reedição de gramáticas em consonância ao Programa de Exames de Língua Portuguesa, elaborado por Fausto Barreto², em 1887.

Uma vez indicado o objeto de pesquisa que nos investimos em observar, é conveniente justificarmos o porquê de termos apontado, para análise, o período de 1881-1915. Inicialmente, é necessário destacar que a investigação do sujeito nesse período da gramatização brasileira alcança relevância pelo fato de se evidenciar o que se discutia acerca dessa categoria no século XIX e início do XX, num período marcado pela “ruptura” com o purismo linguístico, bem como pela intensa produção gramatical para atender ao Programa de Exames de Língua Portuguesa, num período em que algumas gramáticas selecionadas para análise, mencionadas posteriormente no quadro 01, foram produzidas para atender a este Programa e, por ocasião dele, alcançaram reedições. A análise a partir de 1881 justifica-se pelo fato de ser este o ano

² Nasceu em 1852, na freguesia de São João dos Inhamuns, Ceará. Estudou no Ateneu Cearense e Seminário de Fortaleza. Abandonou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para dedicar-se exclusivamente ao magistério. Especializado em línguas (latim, francês, inglês), foi catedrático de português do Colégio Pedro II, Mestre da Filologia no Brasil. Publicou: *Arcaísmos e Neologismos da Língua* (1879); *Temas e Raízes* (1883); *Seleção Literária* (1887) e *Antologia Nacional* (1892). Morreu no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1915. Fonte: <http://portal.ceara.pro.br>

que- com a publicação da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro- agasalha a produção gramatical brasileira sob a orientação científica.

Uma vez que tocamos no ponto que diz respeito à produção gramatical brasileira, é conveniente assinalar que ela, no final do século XIX e início do XX, esteve representada por influências do cientificismo que, àquela altura, na Europa, já havia se consolidado em meados do século XIX, imprimindo, assim, uma ressignificação no arcabouço teórico-metodológico das ciências naturais, bem como dos estudos da linguagem que incorporaram ideais baseados em fundamentos do Evolucionismo³, por exemplo, ao proporem que a língua é um organismo vivo.

Sobre isto, lembra-nos Molina (2013, p.09) que, na gramática de Júlio Ribeiro (1881), há a aproximação da concepção de língua vinculada ao aspecto natural dos seres vivos, “informando que tal como estes, aquela nasce, cresce, desenvolve-se e morre.” Dessa maneira, as reflexões sobre aspectos linguísticos representadas na produção gramatical brasileira no final do século XIX “ buscavam trazer para a investigação acerca da natureza das línguas os princípios darwinistas sobre a evolução dos seres vivos.” (CAVALEIRE, 2002)

Além do contato com o naturalismo linguístico, a produção gramatical brasileira, a partir dos últimos vinte anos do século XIX, incorporou, em seu empreendimento teórico, influências doutrinárias do método histórico-comparativo e inaugurou, em 1881, o período científico⁴ da gramatização brasileira com a publicação da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro.

A respeito do método histórico-comparativo, convém destacar a importância de historicistas e comparativistas que, significativamente, contribuíram para o alcance do *status quo* da produção científica da gramaticografia brasileira, pois influências doutrinárias ligadas aos estudos de Jacob Grimm (1785-1863), Franz Bopp (1791-1867), August Schleicher (1821-1868), Max Müller (1823-1900), Whitney (1827-1894), entre outros podem ser vistas, sobretudo, a partir da observação metalinguística nas primeiras páginas de determinadas

³ Em 1859, Charles Darwin publica a Teoria da evolução sobre a origem das espécies por meio da seleção natural.

⁴ Acolhemos o termo período científico da produção gramatical brasileira conforme os estudiosos da História das Ideias Linguísticas denominam/concebem tal fase que se inicia em 1881 com a publicação da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro. Esta obra apresenta dados da língua portuguesa analisados por meio de influências do método histórico-comparativo, bem como do evolucionismo linguístico. Contudo, é necessário salientar que o empreendimento teórico-metodológico de gramáticas publicadas antes de 1881 cujas influências doutrinárias voltam-se para um ideário filosófico é tratado por nós como algo científico. A justificativa para isto decorre do fato de estas gramáticas lidarem, também, com um saber manipulado, construído, portanto, metalinguístico. Destarte, reiteramos que concebemos que gramáticas produzidas anteriormente a este período são artefatos que congregam concepções teórico-metodológicas também científicas.

gramáticas ou na explicação de algum elemento linguístico. Urge destacar que o movimento histórico-comparativo foi responsável pelo avanço da linguística e de sua valorização frente a ciências já consolidadas, uma vez que o método dizia respeito a um empreendimento com análises exaustivas da evolução da língua ao longo do tempo e pelo cotejo entre línguas naturais que mantinham relações linguísticas.

Por outro lado, a consolidação da linguística enquanto ciência da linguagem veio a lume com a publicação do *cours de linguistique générale* (obra póstuma), de Ferdinand de Saussure, em 1916. Como já largamente conhecido, a genealogia do mestre genebrino marcou um divisor de águas nos estudos da linguagem, pois, a partir das análises que foram anotadas por dois de seus discípulos (Charles Bally e Albert Sechehaye), Saussure foi considerado o responsável por ter “desenhado” a linguística enquanto ciência da linguagem contemporânea.

Retomando a discussão que valida a importância do método histórico-comparativo, é importante destacar que este empreendimento deu início, por meio de seu arcabouço metodológico, à descrição de como a língua era organizada, sistematizada. Assim, sobre o período do final do século XIX e início do XX marcado pela intensa produção gramatical, parece-nos relevante observar se o que se discutia sobre o sujeito gramatical apontava para uma modernidade linguística concernente às orientações doutrinárias do período em tela ou se as discussões remontavam ao ideário logicista da gramática geral e filosófica.

Sobre a periodização em que se encontra a produção gramatical analisada, é conveniente destacar que alguns estudiosos⁵ dividiram em períodos/fases o processo de gramatização brasileira e, a nosso ver, as propostas que atendem ao que nos objetivamos pesquisar foram a de Cavaliere (2002) e a de Fávero e Molina (2006). Seguimos a proposta do primeiro por este identificar que a fase fundadora do período científico se inicia em 1881, com a publicação da gramática de Júlio Ribeiro e se estende até 1920. Outrossim, consideramos a proposta de Fávero e Molina (2006) por entender que o início do século XX é marcado por massiva reedição de gramáticas cuja edição inicial ocorreu no final do século XIX.

É necessário frisar que o período selecionado nesta tese, por meio das obras selecionadas, é analisado até o ano 1915, pelo fato de a linguística ter alcançado, no ano seguinte, com a publicação da obra de Saussure, *status* de ciência contemporânea dos estudos

⁵ Nascentes (1939); Elia (1975); Guimarães (1996); Azevedo Filho (1998); Cavaliere (2002); Fávero e Molina (2006). Mais detalhadamente, fazemos menção às suas abordagens no final do capítulo I deste estudo.

da linguagem. Ainda que as ideias de Saussure tenham sido trazidas a lume, ao Brasil, depois de vários anos de sua publicação, decidimos marcar o período de análise até o ano de 1915 pelo fato de que as influências doutrinárias para a produção gramatical brasileira não mantivessem relação implícita/velada aos ideais saussureanos ligados ao caráter estrutural da língua, mas que estivessem vinculadas à concepção de língua/linguagem a qual prezava o método histórico-comparativo e ao ideário naturalista da linguagem fruto do evolucionismo linguístico vigente à época. Desse modo, convém destacar que o período para análise se justifica pelo fato de o final do século XIX ser o momento de clivagem entre o saber logicista/filosófico e o conhecimento de inspirações da linguística histórico-comparativa.

Não acolhemos para análise, neste estudo, ainda que façamos menção no final do capítulo I, propostas de periodização de outros estudiosos pelo fato de estes não terem feito uma demarcação precisa ao período que nos interessa pesquisar ou porque, como Elia⁶ (1975) e Azevedo Filho⁷ (1998), não contemplaram, em suas propostas, o fato de que o início do século XX esteve representado pela massiva produção e reedição gramatical, carecendo, portanto, de uma dilatação do período a que fazem referência.

Após definição do período que direcionaria as análises deste estudo, chegamos à conclusão de que necessitávamos de fazer uma seleção das obras para atender aos objetivos anteriormente propostos. Portanto, como, no período em tela, houve uma massiva produção gramatical seguida de reedições por motivos já expostos e, com isso, ficaria inviável, neste estudo, fazer análise de todo o inventário sobre o sujeito gramatical materializado em todas as obras produzidas, considerando, inclusive, o cotejo em todas as reedições, entendemos que precisávamos fazer um recorte capaz de contemplar os objetivos precípuos e específicos já descritos.

Frente à questão apontada no parágrafo anterior, pensamos em fazer a seleção pela relevância que determinadas gramáticas alcançaram por sua contribuição ao saber linguístico-gramatical e pela devida valorização recebida em estudos assentados na História das Ideias Linguísticas. Contudo, além de este recorte apontar, ainda, para um inventário extenso, tendo em vista que notáveis gramáticos contribuíram significativamente de modo a receber

⁶ Elia (1975), ao fazer menção à primeira fase do período científico, assinala que ela se inicia em 1880 e finaliza em 1900.

⁷ Azevedo Filho (1998) assinala que tal período compreende (1881-1900).

considerável atenção de pesquisadores pelo alcance de sua obra, julgamos necessário levar em consideração, paralelo à expressividade alcançada, o aspecto pedagogizante⁸ das obras, vez que, como afirmado em algum momento anterior, o Programa de Exames de Língua Portuguesa, proposto em 1887, influenciou expressivamente a produção gramatical do período e a adoção de gramáticas em educandários da Capital Federal, sobretudo.

Assim, pareceu-nos suficiente este recorte que congrega os objetivos indicados nesta pesquisa. Outrossim, é cabível frisar que, sabendo-se que a gramática científica brasileira tem, por função precípua, a descrição de fatos da língua, é pertinente destacar que, por mais que ela não tenha surgido de uma necessidade pedagogizante, não se exime de sua capacidade didática.

Indicados os critérios para a seleção das obras analisadas e que atendem aos objetivos propostos nesta tese, observemos, no quadro 01, a edição e o ano da obra dos gramáticos selecionados.

Quadro 01: Autor, edição e ano de publicação da obra selecionada

Nº	AUTOR	OBRA	EDIÇÃO	ANO
01	JÚLIO RIBEIRO	<i>GRAMMATICA PORTUGUEZA</i>	1ª	1881
02	MAXIMINO MACIEL	<i>GRAMMATICA ANALYTICA</i>	ÚNICA	1887
03	ALFREDO GOMES	<i>GRAMMATICA PORTUGUEZA</i>	6ª	1895
04	JOÃO RIBEIRO	<i>GRAMMATICA PORTUGUEZA: CURSO SUPERIOR</i>	16ª	1911
05	PACHECO JUNIOR; LAMEIRA DA ANDRADE	<i>GRAMMATICA DA LÍNGUA PORTUGUEZA</i>	4ª	1913
06	HEMETÉRIO JOSÉ DOS SANTOS	<i>GRAMMATICA PORTUGUEZA</i>	3º	1913
07	ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO	<i>SERÕES GRAMATICAES</i>	2º	1915

Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

⁸ É importante destacar que as obras não apresentam um tratado de língua vinculado à epistemologia da educação ou a questões ligadas à didatização. O termo é aqui utilizado pelo fato de que as obras foram produzidas ou adaptadas ao Programa de Exames, tendo sido adotadas por expressivas unidades educacionais da época, a saber: *Collegio Pedro II*, *Collégio Militar*, Escola Normal, bem como em liceus e ginásios de várias partes do país.

Excetuando a obra de Júlio Ribeiro, as demais, constantes do quadro 01, tiveram a orientação, para a sua produção, do Programa de Exames de Língua Portuguesa, de 1887, o que valida o recorte e justificativa feitos.

Pelo fato de ser a obra que “inaugura” o período científico da produção gramatical brasileira, não tomamos como parâmetros de seleção a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, e decidimos analisar justamente a primeira edição por esta ser considerada o divisor de águas entre o saber gramatical produzido anteriormente com acepção logicista e o que, posteriormente, viria a ser denominado de período científico a partir de sua publicação.

No arcabouço metodológico de pesquisas agasalhadas sob o manto da História das Ideias Linguísticas, é conveniente que se faça a análise da primeira edição de determinada obra para que se possa vislumbrar como foi pensado e como foi ou não ressignificado, em edições posteriores, o tratamento de questões linguístico-gramaticais. Todavia, nesta pesquisa, não temos o interesse em observar continuidades ou descontinuidades acerca do sujeito gramatical materializadas em edições distintas na obra de um único autor, mas o de analisar, no período já mencionado, a existência de um *continuum* ou *descontinuum* no inventário sobre o sujeito gramatical em obras distintas, pois, assim, chegaríamos a uma visão do tratamento dado a este elemento linguístico nesse período de transição entre a gramática filosófica e a científica. Excetuando a *Grammatica Portugueza*, a justificativa para a análise da edição das demais obras está diretamente relacionada ao ano de publicação como forma de compreender o período demarcado para investigação.

Feita a descrição dos critérios que motivaram a escolha das obras para análise e respectivas edições, passemos a observar como esta tese se divide. Este estudo é composto, além desta introdução, por quatro capítulos teórico-analíticos mais a parte textual indicativa das conclusões a que chegamos sobre o tratamento do sujeito na fase fundadora da gramática científica brasileira.

No primeiro capítulo, apresentaremos uma resenha sobre questões epistemológicas, metodológicas e interdisciplinares da História das Ideias Linguísticas- linha de pesquisa em que se fundamenta esta tese- bem como destacaremos as propostas de periodização da produção gramatical brasileira que adotamos para analisar o sujeito sintático.

No segundo capítulo, apresentaremos significativas informações que estão relacionadas à história do Brasil a partir da segunda metade do século XIX até os quinze anos no século XX, destacando aspectos que gravitam sobre a política, e a sociedade, compreendendo o final da

Monarquia e início da Primeira República. Convém destacar que tecemos, também nesse capítulo, informações que consideramos relevantes sobre a educação no período mencionado, bem como sobre as Reformas de Ensino e os seus efeitos para a instrução escolar no Brasil.

No terceiro capítulo, discorreremos sobre as influências doutrinárias que orientaram a produção gramatical brasileira. Assim, discutiremos o ideal logicista que influenciou a materialização do conhecimento linguístico que atravessou boa parte da produção gramatical brasileira oitocentista. Além da agenda filosófica da produção gramatical, abordaremos as influências de correntes científicas e do método histórico-comparativo para a gramatização brasileira do final do século XIX e início do século XX.

No quarto capítulo, apresentaremos, seguindo uma metodologia descritivo-analítica, as obras já mencionadas. Inicialmente, numa abordagem descritiva, destacaremos breve biografia do autor, concepções sobre gramática e sobre sintaxe adotadas pelas gramáticas analisadas, bem como o inventário sobre o sujeito proposto por cada autor. Em seguida, numa abordagem analítica, traçaremos as observações/ reflexões possíveis consoantes aos objetivos descritos em laudas anteriores.

Há que se ressaltar que utilizamos, por questões de fidedignidade às obras analisadas, as nomenclaturas adotadas pelos próprios autores.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS: noções epistemológicas, filiações teóricas e empreendimento metodológico

Neste capítulo apresentaremos algumas considerações sobre a História das Ideias Linguísticas por meio de seus conceitos, noções epistemológicas, filiações teóricas, empreendimento metodológico e seu caráter interdisciplinar. Para tanto, discorreremos, inicialmente, sobre o percurso que propiciou engendrar essa linha de pesquisa que, sobejamente, tem contribuído para o desenvolvimento profícuo de pesquisas no âmbito dos estudos da linguagem. Sendo assim, discutiremos sobre a confluência entre a história e a linguística.

Este capítulo divide-se em quatro tópicos em que, nos três primeiros, pensando-se em destacar a epistemologia que estabelece a relação entre estas duas áreas do conhecimento, faremos menção ao movimento dos *Annales* e à História Nova, à História Nova Cultural e à História das Ideias. No quarto tópico e seus subtópicos, traremos a lume alguns aspectos sobre a História das Ideias Linguísticas com ênfase no processo de gramatização a partir de discussão que destaca, nos termos de Auroux (2014), o fato e o conceito dessa atividade metalinguística. Outrossim, apresentaremos, nesta parte, por meio dos estudos de Nascentes (1939), Elia (1975), Guimarães (1996), Azevedo filho (1998), Cavaliere (2002) e Fávero e Molina (2006) o desenho da periodização da gramatização brasileira e destacaremos, entre estes, os que adotamos para o desenvolvimento desta pesquisa.

1.1 O movimento dos *Annales* e a História Nova

A história, ao longo do tempo, representou-se como disciplina ligada à narração de fatos e a eventos do passado, quais sejam: civilizações antigas, batalhas, conquistas de territórios etc. Todavia, o positivismo que emergiu no século XIX e para quem o conhecimento científico deveria ser reconhecido como domínio implicou outra maneira de se ler/compreender o mundo, propiciando uma modificação ao que pertencia à agenda teórico-metodológica da história, causando, portanto, instabilidades em concepções preestabelecidas, vez que esta área do conhecimento passou a dissociar-se, sobretudo no século XX, de interesses meramente factuais e narrativos.

Insta esclarecer que a história, a partir do século XX, deixa de interessar-se pela análise factual de determinados eventos e suas respectivas datas, passando, então, a interessar-se pela investigação das estruturas sociais, ideológicas, culturais e econômicas. Nesse sentido, abandona a narrativa de acontecimentos factuais que, conforme Burke (1991, p.11), esteve presente “desde os tempos de Heródoto⁹ e Tucídides¹⁰[...]” Com esta ruptura essencialmente metodológica, a história passa a ter estreita relação com aspectos ligados à sociedade a partir de questões que se referem à ideologia e à cultura de um povo.

Como afirmam Fávero e Molina (2006, p.17) “a história, hoje, mais que arrolar datas e fatos, procura discutir novos objetos: atitudes perante a vida e a morte, crenças, comportamentos, religiões etc..” e, sob a rubrica de História Nova, passa a investigar comportamentos humanos ao longo do tempo por meio de questões ideológicas, crenças, relações sociais, identidades etc. Há, portanto, uma reconfiguração metodológica da história, uma vez que:

A história tradicional interessava-se quase exclusivamente pelas camadas superiores da sociedade, pelas elites (reis, homens de estado, grandes revolucionários), pelos acontecimentos (guerras, revoluções), ou pelas instituições (políticas, econômicas, religiosas...). [...] A história social interessava-se pelas massas que, afastadas do poder, se limitavam à submissão. (ARIÈS, 1990, p. 458)

Destarte, reiteramos que a história, face aos ideais da História Nova, deve ser analisada, sobremaneira, pelos aspectos sociais, culturais e, sendo assim, parafraseando Certeau (1982, p. 36), é necessário, antes, entender como se dá o seu funcionamento no interior da sociedade do que analisar o que ela diz a respeito de determinada sociedade. Nesta direção, o tempo, algo bastante explorado por esta área do conhecimento, passa a ser investigado sob novo prisma, ou seja, algo “[...] pluridimensionado, múltiplo, não linear, que dialoga com vários outros tempos e diversas disciplinas” (FÁVERO & MOLINA, 2006, p.19). Nesse sentido, pensando-se no aspecto metodológico seguido pela História Nova, convém destacar o que assevera Le Goff (1990, p 256), ao assinalar que:

⁹ Historiador grego (485-425 a.C.). Foi por meio de seus relatos que foi possível ter informações precisas sobre a Antiguidade.

¹⁰ Historiador grego do século V a.C., escreveu a história da guerra do Peloponeso, preservando a memória dos acontecimentos da guerra entre peloponesios e atenienses, que aconteceu durante seu tempo de vida e cuja magnitude, segundo ele, superava qualquer guerra até então ocorrida. (GESTAUD, 1998)

A história nova alargou o campo do documento histórico; substituiu a história de Langlois e de Seignobos, essencialmente baseada nos textos e no documento escrito, por uma outra história que tem como fontes uma multiplicidade de documentos: textos escritos de toda a espécie, documentos figurados, produtos de pesquisas arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme ou, para um passado mais longínquo, um pólen fossilizado, uma ferramenta, um ex-voto são, para a História Nova, documentos do maior valor.

Percebe-se, portanto, que o conceito de fonte foi ressignificado, uma vez que, conforme destacado na citação anterior, o inventário dos documentos necessários para investigação historiográfica diversificou-se e, em face a essas considerações, cabe enfatizar que a História Nova surgiu a partir das discussões desenvolvidas na *École des Annales*, fazendo com que a história alcançasse, hodiernamente, relevo nas discussões acadêmicas e, por assim dizer, tornando-se fulcro para o desenvolvimento de profícuas pesquisas vinculadas às humanidades pelo fato de levar em consideração aspectos sociais e culturais.

A *École des Annales* tem seu nascedouro na França, em 1929, quando do surgimento da revista intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. A *École* instituiu percepções novas em relação à história em decorrência de frequentes discussões entre teóricos de outras áreas do conhecimento, quais sejam: geógrafos, sociólogos e filósofos, propondo uma modificação da história que, àquela altura, estava eivada por aspectos meramente narrativos. Assim, instituiu novos domínios e abordagens, bem como fez alargar o que seria, de fato, fonte histórica: documentos orais, religiosos, arqueológicos etc.

Os objetivos da revista eram tirar o caráter estritamente disciplinar da história. A ideia era, conforme assinala Le Goff (1990, p.257), “derrubar as velhas divisórias caídas em desuso, os aglomerados babilônicos de preconceitos, de rotina, de erros de concepção e de compreensão.” Objetivava, portanto, colocar em evidência discussões que gravitassem em torno de duas promissoras linhas que se faziam presentes no próprio título da revista: história econômica e história social.

A propagação da revista suscitou questões basilares da *École des Annales* como a repulsa ao aspecto historicizante que, nos dizeres de Le Goff (1990, p.40), representava “por um lado, uma história-narrativa e, por outro, uma história de acontecimentos, uma história factual.”

Assim, interessavam, nas discussões dos membros da *École*, expandir o inventário das questões passíveis de análise, como aspectos geográficos, sociais, ideológicos etc. Nesse sentido, a história teria de ser definida como ciência da humanidade e, desse modo, seus precursores consideravam-na a ciência do homem, da mudança perpétua das sociedades humanas e, numa condição *sine qua non*, só poderia ser entendida em face de sua estrutura social.

Ampliando estas considerações, é importante trazer à baila o que afirma Burke (1991, p.12) ao assinalar que a *École des Annales*:

[...] valorizava a erudição, privilegiando a dimensão política e enfatizando o conhecimento de longa duração- esforça-se em aproximar a história de outras disciplinas, debruçando-se menos nas narrativas dos acontecimentos e mais na análise de suas estruturas, defendendo a necessidade de uma história total, ou seja, capaz de estudar, simultaneamente, o econômico, o social e o cultural.

Conforme a citação anterior, a noção de interdisciplinaridade era algo que tinha de ser contemplado na agenda metodológica da *École des Annales*, o que pode ser explicado pela necessidade de diálogo da história com outras áreas do conhecimento que lidassem com o estudo daquilo que lhe era precípuo: economia, sociedade e cultura.

A *École* alcançou três diferentes gerações que foram representadas por estudiosos e empreendimentos teórico-metodológicos distintos. A primeira, cujo marco temporal tem início em 1929 e se estende ao ano de 1945 tem seus interesses ligados àquilo que lhe era essencial: a interdisciplinaridade. É cabível acrescentar, conforme fez Martino (2013, p.21), que:

É nesse momento que a história tradicional, a história política e a história de evento são refutadas por Febvre e Bloch; o fato histórico passa a ser uma construção teórica e não uma verdade; as fontes são alargadas; e a interdisciplinaridade é implantada (Linguística, Sociologia, Psicologia etc).

Como pode ser visto na última citação, os representantes desta fase, a saber: Bloch e Febvre, estavam imbuídos em promover alianças com estudiosos de outras áreas, possibilitando, pois, uma interdisciplinaridade capaz de fomentar uma história mais plural e ligada a distintas áreas do conhecimento. Assim, o interesse era eliminar o ranço historicizante das pesquisas tradicionais, renovando, portanto, a metodologia de estudos/pesquisas historiográficas.

Sobre a necessidade de alterar o roteiro dos estudos historiográficos, convém trazer à discussão o que assinala Vainfas (2011,p.120) ao frisar que:

Contra a tal história historicizante, Febvre e Bloch opunham uma assim chamada história nova, uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história de estruturas em movimento, com grande ênfase no estudo das condições de vida material, embora sem qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social.

A segunda geração, cujo marco temporal se estende de 1946 a 1969, é orientada pelo seu principal expoente, Fernand Braudel, que foi discípulo de Febvre. Com a morte deste, em 1956, Braudel passa a dirigir os *Annales*. Sua principal contribuição diz respeito à necessidade de uma história globalizante, capaz de envolver uma investigação mais profunda, mantendo a interdisciplinaridade e, assim, sob seu comando, a história passa, efetivamente, a dialogar de forma mais efetiva com outros conhecimentos. Sobre isso, ouçamos Reis (2004, p. 107) ao afirmar que:

Braudel reafirmou os princípios dos fundadores: aproximação da história das ciências sociais, defendendo a posição “federadora” da história entre elas, recusou ainda enfaticamente a história política e “acontecimental” e reafirmou, com a mesma ênfase, a história problema e a história-global.

Além da confluência com outros saberes, essa fase volta-se para uma observação quantitativa, visando analisar o todo, logo, propunha uma história global, ainda que voltada para o problema da liberdade individual. Para Braudel, o historiador deveria percorrer caminhos de tempo mais longo. Assim, entraria, verdadeiramente, em contato com a estrutura social e econômica da sociedade.

Na terceira geração dos *Annales*, cujo início se efetiva na década de 70 do século XX, a principal observação a ser destacada, a nossos ver, é a retomada das mentalidades que também constavam na agenda da primeira geração e dizia respeito às atitudes e comportamentos coletivos que careciam de análise para se entender as estruturas sociais. Em razão disso, conforme asseveram Fávero e Molina (2006, p.21), modificam-se “suas preocupações, centrando-se nas mentalidades, nas vidas cotidianas, firmando-se em representações e interpretações, ampliando sensivelmente o conceito de fonte”. Ao que diz respeito à terceira geração, Falcon (2011, p.100) assinala que a História das Mentalidades tem a ver:

[...] com a análise, ora dos grandes movimentos coletivos, ora das psicologias individuais, mas sempre alicerçados em conceitos inovadores como

utensilagem mental, atitudes mentais [...] além de englobar questões ou tópicos como a linguagem, as crenças, a cultura popular, as concepções filosóficas.

Além de Le Goff, que foi aluno de Braudel, destacam-se Chartier, Le Roy, Ariès e outros. Nesta geração, estudos sobre estratos sociais são colocados em evidência como a história da sexualidade, a história da beleza, a história da infância, a história dos marginalizados etc. Outrossim, intensificando-se a necessidade de constituição da interdisciplinaridade, alianças foram feitas com diversas áreas do conhecimento como a literatura, a psicanálise, a linguística, por exemplo.

Torna-se cabível assinalar que a terceira geração tem a ver com a necessidade de se resgatar para a história o chamado terceiro nível a que os teóricos faziam referência, ou seja, o nível do mental. Com a aposentadoria de Braudel, a presidência da *École* ficou sob a gerência de Le Goff e a revista passou a ter o comando dos historiadores Jacques Revel e André Burguière que, iguais a Le Goff, se dedicavam ao estudo das mentalidades. Nesse sentido, como assevera Vainfas (2011, p.125):

Abriu-se, assim, o caminho para que a produção historiográfica francesa fosse “do porão ao sótão”, metáfora então usada para exprimir a mudança de preocupações da base socioeconômica ou da vida material para os processos mentais, a vida cotidiana e suas representações.

As mentalidades, nos dizeres de Vovelle (1997, p.26), têm a ver com o estudo “das mediações da relação dialética entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles narram e mesmo como a vivem.”

Há que se destacar o inconsciente coletivo que, no arcabouço teórico do estudo das mentalidades, é frequentemente acionado, sendo, pois, a vida mental de indivíduos ligada à consciência coletiva em face de determinadas ideologias, crenças, comportamentos etc. Para ratificar o que ora se afirma, Ariès (1990, p.479) assevera que o inconsciente coletivo é “o domínio das ideias feitas e das ideias em voga, dos lugares-comuns, dos códigos da conveniência e da moral, dos conformismos e dos interditos, das expressões aceitas, impostas ou rejeitadas, dos sentimentos e dos fantasmas.”

Contudo, ao investigar que os comportamentos sociais não podem ser entendidos por força de algo inconsciente que, coletivamente, “invade” a realidade humana, mas que devem ser

analisados por seu envolvimento com fatores sociais e culturais, Cardoso (2012, p.16) assinala que:

A consciência não é um reflexo passivo das condições sociais, visto que resulta de um desvelamento ativo das propriedades dessas condições. Os significados são um atributo da realidade, mas só adquirem vida quando são ativados pela prática, que os formula social e culturalmente; já a produção de significações ocorre no cruzamento, na tensão ou na negociação entre estruturas e representações. Os interesses não afloram na consciência por si mesmos, mas fazem-no mediante disposições culturais dos indivíduos, e a experiência ajusta interesses e condutas.

A respeito da citação anterior, destaque-se que as ideias que colocam em evidência os aspectos culturais que oportunizam as atitudes humanas em espaços sociais distintos serão retomadas no tópico seguinte pela discussão sobre a História Nova Cultural.

Por ora, em face das gerações distintas dos *Annales*, é possível considerar, como fizeram Fávero e Molina (2006, p. 21:22), que o que existe de aglutinante entre elas é o destaque “na questão metodológica, já que a interdisciplinaridade, a análise de fatos advindos de várias áreas, tendo em vista a construção de uma história-problema, imprime uma especial importância à interpretação dos fatos e à busca constante de esclarecimento dos porquês.”

1.2 A História Nova Cultural

Na década de 80 do século XX, discussões a respeito da necessidade de se vincular aspectos culturais à história alcançaram relevo nos debates historiográficos, propiciando o estabelecimento da História Nova Cultural que veio modificar, por assim dizer, o modo de se ler o mundo, vez que até a própria ideia de mental coletivo passou a ser colocada em análise, visto que, grosso modo, adentrar às camadas da mentalidade do indivíduo, observando os seus anseios, suas ideologias, suas crenças, seus valores etc era uma proposição um tanto abstrata.

Destarte, os interesses voltavam-se não exclusivamente para a observação das mentalidades, mas para a análise das configurações culturais e de suas implicações na vida social. Numa visão historiográfica, para Falcon (2011,p. 34), a cultura pode ser concebida como:

Um conjunto ou sistema de aspectos ou manifestações ditas culturais (práticas e representações, segundo Chartier), que sempre esteve presente de uma forma ou de outra, na tradição historiográfica ocidental, tanto como objeto quanto como pressuposto inerente ao próprio ato do historiador.

Eagleton (2005, p. 9), por seu turno, afirmando a cultura ser algo de difícil definição, recorre ao aspecto etimológico do termo para assinalar ter esta “[...] um conceito derivado do de natureza. Um de seus significados originais é ‘lavoura’ ou ‘cultivo agrícola’, o cultivo que cresce naturalmente.” Percebe-se, portanto, o aspecto natural que envolve a cultura de maneira que esta, por ser essencial ao ser humano, lhe é intrínseca.

Cardoso (2012, p.23), acerca dos modelos de leitura de mundo que surgem das representações culturais, pontua que:

A revisão dos modelos explicativos disponíveis ocorreu a serviço de um interesse crescente pela cultura, sendo possível perceber uma insatisfação com explicações a partir da economia ou dos interesses de classe. Na noção de cultura enfatizaram-se os mecanismos interpretativos e os valores, e muitos agora passaram a crer que a cultura não é mera função do material, do social, uma vez que as crenças e atividades rituais das pessoas, por exemplo, com as expectativas socioeconômicas, e os efeitos dessas interações proveem a explicação das condutas e da origem das relações sociais.

Acerca dos interesses da História Nova Cultural, Chartier (1990, p.16-17) assevera que o principal objetivo diz respeito a “identificar o modo como uma realidade social em diferentes lugares é construída, pensada e dada a ler” e, para isto, convém entender que o mundo é representado por atores sociais que agem em consonância aos interesses de grupos sociais de que fazem parte.

Ressalte-se que a história, nestes termos, tem de traduzir a cultura da sociedade e, por ser assim, assinala Chartier (1990, p. 19) que:

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos- ou, por outras palavras, das representações do mundo social- que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse.

Acerca dessa guinada da história, convém trazer à baila o que assinala Santos (2018, p. 19) ao enfatizar a necessidade de incluir as ações humanas e o protagonismo do homem para o arcabouço do empreendimento historiográfico a partir do século XX. Para este estudioso:

O homem participa, de forma ativa e colaborativa nos mais diversos eventos do cotidiano. Ele faz parte de um meio social, ou seja, está a todo instante interagindo, de forma direta, nos fatos específicos que ocorrem ao seu redor,

ao longo dos anos. Sendo assim, podemos afirmar que o homem é o principal protagonista da história. Sem ele, não haveria história, mas, também, sem o historiador, o estudioso da sociedade, não haveria história.

Sobre as mudanças epistemológicas propiciadas pela História Cultural, Pesavento (2003, p. 13) afirma que:

As principais mudanças epistemológicas decorrentes da história cultural estiveram ligadas à reorientação da postura do historiador, a partir de conceitos de: representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades. As representações “construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de conduta e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações sobre a realidade”.

Há que se destacar que a história social das interpretações tem a ver com o modo pelo qual a sociedade interpreta os discursos sobre valores culturais, ideologias, crenças etc de um povo e, uma vez compreendidos estes discursos, como nos faz lembrar Chartier (1990, p.24), eles “afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo.”

Para arrematarmos as considerações apresentadas neste tópico, destacamos que a História Nova Cultural prioriza a construção histórica a partir das expressões sociais e culturais. Logo, essa área do conhecimento tem de ser concebida numa dimensão plural que apresenta, por assim dizer, rotas alternativas para a investigação de aspectos culturais de determinada sociedade. Pensando-se assim, urge enfatizar que a História das Ideias Linguísticas, de quem trataremos posteriormente, é fruto da História Cultural, uma vez que coloca em relevo o percurso do conhecimento linguístico que é, por excelência, uma representação cultural, haja vista que interpreta práticas, processos e objetos ligados à ciência da linguagem.

1.3 História das Ideias

Para que se possa estabelecer um vínculo com o tópico seguinte que versa sobre o campo de investigação, o conceito, entre outras especificidades da História das Ideias Linguísticas, apresentaremos, aqui, aspectos ligados à história das ideias que, como afirma Foucault (2013, p.167), tem a ver com “a tarefa de penetrar às disciplinas existentes, tratá-las e reinterpretá-las.”

Além disso, nos dizeres do mesmo autor (2013, p.168), a história das ideias possibilita mostrar:

[...] como o saber científico se difunde, dá lugar a conceitos filosóficos e toma forma eventualmente em obras literárias; mostra como problemas, noções, temas podem emigrar do campo filosófico em que foram formulados para discursos científicos ou políticos; relaciona obras com instituições, hábitos ou comportamentos sociais[...]

Urge enfatizar o terreno arenoso em que pisa o pesquisador ao tentar propor uma definição acerca do termo ideia, dada a sua abstração. Nesse sentido, os historiadores, de uma maneira geral, têm acolhido a noção mais tradicional da palavra, pois, como afirma Falcon (2011, p.77), há um alargamento da noção de ideia que, por isso, tem sido substituída por:

[...] concepções variadas e assentes no pressuposto comum do caráter “dinâmico” das ideias. Assim as tradicionais indagações acerca da “natureza” e “significação” tendem a ser substituídas por outras respeitantes a “como as ideias significam, se articulam umas às outras, são transmitidas ou recebidas”, tudo isto no âmbito de um processo mais geral que é o da “produção do sentido”. A noção ou conceito tradicional de ideia é essencialmente representacional, imagético, como o consignam aliás os dicionários: “representação mental de um objeto ou fato.

Sabendo-se da dificuldade de propor uma definição categórica ao termo ideia e do alargamento de seu sentido no arcabouço historiográfico na contemporaneidade, é conveniente asseverar que a história das ideias constitui apenas uma dentre as diversas disciplinas históricas que têm como objeto de estudo, ainda que não exclusivo, as ideias.

Falcon (2011, p.76), sobre como a história das ideias tem sido concebida ao longo do tempo e em lugares distintos, postula que:

Segundo Chartier, “em França, a história das ideias praticamente não existe, nem como noção, nem como disciplina... e a história intelectual parece ter chegado demasiado tarde”. Tal situação já fora exposta por Ehrard na década de 1960, e sua evidência mais incisiva está no conteúdo das diversas publicações dedicadas aos temas da *nouvelle histoire* — nenhum deles menciona sequer a história das ideias. A historiografia francesa contempla coisas parecidas como a história social das ideias, ou a história sociocultural, além, é claro, da história das mentalidades. Não será, portanto, na historiografia francesa contemporânea que se poderá encontrar a história das ideias mas, sim, em outras tradições historiográficas, como a germânica ou a italiana e, principalmente, a anglo-saxônia (britânica e norte-americana). O historiador norte-americano Robert Darnton, por exemplo, descreve quatro tipos de disciplinas que de alguma forma estudam as ideias: (1) a história das ideias propriamente dita — o estudo do pensamento sistemático, ou seja, as ideias geralmente expostas em tratados filosóficos; (2) a história intelectual

— o estudo do pensamento informal, climas de opinião, movimentos literários; (3) a história social das ideias — o estudo das ideologias e da difusão das ideias; (4) a história cultural — o estudo da cultura no senso antropológico, inclusive as concepções ou visões de mundo e as mentalidades.

Convém ressaltar que todos os desdobramentos da história que estudam as ideias, aludidos na citação anterior, estão ancorados no marxismo por tratarem, de algum modo, do pensamento filosófico, político e econômico. Ao que diz respeito àquilo que é de interesse da história das ideias, carece destacar o que enfatiza Chartier (1990, p. 30) ao afirmar que:

A história das ideias cobre três histórias- história individualista dos grandes sistemas do mundo, história dessa realidade coletiva e difusa que é a opinião, história estrutural das formas de pensamento e de sensibilidade; para Robert Darnton, a história intelectual (*intellectual history*) compreende: a história das ideias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente dita (o estudo do pensamento informal, das vagas de opinião e das dinâmicas de alfabetização), a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias.

Estas considerações acerca da história das ideias alcançam relevância porque é a partir de seus interesses e, necessariamente daquilo que se objetiva analisar que, hodiernamente, diversas linhas de pesquisa têm surgido a partir dos pressupostos advindos da história das ideias, quais sejam: história das ideias pedagógicas, história das ideias políticas, história das ideias psicológicas, história das ideias linguísticas etc. Estas linhas trabalham com um objeto ideológico mais concreto se comparadas à história das ideias cujo objeto centrava-se numa abstração, num olhar ideológico, avaliando os “aparelhos” que fomentavam ou possibilitavam esses domínios.

1.4 História das Ideias Linguísticas

Sobre as discussões a respeito da História das Ideias Linguísticas, inicialmente, convém tratar, sumariamente, de sua gênese para que avancemos para destacar, posteriormente, o estado da arte desta linha de pesquisa. Nesse sentido, ressalte-se que os últimos vinte e cinco anos do século XX viram lograr êxito este profícuo campo de estudo. No ano de 1975, Konrad Koerner cria a revista *Historiografia Linguística*. Anos mais tarde, em 1978, surge a *société d'histoire d'espistémologie des sciences du langage*, Em 1989, Auroux propõe o projeto da História das Ideias Linguísticas que:

[...]foi planejado para ser executado em três tomos, com o objetivo de propor um novo quadro de referenciação concernente às ciências da linguagem: o

primeiro aborda as origens, colocando em igualdade o grego, o árabe, o chinês, o sânscrito etc. O segundo trata da gramática latina e sua transferência aos vernáculos europeus, abrangendo as grandes compilações do fim do século XVII e início do século XIX. O terceiro aborda a gramática comparada e o desenvolvimento da linguística moderna. (MANOLIO, 2018, p.23)

Pela citação anterior, é possível enfatizar que tais estudos englobam objetos distintos, ampliando, portanto, o campo de pesquisa. O projeto de Auroux que trata da gramática latina e sua transferência para os vernáculos europeus interessa-nos nesta pesquisa, uma vez que, por influência de obras que se inscrevem do século XVII ao XIX, a produção gramatical brasileira esteve orientada.

Sobre a confluência entre as áreas do conhecimento em questão, torna-se cabível fazer referência ao trabalho de Fávero e Molina (2006, p.17) para quem a História das Ideias Linguísticas é fruto da história cultural. Estas estudiosas afirmam que, “frente à questão da interdisciplinaridade, tão abordada atualmente nos meios acadêmicos, percebeu-se a necessidade de aproximarem-se duas disciplinas que já estavam ligadas” e, assim, história e linguística encontram um ponto em comum, favorecendo a multiplicação de trabalhos com sólidas e promissoras abordagens que têm a análise do horizonte de retrospectão como característica basilar.

Quando inquiridos sobre denominar este campo de estudos por história das ideias ou história das teorias linguísticas, Colombat, Fournier e Puech (2017, p.16) enfatizam a necessidade de acolher o termo ideias pelo fato de ser “mais respeitoso com a diversidade de formas que pode tomar o saber na história, ou em outras culturas.”

Continuam afirmando que:

Sob esse termo ideia, subsumem-se todos os tipos de objetos que ultrapassam largamente aquele “de teoria”: há **os conceitos** (por exemplo, as partes do discurso), **os procedimentos** (adição, subtração, mutação, permuta, comparação etc. dos quais dependem os conceitos linguísticos importantes como o da elipse ou da analogia), **as técnicas** (como aquele da demonstração, que explica o recurso aos exemplos, aos paradigmas etc.

Nesse sentido, é imperativo destacar a importância da associação entre os saberes ligados à história e à linguística. Logo, é prerrogativa da História das Ideias Linguísticas a observação de aspectos que se relacionam ao modo pelo qual o saber linguístico esteve

representado no tempo, como se deu sua transformação, sua evolução ou o seu desaparecimento.

Nesta direção, é cabível enfatizar que esta linha de pesquisa se volta ao estudo de qualquer saber representado ao longo do tempo nos estudos da linguagem. Sendo assim, conforme sugere Orlandi (2001, p.16):

Podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem, a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem.

Nas abordagens da História das Ideias Linguísticas, deve haver, conforme assinalam Fávero e Molina (2006) “[...] o estabelecimento de um diálogo entre o pesquisador e os homens e linguagens de outras épocas”, permitindo, assim, compreender a necessidade de se relacionar estas duas áreas do conhecimento. Além disso, é necessário frisar que interessa, a esta linha de pesquisa, analisar como o saber linguístico foi discutido e disseminado em determinada época, pois, como assevera Auroux (2014, p.12), “ todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber.”

A respeito do que é feito quando se faz história das ideias linguísticas, convém destacar que a empreitada do historiador é, então, a de criar condições para uma reflexão sobre a epistemologia das ciências da linguagem. Sobre isto, Colombat, Fournier e Puech (2017, p.18-19) assinalam que tal reflexão se torna possível por meio da produção de informações confiáveis sobre:

a-) as teorias antigas, os conhecimentos que elas produziram, os conceitos que elas elaboraram; b-) a forma sob a qual os problemas foram colocados e conhecidos; c) ou, ainda, alargando um pouco a problemática sobre as questões mais gerais e mais fundamentais. Como os gramáticos e os linguistas concebem seu objeto em tal ou tal momento? Como foram apreendidos e concebidos os fatos e os dados, as regras e/ou as leis que os organizam. Ou, ainda, como foram distinguidos o possível e o impossível de língua, o que se pode dizer, ou não se pode dizer, e por que? Como foram definidas as condições de validação das descrições?

Nesse sentido, o historiador, em se tratando do seu fazer historiográfico, produz informações linguísticas, alargando, por assim dizer, os problemas, os conceitos desenvolvidos

antes dele. Nestes termos, Vieira (2018, p. 15), ao enfatizar a tarefa do pesquisador ligado à história dos estudos linguísticos, assinala que:

Seu norte é a ideia de que o conhecimento linguístico se daria por sucessivos movimentos de acumulação e evolução de saberes. Isto é, o estudioso da linguagem sempre partiria daquilo que disseram seus antecessores- quer concorde com eles, quer deles discorde- , sendo fadado, de qualquer modo, a conhecer mais aprofundadamente o objeto que investiga.

Ao que se reflete da citação anterior, pode-se afirmar que o estudioso da linguagem sempre parte daquilo que seus antecessores disseram/afirmaram quer concorde ou não com eles.

Fávero e Molina (2006) propõem que as pesquisas em História das Ideias Linguísticas necessitam de um refinamento metodológico capaz de fazer com que o historiador consiga superar algumas dificuldades, a saber: a exaustividade, a busca de fontes, o estudo da documentação.

Sobre a exaustividade, as autoras asseveram que o historiador não apreende conceitos, normas, empreendimento teórico de forma abstrata, uma vez que estes se inscrevem em um conhecimento já propagado e cabe ao pesquisador interpretá-lo, analisá-lo. Esta noção tem a ver com o que Auroux (2014) denominou por horizonte de retrospectão. Nesse sentido, lembram-nos Fávero e Molina (2006, p. 26) que “quanto mais o inventário aumenta, mais esfumada é a noção de exaustividade [...] ao pesquisador cabe recolher os fios que constituem esse saber, identificá-los, esticá-los para atá-los a diferentes épocas.”

Sobre a busca de fontes, convém frisar, amparado no que afirmam Fávero e Molina (2006), a dificuldade de se ter acesso à documentação, vez que, na maioria das vezes, o pesquisador tem de fazer uma verdadeira ‘garimpagem’ para conseguir o documento de que precisa, havendo, portanto, a necessidade de uma busca minuciosa para encontrá-lo.

Outra dificuldade que o historiador pode encontrar reside na seleção do material a ser pesquisado, podendo haver, portanto, a necessidade de um recorte no material que se intenta analisar pelo fato de que seja possível que o pesquisador não consiga encontrar ou demore considerável tempo para chegar a todos os documentos que compõem determinado saber propagado por diversos autores que se deseja estudar ou mesmo de um em particular quando da análise nas reedições de seu artefato linguístico.

Sobre este ponto, é necessário relembrar que, para esta nossa pesquisa, precisamos fazer uma seleção do material a ser pesquisado conforme justificativa sinalizada na introdução. A

respeito da dificuldade a que se pode chegar o pesquisador com o estudo da documentação, Fávero e Molina (2006) enfatizam que o olhar do pesquisador deve estar voltado para o ontem, ou seja, para o momento em que aquele saber esteve representado, logo, o historiador deve empenhar-se em criar determinado clima histórico sem esquecer que ele, pesquisador, está inserido no hoje e, por isso, deve contemplar, de longe aquele tempo retratado. Nesse sentido, é preciso salientar que, no arcabouço metodológico de análise de documento linguístico em perspectiva histórica, é conveniente destacar que o intento não diz respeito a estabelecer cotejo de modo a observar, hodiernamente, como determinada questão linguística é descrita/analizada, mas tem a ver com o fato de se destacar o percurso que possibilitou criar, ressignificar dado elemento ou artefato na história do conhecimento linguístico.

Uma vez transpondo-se estas dificuldades, pode-se dizer que:

[...] o estudioso da história das ideias linguísticas, mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada aquela ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da linguística atual. (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 29)

Pelo fato de termos feito menção ao horizonte de retrospectão pela consideração de que o ato de saber possui uma espessura temporal, ouçamos o que assevera Auroux (2007, p. 161):

Este pode ser estruturado de diversas maneiras distintas como conhecimentos comuns. Mas eles podem também ser indexados, com os autores e também as datas. A existência do horizonte de retrospectão testemunha que o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo: não há conhecimento instantâneo, o que não significa que o objeto do conhecimento ou seu valor sejam temporais, como sustenta o relativismo. Isso significa que é preciso tempo para saber.

Lembra-nos Auroux (2014) que, por ser limitado, o ato de saber possui consistência temporal, sendo necessário, portanto, observar como esse conhecimento engendrou-se e, posteriormente, foi dado a ler. Há que se levar em consideração, na abordagem de quaisquer estudos que se ancoram nos postulados da História das Ideias Linguísticas, um horizonte de retrospectão que implica um horizonte de projeção, objetivando, portanto, fazer uma revisão do saber linguístico que foi inscrito ao longo do tempo com a finalidade de legitimar uma prática cognitiva contemporânea.

Sobre esse horizonte, cabe, ainda, frisar que o historiador tem de levar em consideração, na análise de determinado artefato linguístico, a interpretação de como este instrumento foi organizado, como se construíram os conceitos que nele subjazem. Nesse sentido, Leite (2014, p. 117) enfatiza que:

O conhecimento desse horizonte, ou seja, do espaço-tempo e de todo o condicionamento científico e social do autor, fatores que inexoravelmente repercutem na obra, têm de ser considerados para a interpretação de sua composição e dos conceitos que a integram, assim como para a delimitação do objeto a ser estudado.

Convém destacar que esta linha de pesquisa tem por objetivo, também, apreender no objeto em análise, dentro de um contexto de produção, como e de que forma ele e o meio estão interligados para a consolidação do saber que, como nos lembra Auroux (2014, p. 14) “resulta a cada instante de uma interação das tradições e contexto.” Assim, este campo de estudo tem ganhado espaço no bojo das discussões linguísticas no Brasil sob a prerrogativa de que o conhecimento faz parte “de uma realidade histórica realizada na interação da atualidade com seu passado, na comunicação dos indivíduos com o tempo” (SAPATERRA, 2015, p. 26).

Como fizemos menção ao conhecimento que, sob a ótica da História das Ideias Linguísticas, emerge dos fatores contextuais que possibilitaram a sua consolidação, passemos, no tópico seguinte, a afirmar-lo a partir do saber linguístico que é manipulado, construído, sendo, portanto, metalinguístico.

1.4.1 O fato e o conceito da gramatização

O processo de gramatização, como afirma Auroux (2014, p. 35), constitui – depois do advento da escrita – a segunda revolução técnico-linguística. Destarte, urge enfatizar que determinado saber linguístico que possibilitou a produção de algum artefato foi pensado antes mesmo do advento das teorias da linguística moderna, uma vez que a gramatização está ligada, potencialmente, ao conhecimento que é, por natureza, um produto histórico e cultural. Acerca disso, Auroux (2014, p. 35) estabelece que a gramática e o dicionário são produtos de tecnologias intelectuais, sendo, portanto, artefatos linguísticos que se referem ao surgimento de metalinguagens.

A obra *A revolução tecnológica da gramatização*¹¹, do autor anteriormente citado, apresenta duas teses fundamentais sobre o aparecimento da escrita e sobre o processo de gramatização das línguas. Aquela pode ser entendida como a primeira revolução técnico-linguística e como um dos fatores necessários ao aparecimento das reflexões sobre a linguagem a partir de uma codificação/materialização. A outra é considerada como a segunda revolução técnico-linguística, vez que, como assevera Auroux (2014, p.71), essa ação contínua “modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade.”

Acerca da segunda revolução técnico-linguística, Auroux (2014, p.71) assinala que:

[...] no curso desses 13 séculos de história vemos o desenrolar de um processo único em seu gênero: a gramatização massiva, a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição greco-latina), das línguas do mundo. Essa gramatização constitui- depois do advento da escrita no terceiro milênio antes da nossa era- a segunda revolução técnico-linguística.

Assinala o teórico, ainda, sobre a existência de dois fatos capazes de engendrar o processo de gramatização. O primeiro efetiva-se pela necessidade de atender a interesses, quais sejam:

- a-) acesso a uma língua de administração;
- b-) acesso a um *corpus* de textos sagrados;
- c-) acesso a uma língua de cultura;
- d-) relações comerciais e políticas;
- e-) doutrinação religiosa;
- f-) viagens (explorações);
- g-) colonização

O segundo fato diz respeito à política de uma língua dada a partir de dois interesses:

- i-) organizar e regular uma língua literária;
- ii-) desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

¹¹ Publicada em primeira edição em 1992. A edição adotada para este estudo é a de 2014.

Sobre os dois fatos que propiciam a ação contínua da gramatização, pode-se afirmar que esses dizem respeito a interesses diversos (políticos, culturais, ideológicos etc) e impõe uma política linguística.

Em relação ao conceito, assinala Auroux (2014, p.65) que, por gramatização, “deve-se entender o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. Afirma esse estudioso que o processo de gramatização tem duração contínua, o que se explica pelo fato de as línguas estarem em constante evolução.

Em face às considerações até aqui levantadas, julgamos necessário destacar que o processo de gramatização equivale a uma transferência de tecnologia entre línguas, podendo ser caracterizada por endogramatização ou exogramatização. Grosso modo, sobre isto, afirma Silva (2014, p. 33) que:

A gramatização espontânea (fora de transferência corresponde a uma endogramatização. Um exemplo de endogramatização é a transferência de tecnologia das tradições linguísticas gregas para a língua latina, pelos latinos. A gramatização dos vernáculos europeus a partir das tradições latinas pelos europeus também é um caso de endogramatização. Um caso de exogramatização é a transferência de tecnologia do português para as línguas indígenas, pelos portugueses (e não pelos indígenas).

Sobre a área de investigação do processo de gramatização, Auroux (2014, p.76) enfatiza que:

O processo de gramatização que nos interessa corresponde a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla. Importa levar em conta a situação dos sujeitos que efetuam a transferência, segundo eles sejam ou não locutores nativos da língua para a qual ocorre a transferência.

Certo de que o processo massivo de gramatização está ancorado em um saber sobre conhecimento linguístico, convém assinalar que este emerge do nascimento das metalinguagens que principia na consciência do homem falante (saber epilinguístico). Todavia, na construção de um saber capaz de gerar produção de artefatos linguísticos há que se considerar o conhecimento metalinguístico que é, por natureza, construído, manipulado e indicador de que as ideias linguísticas são construídas, ressignificadas e postas em continuidades ou descontinuidades espriadas em artefatos que registram e legitimam esse saber.

Nesse sentido, tomando-se como foco de análise a espessura temporal que permite observação retrospectiva e geradora, pois, da afirmação de um conhecimento cognitivo em dado momento posterior, convém refletir sobre o que nos ensina Auroux (2014, p. 12) ao destacar que:

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina, ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.

Ressalte-se que as gramáticas de uma língua são objetos culturais que legitimam e atestam a identidade linguística de um povo e, ao longo da história de sua criação, mantiveram uma composição progressivamente estável e, conforme nos lembram Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 115) as gramáticas surgidas aproximadamente no século III a.C., necessariamente, apresentam:

1. Um conjunto de categorias e de subcategorias que permitem segmentar a cadeia dos enunciados em unidades e descrever-lhes a morfologia. Esse dispositivo, no longo termo, pode sofrer modificações: acréscimo de novas categorias, modificação de sua hierarquia, da ordem de exposição, de sua definição. A estabilidade do dispositivo é, todavia, aqui, o fenômeno notável. O plano por parte do discurso é o plano canônico das gramáticas da tradição ocidental; 2. Os objetos discursivos, dos quais o discurso do gramático não pode (quase) nunca fazer economia: os exemplos e as regras.

Após as considerações sobre a gramatização que emerge do nascimento das metalinguagens, passemos a discutir, no tópico seguinte, a periodização dos estudos do saber metalinguístico no Brasil.

1.4.2 Propostas de periodização da gramaticografia brasileira

A periodização da gramatização no Brasil segue, para seu delineamento, concepções¹² e eventos históricos¹³ distintos que assinalam a distribuição em períodos a partir de estudos que, na tentativa de delinear o quadro que melhor representa as concepções que orientaram a produção de gramáticas no país, contribuíram para que fosse possível observar os marcos teóricos e

¹² Influências linguísticas distintas.

¹³ Eventos históricos representados ao longo do tempo como o “descobrimento” do Brasil, a Independência do Brasil às subserviências político-administrativas de Portugal, a fundação de Faculdades e da Academia Brasileira de Letras e outros.

históricos que nortearam a criação de gramáticas de séculos passados até a contemporaneidade. Nesse sentido, apresentamos, por meio de seis propostas de expressivos estudiosos, como está delineada, hodiernamente, a periodização dos estudos linguísticos no Brasil, permitindo, portanto, observar o processo de gramatização no país.

1ª proposta: Nascentes (1939), a partir de estudos filológicos do Brasil, chega à conclusão de que estes podem ser distribuídos em 4 períodos, a saber: o primeiro, denominado por ele de período embrionário, tem seu início com o “descobrimento” do Brasil, estendendo-se até 1835 com a publicação do *Compendio da Grammatica da Língua Nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja. O segundo, denominado por Nascentes de empírico, tem seu início em 1835 com a publicação da obra *Estudos filológicos*, produzida por Coruja e desenvolve-se até 1881, data da publicação da gramática de Júlio Ribeiro. O terceiro, chamado de gramatical, inicia-se em 1881 e vai até 1939, data da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia. A fundação desta Faculdade, pelo que estabelece Nascentes (1939), é o marco que faz emergir, a partir de então, o quarto período do processo de gramatização no Brasil.

2ª proposta: Elia (1975) divide os estudos filológicos brasileiros em dois grandes períodos: o vernaculista e o científico. O primeiro tem seu início em 1820, ano em que começa a ser intensificada a ideia da independência do Brasil que se consolidou em 1822, estendendo-se até 1881 com o surgimento da gramática de Júlio Ribeiro. O período científico a que Elia (1975) faz referência compreende duas fases, quais sejam: a primeira, de 1880 a 1900, tem como característica principal, conforme assinalam Fávero e Molina (2006, p. 48) “[...] a instância em que a renovação prevalece sobre o conservadorismo da época anterior”.

É imprescindível ressaltar que, nesse período, houve a implantação do Programa de Exames de Língua Portuguesa, idealizado por Fausto Barreto que fez emergir, significativamente, a criação de inúmeras gramáticas. A segunda fase deste período científico tem início em 1900, estendendo-se até 1960. Conforme Elia (1975), esta segunda fase é dividida em três outras fases: a primeira de 1900 a 1920 que, conforme asseveram Fávero e Molina (2006, 48) “inicia-se com o combate à base normativa de direção vernaculista”. A segunda fase, formada por estudiosos que, influenciados pelas lições dos vultosos nomes da filologia portuguesa, a saber: Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, José Oiticica, Clóvis Monteiro etc produziram materiais no período que compreende o marco temporal que se estende de 1920 a 1940.

A última fase, de 1940 a 1960, representa a transição entre o autodidatismo das fases que a antecederam e a formação universitária dos autores de obras gramaticais. É importante ressaltar

que, a partir desta fase, as ideias da linguística moderna serviram, de forma intensa, como apoio teórico para a produção de gramáticas. Estão ligados a esta fase os seguintes gramáticos: Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo, Rocha Lima, Evanildo Bechara, Celso Cunha, Adriano da Gama Kury, Ismael de Lima Coutinho, Cândido Jucá filho, Ernesto Faria Jr. e Joaquim Mattoso Câmara Jr.

3ª proposta: Guimarães (1996) divide a gramatização brasileira em quatro períodos. O primeiro, inicia-se com o “descobrimento” do Brasil e estende-se até a metade do século XIX. O segundo período diz respeito ao início das discussões em relação à língua portuguesa em uso corrente no país e tem como marco a produção da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro e a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897.

O terceiro período tem seu início no final dos anos 30 do século XX e desenvolve-se até meados da década de 60, época em que o Conselho Federal de Educação decreta que a linguística deve estar inserida no currículo dos cursos de Letras do país. Acrescente-se, também, a elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1959.

. O quarto período delimitado por Guimarães tem início em 1965, estendendo-se até os dias atuais, envolvendo, como asseveram Fávero e Molina (2006, p, 49), “uma multiplicidade de linhas de pesquisa, dentre elas as de perspectiva estrutural, funcional e gerativa, as de semântica, as de sociolinguística, as de Linguística Histórica, as de Análise do Discurso e as de Pragmática.”

4ª proposta: Azevedo Filho (1998) divide as produções em cinco momentos. O primeiro, denominado por ele de período de estudo inicial das línguas indígenas em contato com o português, compreende todo o século XVI. Tem destaque neste período a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta.

O segundo, denominado de imitação da gramática portuguesa, compreende os séculos XVII e XVIII. O terceiro período, denominado de período purista e de diferenciação idiomática, inicia-se em 1835 com a publicação do *Compendio da Grammatica de Língua Nacional*, de Coruja, até 1881. O quarto período, chamado de vernaculista e de evolucionismo linguístico é marcado pela publicação da obra *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro. É importante ressaltar, como fizeram Fávero e Molina (2006, p. 50), que, no quarto período, “[...]foram produzidos os manuais realmente brasileiros, isto é, escritos por brasileiros para brasileiros.”

O último período delimitado por Azevedo, denominado de filológico e linguístico, compreende o século XX, e, devido a sua duração, foi dividido em quatro fases, a saber: a primeira

é marcada pela pesquisa dos fatos da língua no texto de autores consagrados, sem nenhuma preocupação logicista. A segunda é marcada, sobretudo, pelas expressivas produções de Serafim da Silva Neto, Augusto Magne, Antenor Nascentes. A terceira fase é aquela em que os estudiosos não são mais autodidatas, possuindo, então, formação superior. É, portanto, uma geração de transição e tem como principal representante, pelos seus notáveis e expressivos trabalhos, Mattoso Câmara Jr. A quarta fase envolve um número significativo de expoentes que produziram estudos relevantes da língua portuguesa. A essa fase, estão relacionadas tendências cujos interesses debruçam-se sobre:

Línguas indígenas, a edição crítica de textos, o estudo do português fundamental, da norma linguística culta, da dialetologia, do português do Brasil em contato com outras línguas, a linguagem dos cantadores do Nordeste, os dialetos africanos remanescentes, da aplicação dos princípios de linguística geral ao ensino de Língua Portuguesa e dos estudos filológicos e linguísticos em nível superior. (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 50-51)

5ª proposta: Cavaliere (2002) apresenta uma proposta heterogênea e baseia-se em dois fatores preponderantes: as fontes teóricas e as obras representativas dos momentos de cisão em nossos estudos linguísticos. Destarte, o estudo que este pesquisador empreende é dividido em quatro períodos: embrionário, racionalista, científico e linguístico.

O período embrionário que se inicia no período do “descobrimento” e se estende até 1802, com o surgimento do *Epitome da Grammatica Portugueza*, de Antônio Moraes Silva. O período racionalista tem início em 1802 e se estende até 1881. Ao período científico, Cavaliere (2002) propõe uma divisão e, desta forma, delimita a partir de duas fases. A primeira, denominada de fundadora tem seu início em 1881, com a publicação da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro e prolonga-se até 1920. A segunda fase, denominada de legatária, compreende o espaço temporal de 1920 a 1941 em que há a preocupação dos autores em produzir algo que esteja voltado, exclusivamente, ao vernáculo.

O último período a que o estudioso faz referência tem seu início em 1941 e se estende até os dias atuais. Este período é dividido, também, em duas fases: estruturalista e diversificada. A primeira (1941-1980) tem como principal representante Mattoso Câmara Jr. que, tomando a língua como estrutura e, por assim dizer, seguindo os postulados da corrente estruturalista, contribuiu de maneira significativa e diversa com os estudos linguísticos no Brasil. A segunda (1980 até os dias atuais) é marcada pelo surgimento das várias linhas de pesquisa apresentadas na última fase do último período proposto por Guimarães (1996).

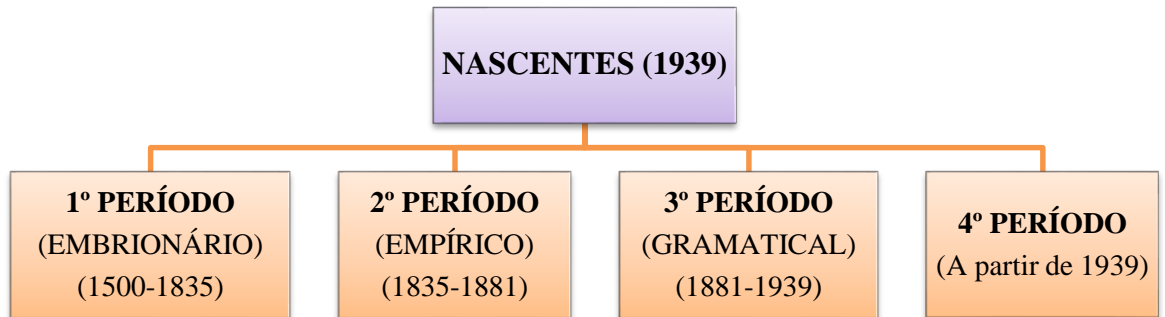
6^a proposta: A partir das propostas aludidas, Fávero e Molina (2006), ao perceberem que praticamente todas as proposições da periodização dos estudos linguísticos produzidos no Brasil tomam a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, como referência, sugerem uma divisão que contempla dois momentos. A proposta, no primeiro momento, considera as obras gramaticais produzidas antes da de Júlio Ribeiro, e estão calcadas nas ideias da gramática geral e filosófica que balizaram a produção gramatical por boa parte do século XIX. No segundo momento da periodização da gramatização brasileira, as autoras consideram as obras produzidas, no século XIX, após a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro e que foram orientadas pelas correntes científicas e guiadas pelo Programa de Exames de Língua Portuguesa, de Fausto Barreto.

Pelo fato de a proposta em tela ter sido pensada para atender a um estudo desenvolvido pelas autoras a respeito das concepções linguísticas no Brasil do século XIX, as obras produzidas no limiar dos anos noventa não foram contempladas pela especificidade do estudo das pesquisadoras. Todavia, considerando que muitas gramáticas, pelo fato de atenderem ao Programa de Exames de Língua Portuguesa, foram reeditadas já no século XX, convém destacar que seria um equívoco pensar que as autoras não consideram o início do século XX como um período de massiva produção gramatical com a incorporação de ideais do cientificismo e de conteúdos sugeridos pelo Programa.

Essa nossa afirmação sustenta-se pelo fato de, no próprio estudo das concepções linguísticas do século XIX, as autoras terem analisado gramáticas reeditadas no início do século XX, mas que tiveram sua primeira edição ainda no século XIX. Logo, urge destacar que as reedições de gramáticas no início do século XX e que tenham sido fruto de produção inicial ainda no século XIX têm de ser consideradas como pertencentes à fase inicial da gramaticografia científica brasileira.

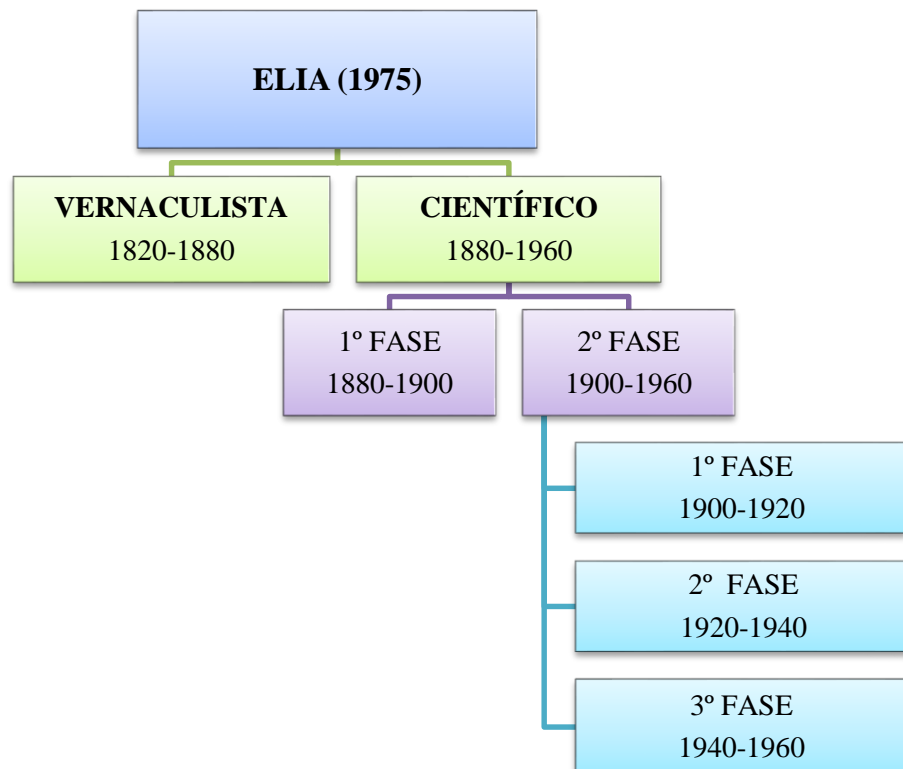
Nos esquemas que se seguem, vejamos como se delineiam as propostas de periodização dos estudos linguísticos no Brasil indicada por cada estudioso anteriormente referido.

Esquema 01: A proposta de periodização de Nascentes (1939)



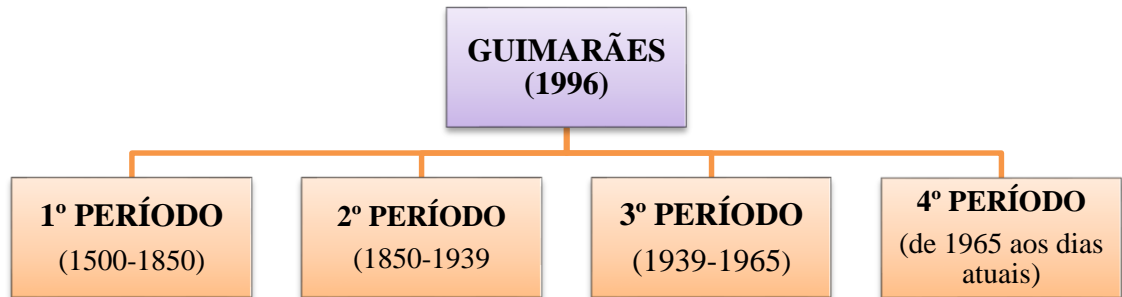
Fonte: elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Esquema 02: A proposta de periodização de Elia (1975)



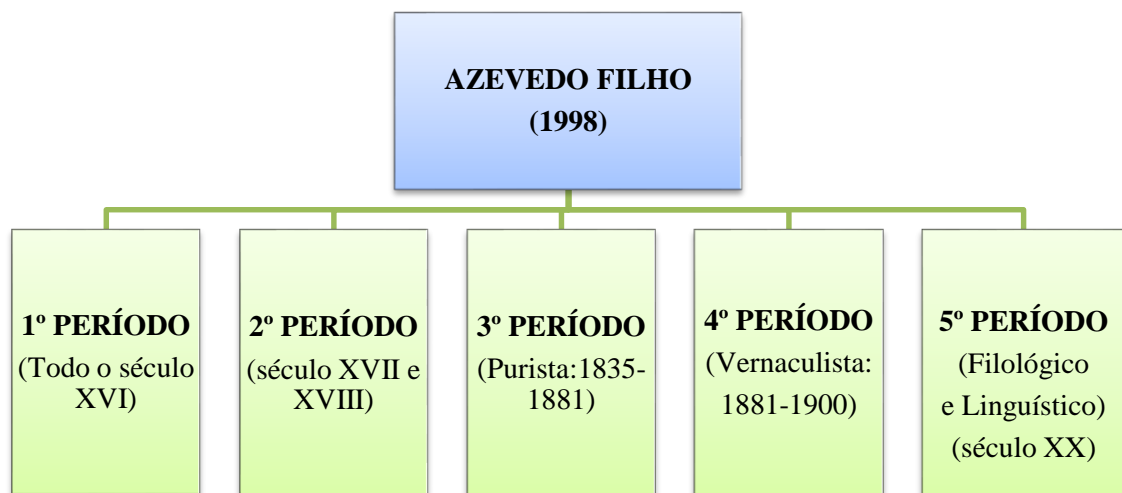
Fonte: elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Esquema 03: A proposta de periodização de Guimarães (1996)



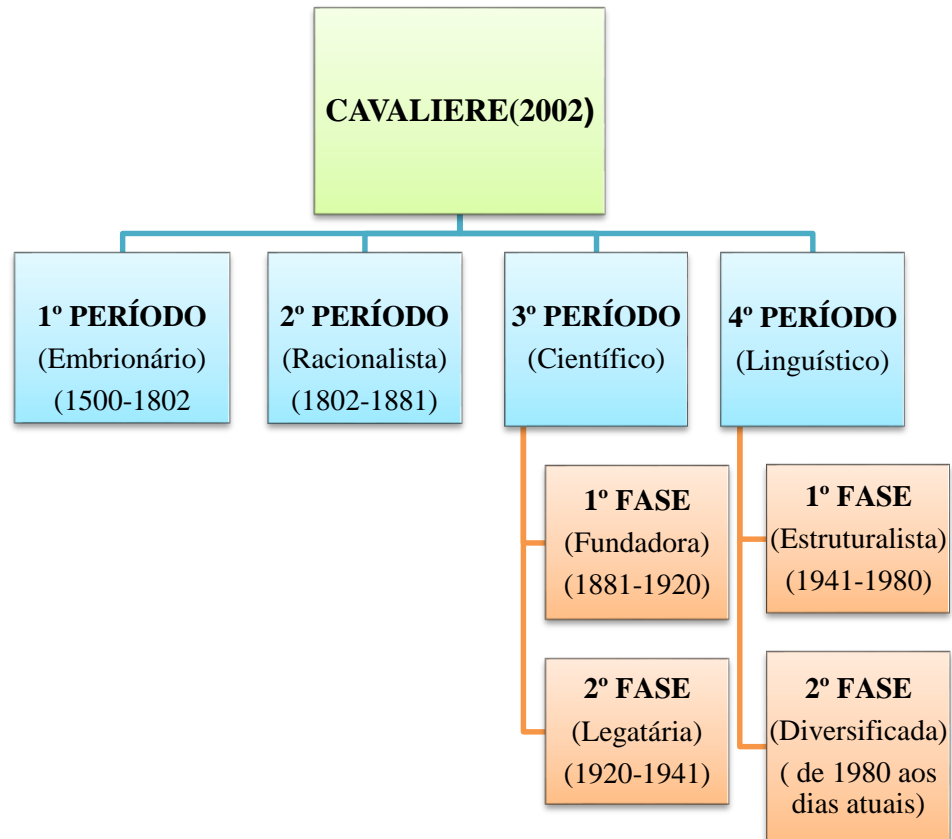
Fonte: elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Esquema 04: A proposta de periodização de Azevedo Filho (1998)



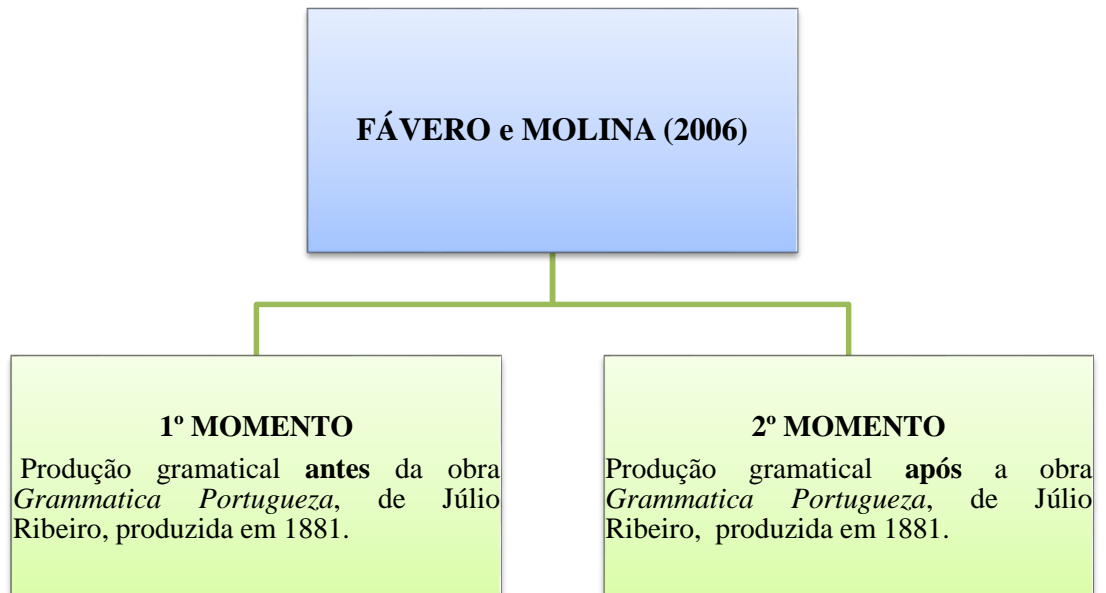
Fonte: elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Esquema 05: A proposta de periodização de Cavaleire (2002)



Fonte: elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Esquema 06: A proposta de periodização de Fávero e Molina (2006)



Fonte: elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Após essa revisão acerca do processo de gramatização no Brasil, é cabível acrescentar que as propostas dos estudiosos apresentam, de alguma forma, certas divergências, pois, como foi possível observar, “[...] há estudiosos que contestam mudanças, há os que aceitam novas propostas com os pés ainda fincados nas antigas, há os que aderem à modernidade” (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 51). Todavia, fica evidente perceber que o ano de 1881, com a publicação da obra de Júlio Ribeiro, é, de fato, o divisor de águas entre a produção anterior de viés filosófico e o que surge a partir dessa data com inspirações das correntes científicas em voga no século XIX.

Depois de apresentadas as propostas que desenham os períodos em que o saber gramatical foi manipulado, fazendo emergir, pois, a gramaticografia brasileira, apontamos em que recorte temporal se encontram as obras selecionadas para a análise nesta tese. Das propostas revisitadas reiteramos que, por questão de fidedignidade ao percurso metodológico que adotamos justamente para não incorrer na dificuldade de seleção do material, elegemos a primeira fase (1881- 1920) denominada de fundadora por Cavaliere (2002), bem como a proposta de Fávero e Molina (2006) quando considerado que, no início do século XX, houve profícua reedição de gramáticas cuja primeira edição se efetivou nos anos finais do século XIX.

As razões que nos fizeram selecionar o material pesquisado nos anos que compreendem esta fase do período científico se dão pelo fato de que- diferentemente do que delineou Elia (1975) ao estabelecer que a primeira fase do período científico compreende o período de 1880 a 1900- a gramaticografia científica, devido à necessidade de atender ao programa de língua portuguesa, de Fausto Barreto, transcendeu o século XIX e adentrou as primeiras décadas do século XX por meio das expressivas reedições de compêndios gramaticais influenciados pelas correntes científicas, vez que, como assinalam Fávero e Molina (2006, p.27):

Nossos gramáticos, no contato com essas teorias, muitas vezes, reviam seus conceitos, e pareceres a respeito da língua obrigando-se a reeditar seus compêndios com definições e até exemplos, atendendo a essas novas concepções e era até muito frequente haver na capa desses manuais uma observação em itálico notificando aos leitores: corrigida e muito melhorada.

Passemos, no próximo capítulo, a analisar a dimensão externa de análise de ideias linguísticas por meio de aspectos políticos, sociais e educacionais a partir da segunda metade dos oitocentos até os quinze anos do século XX.

CAPÍTULO II

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1850-1915)

O Brasil, na segunda metade do século XIX e início do XX, foi marcado por momentos de acentuada instabilidade político-econômica que ocasionaram fragilidades e mudanças sociais e educacionais. Num período em que o país procurava uma unidade enquanto nação frente à modificação do regime de governo do Império à República, diversos acontecimentos que mencionaremos ao longo desse capítulo imprimiram variabilidade que acentuou o fosso da desigualdade social e provocou alterações no sistema educacional.

Este capítulo está dividido em duas partes- história e sociedade brasileira (1850-1915) e seus subtópicos; a Educação no Brasil no período em tela. Na primeira parte, discorreremos a respeito do período de transição entre a Monarquia e o regime republicano, bem como sobre a consolidação da Primeira República até o ano de 1915. Para tanto, levaremos em consideração os aspectos culturais e sociais do período, bem como os momentos históricos que, peremptoriamente, serviram de estopim para a queda do Império e instauração do regime ulterior. Destarte, esta primeira parte está dividida em subtópicos que versam sobre aspectos econômicos e sobre a estrutura social do Império a partir da segunda metade do século XIX; a derrocada do regime monárquico e a consolidação da República; aspectos da sociedade e cultura da elite imperial.

Na segunda parte, discorreremos sobre a história da educação no Brasil da segunda metade do século XIX ao início do XX, tendo o cuidado de levar em consideração como os fatores referentes às transformações econômicas, sociais e políticas influenciaram a educação escolar brasileira nesse período de muitas transformações e instabilidades.

2.1 História e sociedade brasileira (1850- 1915)

A segunda metade do século XIX é marcada pelo surgimento de alguns eventos que introduziram modificações na ordem econômica e na estrutura social do Brasil, possibilitando, assim, que o mercado interno tivesse alcançado um vertiginoso desenvolvimento, bem como acelerado o processo de urbanização. Tais eventos, como assevera Costa (2010, p. 253), devem-se a três fenômenos, quais sejam:

Primeiro, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a cessação do tráfico em 1850, a abolição em 1888 e a entrada de numerosos imigrantes no sul do país. Em segundo lugar, a instalação da rede ferroviária, iniciada em 1852 e que no final do século atingiria mais de nove mil quilômetros construídos e quinze mil em construção. Finalmente, as tentativas, bem-sucedidas, de industrialização e o desenvolvimento do sistema de crédito.

Esses acontecimentos marcaram significativamente o país em se tratando de questões econômicas, melhoramentos urbanos e aspectos sociais, haja vista que o Brasil até o primeiro cinquentenário do século XIX era essencialmente rural e o sistema de transporte em lombo de burro e em carros de boi não possibilitava um desenvolvimento industrial que garantisse sua inserção de forma relevante no mercado internacional. Com o aprimoramento do sistema de transporte que possibilitou a troca de meios de tráfego rudimentares por ferrovias e pelo uso do navio a vapor, a comercialização de café- que crescia na região centro-sul do país devido ao declive do açúcar no Nordeste- inseriu-se no mercado exterior.

Esse aprimoramento do sistema de transporte que possibilitou o desenvolvimento do mercado e o processo de urbanização, no último quartel do século XIX, permitiu que a comercialização de açúcar perdesse espaço para as negociações com o café, visto que, como destaca Basbaum (1986, p.120), “[...] em 1872, a exportação do café já rendia 115.285 contos, e a do açúcar apenas 27.725.” Assim, fica evidente que a supremacia econômica se movia do Nordeste para a região Centro-Sul e, gradativamente, passava das mãos dos senhores de engenho para as dos fazendeiros de café.

Os interesses para a modificação do sistema de transporte que propiciou o crescimento da rede ferroviária deveram-se a questões econômicas que possibilitaram o melhoramento das condições de tráfego de mercadorias que serviam para a exportação. Sobre isto, Fausto (2006, p. 199) assinala que:

As maiores iniciativas de construção de estradas de ferro decorreram da necessidade de melhorar as condições de transporte das principais mercadorias de exportação para os portos mais importantes do país. Era preciso superar os inconvenientes resultantes dos caminhos precários, das cargas em lombo de burro que encareciam os custos e dificultavam o fluxo adequado dos produtos.

Urge ressaltar que essas modificações ocorridas a partir dos anos cinquenta do século XIX não foram suficientes para modificar a economia do país, mas, de alguma forma,

suscitaram a formação de um, ainda, incipiente mercado interno que passava a estimular a urbanização.

O processo de urbanização, decorrente do desenvolvimento do mercado interno efetivado especialmente pela comercialização do café, propiciou mudanças em aspectos populacionais, sobretudo a respeito do fluxo migratório que se instaurou com a abolição. Ainda que a “abolição da escravidão” tenha ocorrido em 1888, em meados do século XIX, imigrantes europeus entraram no Brasil em números significativos.

No estado de São Paulo, região em que a produção do café obteve resultado bastante profícuo, os imigrantes, tão logo puderam, deixaram as lavouras de café onde viviam em condições precárias. Nesse sentido, muitos, desencantados, voltaram à sua pátria de origem ou migraram para outras áreas. Outros localizaram-se em núcleos urbanos, onde se dedicaram ao comércio ou artesanato, às manufaturas e aos pequenos serviços.

Devido a isto, houve um acelerado crescimento populacional urbano¹⁴, visto que, em outros estados em que a produção do café esteve instaurada, vários imigrantes abandonaram as lavouras e passaram a fixar residência nos núcleos urbanos. Prova disto, afirma Costa (2010, p. 255) que, “ No Rio de Janeiro, num total de 275 mil habitantes em 1872, 84 mil eram estrangeiros. Em 1890, a população do Distrito Federal alcançava 522 mil habitantes aproximadamente. Dos quais, 124 mil eram estrangeiros, isto é, cerca de 25% da população.”

Com o acelerado crescimento populacional, houve a necessidade de que se efetivassem melhoramentos urbanos e, em se tratando de educação, o índice de analfabetismo teve uma redução significativa devido ao aumento do número de escolas. Sobre as melhorias propiciadas, sobretudo, pelo aumento da população, convém destacar que, no período, houve, na Capital Federal, considerável número de construção de hotéis, de jardins, de teatros e de cafés. Além disso, aperfeiçoaram-se os transportes urbanos e o comércio passou a alcançar novas dimensões.

¹⁴ Em 1890, encontravam-se no Brasil 351.345 estrangeiros, dos quais 35,4% no Distrito Federal. São Paulo, Minas e Distrito Federal concentravam 70% da população estrangeira radicada no Brasil. Em 1900, o número de estrangeiros recenseados no Brasil atingia 1.256.806, correspondendo a 7,26% da população total. Nesse ano, o Estado de São Paulo aparece como o que possui maior população alienígena (529.187 estrangeiros), e, a seguir, o Distrito Federal com 210.515, Minas Gerais com 141.647 e Rio Grande do Sul com 140.854. A população estrangeira concentrada nesses Estados abrange 80% da existente em todo o país, concentrando-se em São Paulo quase 50%. (COSTA, 2010, P. 255)

A melhoria da infraestrutura urbana desenvolvida para atender às necessidades imediatas do povo efetivou-se quase que concomitantemente ao avanço da industrialização, vez que vários estabelecimentos industriais foram fundados no fim do século. Destarte, as indústrias tenderam a se localizar nos principais núcleos urbanos, ou seja, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul onde a concentração de mão de obra, de capital e da existência de um mercado relativamente desenvolvido, bem como de uma infraestrutura considerável de transportes, criavam possibilidades para o desenvolvimento de atividades industriais.

Com este processo de industrialização alcançando expressiva representação na economia do país, a mão de obra especializada tornou-se necessária para que o Brasil pudesse despontar no mercado internacional com índices significativos de exportação do café do último quartel do século XIX até a primeira década do XX. Em face a esta constatação, convém destacar que:

Um recenseamento de 1907 registra 2.983 estabelecimentos industriais e uma população de 136.420 pessoas dedicadas a essas atividades. A maior concentração operária se dava no Distrito Federal, onde havia 35.104 pessoas dedicadas a funções industriais. Seguiam-se-lhe São Paulo com 22.355; Rio Grande do Sul, com 15.426; e Rio de Janeiro, com 11.900. (COSTA. 2010, P. 260)

Entrementes, no final do século XIX, a classe operária, devido a condições e jornada de trabalho desfavoráveis, passou a desenvolver tímidas tentativas de uma ação organizada que culminou em algumas greves e insurreição ao regime empregatício que lhe era imposto. Todavia, urge ressaltar que movimentos grevistas só alcançaram real importância a partir do século XX quando a população operária, dotada de uma organização mais consolidada, passou a receber apoio de outros setores da população. Contudo, é importante frisar que, nos últimos anos do século XIX, a classe abastada considerava as reivindicações operárias não como uma questão política, mas de polícia.

A falta de lazer para a camada eminentemente pobre da sociedade era fortemente combatida pelos jornais da época, vez que era privilégio apenas aos mais abastados a possibilidade de frequentar espaços sociais: teatros, museus, cassinos etc. Esta realidade fez parte da cultura da classe detentora de privilégios econômico-sociais até o final do Segundo Reinado. Havia, nesses ambientes aos quais tinha acesso a nobreza, discussões de negócios, os

recitais, a apreciação da boa música, os colóquios sobre diversos assuntos (literatura, política, economia etc).

A partir do que sumariamente discutimos até aqui é possível assinalar que, a contar da segunda metade do século XIX, uma significativa transformação política que suscitou modificação em questões econômicas e sociais instaurou-se no país, haja vista que o desenvolvimento urbano no século XIX criou novas formas de sociabilidade e ofereceu maiores possibilidades de mobilidade social, bem como contribuiu para aumentar o nível de alfabetização de parte da população. Dessa forma, convém salientar que as reivindicações da população urbana em prol de uma política que lhe garantisse seguridade colaboraram para que se instituísse a reforma eleitoral em 1881, a abolição, em 1888, e, por extensão, que se solidificasse o ideário republicano.

2.1.1 A queda do império, consolidação do regime republicano e aspectos econômico-sociais na primeira República

A história politicamente correta aponta que a consolidação do regime republicano ocorreu devido a crises que estremeceram e provocaram a queda do Império. Esses conflitos são de ordem religiosa¹⁵, militar e social. Este último ligado à abolição. Acerca destas polêmicas, seguindo a agenda do que a história politicamente ajustada nos conta, é cabível considerar a prisão dos bispos do Pará e de Pernambuco como um dos importantes acontecimentos que colocaria em ruínas, posteriormente, o Império. Com a prisão dos bispos dessas regiões, a Coroa sofreu pressões por parte das camadas da população. A abolição, por seu turno, indispsôs os fazendeiros contra o regime, levando-os a aderir em massa às ideias republicanas. Por fim, a questão militar, que se agravava desde a guerra do Paraguai em virtude do descontentamento dos militares em relação ao tratamento que lhes dispensava o governo,

¹⁵ A questão religiosa evoluiu centrada na atuação de dois bispos, Dom Vital e Dom Marcelo Costa, ardentes defensores do catolicismo ultramontano. Baseando-se em ordenações papais não aprovadas pelo Império brasileiro, ao interditar as irmandades sob sua jurisdição, por manterem elas em seu seio membros da maçonaria, e negando-se a levantar os interditos após ordem expressa do governo, já que tais associações eram regidas também pelo poder secular, julgou-se que feriam a Constituição do Império e incorreram em culpa de desobediência civil, sendo presos e condenados a trabalhos forçados. (CARVALHO, 1987)

levou-os a arquitetar o golpe de 15 de novembro que derrubou a Monarquia e implantou o regime republicano no país.

Todavia, a tese de que estes acontecimentos provocaram a queda do Império é questionada por outros estudos¹⁶ que não credenciam estes fatos como capazes de solapar o regime monárquico. Com ajustes às versões tradicionais, em relação à abolição, convém esclarecer a necessidade de se repensar a ideia de que a sua consolidação propiciou a derrocada do Império.

A narrativa cristalizada de que os grandes fazendeiros aderiram ao movimento republicano como forma de vingança ao regime monárquico devido à abolição, instaurando uma causa relevante para a queda da Monarquia é, a nosso ver, pelo estudo que fizemos, parcialmente verdadeira, vez que a sua efetivação não representa motivo para a consolidação da República. Sendo assim, acolhemos a reflexão de Costa (2010, P.457), ao assinalar que:

[...] melhor seria dizer que ambas, abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais. O mais que se pode dizer é que a abolição, abalando as classes rurais que tradicionalmente serviam de suporte ao trono, precipitou sua queda. Se houve casos de fazendeiros que aderiram ao movimento republicano por vingança, foram casos isolados que não podem explicar o fim da Monarquia.

Ao que diz respeito à questão religiosa, é necessário repensar a história de que se tornou causa significativa da queda do Império o fato de alguns membros do clero demonstrarem simpatia às práticas maçônicas. Ressalte-se que havia republicanos favoráveis aos maçons e é necessário frisar que não aparenta veracidade afirmar que o clero esteve sempre solidário aos

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 21^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9^o edição. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

interesses populares, uma vez que este sempre esteve dividido e, em certas questões, como no caso da abolição, manteve-se não ao lado do povo, mas ao das camadas dominantes.

Outra causa que necessita apresentar uma justificativa mais arrojada para a queda do Império é a que se convencionou chamar de questão militar, pois, pelo estudo que fizemos, foi insuficiente para solapar o regime monárquico o fato de o governo ter perdido o apoio militar devido a uma série de incidentes que se iniciaram desde a guerra do Paraguai. Nesse sentido, insta esclarecer que a questão militar tem representação mais disciplinar que política.

Uma vez desmistificadas as causas que se cristalizaram ao longo da história como decisivas para a queda do regime monárquico, é necessário enfatizar que seguimos em direção às ideias dos historiadores que afirmam que a substituição pelo regime republicano ocorreu devido às transformações que, nas últimas décadas do século XIX, ganharam relevância no país. Sendo assim, algumas causas que provocaram o arruinamento do Império deveram-se, sobejamente, à decadência das oligarquias tradicionais, à imigração, ao processo de industrialização e urbanização, ao antagonismo entre zonas produtoras, à campanha pela federação.

Somem-se esses aspectos aos fatores humanos que, conforme Fausto (2006, p. 133), devem ser considerados, uma vez que, para o autor em tela, “ a doença do Imperador, atacado de diabetes, tirou do centro das disputas um importante elemento estabilizador”. Além disso, outro problema consistia na falta de uma perspectiva animadora para um Terceiro Reinado, uma vez que, por morte de Dom Pedro II, subiria ao trono a princesa Isabel cujo marido- o conde d’Eu- poderia tomar para si o comando do Reinado o que, porventura, poderia colocar o Brasil à subserviência francesa.

É necessário enfatizar que o povo, de fato, não participou efetivamente da luta pelo regime republicano, uma vez que as camadas da população que apoiaram a República se dividiam em duas forças, a saber:

Uma constituída de uma pequena camada letrada das populações urbanas- médicos, advogados, jornalistas e alguns militares de patente média. [...] outra, constituída pelos ricos fazendeiros de café, objetivista, realista, essencialmente agrícola[...] que esperavam da República uma solução para as endêmicas crises que sofriam na própria carne. (BASBAUM, 1986, P.278)

Nesse sentido, é cabível enfatizar o que assinala Carvalho (1987) ao afirmar que, por não ter participado ativamente do processo que culminou com a instauração do regime

republicano, o povo, no início do novo sistema, não percebeu mudança pelo fato de não enxergar alterações em seus hábitos. Acerca da ideia de que a população não participou ativamente do processo de transformação do sistema de governo e não observou transformações notáveis no que se refere a questões econômicas ou mesmo sociais, urge destacar o que afirma Basbaum (1986, p. 231) quando pontua que:

O povo brasileiro em sua maioria, somente se tornou republicano quando a família real embarcou rumo à Europa e as possibilidades de sua volta se haviam extinguido. Não porque preferisse o Império e afinal se convencesse de que a República atenderia melhor aos seus interesses. Simplesmente porque, no fundo, compreendeu que sua vida não sofreria alterações e tudo continuaria no mesmo, como de fato continuou, exceto para alguns poucos que souberam tirar os devidos proveitos da nova situação.

É conveniente enfatizar que a República brasileira foi proclamada no momento em que a sociedade apresentava fragilidades e o enriquecimento pessoal, algo notadamente representado no período, passou a ser veementemente denunciado na imprensa, na tribuna, bem como na literatura. Estes fatores colocaram em discussão o regime como algo incompatível à virtude republicana, vez que, como assevera Sapaterra (2015, p. 36), “[...] não havia preocupação com o povo, o que predominava era a mentalidade predatória[...]”.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, no Decreto nº 01, havia a indicação de que o país passava a ser denominado de Estados Unidos do Brasil. Destarte, como assinalam Silva e Carneiro (1975, p.75) “era evidente a influência norte-americana, entretanto nada havia de comum entre a nossa República recém-nascida e as circunstâncias que colaboraram na formação dos Estados Unidos da América.” O que havia de semelhante, na verdade, eram os elementos notadamente marcantes do imaginário republicano francês com aqueles que emergiam com o novo regime instaurado no Brasil. Prova disso foi o uso da alegoria feminina que esteve representado da primeira à terceira República francesa e, no Brasil, proclamada a nova configuração de governo, a mesma simbologia efetivou-se. Vide anexos A e B.

Acerca da valorização de elementos femininos como forma de representar a República, convém observar o que esclarece Carvalho (1990, p. 75) ao assinalar que:

A Monarquia representava-se naturalmente pela figura do rei, que, eventualmente, simbolizava a própria nação. Derrubada a Monarquia, decapitado o rei, novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais, como a revolução, a liberdade,

a República, a própria pátria. Entre os muitos símbolos e alegorias utilizados, em geral inspirados na tradição clássica, salienta-se o da figura feminina.

No Brasil, a comparação do regime republicano à figura feminina esteve representada nos jornais logo que o regime se instaurou, bem como nas artes plásticas produzidas por artistas ligados ao positivismo, uma vez que, “ na escala dos valores positivistas, em primeiro lugar, vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A República era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade.” (CARVALHO, 1990, p.76)

É necessário esclarecer que a figura feminina representada nas artes plásticas como sendo a metaforização do regime republicano não contemplava fielmente a mulher genuinamente brasileira, passando muito longe da representação do povo. Destarte, a simbologia feminina seguia frequentemente a caracterização de mulheres da classe alta. Nesse sentido, ressalte-se que não havia elementos que caracterizassem as mulheres negras, mulatas ou indígenas que também compunham a miscigenação brasileira. A este respeito, é cabível refletir sobre o que lembra Carvalho (1990, p. 95), quando assevera que:

A maioria das representações femininas, à época da proclamação, já tinha traços *fin-de-siècle*. Salientava a sensualidade, a beleza, a fragilidade da mulher. Era uma mulher da sociedade urbana carioca, se não parisiense, tornada objeto de consumo. Não era mulher agente, ou gente[...] se aparecem algumas mulheres “cívicas”, elas vêm da bíblia ou da história de outros povos.

Instaurada a República em 1889, chega ao poder o governo provisório representado por Marechal Deodoro da Fonseca que, em 1891, passa a “espada” para Floriano Peixoto. Para a derrubada do Império, estiveram à frente para consolidar este primeiro governo diversas personalidades ligadas à Escola Militar, aos grandes fazendeiros de café e à camada intelectual. Dentre estes que cooperaram para a tomada do poder, é possível citar alguns, a saber: Benjamin Constant, Campos Sales, Demétrio Ribeiro, Aristides Lobo, Rui Barbosa, entre outros.

Ainda no governo de Deodoro, em 1891, Rui Barbosa foi nomeado para assumir o Ministério da Fazenda. A política empregada por ele tinha por objetivo o incentivo à industrialização e baseava-se na concessão de créditos bancários garantida pela emissão de moeda destinada ao financiamento de projetos industriais. O intento de Rui Barbosa era o de proteger a enfraquecida situação financeira do Estado que já carecia de reparos desde os últimos anos do Império.

Sobre as consequências deixadas por esta política que propunha impulsionar a industrialização por meio de liberação de créditos bancários, convém destacar que o projeto fracassou devido ao boicote engendrado por especuladores que seguiam os interesses dos latifundiários e a investidores do mercado internacional que, por meio de empresas inexistentes, leia-se fantasmas, passaram a despejar no mercado financeiro ações desprovidas de lastro capital. Esta prática ficou conhecida pelo nome de encilhamento e, como afirma Needell (1993, p. 32):

[...] passou à memória da elite, e daí para o público em geral, como uma época de desenvolvimento quimérico e especulação frenética em empresas de integridade duvidosa, dirigidas por bobos e charlatães[...] a expansão e a queda contribuíram para marcar como incompetente e corrupta a política financeira da recém-criada República. Mais ainda, concorreram para a divisão da liderança republicana e o aumento das voláteis tensões nas massas urbanas e nos setores médios (cujo nível de emprego e de vida havia sido o mais prejudicado)[...]

Há que se ressaltar que a participação de Rui Barbosa à frente do Ministério da Fazenda no Governo Provisório ocasionou resultados inexpressivos que acarretaram o aumento no custo de vida devido ao valor da moeda brasileira ter baixado significativamente e, por extensão, o preço das ações ter caído, contribuindo para a extinção de muitos bancos e empresas.

A desordem sobretudo financeira provocou a queda de Deodoro e a entrada de Floriano Peixoto que chegou ao poder com o objetivo de reparar o colapso econômico pelo qual passava o país. Todavia, é importante frisar que a sua entrada no poder se deveu a um acordo tácito com a elite política de São Paulo. Este acordo propunha a indicação de que o seu sucessor seria da base aliada paulista o que representaria o fim do governo provisório e o início da Primeira República. Contudo, “dispondo de poucas bases de apoio [...], Floriano não teve condições de designar seu candidato a sucessor. Desse modo, prevaleceu o nome de Prudente de Moraes, eleito em 1º de março de 1894.” (FAUSTO, 2006, p. 163)

Em meio a esse período de instabilidade política e financeira, surgiram movimentos sociais que chegaram a macular o governo da primeira República. Assim, enfatizamos, como sugere Fausto (2006, p. 166), que:

Ao longo da primeira República os movimentos sociais de trabalhadores ganharam certo ímpeto, tanto no campo quanto nas cidades. No primeiro caso eles podem ser divididos em três grandes grupos: 1º- os que combinaram conteúdo religioso com carência social; 2º os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social; 3º os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso.

Sobre a citação anterior, em relação ao primeiro grupo, é possível destacar o movimento de Canudos que ocorreu na Bahia por meio da figura de Antônio Conselheiro que agregava fiéis em combate à Igreja e ao governo. A partir de duas expedições organizadas pelo governo Federal, seu líder foi morto e o movimento extinto. As consequências desse ato provocaram uma onda de protestos e violência no Rio de Janeiro.

É possível relacionar o movimento do Contestado ao segundo grupo supramencionado. Numa região limítrofe entre os estados do Paraná e Santa Catarina uma disputa pela posse da localidade estava sendo travada por essas duas unidades da federação. O movimento surgido no ano de 1911 reuniu admiradores de um “coronel” que popularmente ficou conhecido como amigo dos pobres. A maioria dos seus seguidores pertencia à camada de trabalhadores rurais que foram expulsos das terras em que trabalhavam devido à construção de uma ferrovia e a uma empresa madeireira que se instalara na localidade. Os rebeldes- que lutavam agrupados em torno de José Maria que morreu logo nos primeiros combates e foi, pelos seus veneradores, beatificado- “reivindicavam a posse da terra enquanto esperavam a sua ressurreição. Fustigados por tropas estaduais e do exército, [...] foram liquidados em 1915.” (FAUSTO, 2006, P. 167)

Ao terceiro grupo, podem ser relacionados com mais expressividade os movimentos sociais que, ao lutarem por melhores condições de salário e de trabalho nas lavouras de café, organizaram greves e rebelaram-se contra os proprietários das fazendas em que se praticavam a colheita e produção cafeeira.

Além dos já citados, convém mencionar outros significativos movimentos ocorridos no período em que se instaurou a Primeira República. Houve a revolta dos operários contra os donos das indústrias instaladas no país. Além desta, houve uma revolta na ordem de saúde pública que emergiu na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX denominada de a Revolta da Vacina. Essa insurreição popular ocorreu como uma reação à campanha da vacinação obrigatória contra a varíola. A população (proeminentemente pobre e desinformada) negava-se a tomar essa vacina por não conhecer os efeitos positivos que ela ofereceria e, em decorrência disto, conflitos urbanos bastante violentos contra o governo aconteceram. A cidade do Rio de Janeiro ficou em desordem, prédios públicos foram apedrejados. Um verdadeiro caos instalou-se na capital Federal de tal modo que a campanha de vacinação foi suspensa e o governo decretou estado de sítio na cidade fluminense.

Em linhas gerais, é necessário frisar que estes movimentos sociais que se instauraram no início do regime republicano evidenciaram a necessidade de se pensar um modelo de governo que atendesse às necessidades dos brasileiros. A partir destes acontecimentos, conforme estabelece Sapaterra (2015, p 61) “[...] a quebra de barreiras e a mistura de mundos tão distintos foi(*sic*) modelando a face do país, abrindo caminhos, conquistando novas ideias e comportamentos na República que se formava.”

Outro fator que carece de ser destacado diz respeito ao acordo para a sucessão presidencial na Primeira República, uma vez que havia um regime de alternância presidencial entre paulistas e mineiros, período que ficou marcado na história sob o título de política do café-com-leite. Esse acordo tácito tinha, sobretudo, o interesse de aglutinar forças para minar alianças políticas de outras regiões que começavam a se organizar.

Torna-se patente enfatizar que, na Primeira República, o Brasil atravessava problemas em diversos aspectos como os de questões sociais, políticas e ideológicas, permitindo entender a existência de um “abismo” entre a República e os pobres, uma vez que seus valores e ideais se distanciavam. Estas questões tornaram-se mais evidentes na capital Federal devido ao processo migratório, à falta de moradia, e à deficiência de saneamento básico. Some-se a estes, a precariedade da saúde pública.

2.1.2 Belle Époque: sociedade e cultura na Capital Federal na Primeira República

Os movimentos e insurreições sociais ocorridos nos primeiros anos da Primeira República contribuíram para criar um ambiente político bastante tenso que afetou o meio cultural e social do Brasil, principalmente da cidade do Rio de Janeiro. Essa instabilidade político-social cessou no ano de 1898, com a chegada de Campos Sales ao poder, representando uma fase singular da história cultural do país em decorrência do fim das jornadas revolucionárias e garantindo, por assim dizer, favoráveis condições para a estabilidade e para uma vida urbana.

Dessa forma, o governo de Campos Sales (1898-1902) marcou o início de uma nova era. Acerca disso, Needell (1993, p. 54) enfatiza que:

Garantida a consolidação política, foram levantados empréstimos em Londres. O governo reafirmou a necessidade da penetração europeia e o seu propósito de encorajá-la. Além de empréstimos e investimentos, incentivou-se a imigração, crucial para a elite paulista desde 1888, pois era considerada

fundamental para um desenvolvimento nos moldes europeus- o único tipo de desenvolvimento levado em consideração.

Nesse período, as necessidades e a importância nacional da cidade do Rio de Janeiro cresceram, vez que, mantendo-se capital Federal, “ampliou seu papel como centro administrativo, comercial, financeiro e industrial da República. Após um século de reformas parciais e esperanças frustradas, o Rio precisava desesperadamente das reformas urbanas que seriam a marca registrada de sua *Belle Époque*.” (NEEDELL, 1993, p, 54)

Na Capital Federal, o conceito prático de *Belle Époque* representou-se no período de 1902 a 1906 no governo do então prefeito Pereira Passos devido a sua afinidade com o que era ligado à Europa, especialmente à França. Isso fez surgir uma espécie de ‘afrancesamento’ do Rio de Janeiro. Sua formação como engenheiro, garantiu diversas reformas urbanas na cidade de maneira que houve alargamento das ruas que passaram a receber maior iluminação e foram melhor interligadas devido à demolição de edifícios antigos e às modificações no traçado de antigas ruas e aberturas de outras novas.

Além disso, muito da atuação de Pereira Passos voltou-se para questões de urbanização que marcaram significativamente a cidade do Rio de Janeiro. As palavras de Needell (idem, p. 57) apontam ter sido este político que:

Pavimentou ruas, construiu calçadas e asfaltou estradas, abriu o túnel do Leme[...] iniciou a avenida atlântica, criou a avenida ligando os subúrbios do Flamengo e Botafogo, melhorou uma série de outras ruas, demoliu o decrepito mercado municipal [...] e ergueu outro[...] embelezou locais como as praças Quinze de Novembro, Onze de Julho, Tiradentes, Glória, O largo do Machado [...]

Nesse sentido, urge enfatizar que as obras do político em tela foram orientadas pelas construções/edificações e pela inclinação à cultura parisiense. Além disso, passou a imprimir sua marca combatendo algumas tradições cariocas, uma vez que:

[...] proibiu a venda ambulante de alimentos, o ato de cuspir no chão dos bondes, o comércio de leite em que as vacas eram levadas de porta em porta, a criação de porcos dentro dos limites urbanos, a exposição da carne na porta dos açougues, a perambulação de cães vadios, o descuido com a pintura das fachadas, a realização do entrudo e os cordões sem autorização no carnaval, assim como uma série de outros costumes ‘bárbaros’ e ‘incultos’.” (NEEDELL, 1993: 57)

Ressalte-se que os salões de maior proeminência eram aqueles mantidos por políticos. As mulheres usavam vestidos importados e os homens trajes formais. Sobre o que era comum acontecer nesses ambientes, convém destacar as palavras de Needell (1993, p. 130) quando assinala que:

As reuniões quando eram feitas em casa seguiam, em geral, um padrão comum. O anfitrião e sua esposa preparavam um jantar íntimo para um grupo selecionado de amigos e conhecidos. Em seguida, o círculo mais amplo de convidados chegava e tinha início uma variedade de passatempos refinados: música de câmara, seleções operísticas ou declamação de poesia (normalmente executadas por um músico protegido pelo dono da casa, por mulheres da família anfitriã ou por algum convidado), ou ainda representação de um trecho de peça de teatro ligeira [...]. Danças, jogos de cartas e conversas requintadas ajudavam a compor o ambiente.

Nesse período, a literatura nacional é representada por características próprias da estética realista, aprofundando, assim, a narração de costumes contemporâneos e, como afirma Bosi (1998, p. 169), “as vicissitudes que pontuaram a ascensão da burguesia durante o século XIX foram rasgando os véus idealizantes que ainda envolviam a ficção romântica. Desnudam-se as mazelas da vida pública e os contrastes da vida íntima”.

É imprescindível destacar que a participação dos literatos na cultura *belle époque* efetivou-se principalmente nos jornais, pasquins da época. Os jornais já consolidados, a exemplo de *O Commercio*, *A Gazeta de Notícias* e *O Paiz* foram seguidos por outros como *O Jornal do Brasil* (1891) e *O Correio da Manhã* (1901). Estes periódicos apresentavam geralmente os mesmos gêneros consagrados da poesia, crônica, conto e folhetim em capítulos, quase todos acrescentaram as inovações do momento: reportagens sensacionalistas, artigos cada vez mais personalizados (entrevistas e perfis) e o uso abundante de ilustrações, apresentando fotografias e vinhetas *art-nouveau*.

O público a que se destinavam os periódicos era praticamente restrito e representado por mulheres da elite, bem como por representantes de setores médios da sociedade. Além desses, um contingente masculino formado por estudantes e literatos também se incluía como público leitor. Destarte, as únicas pessoas com tempo livre, dinheiro e interesse em obter uma cultura superior eram os reais leitores.

Em face ao que fora arrolado, urge esclarecer que a cultura representada no período tem inspiração na aristocracia europeia, sobretudo francesa. Além disso, é necessário enfatizar que

a cultura da época se estendia a diversos ambientes, determinando, portanto, escolhas, atitudes e expressões das vicissitudes da elite carioca.

2.2 Itinerário da educação do Brasil no final do século XIX e início do XX

Neste tópico, discorreremos sobre a história da educação escolar no Brasil da segunda metade do século XIX ao início do XX. Ressalte-se que, para poder compreender as ideias pedagógicas no Brasil no período supramencionado, julgamos ser necessário fazer uma breve incursão sobre a educação nacional em períodos anteriores, estabelecendo, portanto, uma retomada sobre a educação no país antes da segunda metade oitocentista, vez que, conforme assinala White (1992, p.23), para que seja possível melhor compreender determinado acontecimento é necessário que se leve em consideração o que ficou “ [...] para trás no tempo, a fim de determinar as origens do evento, bem como que seja lançado um olhar prospectivo que possibilite analisar o evento para frente de seu tempo, a fim de determinar seu impacto e influência sobre eventos subsequentes.”

2.2.1As ideias pedagógicas no Brasil oitocentista a partir da Constituição de 1824

Iniciamos as discussões neste tópico a partir das ideias sobre educação trazidas a lume com a Independência do Brasil. Este acontecimento fez com que o país necessitasse imprimir sua estrutura jurídico-administrativa e, assim, elaborasse e promulgasse a Constituição de 1824. Nesse sentido, por meio de um Decreto datado de 03 de junho de 1822, o Imperador convocou a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa. Destaca Saviani (2013, p. 119) que:

[...] no discurso de inauguração e instalação dos trabalhos da Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1823, o imperador destacou a necessidade de uma legislação especial sobre instrução pública. A via encontrada pela Comissão de Instrução Pública da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa para atender a essa necessidade foi a apresentação de um projeto que procurava, mediante a instituição de um prêmio à melhor proposta, estimular o surgimento de um Tratado Completo sobre a Educação da Mocidade Brasileira.

Há que se ressaltar que as discussões que se desenvolveram em torno desse projeto não frutificaram de modo que a Comissão de Instrução Pública dedicou suas atenções num outro que objetivava, precipuamente, a criação de universidades. Todavia, este outro projeto também não deslanchou pelo fato de a Assembleia Constituinte e Legislativa ter sido dissolvida por

Dom Pedro I, em 12 de novembro de 1823. Em face da dissolução da Assembleia Constituinte, o Imperador outorgou, em 25 de março de 1824, a primeira Constituição do Império do Brasil que se limitou a afirmar, no inciso 32 do último artigo (179) do último título (VIII), que a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos.

Contudo, é cabível frisar que esta afirmação não saiu, efetivamente, do papel, uma vez que a população pobre não tinha pleno acesso à educação ou porque os centros educacionais se localizavam distante dos espaços em que residia esta população mais carente ou mesmo porque a prole dos mais abastados tinham privilégio na ocupação das vagas.

É certo que a Constituição de 1824 fez erigir discussões que destacavam o problema nacional da instrução pública. Assim, em 1826, entre tantas propostas, o parlamento aprovou o projeto do deputado Januário da Cunha Barbosa que tinha o interesse de distribuir o ensino em quatro graus, quais sejam: 1º- pedagogias; 2º- liceus; 3º- ginásios; 4º- academias.

Em relação às pedagogias, o ensino teria de dar conta dos conhecimentos essenciais a todos e, sendo assim, passaram a ser adotados conteúdos que versavam sobre a arte de escrever e de ler, bem como sobre os princípios fundamentais de aritmética, dos conhecimentos morais, físicos e econômicos por serem indispensáveis em todas as circunstâncias e empregos. Os liceus, por sua vez, tinham a característica de estabelecer uma formação proeminentemente profissional. Logo, os conhecimentos disseminados nesse grau eram atinentes, sobretudo, à agricultura e ao comércio e teriam de ser desenvolvidos em um período de três anos.

Ao que concerne aos ginásios, cabe destacar que o ensino girava em torno de conhecimentos científicos gerais. A este respeito, é necessário assinalar que os conteúdos, neste grau, versavam sobre introdução ao estudo aprofundado das ciências e de todo gênero de erudição, bem como sobre o estudo da gramática geral, da retórica e de línguas clássicas. Por outro lado, as academias voltavam-se para o ensino das ciências abstratas consideradas em sua maior extensão e em todas as mais diversas relações com a ordem social, contemplando, também, o estudo das ciências morais e políticas.

Em 15 de outubro de 1827, foi instituída a Lei que determinava a criação de Escolas de Primeiras Letras que obrigava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos deveria ser criada uma escola desse segmento. No texto da Lei, havia, ainda, a informação do conteúdo a ser ensinado –ensinar a ler, a escrever, as quatro operações de aritmética, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionada

à compreensão dos alunos. Outrossim, havia a informação de que o ensino deveria ser organizado por meio do método mútuo¹⁷, representado pela figura autoritária do professor que imprimia punições em caso de indisciplina e pelo não acompanhamento do aluno ao que lhe era ensinado. Cabe destacar que em 1834 a Lei que instituiu o método mútuo foi revogada por força do Ato Adicional à Constituição do Império e, sendo assim, o governo central eximiu-se da obrigação de cuidar das escolas primárias e secundárias transferindo essa incumbência para os governos provinciais.

Convém frisar que, até o momento aqui destacado, o ensino secundário se efetivou quase que totalmente por escolas particulares. Todavia, em 1837, o Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos apresenta, ao Regente Pedro de Araújo Lima, proposta para a organização do primeiro colégio secundário oficial do Brasil, acreditando que a instrução pública seria melhor do que a particular, que, à época, se mostrava inadequada pelo fato de ser oferecida em salas precárias e por professores malformados e, por extensão, mal preparados para a prática docente. Mediante a tal fato, criou-se o Colégio Pedro II

Uma vez aceita a proposta de Pereira de Vasconcelos, o Colégio que trazia o nome do imperador teve sua primeira sede no centro do Rio de Janeiro, onde hoje se localiza a avenida Marechal Floriano. Este educandário originou-se do seminário São Joaquim dos órfãos de São Pedro que tinha a finalidade de criar meninos que serviriam, posteriormente, à Igreja. Em 1837, transformou-se em instituto de ensino secundário por força do decreto de 02 de dezembro de 1837. Neste documento, havia as seguintes considerações:

Art. 1. – O seminário de São Joaquim é convertido em colégio de instrução secundária;

Art.2.- Este colégio é denominado Colégio de Pedro II;

¹⁷ Também chamado de monitorial ou lancasteriano, baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas... O método supunha regras predeterminadas, rigorosa disciplina e a distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão único e bem amplo. De uma das extremidades do salão, o mestre, sentado numa cadeira alta, supervisionava toda a escola, em especial os monitores[...] não se admitia a conversa. Esta era considerada um ato de indisciplina, já que no entendimento de Lancaster não era possível falar e aprender ao mesmo tempo. O aluno falante havia de ser punido com severidade. (SAVIANI, 2013, p.128)

Art.3.- Neste colégio, serão ensinadas as línguas latina, grega, francesa, inglesa, retórica e os princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, minerologia, álgebra, geometria e astronomia;

Com a inauguração do Colégio de Pedro II, a escola seriada passou a ter papel preponderante na formação da população brasileira e, conforme nos diz Molina (2013):

[...] o regulamento de 31/01 distribuía as matérias em oito séries, a serem cumpridas em oito anos, com um estudo predominantemente humanístico. Ao final desses oito anos, era conferido ao aluno o diploma de Bacharel em Letras, oportunizando-lhe o ingresso nas demais academias do Império sem a necessidade de prestar exames. Em relação à língua portuguesa, cujas aulas, na ocasião, reduziam-se ao estudo da gramática, o foco era dado à gramática geral e nacional. Lembremo-nos de que o conceito de nacional na época era relativo ao território, valorizando, portanto, o português de Portugal e as gramáticas adotadas na ocasião, como a de Soares Barbosa, eram as advindas, em sua grande maioria, da pátria-mãe.

Acerca da importância desse educandário para a educação brasileira, cabe, ainda, trazer à baila o que assinala Ghiraldelli Jr (2009, p. 29-30) ao enfatizar a finalidade do colégio imperial. Assim, destaca o autor que:

Seu destino era servir como modelo de instituição do ensino secundário. Mas ele nunca se efetivou realmente como modelo para tal nível, tomado em si mesmo, e vingou como uma instituição preparatória aos cursos superiores. Ao longo do Império, sofreu várias reformas curriculares. Tais reformas oscilaram entre a acentuação da formação literária dos alunos em detrimento da formação científica e o inverso, a acentuação da formação científica em detrimento do cultivo das humanidades. Tal oscilação se deveu às disputas do ideário positivista contra o ideal humanista de herança jesuítica. Quando o ideário positivista levava vantagem, na medida em que caía nas graças dos gostos intelectuais da época, o colégio Pedro II passava a incorporar mais disciplinas científicas. Quando os positivistas perdiam terreno, voltava-se para uma grade curricular de cunho mais literário.

Em face ao excerto anterior, percebe-se o real modelo de ensino ao qual servia este educandário do Império pela sua inclinação aos interesses preparatórios a cursos superiores de maneira que o seu currículo ora seguia uma linha mais científica, tomando como base o ideário positivista, ora voltava-se para as disciplinas clássicas e humanísticas quando de certo declive do positivismo.

2.2.2 A Educação no Brasil na segunda metade do século XIX e início do XX

A educação no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, esteve fortemente representada por Reformas empreendidas e pela adoção de métodos de ensino. Assim, a partir de então, faremos menção, neste tópico, às Reformas de Couto Ferraz e Leôncio de Carvalho, no Brasil Imperial, e às de Benjamin Constant, Rivadávia Correa e Carlos Maximiliano no limiar da República.

Ressalte-se que destacamos especificamente estas Reformas pelo fato de serem as que, a nosso ver, acarretaram modificações e instabilidades na educação brasileira no período a que se referem e, além disso, de algum modo, foram pensadas muito mais a respeito da ideia velada de procurar controlar e disciplinar professores e alunos do que propriamente- em se tratando da instrução primária pública- em se preocupar efetivamente com o ensino da leitura, da escrita e das contas matemáticas, por exemplo.

Inicialmente, convém enfatizar que, a partir de 1850, ocorreram acontecimentos relevantes para a educação no Brasil. Assim, como nos diz Ghiraldelli Jr (2009, p. 29), “ em 1854 criou-se a Inspeção Geral de instrução primária e secundária do município da corte, cujo trabalho era supervisionar e orientar o ensino, tanto o público quanto o particular.” Sobre isto, é necessário refletir sobre características que marcaram o ensino dessa época, pois a educação, como afirma o autor descrito, voltava-se mais para os jovens que para as crianças.

Em 1854, A Reforma Couto Ferraz¹⁸ emergiu, destinando-se, entre outros aspectos, a alcançar a instrução pública provincial e, quanto à organização dos estudos, previa o ensino dividido em duas classes, quais sejam: uma a que corresponderia escolas de instrução elementar, denominadas de primeiro grau, a segunda que dizia respeito à instrução superior, ministrada nas escolas de segundo grau. Ao que diz respeito à instrução secundária, convém assinalar que esta deveria ser ministrada no Colégio de Pedro II, com a duração de sete anos.

¹⁸ **Luís Pedreira do Couto Ferraz** (Rio de Janeiro, 7 de maio de 1818- Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1886) foi advogado e político brasileiro. Iniciando sua carreira política como deputado na Assembleia da Província do Rio de Janeiro em 1845, com 27 anos de idade, já em 1846 Couto Ferraz se tornou presidente da província do Espírito Santo. Nomeado presidente da província do Rio de Janeiro em 1848, exerceu esse cargo até assumir o posto de ministro do Império em 6 de setembro de 1853, que lhe facultou baixar o regulamento que ficou conhecido como “ Reforma Couto Ferraz”. (SAVIANI, 2013, P. 130). Fonte: <https://www.senado.leg.br>

Além do exposto, um outro aspecto suscitado na Reforma gravitava sobre a obrigatoriedade do ensino. Assim, havia uma certa admoestação aos pais ou responsáveis de menores, vez que o não cumprimento ao que dispunha o artigo 64- que indicava que crianças de mais de 7 anos deveriam estar matriculadas no ensino elementar- implicava multa de 20 mil a 100 mil reis, podendo ser dobrada em caso de reincidência. A ideia de universalidade da educação era, de fato, falaciosa, vez que, em termos práticos, o ensino não contemplava a todos, pois, como assevera Saviani (2013, p. 132) “os escravos estavam explicitamente excluídos [...] estavam entre aqueles que não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas.”

Outo ponto a ser destacado da Reforma Couto Ferraz tem a ver com questões curriculares e, a esse respeito, o ensino era organizado tomando-se por base um currículo elementar que compreendia, basicamente, a instrução moral e religiosa, a leitura e a escrita, as noções essenciais de gramática, os princípios elementares de aritmética, o sistema de pesos e medidas do município. Urge destacar que Couto Ferraz não demonstrava interesse para a formação de professores, tendo, inclusive, quando presidente da província do Rio de Janeiro, fechado a Escola normal de Niterói. Sobre esse desinteresse, observemos o que pontua Silva (2014, p.53) que, em seus estudos sobre as ideias de Couto Ferraz, enfatiza que:

As escolas Normais eram por demais onerosas e muito ineficientes quanto à qualidade da formação que ministravam. Além disso, o número de alunos formados era considerado irrelevante. Por isso, já antecipara, na província do Rio de Janeiro, a solução adotada no Regulamento de 1854: a substituição das Escolas Normais pelos professores adjuntos.

Em 1879, a Reforma educacional Leôncio de Carvalho¹⁹ veio a lume por meio do Decreto n. 7.242, de 19 de abril de 1879 e tinha como finalidade promover mudanças no ensino primário, secundário no município da Corte e no superior em todo o Império. Em se tratando da educação primária, a Reforma apresentava continuidade ao que havia na anterior acerca da obrigatoriedade do ensino primário dos 7 os 14 anos. Todavia, rompendo com a que lhe antecedeu, a Reforma de Leôncio de Carvalho estabelecia o funcionamento de Escolas Normais e, verdadeiramente inovando em relação à Reforma Couto Ferraz, previa a criação de jardins de infância para as crianças de 3 a 7 anos, bem como de bibliotecas e museus escolares.

¹⁹ **Carlos Leôncio da Silva Carvalho** (Rio de Janeiro, 18 de junho de 1847 — São Paulo, 09 de fevereiro de 1912). Foi advogado, professor e político brasileiro. Fonte: <http://www.ebooksbrasil.org>

Além disso, propunha uma série de medidas, a saber:

- i-) subvenção ao ensino particular;
- ii-) equiparação de Escolas Normais particulares às oficiais e de escolas secundárias privadas ao Colégio Pedro II;
- iii-) criação de escolas profissionais, de bibliotecas populares e de bibliotecas e museus pedagógicos onde houvesse Escola Normal;
- iv-) regulamentação do ensino superior abrangendo a associação de particulares para a fundação de cursos livres;
- v-) permissão a particulares para abrir cursos livres em salas dos edifícios das Escolas ou Faculdades do Estado;
- vi-) criação de faculdades de Direito e de Medicina.

Em relação à metodologia de ensino, durante a Reforma Leôncio de Carvalho, foi desenvolvido o método intuitivo que emergiu da necessidade de se resolver o problema da ineficiência do ensino e, contrapondo-se ao método mútuo, indicava, conforme assinala Reis Filho (1995, p. 68), que “o ensino devia partir de uma percepção sensível. O princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis à observação e à percepção do aluno.” Sobre os impactos da Reforma, convém pontuar que o seu legado fez imprimir mudanças significativas no regime educacional à época, vigente e, por mais que se ateste que estas mudanças- impulsionadas por um ideal inovador- foram importantes para o ensino, receberam algumas críticas pelo fato de terem promovido certa desorganização na educação secundária.

Para ilustrar as mudanças na educação brasileira, destacamos o caso do Colégio Pedro II que passou, de sua criação ao século XIX, por inúmeras modificações, chegando, portanto, ao início do XX, a prestigiar o estudo das ciências físicas e naturais, ministradas nas séries finais do curso. Ressalte-se que tal iniciativa ocorrera devido às influências advindas do contexto histórico, pois estavam em ascensão as aspirações científicas. Sobre isso, Molina (2013) assevera que:

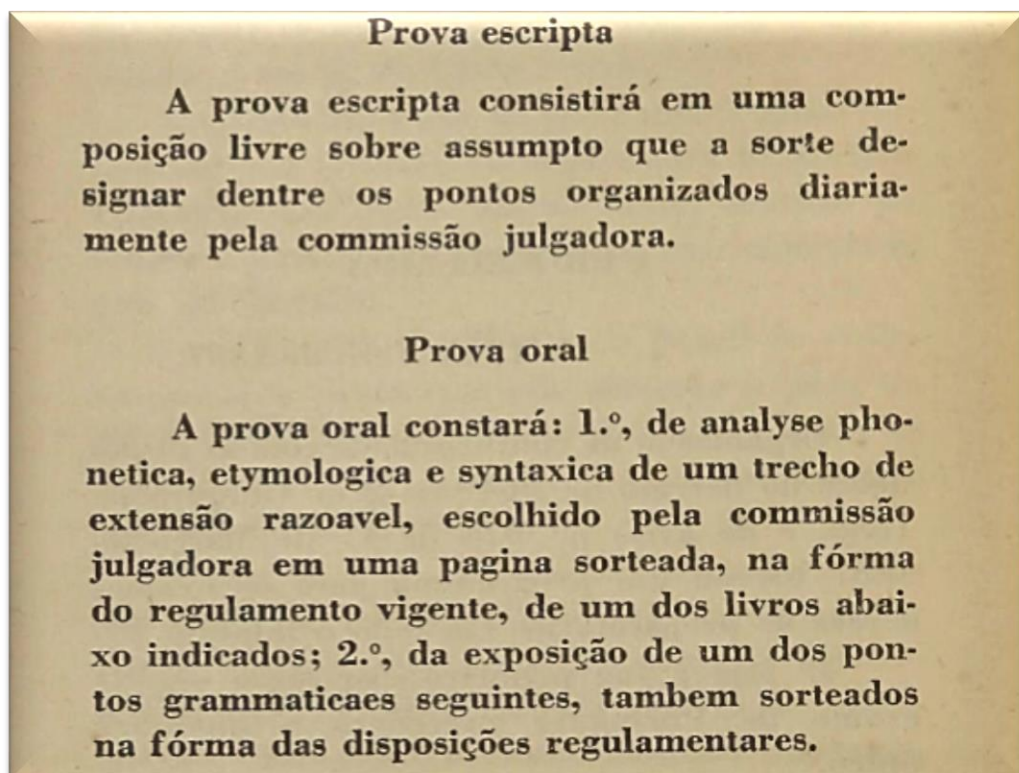
[...] era a época do despertar para as ciências, das descobertas, do microscópio e com ele o olhar minucioso sobre os dados. O positivismo e o evolucionismo imperavam, imprimindo rigor na constatação dos fatos e em sua classificação. Na língua portuguesa essa influência trouxe para o Brasil as orientações das gramáticas histórico-comparativas, do naturalismo. Júlio Ribeiro, profícuo estudioso, lança a sua *Gramática Portuguesa*, divisora de águas, visto

inaugurar aqui no Brasil a os estudos embasados naquele modelo. Depois dela, muitas obras surgiram, sobretudo depois do Programa de Exames elaborado por Fausto Barreto a pedido do ministro de instrução pública, para aqueles que desejassem ingressar no Colégio Pedro II. Esse programa norteou os professores, estimulando-os a produzirem seus manuais com o conteúdo prescrito nesse programa.

Sabendo-se que a língua é um dos constituintes da cultura de um povo, após o processo de Independência, cresceu a necessidade de se fazer cristalizar uma identidade linguística. Sendo assim, alguns trabalhos, principalmente os ligados à literatura, procuraram revelar que o português no Brasil era diferente do português de Portugal. Nesse contexto, Emídio Vitério, Diretor Geral da Instrução Pública, a fim de criar mecanismos para regulamentar o ensino de língua portuguesa, convidou Fausto Barreto para dar conta de operacionalizar esta tarefa, elaborando, então, um Programa de Exames Gerais de Língua Portuguesa para acesso, sobretudo, ao Colégio Pedro II.

Observemos, nas figuras que se seguem, informações do que previa as provas e conteúdos deste Programa.

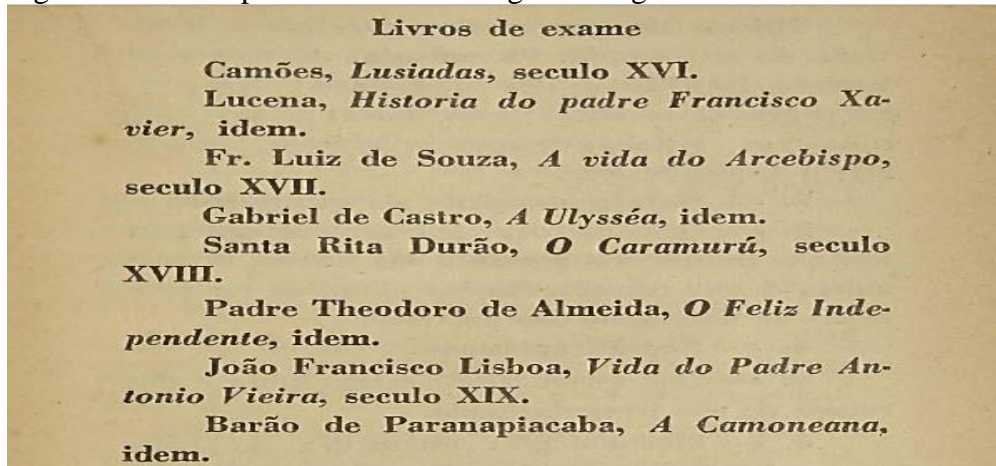
Figura 01: Das provas do Exame de Língua Portuguesa



Fonte: Júlio Ribeiro, *Procellarias* (1887)

Além disso, era sorteado, a cada dia de exame, livro constante do programa. Na figura seguinte, vejamos os livros que constavam no programa e que, por ocasião de sorteio no dia do exame, eram objeto da prova.

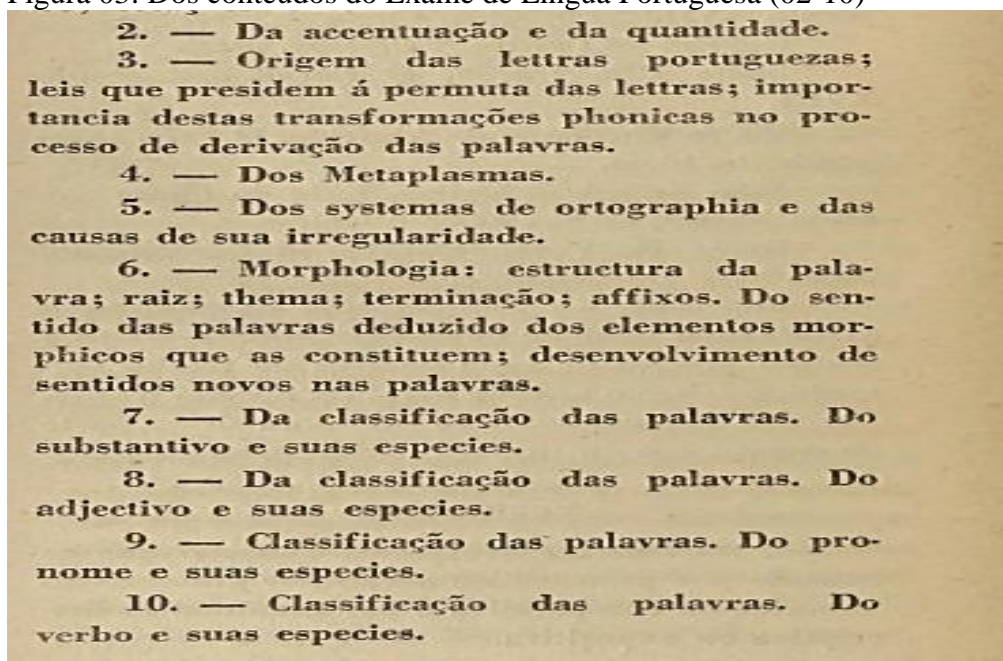
Figura 02: Livros para o Exame de Língua Portuguesa



Fonte: Júlio Ribeiro, *Procellarias* (1887)

Sobre a prova oral, havia 46 pontos/conteúdos em que o primeiro dizia respeito ao que se entendia por gramática geral, gramática histórica ou comparativa e por gramática descritiva ou expositiva, bem como sobre a fonologia (os sons e as letras; classificação dos sons e das letras; vogais; grupos vocálicos; consoantes; grupos consonantais; sílabas; grupos silábicos; vocábulos; notações lexicais). Além deste ponto, vejamos, em figuras que se seguem, outros que constavam no programa.

Figura 03: Dos conteúdos do Exame de Língua Portuguesa (02-10)



Fonte: Júlio Ribeiro, *Procellarias* (1887)

Figura 04: Dos conteúdos do Exame de Língua Portuguesa (11-20)

11. — Classificação das palavras. Das palavras invariáveis.

12. — Agrupamentos de palavras por famílias e por associação de idéias. Dos *synonimos*, *homonymos* e *paronymos*.

13. — Flexão dos nomes: genero; numero; caso. Noções de declinação latina. Desaparecimento do neutro latino em Portuguez; vestígios de neutro em Portuguez; vestígios da declinação em Portuguez. Origem do *s* do plural.

14. — Flexão dos nomes: grau do substantivo e do adjectivo; comparativos e superlativos *syntheticos*; comparativos e superlativos *analyticos*.

15. — Flexão dos nomes; flexão do pronome; declinação dos pronomes pessoaes.

16. — Flexão do verbo; conjugação; fórmulas de conjugação.

17. — Formação das palavras em geral: composição por prefixos e por juxtaposição. Estudos dos prefixos.

18. — Formação das palavras em geral: derivação propria (por *suffixos*); derivação impropria (sem *suffixos*). Estudos dos *suffixos*.

19. — Das palavras variáveis formadas no proprio seio da lingua portugueza.

20. — Das palavras invariáveis formadas no proprio seio da lingua portugueza.

Fonte: Júlio Ribeiro, *Procellarias* (1887)

Figura 05: Dos conteúdos do Exame de Língua Portuguesa (21-30)

21. — Etymologia portugueza; principios em que se baseia a etymologia. Leis que presidiram á formação do lexico portuguez.

22. — Da constituição do lexico portuguez. Linguas que maior contingente forneceram ao vocabulario portuguez.

23. — Character differencial entre os vocabulos de origem popular e os de formação erudita; duplas ou formas divergentes.

24. — Da criação de palavras novas. *Hybridismos*.

25. — Etymologia do substantivo e do adjectivo. Influencia dos casos na etymologia dos nomes.

26. — Etymologia do artigo e do pronome.

27. — Etymologia das fórmulas verbaes; comparação da conjugação latina com a portugueza.

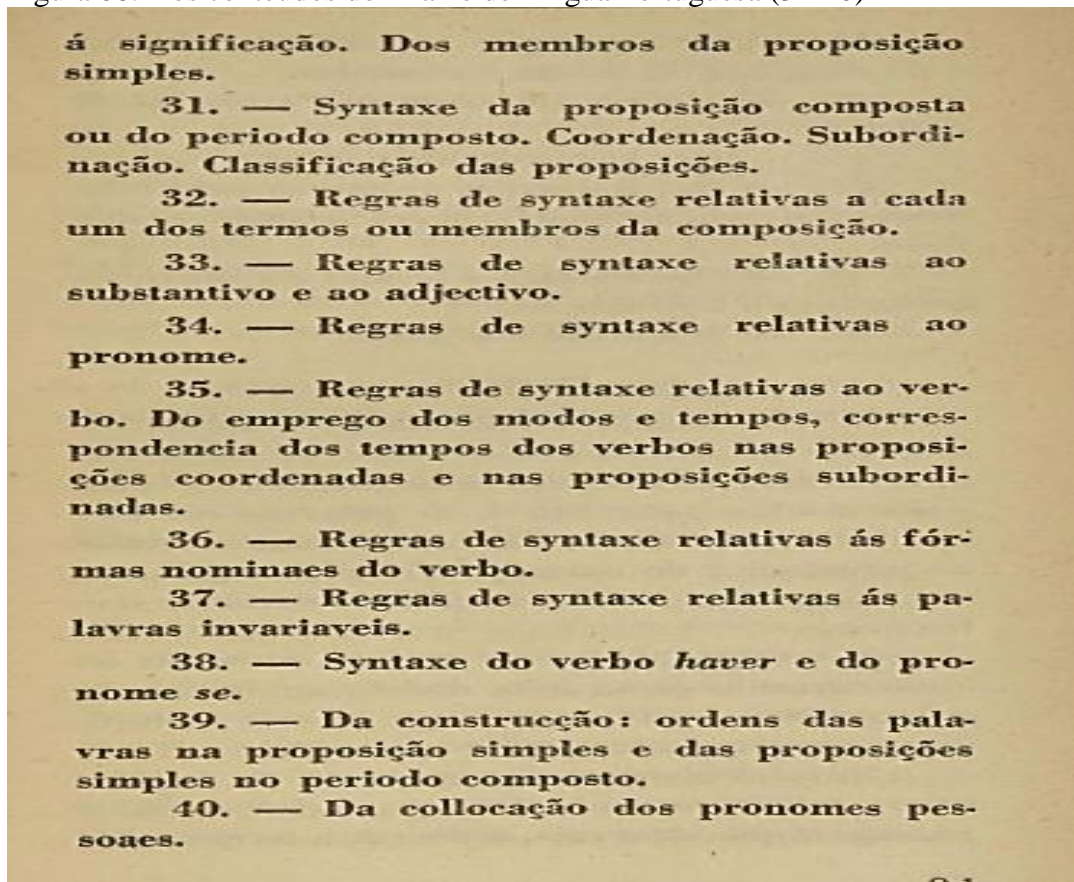
28. — Etymologia das palavras invariáveis.

29. — Da syntaxe em geral. Breves noções sobre a estructura oracional, do Latim popular e do Latim culto. *Typos syntaxicos* divergentes na lingua portugueza.

30. — Syntaxe da proposição simples. *Especies* de proposição simples quanto á fórmula e

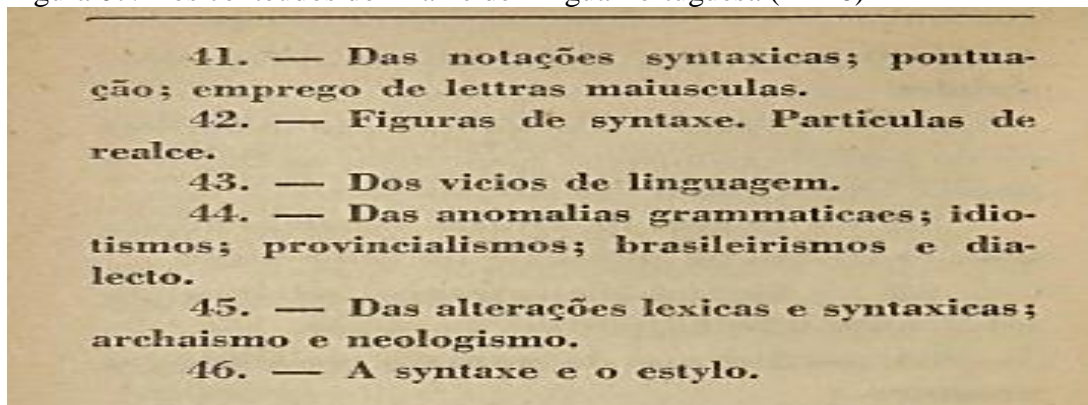
Fonte: Júlio Ribeiro, *Procellarias* (1887)

Figura 06: Dos conteúdos do Exame de Língua Portuguesa (31-40)



Fonte: Júlio Ribeiro, *Procellarias* (1887)

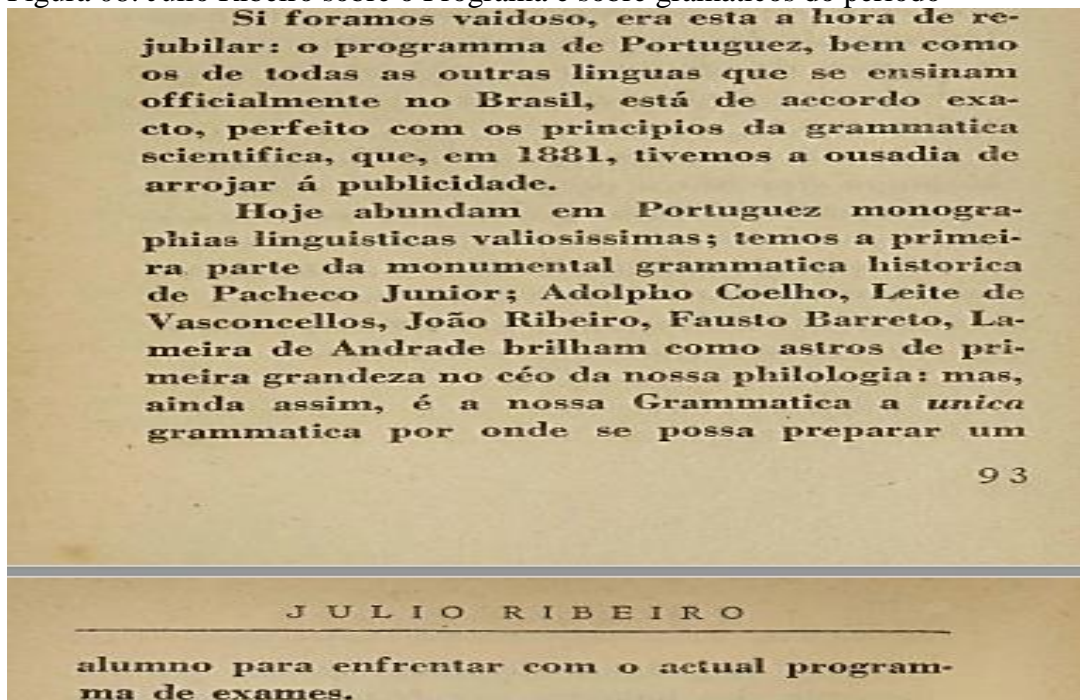
Figura 07: Dos conteúdos do Exame de Língua Portuguesa (41-46)



Fonte: Júlio Ribeiro, *Procellarias* (1887)

Em *Procellarias*, Júlio Ribeiro (1887) expõe suas impressões sobre o Programa, sobretudo, ao assinalar que, por este contemplar o que preconiza a gramática científica, é oportuno o seu acolhimento. Sobre isto e acerca do valor atribuído por Júlio Ribeiro a outros gramáticos do período e à sua *Grammatica Portugueza*, que, nas suas palavras, é a única, de fato, capaz de preparar os alunos para o conhecimento do português, vejamos a figura seguinte:

Figura 08: Júlio Ribeiro sobre o Programa e sobre gramáticos do período



Fonte: Júlio Ribeiro, *Procellarias* (1887)

É importante frisar que o Programa foi elaborado posteriormente à publicação da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro. Todavia, ainda que sua obra preceda a criação do Programa de Exames, o autor acredita que materializara em sua gramática o ideário proposto em 1887 por Fausto Barreto.

É nesse contexto que o Colégio Pedro II, Colégio Militar, Escola Normal etc passam a contar com professores da cadeira de português como autores de gramáticas produzidas para atenderem a este Programa. Ao que pode se observar nas figuras anteriores, esse projeto tinha como prerrogativa estimular o uso da língua eminentemente falada no Brasil, como forma de assumir identidade por meio da valorização linguística nacional. Dividido em itens, o Programa contemplava conteúdos ligados à fonologia, à morfologia, a grupos de palavras (sinônimos, parônimos e homônimos), à formação de palavras, etimologia, sintaxe, retórica.

Urge asseverar que a educação, partir da segunda metade do século XIX, esteve fortemente influenciada por ideais positivistas de tal modo que, ancorados nas concepções de Comte, admitia que a mais profícua forma de conhecimento era gerada a partir da descrição daquilo que era captado pelos sentidos. Assim, como enfatiza Ghiraldelli Jr (2009, p. 30), “o ensino que seguia a doutrina Comtiana era, em princípio, aquele que levaria o estudante a um maior cuidado não com as grandes obras da literatura e, sim, com os tratados a respeito das ciências experimentais.”

Os interesses, nesse período, em relação à educação no Brasil estiveram sobejamente voltados para a instrução primária e secundária e, ao que concerne à educação superior, urge enfatizar que aquele que almejasse um expressivo curso superior “deveria se deslocar para os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda. Quem desejasse seguir a carreira médica deveria se contentar com a Bahia e o Rio de Janeiro. A engenharia estava restrita, de certo modo, à Escola Politécnica do Rio de Janeiro.” (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 31)

O período de fim do Império esteve representado pela formação de grupos de intelectuais que se aliaram aos militares, idealizando a construção do novo regime de governo que se consolidaria em 1889. Destarte, surgiu, então, a motivação para que os notáveis intelectuais discutissem a necessidade de abertura de escolas em lugares distantes das grandes cidades.

Na Primeira República, não diferente dos últimos cinquenta anos dos oitocentos, algumas Reformas educacionais surgiram. Em 1890, limiar do período republicano, a necessidade de mudanças na educação ficou mais evidente devido à nova configuração política que devia impactar, pelos seus ideais, melhorias para a sociedade e, logo nos primeiros anos do novo regime, surgiu a Reforma Benjamin Constant²⁰, em 1890. É cabível destacar aqui que essa Reforma criou:

O Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos e tentou a substituição do currículo acadêmico de cunho humanístico por um currículo de caráter enciclopédico, com disciplinas científicas, ao sabor do positivismo endossado por vários republicanos. Tal reforma reorganizou o ensino secundário, primário e a Escola Normal; criou o *pedagogium*, um centro de aperfeiçoamento do magistério. Benjamin Constant declara o ensino “livre, leigo e gratuito”. Pode-se somar aos seus méritos o de ter dividido as escolas primárias em dois graus. O primeiro ficou destinado às crianças de 7 a 13 anos e o segundo para as de 13 a 15. Outro mérito: passou a exigir o diploma da Escola Normal para o exercício do magistério em escolas públicas. (GHIRALDELLI JR, 2009, P.35)

Os principais objetivos da Reforma eram estabelecer a laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária. Sobre a organização escolar, Palma Filho (2005, p. 01) pontua que esta deveria ser constituída por:

²⁰ **Benjamin Constant Botelho de Magalhães** (Niterói, 18 de outubro de 1836 — Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1891) foi militar, engenheiro, professor e estadista brasileiro.
Fonte: https://www.suapesquisa.com/biografias/benjamin_constant.htm

a-Escola primária organizada em dois ciclos: 1º grau para crianças de 7 a 13 anos; 2º grau para crianças de 13 a 15 anos; b-Escola secundária com duração de sete anos; c-Ensino superior reestruturado: politécnico, de direito, de medicina e militar.

Um dos interesses da Reforma era anular, no ensino secundário, os estudos literários, próprios de um currículo humanista, em detrimento dos científicos. Tal proposta causou notável descontentamento e não logrou êxito, uma vez que, como assinala Silva (2014, p. 64):

A organização proposta por Benjamin Constant nem chegou a ser seriamente ensaiada, uma vez que o seu elevado intelectualismo e sua grandiosidade excedia uma capacidade de aprendizagem dos adolescentes. Nesse sentido, o plano de estudos proposto por Benjamin Constant não foi levado a sério pela falta de interesse que despertou nos alunos: 1) por contrariar a concepção preparatória do ensino secundário; 2) era totalmente inexecutável. Por isso que já no primeiro ano de sua implantação vozes de protesto se levantaram pedindo a sua imediata revogação.

Em 05/04/1911, o então presidente Marechal Hermes da Fonseca promulgou o decreto 8.659, elaborado pelo ministro do Interior Rivadávia Correa²¹, denominado de Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental. Entre outras questões, trazemos a lume o fato de a Reforma de Rivadávia proporcionar total liberdade aos estabelecimentos escolares e, como principal medida, promover a desoficialização do ensino e a não obrigatoriedade da frequência escolar.

Em face das mudanças promovidas por esta Reforma, a educação brasileira não poderia passar incólume, uma vez que, com a desoficialização do ensino, pouca importância foi dada à instrução primária e secundária, tendo havido, portanto, a preocupação com a formação de bacharéis e doutores nos muitos cursos superiores criados com qualidade questionável.

A Reforma proposta por Rivadávia Correa que, com a desoficialização do ensino, provocou instabilidades na educação brasileira foi derrubada em 1915 pela Reforma de Carlos

²¹ **Rivadavia da Cunha Correa** (Santana do Livramento, 9 de julho de 1866 — Petrópolis, 09 de fevereiro de 1920). Foi deputado federal, senador, prefeito do Distrito Federal e Ministro da Justiça. Também foi ministro da Fazenda no governo de Hermes da Fonseca, de 09 de maio a 11 de agosto de 1913 como interino e, como efetivo, de 11 de agosto a 15 de novembro de 1914.

Maximiliano²² que, como principais medidas, reoficializou o ensino, reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o acesso às escolas superiores.

Como os efeitos da Reforma de Rivadávia foram desastrosos para a educação secundária, Maximiliano preocupou-se em qualificar o ensino secundário e introduziu o exame vestibular a ser realizado nas próprias faculdades, podendo a ele “submeter-se apenas os candidatos que dispusessem de diploma de conclusão do curso secundário.” (SAVIANI, 2013, p. 170).

É cabível enfatizar que a Reforma proposta por Carlos Maximiliano manteve aquilo que, para ele, era de fundamental interesse e constava em Reformas anteriormente propostas por outros ministros, pois nos faz lembrar Silva (2014, p. 67) que:

Entre o *descontinuum* e o *continuum* das reformas, a de Carlos Maximiliano manteve, da Reforma de Rivadávia, o exame de admissão às escolas superiores; de Epitácio Pessoa, o ensino seriado e a diminuição do currículo; de Benjamin Constant, a restrição da equiparação aos estabelecimentos estaduais e os exames preparatórios.

Observemos o quadro 02 que sintetiza, a nosso ver, as principais medidas pensadas e instauradas pelas Reformas aludidas nesta pesquisa e que possibilitam um olhar reflexivo acerca de como esteve delineada a educação no Brasil a partir de meados do século XIX aos quinze anos do XX. Convém reiterar que elencamos as Reformas descritas neste estudo pelo fato de estas compreenderem o recorte temporal adotado neste trabalho, bem como por terem, a nosso entender, suscitado modificações e instabilidades no sistema educacional brasileiro.

²² **Carlos Maximiliano Pereira dos Santos** (São Jerônimo, 24 de abril de 1873- Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1960). Foi político, jurista e magistrado brasileiro.
Fonte: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/>

Quadro 02: Principais medidas das Reformas educacionais analisadas

REFORMA	ANO	PRINCIPAIS MEDIDAS
COUTO FERRAZ	1854	<ul style="list-style-type: none"> • obrigatoriedade do ensino; • fechamento da Escola Normal de Niterói; • ideia de universalidade do ensino.
LEÔNCIO DE CARVALHO	1879	<ul style="list-style-type: none"> • funcionamento de Escolas Normais; • subvenção ao ensino particular; • criação de escolas profissionais e de bibliotecas; • regulamentação do ensino superior; • criação de faculdades de Direito e de Medicina; • Valorização do método intuitivo de ensino.
BENJAMIN CONSTANT	1890	<ul style="list-style-type: none"> • ensino livre, leigo e gratuito; • exigência do diploma da Escola Normal para o exercício do magistério em escolas públicas; • Tentativa de substituição do currículo humanístico pelo científico.
RIVADÁVIA CORRÊA	1911	<ul style="list-style-type: none"> • desoficialização do ensino e a não obrigatoriedade da frequência escolar; • preocupação com a formação de bacharéis e doutores;
CARLOS MAXIMILIANO	1915	<ul style="list-style-type: none"> • reoficialização do ensino; • reforma do Colégio Pedro II; • regulamentação do acesso às escolas superiores.

Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Após discorrermos sobre como esteve representada a educação no Brasil de meados do século XIX aos primeiros anos do século XX, é conveniente que atemos as pontas do que foi discutido ao longo deste tópico e interpretemos que, de alguma forma, houve retrocessos, estagnação e alguns, ainda que tímidos, pontos positivos sobre a instrução primária, secundária e superior no país.

Sobre algo positivo das reformas, podemos destacar que, nas primeiras décadas do século XX, as ideias liberais que fervilhavam no período se fizeram sentir na educação de tal modo que o processo de escolarização passou a ser importante instrumento de participação política. Convém frisar que o laicismo, inspirado em ideais positivistas, se fez presente na educação brasileira na Primeira República. Ao que diz respeito a aspectos negativos, ressalte-se a pouca atenção creditada à instrução primária, ao não atendimento de uma política educacional que garantisse o acesso àqueles que viviam a margem da sociedade: camada pobre da sociedade e ex-escravos, por exemplo.

Apresentadas as considerações arroladas neste capítulo ligadas aos aspectos históricos, econômico-sociais e educacionais no final do século XIX e início do XX, passemos, no capítulo

seguinte, a discorrer sobre as influências que contribuíram para a produção gramatical brasileira oitocentista e as concepções sobre sujeito advindas da tradição gramatical greco-latina, bem como sobre a influência doutrinária legada da linguística alemã, francesa e inglesa para a gramatização científica brasileira.

CAPÍTULO III

CONCEPÇÕES LINGUÍSTICAS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX E O IDEÁRIO SOBRE O SUJEITO À LUZ DA GRAMÁTICA GRECO-LATINA

Algumas considerações sobre as concepções linguísticas que orientaram a produção gramatical brasileira no século XIX e início do XX serão arroladas neste capítulo que dividimos em duas partes. Na primeira, discorreremos sobre os postulados teóricos da Gramática Geral e Filosófica advindos da tradição greco-latina que influenciaram a produção gramatical brasileira de meados do século XIX até o ano de 1881. Convém destacar que isto alcança relevância pelo fato de que algumas gramáticas analisadas nesta tese, ainda que sejam concebidas como científicas, mantêm relações com o paradigma geral e filosófico gramatical.

Na segunda parte, discorreremos sobre como o sujeito gramatical foi pensado na tradição greco-latina por meio de uma observação filosófica que, via de regra, destaca sua condição de referencialidade acerca de algo a que este elemento linguístico representa. Finalizaremos este capítulo a partir de discussão que tenciona refletir sobre as influências da linguística alemã, francesa e inglesa do século XIX para a produção da gramática científica brasileira. Outrossim, destacaremos o empreendimento do método histórico-comparativo que favoreceu a incorporação de ideias inovadoras no tratamento de questões linguísticas, inaugurando, por assim dizer, o que se convencionou denominar de período científico da gramaticografia brasileira.

3.1 Influências da gramática Geral e Filosófica na produção gramatical brasileira

O conhecimento linguístico que se materializou na produção gramatical brasileira até os últimos vinte anos do século XIX esteve representado pelos ideais racionalistas herdados da tradição greco-latina. Sabendo-se disso, é conveniente que façamos uma sumária incursão sobre aspectos teórico-metodológicos empreendidos em algumas obras dos séculos XVII E XVIII que influenciaram a produção gramatical brasileira no século XIX, quais sejam: *Methodo gramatical* (1619) e *Porta de línguas* (1623), de Amaro de Roboredo²³; *Grammaire Générale*

²³ Há imprecisão quanto à data de seu nascimento e falecimento. Acredita-se que ele tenha nascido 1580 e 1585, na freguesia de Algozo, atualmente pertencente ao concelho de Vimioso, distrito de Bragança.

et Raisonné de Port-Royal (1660), de Arnauld (1612-1694) e Lancelot (1615 – 1695); *Grammatica Filosófica da Língua Portuguesa*²⁴(1822), de Jeronimo Soares Barbosa (1737-1816).

No Século XVII o conhecimento linguístico esteve pautado no que preconizavam as gramáticas filosóficas a partir de concepções que se voltavam para o estudo normativo que propunha que a língua teria de ser observada como espelho da mente, ou seja, era concebida como expressão do pensamento. Destarte, obras gramaticais produzidas no período ocupavam-se em associar as categorias de pensamento às unidades da língua. Nessa direção, em Portugal, destacou-se Amaro de Roboredo, pedagogo português seiscentista e pioneiro na didática das línguas. Suas obras mais expressivas foram o *Methodo Grammatical para todas as línguas*, de 1619, e *Porta de Línguas*, de 1623.

Há que se destacar que as ideias desse autor eram inovadoras, estando, portanto, à frente de seu tempo. Prova disso é que, em *Methodo Grammatical*, o autor assinala que o latim é o modelo a ser seguido para estudo de outras línguas. A este respeito, convém destacar o que assinala Fávero (1996, p. 40) ao afirmar que:

O método gramatical aplicável a todas as línguas era uma proposta nova de ensino do latim e uma crítica ao método do jesuíta Manuel Álvares até então utilizado e que despendia muitos anos de estudo por ensinar gramática latina em latim. As explicações em língua materna tornavam, segundo Roboredo, mais rápido o aprendizado das línguas clássicas- daí a defesa que fazia da criação de uma cadeira de língua materna ao menos nas cortes e universidades.

Em *Porta de Línguas*, as ideias de um aprendizado eficaz de determinada língua românica a partir do latim são reforçadas. Destarte, ouçamos Roboredo (1623), *apud* Fávero (1996):

[...] Em lugar dessas laçarias, e falhagens entretalhadas, lhe ajuntei as raízes da língua latina, para que se aprenda mais brevemente: porque muitos a *desejão*; mas a dificuldade com que em nossos tempos se ensina, todos a aborrecem. Quem agora quiser este alívio em aprender a ensinar; debaixo do excelente nome de v.s. o provará, a quem eu por lembrança de mercês recebidas, o dediquei.

Tomando-se por base a trajetória de suas obras, estima-se que o autor tenha falecido aos 70 anos. (VOLPE, 2015, p. 70)

²⁴ Obra póstuma impressa pela tipografia da Academia das Ciências de Lisboa em 1822.

Em face ao que se apresenta no trecho citado, percebemos que Roboredo se preocupou em apresentar um método eficaz para o aprendizado de línguas a partir do latim. Nesse sentido, tanto em *Porta de línguas* quanto no *Methodo gramatical*, há o comprometimento com o aspecto pedagógico, vez que o autor apresenta o “caminho” a ser seguido para o aprendizado de línguas provenientes do latim. Para Roboredo, o método que melhor ensina a aprendizagem era o indutivo, o que parte de exemplos concretos para a padronização de generalidades linguísticas, dito de outra forma, de casos específicos para regras linguísticas gerais.

Também investido de um empreendimento normativo-prescritivo, na França, começava a ser delineada a noção de regra associada ao uso, visando à elaboração de uma gramática capaz de fornecer os modelos legítimos do bem falar e escrever a língua francesa. Faz parte dessa fase a *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal*, de Arnauld e Lancelot, publicada em 1660, cujos ensinamentos muito influenciaram posteriormente as ideias linguísticas representadas em gramáticas filosóficas brasileiras do século XIX.

A *Grammaire de Port Royal* divide-se em duas partes, quais sejam: i-) estudo das letras (sons) e dos caracteres da escrita (prosódia e ortografia); ii-) estudos dos princípios e das razões sobre os quais se assentam formas distintas de significação das palavras. Os interesses pelo bem escrever e pelo bem falar estão presentes na gramática, bem como a vinculação de seu alicerce teórico ancorado em pressupostos logicistas. Sobre isto, Mattos e Silva (1994, p. 26-27) enfatiza que:

A gramática de *Port Royal* não se dissocia da lógica. Recobrem-se o projeto gramatical e lógico [...] Propõem eles uma sintaxe lógica no âmbito de uma gramática que já não é um inventário de termos ou de correspondências formais de construções (latim, francês), por exemplo, é um estudo das unidades superiores e a proposição se torna o elemento de base da reflexão gramatical, por ser a expressão mínima do juízo e do raciocínio.

Em face a esse posicionamento, urge asseverar que os estudiosos da época consideravam que a linguagem era organizada por princípios gerais que eram racionais. Dessa forma, passaram a exigir, dos falantes, clareza e precisão no uso da linguagem e, sendo assim, como assinala Lyons (1979, p.17) “sua principal intenção era mostrar que a estrutura da língua é um produto da razão”.

Outra obra conveniente de se destacar foi a *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*²⁵, publicada em 1822 por Jerônimo Soares Barbosa que também influenciou a produção de gramáticas de língua portuguesa no Brasil sob a égide dos postulados filosóficos. Há que se ressaltar que o modelo proposto na *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal* se faz presente na obra de Barbosa, haja vista que:

A sua formação está fundada na tradição iniciada pelos gramáticos seiscentistas de Port Royal e aperfeiçoada pelos iluministas franceses, de quem demonstra ser conhecedor e seguidor. Foi ele introdutor de inovações conscientes não só na teoria e descrição da língua portuguesa, como na pedagogia do ensino do português. (MATTOS E SILVA, 1994, P.38)

Na contramão de abordagens feitas por gramáticos que o precederam, conforme assinala Fávero (1996), Barbosa imprime uma metodologia que se diferencia do modelo proposto pelos seus antecessores e, sendo assim, crítica, nomeadamente, autores, a saber: João de Barros, Roboredo, Jerônimo Contador de Argote e Reis Lobato. A crítica, de maneira geral, representou-se pelo fato de estes gramáticos modelarem a gramática portuguesa pela latina. Além disso, incisivamente, Soares assinalava que o método para ensinar o português não deveria partir do latim como acreditava Roboredo, mas do princípio pedagógico da construção do conhecimento em face àquilo que já se dominava.

Insta ressaltar que a produção gramatical brasileira se orientou de forma mais explícita pelas ideias linguísticas dos autores supramencionados praticamente durante todo o século XIX até o ano de 1881, ano da publicação da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro que inaugura a produção gramatical brasileira orientada por correntes científicas e por aspectos ligados ao método histórico-comparativo.

Após estas considerações que se referem a aspectos da tradição gramatical do mundo ocidental desde o século XVII até o início do XIX, convém destacar que se inserem nessa concepção de tratamento de questões linguísticas em acepção logicista autores como Antonio de Moraes Silva (1755-1824), com seu *Epítome de Grammatica Portuguesa* (1813); Frei Caneca (1779-1825), com o *Breve Compêndio de Grammatica Portuguesa* (1819); Antônio Pereira Coruja (1806- 1889), com o *Compêndio de Língua Nacional* (1835); Francisco Sotero

²⁵ Esta gramática conheceu, ao longo do século XIX, sete edições (1822, 1830, 1862, 1866, 1871, 1875, 1881). Todas elas publicadas sob a chancela da academia das Ciências de Lisboa.

dos Reis (1800-1871), com a *Grammatica Portugueza* (1866); Augusto Freire da Silva (1836-1917), com a *Grammatica Portugueza* (1879)²⁶; Charles Adrien Olivier Grivet (1816-1876), com a *Nova Grammatica Analytica da Língua Portugueza*(1881)²⁷, e outros.

Feito este arrolamento, convém ressaltar, como fizeram Fávero e Molina (2006), que a publicação de gramáticas brasileiras sob a orientação filosófica ocorreu em momento em que o Brasil era colônia de Portugal e, sendo assim, qualquer expressão que fugisse à convenção dos modelos da língua da pátria-mãe era considerada brasileirismo, sendo, portanto, um vício de linguagem. Assim, influenciadas pelo que propunha a *Grammaire de Port Royal*, as gramáticas incorporaram padrões do bem falar e do bem escrever, bem como, por influência ao que propunham as gramáticas de Roboredo e de Barbosa. Como exemplo da influência da *Grammaire* na produção gramatical brasileira, podemos destacar a obra de Sotero dos Reis (1866) ao conceber a gramática como a arte de falar e escrever corretamente a língua portuguesa.

3.2- O inventário do sujeito à luz da gramática greco-latina

As discussões que serão arroladas neste tópico colocam em destaque o ideário sobre o sujeito pelo viés da vertente grega e, em seguida, pelo prisma da vertente latina da gramática. Na primeira, que se divide em dois subtópicos, discutiremos sobre o sujeito no pensamento gramatical da vertente grega a partir das ideias de Platão e Aristóteles, bem como sobre algumas considerações referentes ao sujeito na tradição gramatical alexandrina por meio das obras de Dionísio Trácio e Apolônio Díscolo. Na segunda parte, discutiremos sobre o ideário a respeito do sujeito na tradição gramatical latina por meio de concepções linguísticas de Varrão, Donato e Prisciano. É importante frisar que este tópico e seus subtópicos são, a nosso ver, importantes por, além de destacar o pensamento sobre o elemento sintático em questão, permite-nos, quando da análise no capítulo seguinte, observar se o inventário acerca do sujeito no *corpus* selecionado remonta à tradição greco-latina, uma vez que o ideário representado neste tópico alude aos pressupostos da gramática geral e filosófica, ou se se projeta para a modernidade

²⁶ Não há um consenso quanto à data de publicação da primeira edição. Na página de rosto da edição de 1906, há o informe de que fora premiada em 1877, momento de sua segunda edição. Todavia, conforme nos informa Leite de Vasconcellos, (Opúsculos IV, 1929:893) a primeira edição data de 1879.

²⁷ Obra publicada postumamente em 1881, tendo sido escrita em 1874.

linguística em face das influências doutrinárias ligadas ao método histórico-comparativo e ao aspecto naturalista da linguagem.

3.2.1- As ideias de Platão e de Aristóteles: considerações sobre o *lógos*, *ónoma*, *rhêma* e *hypokeîmenon*

Iniciamos este subtópico enfatizando que os filósofos gregos não tinham a intenção em criar uma disciplina gramatical, ou seja, um conjunto de regras para bem falar e escrever, pois:

Não investigavam a linguagem com nenhum objetivo didático, pedagógico. Mesmo assim, para empreender o caminho que levava da palavra até a essência das coisas, era preciso criar instrumentos de análise que balizassem a trajetória da investigação. E foi Platão que inaugurou a descrição e a definição daquilo que até hoje chamamos de partes do discurso ou classes gramaticais. (BAGNO, 2011, p. 406)

Ao investigar a relação entre linguagem verbal e as coisas, Platão propôs distinguir, no *lógos*²⁸ (que se pode traduzir por sentença), duas partes principais, uma nominal (*ónoma*) e outra verbal (*rhêma*)- par que se tornaria a distinção gramatical primária, subjacente à análise sintática e à classificação de palavras, ou partes do discurso²⁹ da descrição linguística. Sobre isso, Bagno (2011, p.406) enfatiza que esta divisão “ revela, da parte do filósofo, uma lúcida percepção daquela que é a função quase única das línguas humanas: a predicação.” Sendo assim, a predicação era o resultado da soma do *lógos*, ou seja, do *ónoma* + o *rhêma*.

Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 126) destacam, a respeito da constituição do enunciado, nos termos de Platão, que:

O enunciado não é a associação de um *hypokeimenon* e de um *kategorêma*, de um sujeito e de um predicado, mas aquela de um nome e de um verbo, que representa um agente e uma ação. Sobre essa base, nome e verbo, o enunciado é fundado. Ou seja, a análise não é lógica, mas semântico-referencial: nome e verbo remetem diretamente à realidade e, como nela reconhecemos certo número de características tanto referencias quanto morfológicas (referência ao gênero e ao número, à pessoa, ao tempo), pudemos durante longo tempo nos

²⁸ O significado de *lógos* (*logou* é o termo no genitivo) é ambíguo na contemporaneidade: remete a uma gama de significados na tradição helênica, impossíveis de serem reunidos em um único termo nos nossos dias. Pode ser considerado conversação, texto, prosa, proposição, enunciado, sentença, razão, pensamento[...]. Posteriormente, seria traduzido como *oratio* (oração) pelos romanos, no sentido de arranjo harmonioso de palavras que resulta num enunciado de sentido completo. (VIEIRA, 2018, 0.28)

²⁹ A expressão “ partes do discurso” vem do grego *mere lógou*, em que *meros* equivale a ‘parte’ e *mere* é o seu plural. (VIEIRA, 2018, P. 28)

sujeitar a essa combinação, um esquema que chamamos de morfológico-semântico, e isso ainda mais nas línguas clássicas que eram ricas de indicadores morfológicos.

Pela citação anterior, é conveniente afirmar que, para Platão, o enunciado é constituído por um elemento que designa uma ação, tendo, portanto, caráter referencial de agente e um outro que se refere à dada ação. Em outras palavras, para a constituição do enunciado, Platão não considera a existência de um sujeito e de um predicado, *hypokeîmenon* e *Kategorêma* respectivamente, mas de um nome e de um verbo capazes de denotar um agente e uma ação.

Tal consideração, por remeter à realidade, permite-nos deduzir que o elemento que se refere ao *ônoma*, pensando-se em definição à luz da teoria platônica, é de natureza semântico-referencial e seria o que o paradigma gramatical ressignificou como sujeito.

É importante destacar que os filósofos gregos não objetivavam fazer distinção entre categorias lexicais (substantivo e verbo) e funções sintáticas (sujeito e predicado) como atualmente costumamos fazer numa análise morfossintática. Tal fato pode ser explicado por se tratar de uma análise filosófica que tinha o objetivo precípua de observar a natureza das palavras e não em analisar sua função para a constituição do *lógos*. Sobre isto, observemos o diálogo platônico do século V a.c., entre o matemático Teeteto e o Estrangeiro, aqui citado como Platão.

Estrangeiro: [...]Possuímos, na verdade, para exprimir vocalmente o ser, dois gêneros de sinais.

Teeteto: quais?

Estrangeiro: Os nomes [*ónoma*] e os verbos [*rhêma*], como os chamamos.

Teeteto: Explica tua distinção.

Estrangeiro: O que exprime as ações, nós chamamos de verbo.

Teeteto: sim.

Estrangeiro: Quanto aos sujeitos que executam essas ações, o sinal vocal que a eles se aplica é um nome.

Teeteto: Perfeitamente.

Estrangeiro: Nomes apenas, enunciados de princípio a fim, jamais formam um discurso [*lógos*], assim como verbos enunciados sem o acompanhamento de algum nome. [...]Por exemplo, anda, corre, dorme, e todos os demais verbos que significam ação; mesmo dizendo-os todos, uns após outros, nem por isso formam um discurso.

Teeteto: Naturalmente.

Estrangeiro: e se dissermos ainda: leão, cervo, cavalo, e todos os demais nomes que denominam sujeitos executando ações, há ainda aqui uma série da qual jamais resultou discurso algum; pois, nem nesta, nem na precedente, os sons proferidos indicam nem ação, nem inação, nem o ser, de um ser, ou de um não-ser, pois não unimos verbos aos nomes. Somente unidos haverá o acordo e, desta primeira combinação nasce o discurso que será o primeiro e mais breve de todos os discursos. (PLATÃO, 1972, p. 195-196)

Vieira (2018, p. 29), sobre o trecho aqui citado, assinala que a divisão proposta pelo *Estrangeiro* ao *lógos* consiste, na verdade, em “um caminho para a reflexão sobre a qualidade verdadeira ou falsa do discurso e, conseqüentemente, do pensamento, sendo aquele visto como expressão vocal deste.” Além disso, o diálogo permite-nos a reflexão de que, prototipicamente, o sujeito corresponde a um ónoma que, dissociado de um *rhêma*, ou seja, da noção predicadora de um verbo, não formará um discurso. Assim, na visão platônica, ónoma e *rhêma* são imprescindíveis para a constituição de um discurso.

Aprofundando esta discussão, Neves (2005, p. 143) assinala que:

É no Sofista que se verifica até onde chegou Platão na sua distinção *ónoma/rhêma*. Nesse diálogo, Teeteto afirma que existem dois gêneros de *sianis* para exprimir vocalmente o ser. As coisas, cuja essência é revelada pela linguagem, aparecem aqui divididas em ação (*práxis*) e agente (*prátton*), aquela identificada com *rhêma* e este, com *ónoma*. Assim, o verbo é definido como o que expime as ações e o nome com o sinal que se aplica aos sujeitos dessas ações.

Advertem-nos Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 126) que um enunciado pode não ser constituído por um nome e um verbo, mas por um nominativo e um verbo. Sobre isto, Baratin (1991, p. 2019), a respeito do nome que, no enunciado, exerce a função de sujeito, assinala que:

[...] os estoicos admitem o sujeito como categoria do ser, com a qualidade, a maneira de ser e a maneira de ser relativa, mas não como categoria de enunciado: no quadro do enunciado, os estoicos falam apenas de nominativo ou de nome, limitando-se a critérios formais.

Pela citação anterior, é possível entender que, no pensamento dos estoicos, o sujeito não é constituinte do enunciado, uma vez que um nome ou um nominativo (com indicações apenas a aspectos formais e não funcionais) e um verbo constituem dado enunciado. O sujeito, nesta acepção é, portanto, uma entidade também referencial assim como propunha Platão.

Para Aristóteles, discípulo de Platão, o *lógos* é fruto da natureza política do ser humano, que ele designa explicitamente como animal político. Em um determinado trecho de sua *Política*, afirma que aquele que não consegue viver em sociedade, ou não precisa porque é autossuficiente, só pode ser um animal ou um Deus. Desse modo, lembra-nos Neves (2005, p.68) que:

O *lógos* tem, assim, por natureza, um caráter político. Como linguagem própria da cidade, ele é, afinal, o discurso retórico e, portanto, uma linguagem de exercício político, uma linguagem prática. Há, porém uma linguagem da ciência, que é o *lógos*, em que está a verdade ou a falsidade. Na *Retórica*, Aristóteles o verá como função prática. No da interpretação, ele é visto em sua função representativa de discurso do ser, discurso que é, por excelência, a proposição, a qual revela as coisas porque representa a verdade de suas relações.

Aristóteles propõe acrescentar ao *lógos* uma terceira classe, *sýndemos*, que compreendia, necessariamente, a conjunção, mas que, além dessa, abrangia todas as palavras que, ao contrário do *ónoma* e do *rhêma*, não tinham significado próprio, não seriam partes do discurso, mas serviriam para articular entre si os elementos internos de uma sentença e as diferentes sentenças entre si. Destarte, entendemos, portanto, que o *sýndemos* abrangia, também, o que hoje conhecemos por artigo, pronome e, provavelmente, a preposição.

Como se pode perceber sobre a constituição do *lógos*, não havia na proposta de Platão nem na de Aristóteles (até então), nem na dos estoicos uma ligação direta ao termo sujeito, mas podemos aludir que este elemento está para o *ónoma*, vez que o ato de predicar é exatamente o ato de atribuir qualidade/propriedade ao nome/ sujeito.

A ideia relacionada a sujeito foi desenvolvida posteriormente por Aristóteles quando de sua teoria da predicação, tendo sido este filósofo o primeiro a se referir a este termo chamado por ele de *hypokeîmenon* que, literalmente, pode ser traduzido como ‘algo que está por baixo’. Esta expressão, cujo conceito está ligado à metafísica, foi transferida posteriormente para a disciplina gramatical para definir o termo da sentença sobre o qual recai a predicação, expressada pelo verbo.

Como afirmado no início deste tópico, não havia entre os filósofos gregos a intenção em propor uma disciplina gramatical, ou seja, um conjunto de regras para se falar ou escrever bem, a noção para a expressão ‘algo que está por baixo’ é, essencialmente, de natureza filosófica. Desse modo, observemos a interpretação que propõe Bagno (2011, p. 411), com a qual concordamos, para a expressão numa análise que objetiva averiguar a sua relação com o sujeito gramatical, ao esclarecer que:

Mas, afinal, o que é que ‘está por baixo’ do sujeito? Ora, o que está por baixo de uma coisa é a sua essência, o seu ser, aquilo que permanece o mesmo, ‘lá no fundo’, ‘lá embaixo’, a despeito das mudanças que essa coisa venha a sofrer com o tempo. [...] Justamente por isso é que o termo que exerce a função de sujeito recebe o nome de substantivo, porque ele é o portador da substância-do latim *substantia*, formado de *sub-*, ‘sob, por baixo’, e *-stare*, ‘estar, ficar’.

Assim como o sujeito é ‘aquilo que jaz embaixo’, o substantivo também representa aquilo que ‘está embaixo’. Por isso é que, na tradução do termo grego *hypokeîmenon*, os estudiosos da metafísica alternam entre sujeito e substância.

Angioni (2006, p. 18-19), estudioso da teoria da predicação de Aristóteles, enfatiza que:

A estrutura básica da predicação, tal como proposta por Aristóteles, constitui-se de três elementos mínimos: dois termos (sendo um deles o sujeito e o outro, o predicado) e o operador copulativo. À primeira vista, a leitura apressada de alguns textos daria a entender que Aristóteles admitiria uma forma ainda mais primitiva, reduzida apenas a um nome, como termo-sujeito, e um verbo como termo-predicado- por exemplo, ‘Sócrates corre’. No entanto, como veremos, essa forma, ainda que seja a mais comum na linguagem ordinária, não reflete a estrutura básica da predicação, que se constitui exatamente por uma operação de composição (sinalizada pelos operadores copulativos) entre dois termos, o sujeito (por assim dizer, o assunto sobre o qual se pretende falar) e o predicado (aquilo que se propõe sobre o assunto previamente introduzido pelo termo-sujeito).

Sobre o excerto aqui citado, há que se frisar que os operadores copulativos se referem à ligação entre o sujeito e o predicado, indicando, àquele, determinadas referencialidades. Em linhas gerais, é preciso reforçar a ideia de que o sujeito, na esteira de abordagem do pensamento filosófico grego, só veio a ser considerado posteriormente por Aristóteles como um termo sobre o qual incidiria a predicação. Todavia, o pensamento platônico e estoico, ainda que não afirme a existência de um sujeito constituinte do enunciado, sinaliza que o *ónoma* teria a prerrogativa de indicar um agente de determinada ação.

3.2.2 O legado alexandrino da doutrina gramatical e as ideias sobre o sujeito na *Téknê* de Dionísio e na gramática de Apolônio Díscolo

À Alexandria do período helenístico³⁰ pode ser vinculada a afirmação de ter sido o palco para a transferência doutrinária dos estudos linguísticos que daria origem à constituição da primeira norma-padrão da história ocidental- a norma do grego clássico.

³⁰ Refere-se ao período da história da Grécia e de parte do Oriente médio compreendido entre a morte de Alexandre Magno (Alexandre, o Grande), rei da Macedônia, em 323 a.c. e a anexação da península e das ilhas gregas por Roma, em 146 a.c., marco do início do Império romano. Este período costuma ser caracterizado pela difusão da civilização grega numa vasta área que se estendia do norte da África até

Sobre o ideal linguístico cultural do período helenístico, Vieira (2018, p. 45) assinala que:

O ideal linguístico-cultural de reverência a uma tradição literária pregressa refletia o espírito helenístico. Alexandre Magno, fascinado pela cultura helênica, foi o responsável por implantar a civilização grega nas terras. Mesmo com a posterior fragmentação do seu reino, a influência linguístico-cultural do grego se manteve por muito tempo nessas regiões, a ponto de, séculos depois, o grego ter permanecido como língua franca na região oriental do Império Romano. A famosa Biblioteca de Alexandria- e todo o círculo intelectual que se reunia ao seu poder- é um exemplo dessa influência. O espaço congregava uma grande coleção de manuscritos gregos antigos, com textos consagrados de poetas, dramaturgos, filósofos e historiadores.

É num cenário de efervescência cultural e propagação da língua grega que o filólogo alexandrino Dionísio Trácio (170-90 a.c.), discípulo de Aristarco de Samotrácia, produz a primeira gramática de que se tem conhecimento acerca de uma língua europeia: a *Téknê Grammatihê*³¹. Tal obra, em tradução literal, significa arte/técnica da gramática e foi editada pela primeira vez no Ocidente em 1715.

as costas da Índia. De modo geral, o helenismo foi a concretização de um ideal de Alexandre: o de levar e difundir a língua e cultura gregas aos territórios que conquistava. (VIEIRA, 2018, p.44)

³¹ A obra de Dionísio consta de vinte parágrafos:

- 1 Da gramática;
- 2 Da leitura;
- 3 Do acento;
- 4 Da pontuação;
- 5 Da Rapsódia;
- 6 Do elemento;
- 7 Da sílaba;
- 8 Da sílaba longa;
- 9 Da sílaba breve;
- 10 Da sílaba comum;
- 11 Da palavra;
- 12 Do nome;
- 13 Do verbo;
- 14 Da conjunção;
- 15 do particípio;
- 16 Do artigo;
- 17 Do pronome
- 18 Da preposição;
- 19 do advérbio
- 20 Da conjunção

A obra de Dionísio é um tratado breve e metódico de doutrina gramatical. Neves (2005, p. 126) informa-nos que Dionísio, no primeiro parágrafo de seu manual, indica como partes da gramática:

- i-) leitura praticada segundo as regras da prosódia;
- ii-) explicação dos poetas segundo os tropos que neles aparecem;
- iii-) explicação natural dos fatos linguísticos e históricos;
- iv-) investigação etimológica;
- v-) exposição da analogia;
- vi-) julgamento das obras (que é a parte mais importante da arte gramatical).

Convém enfatizar que, nesta obra, não há ligação direta ao termo sujeito, vez que em nenhum dos vinte parágrafos que compõem a sua gramática há a relação explícita ao termo sujeito. Tal fato explica-se pela razão de que a sintaxe³² da língua grega não fora explicitamente contemplada o que era comum na produção gramatical da época e, sobre isso, Neves (2005, p. 127) assevera que “considerar a sintaxe nesse período inicial dos estudos gramaticais significaria um prosseguimento de investigações teóricas, uma deriva das considerações filosóficas.”

Todavia, no parágrafo 12 da gramática em que se aborda o nome, há uma ligação implícita para o que corresponde ao sujeito, pois, assim, como pensavam Platão e Aristóteles, Dionísio utiliza o termo *Ónoma* para indicar que este diz respeito à parte da oração que designa um corpo ou uma coisa abstrata.

Note-se, portanto, a permanência da noção de substância, assim como propunha Aristóteles ao referir-se ao *hypokeîmenon*. Todavia, a ideia de Dionísio sobre este termo recebe um refinamento, vez que, a partir de então, a entidade corpo não havia sido introduzida. Ressalte-se que a gramática tradicional, em face dessa definição do *ónoma* nos termos de Dionísio, desenvolve as noções de substantivo concreto e abstrato, sendo aquele o corpo a que determinado elemento se refere e este qualquer ‘coisa’ destituída de materialidade.

³² Em linhas gerais, a *Téknh* de Dionísio abriga apenas a fonética e a morfologia, ignorando a sintaxe. É verdade que a obra analisa as partes da frase, mas o faz baseada numa divisão semântica, e não funcional. (Vieira, 2018, p. 61)

Convém enfatizar que a herança que se tem hodiernamente acerca das partes do discurso remonta aos estudos alexandrinos cujas definições se faziam presentes na *Tékne* de Dionísio que “reúne os nomes próprios e comuns dos estoicos em uma só classe, separa os participios da classe dos verbos e coloca os pronomes e as preposições em classes independentes dos artigos e conjunções, respectivamente.” (VIEIRA, 2018, p. 55).

Continua o autor (*idem*:p. 55) enfatizando que:

[...] de grande relevância para a posterioridade dos estudos gramaticais, essa organização das partes do discurso em oito tipos foi usada até fins da Idade Média, exceto pela ausência da classe artigo em latim (não há artigos nos sintagmas nominais latinos) substituída pela interjeição com os gramáticos latinos, a exemplo de Donato e Prisciano. A gramatização dos vernáculos europeus no Renascimento também foi influenciada pelas partes do discurso de Dionísio.

Como exemplificação ao que enfatizamos acerca das partes do discurso propostas por Dionísio que influenciaram a gramatização das línguas, observemos o quadro 03, atentando, sobretudo, para as definições que envolvem o *Ónoma* que, em termos sintáticos, corresponderia ao sujeito.

Quadro 03: As partes do discurso em *Téknê Grammatihê* (séc. I a.c.)

DIONÍSIO- <i>Téknê Grammatihê</i> (Séc. I a.c.)	
<i>ÓNOMA</i>	Parte da frase sujeita à variação de caso que designa um corpo ou uma coisa abstrata.
<i>RHÊMA</i>	Palavra não sujeita à variação de caso que admite tempo, pessoas, números e exprime atividade ou passividade.
<i>METOKHÉ</i>	Palavra que participa da propriedade dos verbos e da dos nomes. Ele tem os mesmos atributos que o nome e o verbo, exceto a pessoa e o modo.
<i>ÁRTHRON</i>	O artigo é a parte da frase sujeita à variação de caso, preposta ou posposta à declinação dos nomes.
<i>ANTONYMÍA</i>	Palavra empregada em vez de um nome e que indica pessoas determinadas.
<i>PRÓTHESIS</i>	Palavra preposta a todas as partes da frase em composição ou construção.
<i>EPÍRRHEMA</i>	Parte da sentença que não tem flexão e qualifica os verbos ou é complementar a eles.
<i>SÝNDESMOS</i>	Palavras que ligam o pensamento ordenadamente e tornam evidentes dados implícitos da expressão.

Fonte: Vieira (2018)

Com vistas a uma correspondência ao que diz respeito, contemporaneamente, às categorias/elementos gramaticais, é conveniente ressaltar, para além do que já se sabe sobre *ónoma* e *rhêma*, que as demais partes do discurso, respectivamente, correspondem ao particípio, ao artigo, ao pronome, à preposição, ao advérbio e à conjunção a partir de critérios morfossintáticos e semânticos, como se pode observar nas definições.

Passemos, agora, a discorrer sobre as ideias sintáticas na gramática de Apolônio Díscolo. Nascido em Alexandria, viveu na primeira metade do século II d.c. Ele e seu filho Herodiano são notáveis gramáticos no período dos imperadores romanos e representam o ponto de significativo relevo acerca da sabedoria gramatical na antiguidade.

Vários estudiosos³³ creditam a Apolônio o reconhecimento de que sua obra agrega, ao pensamento gramatical alexandrino, singular valor, principalmente por ter sido ele o primeiro a tratar de algo especificamente relacionado à sintaxe. Sobre isso, observemos o que nos mostra Vieira (2018, p.61):

Apolônio, cuja obra é unanimemente reconhecida como o monumento mais bem acabado e disponível na atualidade sobre o pensamento gramatical alexandrino, tentou desenvolver a primeira ampla teoria sintática do grego, baseando-se na dicotomia nome-verbo e nas suas relações com as outras partes do discurso.

Sobre a sintaxe na obra de Apolônio, podemos, ainda, destacar o que nos informa Bagno (2011, p. 422) ao enfatizar que o gramático alexandrino “deixou um livro sobre sintaxe, sendo considerado o primeiro compêndio gramatical a tratar da organização do discurso e não somente das partes do discurso (as classes gramaticais).”

Sobre os registros da obra de Apolônio, Neves (2005, p. 128) informa-nos que:

Apolônio deixou uma longa obra, mas a maior parte do que foi produzido não chegou até nós. Preocupam-no questões de lógica e de exatidão gramatical. Sua linguagem não é elegante e, às vezes, é de difícil compreensão, o que lhe teria valido o cognome *Dýscolos*.

Continua a autora (2005, 128-129) enfatizando que quase todas as obras de Apolônio se dedicam à gramática:

³³ Neves (2005); Bagno (2011); Vieira (2018), para citar alguns.

i-) dos elementos (isto é, sobre os sons elementares); ii-) Da divisão das partes do discurso; iii-) 1-Dos nomes; 2- Dos verbos; 3-Dos participípios; 4- Do artigo; 5- Do pronome; 6- Da preposição; 7- Dos advérbios; 8- Das conjunções; iv-) Da sintaxe das partes do discurso; v-) Da composição; vi-) Dos acidentes (isto é, sobre as alterações que afetam a forma das palavras, como a apócope, a sinérese etc); vii-) Das figuras; viii-) Das figuras homéricas; ix-) Da ortografia; x-) Da prosódia; xi-) Dos dialetos dórico, jônico, eólico, ático. Xii-) *Perí Tôn Didýmou pithanôn* (seria uma obra polêmica sobre assunto gramatical, mas não é possível precisar a matéria).

Desta vasta obra de Apolônio, segundo Neves (2005, p. 129), “conservaram-se apenas quatro trabalhos: Do pronome, Das conjunções, Dos advérbios; Da sintaxe das partes do discurso.”. É justamente no trabalho sobre as partes do discurso que Apolônio prenuncia o aparecimento das ideias de sujeito por considerar o caráter funcional do *ónoma*, diferente do que previa seus antecessores que o relacionavam ao aspecto semântico-referencial.

Urge destacar a relação entre gramática e escola no período alexandrino e, acerca disto, Faraco (2017. P. 11-12) pontua que:

A simbiose escola/gramática remonta aos gregos alexandrinos. Foram eles que criaram, por volta do século II a.C., a gramática como disciplina autônoma, paralelamente a seus estudos de filologia, que se voltavam para a edição crítica dos textos de autores gregos clássicos. A gramática nasceu, portanto, da filologia, absorveu um conceitual filosófico (por exemplo, as classes dos nomes e dos verbos; e as noções de sujeito e predicado) e, posteriormente, incorporou capítulos com conteúdos retirados da retórica (as chamadas figuras de linguagem).

Ao encerrar este subtópico, urge reiterar a importância do legado alexandrino para a gramatização das línguas no que diz respeito à transferência de aspectos que se cristalizaram no paradigma linguístico-gramatical como as partes do discurso propostas por Dionísio e o empreendimento sintático desenvolvido por Díscolo. A respeito do excerto assinalado por Faraco (2017) é cabível que enfatizemos que a gramática alexandrina é fruto da efervescência cultural helenística.

3.2.3 A vertente latina da gramática e as ideias linguísticas de Varrão, Donato e Prisciano

Na segunda metade do século I a.c., Roma conquistou a Grécia, mas a civilização grega impactou profundamente, sobretudo ao que concerne aos aspectos culturais, a sociedade romana, um vez que, na Grécia, havia um desenvolvimento cultural muito mais avançado e sofisticado do que em Roma. Nesse sentido:

Religião, artes, ciências, tecnologias, gêneros literários, valores éticos e estéticos filosofia, hábitos e costumes, indumentária, culinária, esportes [...] tudo era objeto de importação, imitação e adaptação por parte dos romanos. Os deuses da religião romana serão sincretizados como os deuses do olimpo. (BAGNO, 2011, P. 425)

Sobre o excerto anterior, acrescente-se a apropriação do pensamento gramatical grego como catalisador das ideias gramaticais latinas, uma vez que a tradição do pensamento gramatical alexandrino teve notável influência para a produção gramatical latina. Todavia, indicações explícitas acerca do pensamento gramatical a respeito do sujeito não são tratadas por alguns dos principais gramáticos latinos, a saber: Varrão, Donato e Prisciano. A relação ao sujeito pode ser hipoteticamente refletida quando da referência ao *nômen* que é definido, prototipicamente, no âmbito da morfologia.

Ressalte-se que os latinos foram fiéis aos modelos gregos, mas é forçoso acreditar que a gramática latina tenha sido um espelho da gramática grega, pois, pensando-se assim, estaríamos “encobrendo a enorme complexidade constitutiva da narrativa historiográfica sobre o pensamento linguístico-gramatical dos antigos.” (VIEIRA, 20118, P. 65). Nesse sentido, é possível afirmar que os latinos, devido ao contato com a cultura e toda a civilização grega, adotaram alguns modelos gregos.

No âmbito da produção latina do pensamento gramatical, Varrão destaca-se principalmente pelo seu pioneirismo do que pelo alcance, pois a obra *De Lingua Latina*, ainda que seja considerada a primeira gramática do latim, só se tornou conhecida na época moderna. A gramática tinha vinte e cinco volumes, mas só restaram seis, quais sejam: os livros V, VI e VII, sobre etimologia, e os livros VIII, IX e X, sobre morfologia.

No que diz respeito às partes do discurso, Varrão, a partir de um critério único (morfológico) divide as palavras em nomes (com flexão de caso), verbos (com flexão de tempo), particípios (com flexão de caso e tempo) e advérbios (sem flexão de caso e tempo).

Urge destacar o importante legado de Varrão no âmbito da morfologia em distinguir categoricamente os processos derivacionais e flexionais da língua latina a partir da comparação entre o par declinação voluntária (*declinatio voluntaria*), correspondendo ao processo da derivação e declinação natural (*declinatio naturalis*), correspondendo à morfologia flexional. A primeira, quando acionada, dá origem a novas palavras e a segunda diz respeito às modalidades específicas de uma dada palavra, como a noção de gênero e número em palavras nominais e a de tempo e modo em palavras verbais, por exemplo.

Sobre a distinção desses processos, assinala o estudioso latino que:

Em geral, duas são, pois, as origens das palavras: imposição e declinação; uma é como a fonte, a outra como o rio. Os homens quiseram que os nomes impostos fossem tão poucos quanto possível, para que pudessem aprendê-los rapidamente; já os nomes declinados, eles quiseram que fossem tão numerosos quanto possível, para que mais facilmente todos pudessem dizer aqueles que precisassem usar. No que diz respeito ao primeiro grupo, é necessário que se faça um trabalho histórico: não se pode fazê-lo senão aprendendo, pois de outro modo ele não veio até nós; no que diz respeito ao segundo grupo, é necessário que se faça um tratado: para isso são necessários poucos e breves preceitos. Pois a maneira pela qual você tiver aprendido a declinar em um nome, você pode utilizar em um número infinito de nomes: da mesma forma quando novos nomes são trazidos para o uso comum, o povo imediatamente diz suas formas declinadas sem hesitação[...] (VARRÃO, livro VIII, [séc. I a.c.], 2010)

Seguindo a esteira de abordagem de questões linguístico-gramaticais de acepção latina, convém trazeremos à discussão o legado de Donato, séc. IV d.c, com a sua *Ars grammatica*³⁴. À obra, Donato credita maior ênfase a questões morfológicas que, seguindo a proposição alexandrina das partes do discurso a partir da Téknê, de Dionísio, acrescenta a interjeição e, pelo fato de a língua latina não conter artigos nos sintagmas nominais, não os contempla em sua gramática. Observemos, no quadro 04, as definições das partes o discurso nos termos de Donato, atentando para a categoria do *Nômen*, que numa dimensão sintática, diz respeito à categoria de sujeito.

Quadro 04: As partes do discurso em *Ars Grammatica* (séc. IV d.c.)

DONATO- <i>Ars Grammatica</i>	
<i>NÔMEN</i>	Parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum
<i>VERBUM</i>	Parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois.
<i>PARTICIPIUM</i>	Parte da oração assim chamada porque toma parte do nome e parte do verbo: do nome traz os gêneros e os casos; do verbo, os tempos e as significações; de ambos, o número e a figura.
<i>PRONÔMEN</i>	Parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa.

³⁴ Arte gramatical. Obra latina situada no paradigma tradicional da gramatização de modo mais prototípico que a gramática de Varrão e de maior influência para a posterioridade da doutrina gramatical. Élio Donato, gramático latino que viveu entre os anos 310-363 d. C.

Quadro 04: As partes do discurso em *Ars Grammatica* (séc. IV d.c.)

<i>PRAEPOSITIŌ</i>	Parte da oração que, preposta às outras partes da oração, complementa, altera ou diminui a significação.
<i>ADVERBIUM</i>	É fundamentalmente um modificador do verbo, também podendo reforçar o sentido de um adjetivo, advérbio ou modificar toda a oração.
<i>CONJUNCTIŌ</i>	Palavras que liga o pensamento ordenadamente e trona evidentes dados implícitos da expressão.
<i>INTERIECTIŌ</i>	Parte da oração inserida entre outras partes da oração para exprimir os afetos do ânimo.

Fonte: Vieira (2018)

Com vistas a uma correspondência ao que diz respeito, contemporaneamente, às categorias/elementos gramaticais, convém enfatizar, para além do que já se sabe sobre *nōmen* e *verbum*, que as demais partes do discurso, respectivamente, correspondem ao particípio, ao pronome, à preposição, ao advérbio, à conjunção, à interjeição.

Ressalte-se que as definições propostas por Donato, ainda que façam referência a uma perspectiva morfológica, suscitam ocorrências no âmbito da oração o que reforça a afirmação de que ao que se convencionou denominar de *ónoma* e *nōmen* no âmbito da morfologia, nas línguas grega e latina, respectivamente, corresponde, para a sintaxe, à categoria de sujeito.

Note-se, a respeito da definição do *nōmen*, a estreita relação com a proposição de Dionísio para quem o *ónoma* seria indicativo de corpo ou algo abstrato. Esta confluência reforça a tese da transferência do saber gramatical alexandrino para a gramática latina que muito absorveu o ideário linguístico de Dionísio e Díscolo.

Outra importante obra gramatical latina foi as *Institutiones Grammaticae* (fundamentos gramaticais), de Prisciano de Cesareia, gramático que viveu e trabalhou no século VI d.C. em Constantinopla, então capital do nascente Império Bizantino e ex-capital do Império Romano Oriental. Prisciano produziu uma obra destinada principalmente aos aprendizes de latim, língua da esfera político-administrativa de Constantinopla até o século VII d. C. Sua gramática é composta de dezoito livros.

É importante destacar que Prisciano foi o gramático latino que melhor conseguiu articular o legado intelectual dos alexandrinos à tradição gramatical latina e, de algum modo, isto estendeu-se por vários gramáticos latinos que o sucederam. A respeito de questões

sintáticas, urge destacar que Prisciano adotou o sistema de oito partes do discurso, substituindo o artigo pela interjeição assim como fez Donato e “afirmava, por exemplo, que a ordem natural dos termos em latim é a do sujeito seguido do verbo porque a substância é anterior à ação que realiza.” (VIEIRA, 2018, P.77)

Esta ideia topológica do sujeito é a que, prototipicamente, alguns dos gramáticos aqui estudados fazem menção ao inventariarem este elemento sintático. Passemos, no subtópico seguinte, a destacar algumas concepções linguísticas europeias do século XIX que, sobejamente, influenciaram a produção gramatical brasileira do período científico.

3.3 Influências doutrinárias na produção gramatical brasileira do período científico

Inicialmente, urge enfatizar que, a partir da segunda metade do século XIX, a produção gramatical brasileira esteve orientada pelo cientificismo cujo ideário se representou na sistematização do método histórico-comparativo. Sobre este, convém destacar que os estudiosos que empreenderam os primeiros trabalhos são de origem alemã cujo inventário, brevemente, descreveremos em parágrafos posteriores. Como a gramaticografia brasileira do período em tela foi influenciada por linguistas franceses e ingleses, por motivos que exporemos ainda no desenrolar deste subtópico, julgamos necessário, também, trazer à baila o ideário linguístico destes estudiosos e a sua implicação na/para a produção gramatical brasileira.

Guiamo-nos, sobretudo, pelos estudos de Cavaliere (2014) que contribuiu, no intento de trazer a lume os movimentos de transmissão do conhecimento no âmbito da linguística, com um trabalho sobre as influências teóricas explícitas ou veladas da linguística alemã, francesa e inglesa que serviram de bússola para a produção da gramática científica brasileira.

Esclarece-nos Cavaliere (2014, p. 107), sobre a análise da influência doutrinária, que:

A percepção desse fenômeno epistemológico nas obras linguísticas- e, por extensão, nas obras científicas em geral- pode revelar-se em duas dimensões: a da referência expressa, em que o autor do texto cuida de informar ao leitor consulente que lançou mão das ideias residentes em texto de outra autoria, e a influência implícita, que se abstrai da pesquisa sobre a episteme em que se inscreve o texto analisado.

Sobre o excerto aqui citado, convém enfatizar que a percepção de influências doutrinárias é indispensável para a pesquisa acerca do pensamento linguístico que orientou, implícita ou explicitamente, o tratamento de questões linguísticas desenvolvido por gramáticos

brasileiros. Sobre a apreensão de teorias linguísticas, Cavaliere (2014, p.125) enfatiza que “a percepção da influência resulta de um natural e necessário contato ideológico que permeia todas as pessoas dedicadas à atividade científica em dado período da história da ciência.”

Ainda que saibamos que os doutrinadores do método histórico-comparativo se inscrevem na esteira do conhecimento científico da linguística alemã –haja vista serem os precursores deste empreendimento- a recorrência mais intensa dos gramáticos brasileiros do final do século XIX são para fontes em língua francesa e inglesa, sobretudo pelas concepções linguísticas dos estudiosos franceses Michel Bréal (1832-1915), Arsène Darmesteter (1846-1888), Émile Littré (1801-1881) e Gaston Paris (1839-1903), bem como dos linguistas ingleses Alexander Bain (1818-1903) e Charles Peter Mason (1820-1900), principalmente.

De acordo com Cavaliere (2014), as razões que explicam a apropriação explícita ou implícita da linguística francesa e inglesa de forma mais intensa do que a da doutrina alemã na produção gramatical brasileira do período científico podem ser descritas por dois fatores:

1. Um deles é o fato de a maioria dos gramáticos brasileiros do período encontrarem como empecilho a dificuldade de ler/interpretar textos em alemão³⁵, exatamente a língua original dos doutrinadores mais apreciáveis;
2. O segundo fator pode ser explicado pelo motivo de o pesquisador recorrer à tese doutrinária já aplicada a determinado sistema linguístico do qual tinha domínio, uma vez que, àquela altura, as ideias doutrinárias da linguística alemã envolviam a historicidade e o viés comparativo entre o sânscrito, o grego e o latim. Por outro lado, as teses da linguística francesa e inglesa absorveram, de algum modo, as concepções linguísticas alemãs e aplicaram-nas em seu sistema linguístico o que torna, portanto, uma tarefa menos árida para o gramático brasileiro pelo fato de estar diante de aplicações linguísticas do método histórico-comparativo em língua que tinha domínio, leia-se proficiência, e que, em se tratando do francês, era cognata à sua.

Em parágrafos seguintes, apresentaremos as contribuições do método histórico-comparativo desenvolvido pelos linguistas alemães, bem como discorreremos, por meio da influência doutrinária de linguistas franceses e ingleses, sobre algumas teses

³⁵ Excetuam-se os gramáticos João Ribeiro e Said Ali. O primeiro tinha profundo conhecimento da língua alemã. O segundo, por descender de mãe alemã, era fluente em alemão. Convém enfatizar que não analisamos obra de Said Ali pelo fato de sua produção não atender o recorte metodológico traçado por nós para esta pesquisa que está descrito na introdução deste trabalho.

linguísticas dessas escolas europeias que foram absorvidas pela gramática científica brasileira. Especificamente sobre o sujeito gramatical, as influências doutrinárias serão abordadas no capítulo seguinte, uma vez que será apresentado o inventário descritivo e as nossas análises frente a este elemento sintático por meio do *corpus* selecionado.

Ao empreendimento do método histórico-comparativo é atribuída a descoberta do sânscrito que, a partir de sua relação com o latim e o grego, previa a existência de um parentesco, “grau de família”, entre diversas línguas ocidentais. Sobre esta noção comparativista entre as línguas, Paveau e Sarfati (2012, p.10) destacam que, para tal percepção, havia as seguintes perspectivas:

As línguas (da Índia à Escandinávia) procederiam por herança de transformações de uma mesma língua-tronco (o indo-europeu) desconhecida, mas acessível por reconstituição; A possibilidade, por meio da comparação de seus elementos gramaticais (daí a denominação gramática comparativa), de estabelecer correspondências formais entre essas línguas, ou mesmo de restaurar os detalhes de sua evolução (segundo o esquema: língua mãe/grandes línguas/famílias de línguas).

3.3.1- Influências doutrinárias da linguística alemã

Os primeiros momentos do método histórico-comparativo aconteceram no final do século XVIII quando as ideias linguísticas de intelectuais europeus refletiam o grau de semelhança entre o sânscrito (língua clássica hindu) em relação especialmente ao grego e ao latim. Nesse sentido, a observação acerca do grau de parentesco do sânscrito com outras línguas evidenciava não somente as semelhanças nas raízes lexicais, mas a análise de similaridades entre estruturas gramaticais.

Sobre esta similaridade, destaque-se o que assinala Mounin (1970. P. 161):

A língua sânscrita tem com ambas, a língua grega e latina, um tão estreito parentesco, tanto pelas raízes verbais como pelas formas gramaticais, que tal afinidade não poderia atribuir-se ao acaso. Nenhum filólogo poderá, após ter examinado estes três idiomas, eximir-se a reconhecer serem derivados de uma qualquer fonte comum, que possivelmente já não existe. E há uma razão do mesmo gênero, se bem que menos evidente, para supor que o celta e gótico tiveram a mesma origem que o sânscrito; e o persa antigo poderia juntar-se a esta família.

O método histórico-comparativo, grosso modo, como assinala Sapaterra (2015, p.11), tinha como objetivo analisar “a língua como um fenômeno natural, semelhante ao que faziam as ciências naturais, passando a linguagem a ser considerada um elemento vivo”.

O interesse dos estudiosos vinculados aos estudos históricos e comparativos era dotar o conhecimento linguístico de um projeto teórico- metodológico capaz de garantir à linguística um *status* científico, o que foi possível, apenas, com os estudos saussureanos no início do século XX. Todavia, é inquestionável o legado deixado pelos linguistas do método para a consolidação da linguística enquanto ciência da linguagem.

Ainda que outros intelectuais tivessem anteriormente o interesse em analisar o grau de parentesco entre o sânscrito e outras línguas, cabe a Franz Bopp o reconhecimento de ter levado este empreendimento às últimas consequências quando publicou, em 1816, obra³⁶ sobre o sistema de conjugação do sânscrito em comparação ao da língua grega, latina, persa e germânica.

Atribui-se a Grimm o título de precursor de estudos propriamente históricos pois, em sua obra *Deutsche Grammatik* (Gramática alemã), de 1819, esse estudioso:

[...]interpretou a existência de correspondências fonéticas sistemáticas entre as línguas como resultado de mutações no tempo[...] e ao estudar o ramo germânico das línguas indo-europeias, tinha dados distribuídos numa sequência de catorze séculos e pôde, assim, estabelecer a sucessão histórica das formas que estava comparando” (FARACO, 2006, p. 88-89)

Na gramaticografia científica brasileira, a referência a Grimm representa-se pelo profundo conhecimento de padrões do método histórico-comparativo. Todavia, nem sempre é possível observar relação direta a fato da língua portuguesa em consonância a aspectos do método proposto por Grimm por ser bastante afastada da investigação vernacular. Por esse motivo, via de regra, a referência a Grimm, em compêndios, inscreve-se em capítulos introdutórios cujo objetivo é o de enfatizar que aquela gramática se baseia no paradigma da linguística histórico-comparativa.

Uma percepção mais explícita à influência de Grimm pode ser destacada sobre aspectos fonéticos e, sobre isto, Cavaliere (2014) lembra-nos que João Ribeiro, no *Dicionário gramatical*, “tece juízo acerca da Lei de Grimm, denominando-a Lei de Rotação dos sons, numa

³⁶ *Über das conjugationssystem der sanskritsprache in vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen, und germanischen sprache.*

imagem deveras adequada à feição cíclica com que o fenômeno se opera na mudança fonológica das línguas antigas para as mais modernas”.

Bopp, por seu turno, almejava, sobejamente, estabelecer o parentesco entre as línguas. Para este intento, analisou textos sem pretender seguir nenhuma cronologia entre eles. Assim, como assinala Faraco (2006, p.86), este linguista alemão “utilizou dados do sânscrito anterior a 1000 a.c, do grego dos séculos IX ao VIII a.c., do latim dos séculos V ao IV a.c, do germânico do século IV d.c., do eslavo do século IX d.c, do persa moderno”. Bopp pode ser considerado o fundador da linguística indo-europeia e prova, como nos revela Câmara Jr. (2011, p. 51), “a existência de uma grande família de línguas, à primeira vista muito separadas.”

Convém destacar a importância de Bopp e Grimm para a consolidação do método histórico-comparativo de maneira que se torna necessário frisar as diferenças em seus objetivos, pois o primeiro intencionava fundamentalmente estabelecer o parentesco entre as línguas. O segundo, por sua vez, ao estudar o ramo germânico das línguas indo-europeias, estabeleceu a continuação das formas linguísticas que colocou em cotejo. Assim, pelos estudos de Grimm “ficou claro que a sistematicidade das correspondências entre as línguas tinha a ver com o fluxo histórico e, mais especificamente, com a regularidade dos processos de mudança linguística.” (FARACO, 2006, p. 136)

Sabendo-se que a principal intenção dos teóricos do método era elevar o estudo da linguagem ao *status* de uma ciência com rigorosas leis de desenvolvimento, Schleicher – botânico de formação influenciado pela teoria evolucionista de Darwin- apresentou um audacioso projeto que tinha por propósito “ colocar a linguística no âmbito das ciências da natureza. Até o seu aparecimento, a linguística era mais ou menos interligada à filologia” (CÂMARA JR, 2011, P. 64).

Nesse sentido, Schleicher, baseado no Evolucionismo, produziu uma significativa obra³⁷que tinha a ver com a interface linguagem e evolucionismo. Nessa obra, o teórico comparava o desenvolvimento da linguagem ao de uma planta com suas leis fixas de crescimento e morte. Esse estudioso, nos dizeres de Câmara Jr (2011, p. 66), trouxe à linguística três importantes ideias novas que tiveram grande aceitação durante muito tempo, a saber:

³⁷ *Compendium der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*. Tradução nossa: *Compêndio de gramática comparativa de línguas indo-européias*.

i-) a língua é um organismo vivo e, como tal, deve ser estudada; ii) a língua em suas mudanças tem uma evolução natural no sentido darwiniano, e não é um aspecto da história; iii-) a língua depende dos traços físicos dos pensamentos e órgãos da fala dos homens.

Outro influenciador na tomada de concepções incorporadas em gramáticas científicas brasileiras foi Friedrich Max Müller que, por ser discípulo de Schleicher, defendeu as teses doutrinárias do mestre acerca do naturalismo linguístico. Ressalte-se que as referências explícitas a Müller na gramaticografia brasileira são esparsas, uma vez que são vistas com mais intensidade nos capítulos introdutórios de determinados compêndios do que como aporte teórico para explicar algum fato linguístico. Um exemplo de referência explícita a Müller pode ser visto quando:

Cita-o Júlio Ribeiro (1911[1881]:10) no capítulo sobre fonética ao fazer menção à natureza das vogais e das consoantes e ao caráter infinito das nuances vocais, uma referência incipiente e precária do que mais tarde a linguística estruturalista denominaria de alofone. Também o cita Maximino Maciel (1889) ao tratar da definição de gramática geral, inspirando-se no clássico volume *La Science du langage*. Os estudos de Max Müller na área da fonética e, sobretudo, da morfologia, muito serviram como apoio doutrinário ao trabalho de Maciel. (CAVALIERE,2014, p. 110)

Seguindo a esteira de abordagens do método histórico-comparativo, William Whitney, linguista americano aluno de Bopp, não acolhe as ideias de Schleicher e de Müller acerca do caráter natural da linguagem, enfatizando a existência do aspecto social. Para ele, a língua “é uma instituição social, como a religião, as leis etc e a concebe como um tipo de código de sinais cujo escopo é a comunicação entre os homens.” (CÂMARA JR, 2011, p. 75).

Outra consideração importante a ser levantada a respeito de Whitney gravita sobre a distinção entre linguagem e pensamento. Como assinala Câmara Jr (2011, p. 75), para Whitney, “a linguagem vem depois do pensamento e nada mais é do que um instrumento do pensamento[...] a linguagem não é uma atividade, um impulso mental, mas apenas um instrumento para a expressão do pensamento humano”.

Na agenda doutrinária da linguística alemã, somam-se, aos anteriormente destacados, as ideias linguísticas de Friedrich Diez (1794-1876), Humboldt (1767-1835), Karl Vossler (1872-1949), Gabelentz (1840-1893) e as dos neogramáticos Berthold Delbrück (1842-1922), Karl Brugmann (1848-1919) e Hermann Paul (1846-1921).

É importante frisar que o método histórico-comparativo foi absorvido por outros países europeus como uma questão de transferência de conhecimento. Sobre isto, enfatiza Manolio (2018, p. 67) que:

Na França, a transferência ocorreu a partir do momento em que o Estado começou a se dotar de instituições universitárias modernas. Michel Bréal, que assistiu ao curso de Bopp, traduziu sua gramática para o francês entre 1866-1874. O trabalho de Friedich Diez foi traduzido para o francês a partir de 1874.

Uma vez que a citação anterior faz menção a Friedich Diez, convém destacar que este estudioso influenciou significativamente a produção gramatical brasileira por identificar-se mais profundamente ao estudo das línguas românicas. Suas teses na área de fonologia foram bem aceitas pelos gramáticos brasileiros e, como assinala Nascentes (1919) *apud* Cavaliere (2014, p. 120), “no Brasil, foi acolhida pacificamente sua tese de que as línguas românicas derivam do latim- e não de uma hipotética língua autóctone ibérica-, bem como de que o português não poderia ser considerado um dialeto do espanhol.”

3.3.2- Influências doutrinárias da linguística francesa

Com a transferência do conhecimento do método para a linguística francesa, é cabível destacar as ideias linguísticas sobre o significado das palavras propostas por Michel Bréal que foram, de algum modo, absorvidas por alguns gramáticos brasileiros. Como dito anteriormente, este linguista francês traduziu a gramática de Bopp. A principal contribuição de Bréal aos estudos da linguagem foi o seu estudo acerca do significado, o que fez com que, influenciado pela obra *Essai de Sémantique*, João Ribeiro, incluísse, em sua *Grammatica Portugueza- curso superior*, parte destinada ao estudo do significado das palavras.

Outro notável doutrinador francês que teve suas ideias linguísticas absorvidas na produção gramatical científica brasileira foi Arsène Darmesteter. Sobre este linguista, é conveniente destacar o aspecto pedagogizante de suas teses sobre questões linguísticas, fato que nos prende a atenção pela razão de gramáticas brasileiras do final do século XIX e início do XX terem sido massivamente reeditadas para o atendimento ao Programa de Exames de Língua Portuguesa, de 1887 e, por assim dizer, estavam envoltas de ideias linguísticas passíveis de aplicação ao ensino do vernáculo.

Ressalte-se que Maximino Maciel, em sua *Grammatica Analytica* (1887) atribui não a Bréal, como fizeram outros estudiosos brasileiros, à iniciativa de haver conferido à semântica

status autônomo como área de observação linguística, mas a Darmesteter. Na obra de Maximino Maciel (*idem*) há indicação explícita de que ele “bebeu na fonte” do conhecimento linguístico propagado pelo linguista francês em destaque. Sobre a influência doutrinária de Darmesteter na gramática de Maximino Maciel (1887), é possível observar as seguintes palavras:

A divisão tripartite [da *grammatica*] da generalidade dos grammaticografos- em fonologia, lexiologia e *syntaxiologia*- não tem mais razão de ser, depois que o estudo da significação se individualizou, construindo por si um ramo definido, maximé comos estudos de Darmasteter que usa do termo semântica para designar a teoria logica da significação.

Sob a inspiração de Darmesteter, Maximino Maciel apresenta, em sua *Grammatica Analytica*, uma sinopse gramatical com quatro partes, incluindo, além da fonologia, da lexiologia e da sintaxe, a semântica que, em sua obra, está inscrita por senecologia. Fato destacável é o de que as ideias deste linguista francês também terem sido absorvidas por Ernesto Carneiro Ribeiro (1915 [1980]) que, influenciado pelo aspecto dêitico dos pronomes, se manifesta explicitamente à teoria de Darmesteter ao assinalar que:

Todos os pronomes, e mais que todos, os da primeira e segunda pessoa, são acompanhados de uma ideia de indicação precisa, externada de ordinário de um gesto, que traduz materialmente e com viva expressão a ideia da relação por eles significada. Induzido por este fato foi que aos pronomes deu Darmesteter a denominação, que ele mesmo considera paradoxal, de gestos falados.

Outro importante linguista francês que teve algumas de suas teses absorvidas para a explicação de determinados fatos em língua portuguesa, pelos gramáticos brasileiros do período em tela, foi Émile Littré que, além de ser formado em medicina, notabilizou-se como professor de matemática e de línguas modernas. Fato destacável foi a sua relação aos ideais do Positivismo, de Auguste Comte (1789-1857), sobretudo ao vincular-se a uma linha marcada pelo materialismo. Lembra-nos Cavaliere (2014, p 136) que, para Littré, “ o conhecimento humano limitava-se aos fatos, dos quais seria cabível chegar-se às leis e às relações matemáticas. O que transcende a esse nível seria absolutamente alheio à ciência.”

A respeito de questões linguísticas ligadas a Littré na gramática científica brasileira, há que se ressaltar, inicialmente, o fato de, nas primeiras páginas da *Grammatica Portuguesa* (1881), Júlio Ribeiro, de modo a afirmar sua vinculação ao método histórico-comparativo, cita-

o “ [...] quanto às línguas, o método essencial está na comparação e na filiação. Nada pode ser explicado na gramática moderna sem o conhecimento da gramática antiga.”³⁸ (tradução nossa)

Ressalte-se que as teses de Littré têm como marca a vinculação ao pensamento naturalista da linguagem nos termos de Schleicher, uma vez que sua teoria é influenciada pelas ciências naturais o que pode ser explicado pela sua formação em medicina. Como afirmado em parágrafos anteriores, os gramáticos brasileiros do final do século XIX utilizaram com proeminência as teses de linguistas franceses ou ingleses na explicação de determinado fato linguístico em português e assim o fez Júlio Ribeiro que, nas páginas iniciais de sua obra, faz menção ao caráter naturalista da linguagem nos termos de Littré e não ao doutrinador alemão schleicher.

Na mesma direção ao pensamento linguístico de Littré, o filólogo Gaston Paris alcançou notoriedade sobretudo pelo fato de a sua atividade intelectual estar vinculada ao ensino da língua e da literatura francesa. Sobre ele, Cavaliere (2014, p 138) assinala que:

Nome constante em quase todas as gramáticas brasileiras, Gaston Paris encarnava o estereótipo do intelectual padrão nos meios filológicos brasileiros: conhecia profundamente a língua vernácula, a filologia românica e as literaturas clássica e moderna. Tal qualificação viria a conferir-lhe o privilégio de ser dos intelectuais estrangeiros mais citados nos textos brasileiros sobre língua e literatura.

Urge enfatizar que Gaston Paris foi discípulo de Diez ao estudar filologia românica na Alemanha e foi, ao lado de Littré, um dos incentivadores da aproximação da filologia francesa à alemã. Ainda que seu perfil acadêmico muito se assemelhe ao de Littré, há um ponto em que os dois divergem que é o fato de Gaston Paris não se filiar incondicionalmente à tese naturalista da linguagem, uma vez que, para ele, a linguística não tem aspecto biológico, mas social.

3.3.3- Influências doutrinárias da linguística inglesa

A linguística inglesa cujo arcabouço teórico-metodológico tinha estreita relação com a doutrina alemã do método-histórico comparativo influenciou o pensamento gramatical no

³⁸ *Pours les langues, la méthode essentielle est dans la comparaison et la filiation. Rien n'est explicable dans notre grammaire moderne, si nous ne connaissons notre grammaire ancienne.*

Brasil no final do século XIX e, entre os principais linguistas que orientaram os gramáticos brasileiros da época, merecem destaque, a nosso ver, Alexander Bain e Charles Mason.

As teses de Bain e de Mason chegaram ao Brasil e influenciaram o modo como os gramáticos brasileiros dividiam sua obra. O primeiro estabelecia a divisão binária da gramática em dois grandes pontos: a lexeologia e a sintaxe. Mason, por seu turno, cujas teorias estão mais voltadas para as questões sintáticas, influenciou gramáticos brasileiros como Pacheco Junior e Lameira de Andrade e Júlio Ribeiro, por exemplo, a descreverem a sintaxe em dois níveis temáticos: sintaxe léxica e sintaxe lógica. A primeira diz respeito ao estudo das palavras que se relacionam na proposição e a segunda, por sua vez, ocupa-se do estudo da estrutura da oração.

Após esta revisão dos postulados teóricos que influenciaram, sobejamente, a produção gramatical brasileira do final do século XIX, convém, ainda, assinalar a apreensão destas ideias pelos gramáticos brasileiros do período em tela, sendo necessário frisar que, no que diz respeito ao período científico da gramaticografia no Brasil, a cisão do legado filosófico não ocorre repentinamente, visto que é possível observar em algumas obras a incorporação de influência filosófica em consonância com a apreensão dos princípios do método histórico-comparativo. Desse modo, urge asseverar que nem sempre o empreendimento de ruptura aos postulados assentados na tradição greco-latina obteve sucesso, vez que, em algumas obras, é possível observar, ainda que discretamente, abordagens que se voltam à Gramática Geral e Filosófica.

A partir da obra de Júlio Ribeiro a produção gramatical intensificou-se, passando a incorporar em seu escopo teórico-metodológico questões relacionadas ao método histórico-comparativo que estava já havia se instaurado na Europa, bem como pelas correntes científicas que imperavam à época, quais sejam: Evolucionismo, Naturalismo. Nesse sentido, as gramáticas ressignificaram suas abordagens, apresentando, portanto, ideias linguísticas agasalhadas sob o manto do cientificismo.

Entrementes, os autores desse período procuraram cindir, ainda que nem sempre logrando êxito, com o modelo de orientação anterior calcado na tradição greco-latina. Por este motivo, conforme estabelece Molina (2013, p. 9): “surgiram as obras gramaticais que propunham uma ruptura com o modelo anterior. É exemplo disso, em especial, a gramática de Júlio Ribeiro, que aproximava a língua dos seres vivos, informando que tal como estes, aquela nasce, cresce, desenvolve-se e morre”. Nesse período, ao qual Cavaliere (2002) denomina por fase fundadora do científico (1881-1920), receberam destaque, além de Júlio Ribeiro (1845-

1890), as produções de Pacheco da Silva Jr (1842-1889) e Lameira de Andrade³⁹, Alfredo Gomes (1859-1924), João Ribeiro (1860-1925), Maximino Maciel (1865-1923), Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), Hemetério José dos Santos (1858-1939) e outros não menos importantes.

³⁹ As informações sobre sua biografia são escassas, portanto, não há precisão de data quanto ao seu nascimento e falecimento.

CAPÍTULO IV

O SUJEITO NA PRIMEIRA FASE DA GRAMATICOGRAFIA CIENTÍFICA BRASILEIRA (1881- 1915)- ABORDAGEM DESCRITIVO-ANALÍTICA

Neste capítulo, apresentaremos o inventário sobre o sujeito na concepção de cada gramático e obra selecionados nesta tese. As discussões estão divididas em dois momentos. Inicialmente, desenvolveremos uma abordagem descritiva sobre a obra e sobre as concepções de gramática e de sintaxe, bem como sobre o inventário acerca do sujeito. No segundo momento, traçaremos as análises sobre o elemento sintático em destaque, procurando chegar/atender aos objetivos desta tese. De acordo com o que foi informado na introdução, em que apontamos os critérios adotados para a análise das gramáticas selecionadas, reiteramos que as edições analisadas são as seguintes:

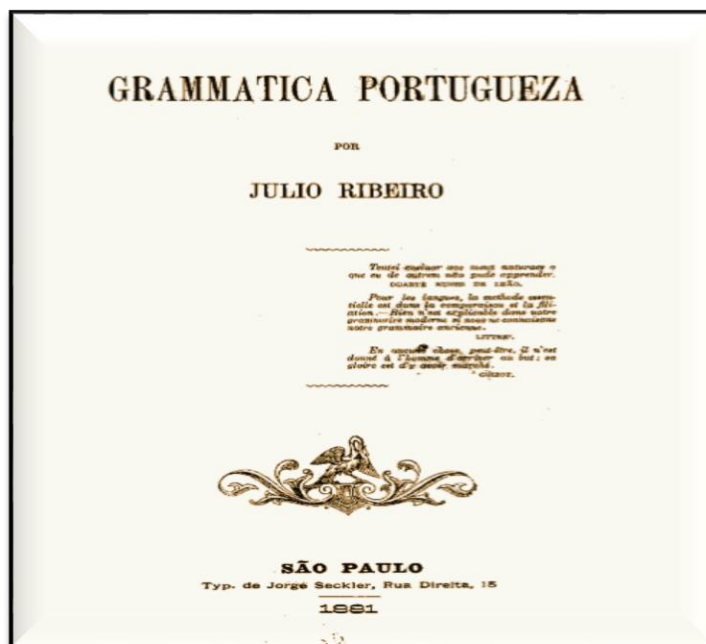
Quadro 05: Informações sobre as obras analisadas

GRAMÁTICO	OBRA	EDIÇÃO	ANO
JÚLIO RIBEIRO	<i>GRAMMATICA PORTUGUEZA</i>	1 ^a	1881
MAXIMINO MACIEL	<i>GRAMMATICA ANALYTICA</i>	ÚNICA	1887
ALFREDO GOMES	<i>GRAMMATICA PORTUGUEZA</i>	6 ^a	1895
JOÃO RIBEIRO	<i>GRAMMATICA PORTUGUEZA: CURSO SUPERIOR</i>	16 ^a	1911
PACHECO JUNIOR; LAMEIRA DA ANDRADE	<i>GRAMMATICA DA LÍNGUA PORTUGUEZA</i>	4 ^a	1913
HEMETÉRIO JOSÉ DOS SANTOS	<i>GRAMMATICA PORTUGUEZA</i>	3 ^a	1913
ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO	<i>SERÕES GRAMMATICAES OU NOVA GRAMMATICA PORTUGUEZA</i>	2 ^o	1915

Elaboração: Anderson Monteiro Andrade

4.1 Júlio Ribeiro e a *Grammatica Portugueza*

Figura 09: *Grammatica Portugueza*, 1º edição, de 1881



Fonte: Ribeiro (1881)



4.1.1 O Autor

Júlio César Ribeiro Vaughan nasceu na cidade de Sabará (MG), em 16 de abril de 1845, filho de pai americano, George Washington Vaugaham, e de mãe brasileira, Maria Francisca Ribeiro. Sobre o seu genitor, Fávero e Molina (2006, p 125) assinalam que o pai “empresário de um circo de cavalinhos, deixou mãe e filho em Sabará para continuar sua vida circense, voltando finalmente para os Estados Unidos, sem dar notícias” . Continuam, as autoras, acerca da biografia desse gramático, assinalando que:

O curso primário fê-lo Júlio Ribeiro em sua própria terra, enfrentando sua mãe, professora primária, sempre muitas dificuldades financeiras para educá-lo. Aos 15 anos foi para o colégio Baependi realizar os estudos secundários; aos 17, matriculou-se, no Rio de Janeiro, na Escola Militar não concluindo o curso, fixando residência em Lorena, onde iniciou sua carreira de professor. Abraçou o presbiterianismo e numa de suas viagens religiosas conheceu, em sorocaba, Sofia Aureliana de Sousa, com quem se casou em 1871 e com quem teve quatro filhos. Passou a residir em Campinas, tornando-se professor do Colégio Culto à Ciência [...]fazendo-se também ativo jornalista. Desinteligências com o diretor, em 1880, fizeram com que abandonasse o cargo, passando a residir em Capivari. Viúvo desde 1879, casou-se, já

tuberculoso, com Belisária do Amaral, prima de Amadeu Amaral, transferindo-se em 1886 para São Paulo, onde fundou os jornais *A procelária*, de pouca duração, e *O Rebate*. Professor da Escola Normal, conquistou, após o concurso, a cadeira de Latim no curso anexo da Faculdade de Direito. Em 1888 substituiu o barão de Loreto no Instituto de Instrução secundária no Rio de Janeiro. Pouco tempo durou a substituição, pois, tendo-se agravado seu estado de saúde, mudou-se para Santos em busca de melhor clima, vindo a falecer a 1º de novembro de 1890.

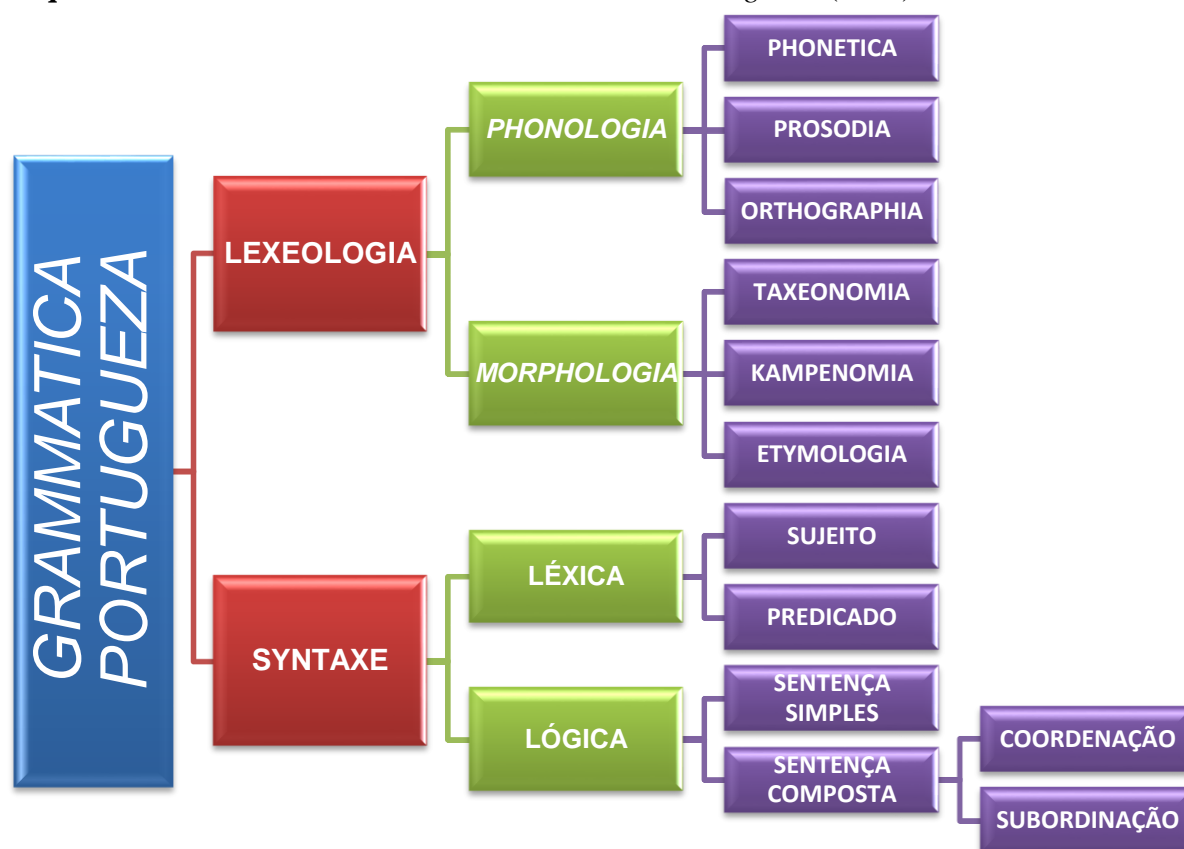
Convém atestar que Júlio Ribeiro foi um homem de múltiplas atividades. Atuou como gramático, linguista, escritor, jornalista e proprietário de jornais. Além disso, se envolveu com questões políticas e religiosas. Foi um dos introdutores do presbiterianismo no Brasil e esteve ligado à história do Partido Republicano Paulista. Como literato, seu livro mais conhecido é “A Carne”, romance publicado em 1888.

4.1.2 A obra e suas partes

A obra, publicada em 1881, alcança forma definitiva já na segunda edição, em 1885. Nas páginas introdutórias da obra, é possível observar menção/homenagem a quem inspirou/influenciou Júlio Ribeiro no tratamento de questões linguísticas, a saber: Littré, Diez, Whitney, Gaston Paris, entre outros, o que revela a ligação do gramático brasileiro com aportes teóricos de alguns expressivos linguistas europeus.

Na página seguinte, segue a divisão e subdivisão da *Grammatica Portugueza*, de 1881, 1º edição.

Esquema 07: Divisão e subdivisão da *Grammatica Portugueza* (1881)



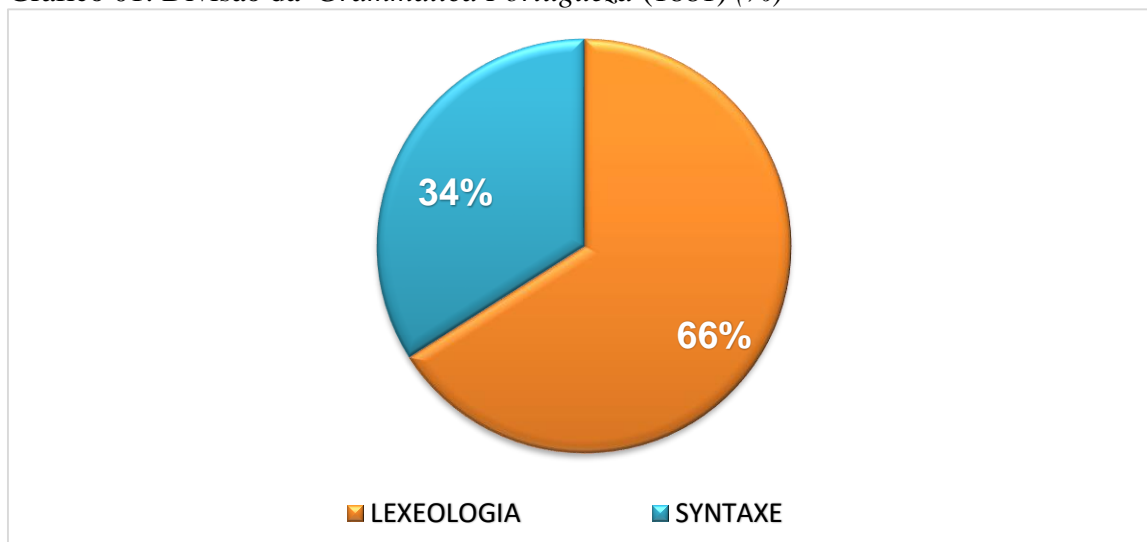
Fonte: Ribeiro (1881)

Como se pode observar, a gramática está dividida em duas partes denominadas por lexeologia e *syntaxe* que apresentam subdivisões. Sobre isto, com base em discussão arrolada no capítulo anterior em que destacamos a contribuição de linguistas ingleses que influenciaram a produção gramatical brasileira do período científico, a divisão proposta por Júlio Ribeiro segue o modelo segmentado pela escola inglesa, ou seja, dividida em duas partes, como fez Alexander Bain ao propor a divisão gramatical em lexeologia e a sintaxe.

Outra vinculação de Júlio Ribeiro ao ideário linguístico inglês pode ser percebida pela divisão que o gramático brasileiro faz da sintaxe, dividindo-a em dois segmentos: sintaxe léxica e sintaxe lógica. Esta divisão remonta à segmentação sintática proposta por Mason de quem tratamos no capítulo anterior. Urge destacar, à luz dos estudos de Cavaliere (2014) acerca de influências doutrinárias que se manifestam explícita ou implicitamente na produção gramatical brasileira, que a incorporação dos modelos de divisão da escola inglesa ocorre de forma implícita, uma vez que Júlio Ribeiro não faz menção, em sua gramática, sobre o porquê de tal divisão.

No gráfico 01, observemos a atenção dada pelo autor para as partes em que se divide a obra.

Gráfico 01: Divisão da *Grammatica Portugueza* (1881) (%)

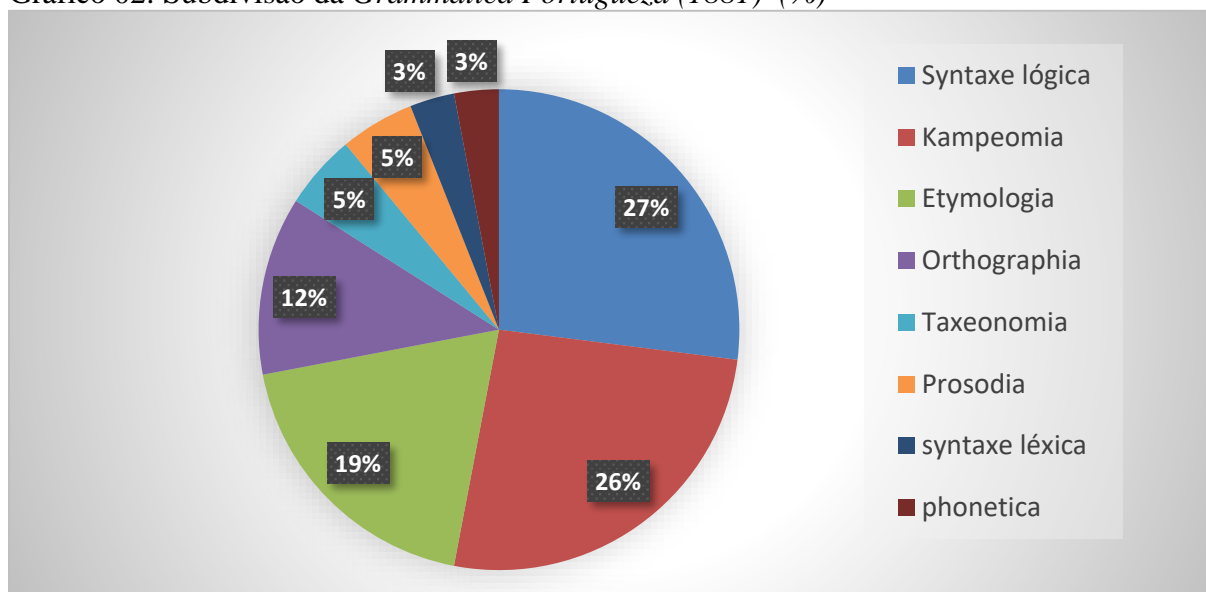


Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Com base no gráfico 01, é possível depreender que, em sua gramática, Júlio Ribeiro oferece maior atenção ao tratamento de questões que envolvem a lexeologia, fato comum atestado na produção gramatical brasileira ao longo do tempo. A lexeologia, na *Grammatica Portugueza*, está dividida em dois livros, quais sejam: elementos materiais das palavras e elementos mórficos das palavras.

No primeiro livro, Júlio Ribeiro contempla estudos sobre a fonética, a prosódia e a ortografia. No segundo, são contempladas abordagens sobre taxonomia (estudo das classes de palavras) e a *kampenomia* que envolve aspectos mórficos das palavras como as flexões de gênero e número das palavras nominais, bem como o grau. Além disso, propõe algumas conjugações verbais. Ainda na parte da lexeologia, Júlio Ribeiro aborda a etimologia das palavras, indicando prefixos e sufixos e alguns radicais latinos que figuram no léxico do português.

No gráfico 02, observemos, especificamente, a partir do quantitativo de páginas destinada para cada categoria contemplada na gramática, a atenção dada pelo autor para determinado conteúdo linguístico-gramatical.

Gráfico 02: Subdivisão da *Grammatica Portugueza* (1881) (%)

Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Percebe-se, no gráfico 02, que os conteúdos ligados à lexeologia são tratados em maior extensão, característica comum da produção gramatical de aceção filosófica, bem como das orientadas pelas correntes científicas.

4.1.3 Concepções de gramática

Na obra em tela, encontram-se algumas considerações acerca do que é de interesse das gramáticas. Assim, para o autor, este artefato tem a ver com a exposição metódica dos fatos da linguagem. Assevera Ribeiro (1881) que:

A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estilo da grammatica não tem por principal objeto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruídas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se pode negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem expostas como ellas o são nos compêndios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o único meio que têm de corrigir-se os que na puerícia aprenderam mal a sua língua.

No excerto citado, podemos observar que Júlio Ribeiro procura romper com a ideia do purismo linguístico de que a gramática tinha o objetivo de fazer com que o seu consulente conseguisse ler e escrever melhor. Todavia, adverte o autor que o bom uso das regras da

linguagem facilita a aprendizagem. Destacamos, aqui, que há uma parcial ruptura, haja vista que há, ainda, a prevalência do purismo do uso linguístico misturada à ideia moderna de que não é objetivo da gramática tratar da correção da linguagem.

Sobre a utilidade do estudo gramatical, Ribeiro (1881) assinala que:

Nós começamos a aprendizagem da *falla* aprendendo a entender as palavras que ouvimos pronunciar aos outros; depois aprendemos a *pronuncial-as* nós próprios, e a *coordenal-as*, como os outros fazem, para exprimir as nossas impressões, os nossos pensamentos. Um pouco mais tarde temos de aprender a *entendel-as* quando apresentadas à nossa vista *manuscriptas*, ou impressas: temos de *apresental-as* também desse modo, isto é, de *escrevel-as*. Será então dever nosso usar da linguagem, não só com *correção*, mas também de modo que agrade aos outros, que sobre eles exerça influencia. [...] O estudo da linguagem diz-nos muito sobre a natureza e sobre a historia do homem. Como a linguagem é o instrumento e o meio principal das operações da sua natureza sem um conhecimento cabal da linguagem. Para todos esses fins é o estudo da *grammatica* o primeiro passo, e o estudo da *grammatica* de nossa língua o passo mais seguro e mais fácil. O estudo da *grammatica* divide-se em diversas partes: nunca se acaba; começa em nossa infância e dura toda a vida.

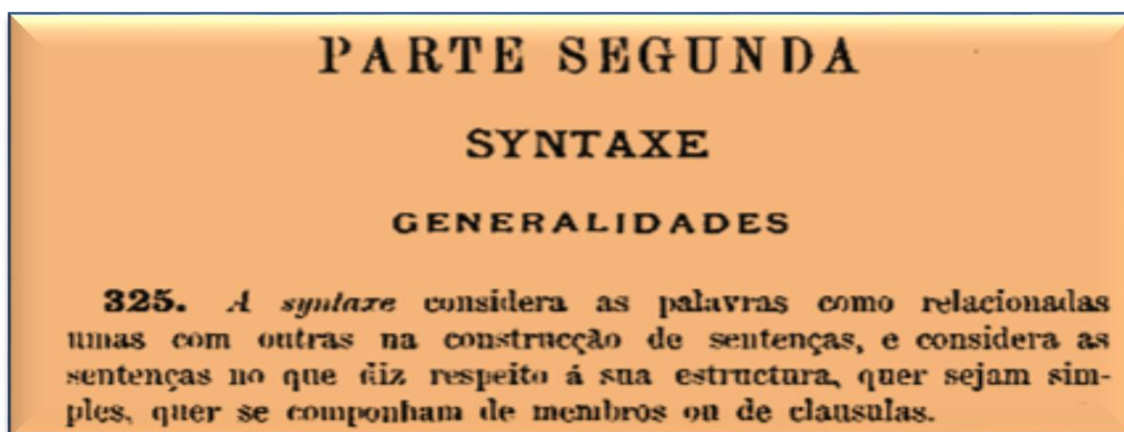
Por esta afirmação de Júlio Ribeiro, podemos refletir sobre a ligação deste autor com os aspectos gerais do naturalismo que era uma das orientações de tratamento das questões linguísticas no período científico da gramatização brasileira. Sobre isto, podemos inferir que o autor propunha ser a gramática essencial ao homem por ser algo pertencente à sua natureza e à sua história.

No que diz respeito a concepções de gramática, o autor em questão pontua que ela é geral ou particular, sendo a primeira a exposição metódica dos fatos da linguagem em geral e a segunda, por seu turno, a mostra sistematizada dos fatos de uma determinada língua.

4.1.4 Definição de sintaxe

Na segunda parte de sua obra, Júlio Ribeiro indica algumas considerações sobre sintaxe. Nesse sentido, apresentamos, na figura 10, tais reflexões sintáticas e definição proposta por ele sobre o que é e como se organiza uma sentença.

Figura 10: A sintaxe e organização da sentença, na *Grammatica Portugueza* (1881)



Fonte: Ribeiro (1881)

Disso, podemos inferir que, ao definir a sintaxe, o autor propõe já a indicação da sintaxe léxica “a sintaxe considera as palavras como relacionadas umas com as outras na construção da sentença”, e a sintaxe lógica “[...] e considera as sentenças no que diz respeito à sua *estructura*[...]”. Júlio Ribeiro, ao tratar da sintaxe léxica, mais especificamente sobre as associações que têm entre si as palavras que compõem dada sentença, afirma a existência de cinco tipos de relações. Vejamos tais relações no esquema seguinte:

Esquema 08: Das relações de palavras na sentença, na *Grammatica Portugueza* (1881)



Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Conforme pontua o autor, vejamos as definições de cada uma dessas relações:

A relação *subjectiva* é a relação em que o sujeito de uma sentença está para com o seu predicado. Pode estar em relação *subjectiva* um nome, um pronome, uma cláusula, uma sentença. Relação *predicativa*, é a relação em que o predicado de uma sentença está para com o sujeito. A *predicativa* pode ser

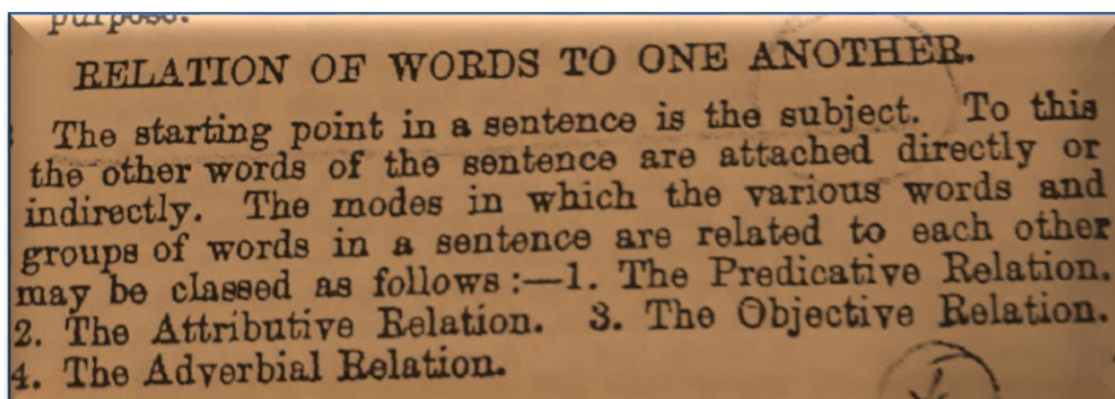
expressa, ou por um verbo⁴⁰somente, quando é completa a sua predicação; ou por um verbo de predicação incompleta junto com seu complemento.[...] A *atributiva* é a relação em que a palavra que representa alguma qualidade, alguma circunstância da *cousa* de que se falla. [...] A *objectiva* é a relação em que está para com o verbo de ação transitiva o objeto a que se dirige, ou sobre o que se dirige essa ação.[...] A *adverbial* é a relação que está para com um substantivo, um adjetivo, verbo ou adverbio a palavra que modifica a natureza das relações entre eles existentes. (RIBEIRO, 1881, p. 196-198)

Como informado na introdução desse estudo, um de nossos objetivos é o de verificar a existência de influências doutrinárias que, de algum modo, orientaram os gramáticos selecionados no tratamento do elemento sintático em questão. Nesse sentido, convém destacar que a obra de Júlio Ribeiro tem sido criticada em razão de este autor modelar a sua gramática pelas gramáticas inglesas, em especial a de Charles Mason. Afirmamos, todavia, que esta crítica é passível de questionamentos. Sobre as relações entre palavras na composição da sentença, como é possível observar no esquema anterior, Júlio Ribeiro assinala a existência de cinco relações entre palavras na sentença

O gramático inglês Mason, contudo, não considera existir cinco tipos de relação, mas quatro, quais sejam: atributiva, predicativa, adverbial e objetiva. Logo, o gramático inglês não faz menção à relação subjetiva. Contrariamente ao que tem sido levantado por alguns estudiosos em razão da obra de Júlio Ribeiro ser uma “cópia” da inglesa, a inclusão da relação subjetiva, na *Grammatica Portugueza*, permite-nos asseverar a originalidade de sua obra, especialmente no tratamento do objeto de pesquisa analisado nesta tese. A fim de comprovar o que ora se afirma, vejamos, na figura seguinte, o que assinala Mason acerca das relações entre constituintes da sentença.

⁴⁰ São verbos de predicação completa os que não necessitam de palavra complementar para fazer sentido perfeito, ex: O vegetal vive. São verbos de predicação incompleta os que necessitam de palavra complementar para fazer sentido perfeito; *taes* são: verbo substantivo ser; estar; alguns intransitivos como ficar; parecer, etc. (RIBEIRO, 1881, P. 196)

Figura 11: As relações entre palavras na visão de Mason⁴¹ (1887)



Fonte: Mason (1887)

Na figura 11, o gramático inglês afirma ser o sujeito o ponto de partida da sentença e, por este motivo, não o considera como tipo de relação entre palavras, uma vez que o sujeito é o “centro” da sentença.

Ressaltamos que, por mais que se afirme que a obra de Júlio Ribeiro seja uma versão traduzida da de Mason, pela investigação que apresentamos sobre as relações entre as palavras que constituem dada sentença, percebemos a fragilidade dessa consideração/afirmação, uma vez que Júlio Ribeiro, sobre o assunto em tela, promove um “avanço” ao atribuir ao sujeito a característica de ser relacionável a outras palavras na sentença.

Com o prosseguimento de suas reflexões sobre a sentença, Júlio Ribeiro apresenta uma classificação em cinco grupos, a saber: sentenças declarativas, sentenças imperativas, sentenças condicionais, sentenças interrogativas e sentenças exclamativas. Com base na classificação proposta pelo autor, vejamos o quadro seguinte que apresenta definições e exemplos (sugeridos pelo autor) para elucidação ao que ele afirma. Ressalte-se que as palavras são do próprio autor.

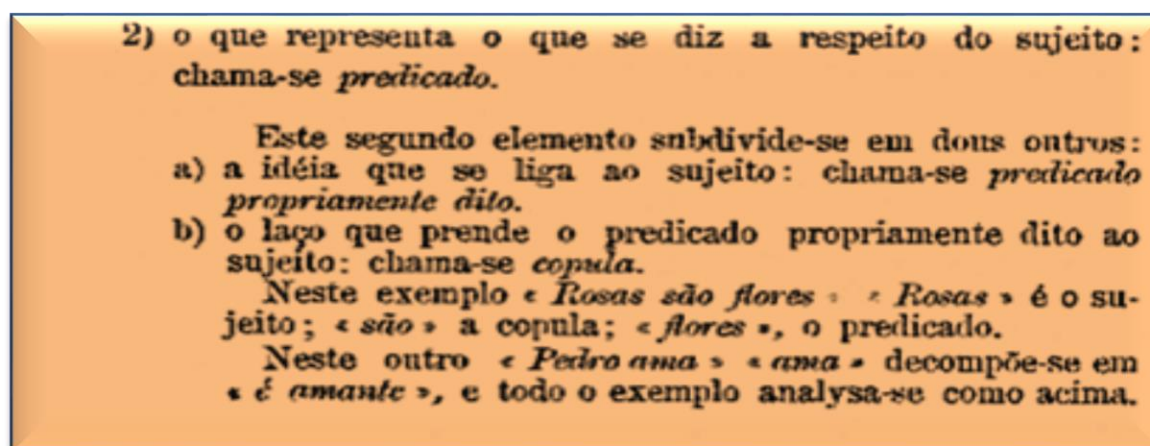
⁴¹ O ponto de partida da sentença é o sujeito. Para isso, a relação entre as palavras e os vários grupos de palavras em uma frase estão relacionadas entre si e se fecham da seguinte forma: 1- A relação Predicativa. 2. A relação do Atributiva. 3. A relação Objetiva. 4. A relação adverbial. (tradução nossa)

Quadro 06: Tipos e definições de sentença na *Grammatica Portugueza* (1881)

TIPO DE SENTENÇA	DEFINIÇÃO
DECLARATIVA	É a que declara ou assevera uma <i>cousa</i> . Ex: O dia está quente.
IMPERATIVA	É <i>aquella</i> por meio da qual se ordena, se requer ou se pede que se faça alguma <i>cousa</i> . Seu <i>kharacteristico</i> é o uso do verbo no modo imperativo. Ex: Traze fogo; Despacha-me uma petição; Livrae-me deste susto.
CONDICIONAL	É a que assevera uma <i>cousa</i> mediante uma condição. Ex: Pedro, si for avisado, escapará da cilada.
INTERROGATIVA	É a que se emprega para fazer perguntas. Ex: Está chovendo?
EXCLAMATIVA	É a que exprime um sentimento ou opinião relativa, asseverada ou por asseverar. Ex: Quão estúpido é elle! Que guerra vai haver!

Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Acerca dos componentes do enunciado, Júlio Ribeiro assinala que “toda a sentença consta de *dous* elementos: o que representa a *cousa* a cujo respeito se fala: chama-se sujeito; o que representa o que se diz a respeito do sujeito: chama-se predicado.” Considerações relacionadas ao sujeito estão dispostas no tópico seguinte. Ao que diz respeito ao predicado, vejamos, na figura seguinte, o que enfatiza o autor ao se referir ao predicado propriamente dito e à cópula.

Figura 12: Considerações sobre o predicado na *Grammatica Portugueza* (1881)

Fonte: Ribeiro (1881)

Fato importante de ser destacado é a relação que Júlio Ribeiro estabelece à teoria da predicção de Aristóteles ao propor a noção de cópula como “laço que prende o predicado ao sujeito”. Tal concepção, permite-nos afirmar haver a influência do pensamento aristotélico, uma vez que Júlio Ribeiro considera a existência da cópula como elemento de possibilidade de ocorrência no enunciado, fato já destacado por Aristóteles.

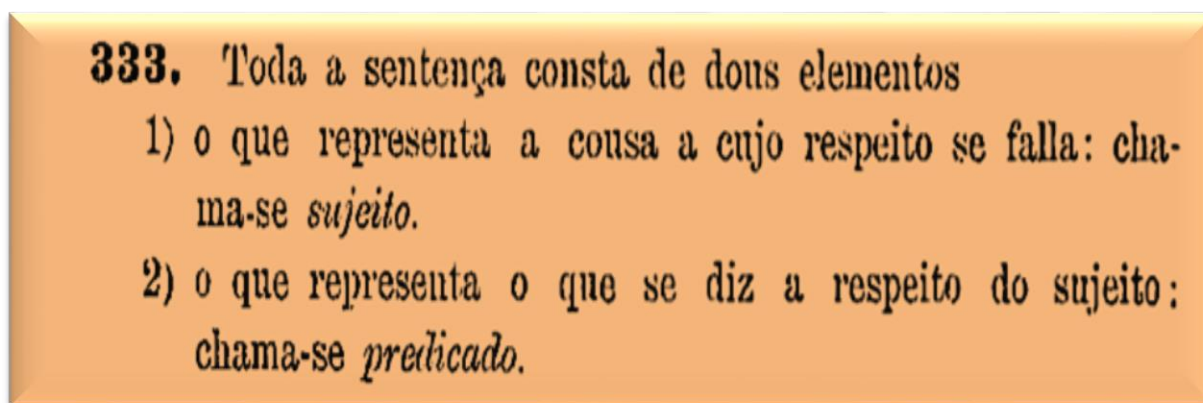
4.1.5 O sujeito gramatical na *Grammatica Portugueza* (1881)

Júlio Ribeiro propõe que o sujeito corresponde à sintaxe léxica por este elemento fazer referência às relações entre as palavras que compõem a sentença. Integram este rótulo, o predicado e os objetos. A sintaxe lógica, para o autor, compreende o estudo relacionado à coordenação e à subordinação, bem como às regras de concordância

Na seção 02 da segunda parte de sua gramática, Júlio Ribeiro, ao tratar sobre particularidades do sujeito, começa a fazê-las sem oferecer uma definição/conceituação extensa sobre este elemento linguístico, mas que, ainda assim, envolve considerações/reflexões, a nosso ver, importantes.

Vejamos a definição proposta na figura seguinte.

Figura 13: Dos elementos constantes na sentença, na *Grammatica Portugueza* (1881)



Fonte: Ribeiro (1881)

Pela definição de sujeito proposta por Júlio Ribeiro, é possível perceber que o traço agente, legado da orientação filosófica, não é acolhido pelo autor. O que se percebe, ainda com veio filosófico, é a noção de sujeito como algo representativo de dada coisa pertencente ao mundo pelo seu caráter semântico-referencial como propunha o ideário platônico.

Convém, também, destacar sobre a definição de sujeito, o fato de Júlio Ribeiro, ao definir que o sujeito diz respeito à “[...] *cousa* a cujo respeito se *fala*”, ter sido orientado pela influência doutrinária de Mason, ao propor que o sujeito diz respeito àquilo que apresenta. Há, portanto, influência explícita à obra de Mason. Hodiernamente, esta definição de sujeito proposta por Júlio Ribeiro poderia ser descrita pela adoção de critério enunciativo-discursivo.

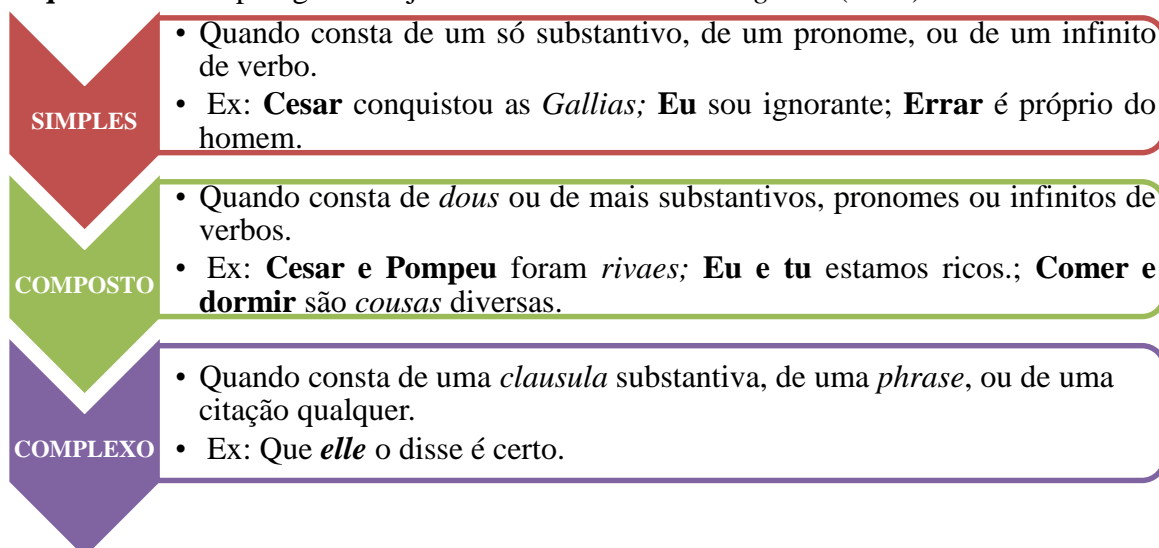
Figura 14: Definição de sujeito e de predicado na obra de Alexander Mason ⁴²(1887)

It is plain, therefore, that every ordinary* sentence must consist of two essential parts: 1st, that which stands for what we speak about; 2nd, that which is said about that of which we speak. The first part is called the subject, the second is called the predicate.

Fonte: Mason (1887)

Na indicação tipológica de sujeito, Júlio Ribeiro divide-o em três grupos, quais sejam: sujeito simples, sujeito composto e complexo. A seguir, pelos os dizeres do próprio autor, vejamos as definições e como se organiza cada um desses tipos de sujeito.

Esquema 09: A tipologia do sujeito na *Grammatica Portugueza* (1881)



Fonte: Ribeiro (1881); esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

⁴² É claro, portanto, que cada sentença deve constituir-se de duas partes essenciais; Primeiro aquilo que apresenta o que falamos; em segundo lugar, que é dito sobre isso de que falamos. A primeira parte é chamada sujeito, a segunda é chamada de predicado. (Tradução nossa para a definição de Mason sobre sujeito e predicado)

Ainda que não faça menção a sujeito ampliado como sendo pertencente à tipologia tal qual o fez ao propor a existência de sujeito simples, composto e complexo, Júlio Ribeiro assinala a possibilidade de sua ocorrência quando a este sujeito se liga um “*adjuncto atributivo*”. Ex: *Affonso*, rei de Espanha, casou-se”. Deduzimos que o autor não enquadrou a ocorrência ampliada como tipo de sujeito pelo fato de, estruturalmente, assim, como o sujeito simples, este poder representar-se por apenas um elemento linguístico de natureza substantiva, pronominal ou infinitiva. Portanto, o sujeito em ocorrência ampliada, ligada a um adjunto atributivo, é, também, pertencente à tipologia simples de sujeito.

Convém destacar que os exemplos utilizados pelo autor para explicar o sujeito gramatical não constam de uma referência que remonta à literatura clássica fato que era comum na produção gramatical brasileira anterior à criação de sua obra. O exemplário, por não apresentar fonte, permite-nos asseverar que foram criados pelo autor de modo a atenderem às tipologias e definições por ele propostas. Fato destacável, sobre a criação de exemplo para enquadrar o sujeito, é a motivação histórica e fatos do cotidiano. Na tipologia do sujeito, o exemplário remonta a figuras do Primeiro Triunvirato romano (César e Pompeu) e à conquista deste às *Gallias* e à rivalidade entre eles quando da Segunda Guerra Civil da República de Roma. Prende-nos a atenção os exemplos utilizados por Júlio Ribeiro, uma vez que, como nos lembram Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 116):

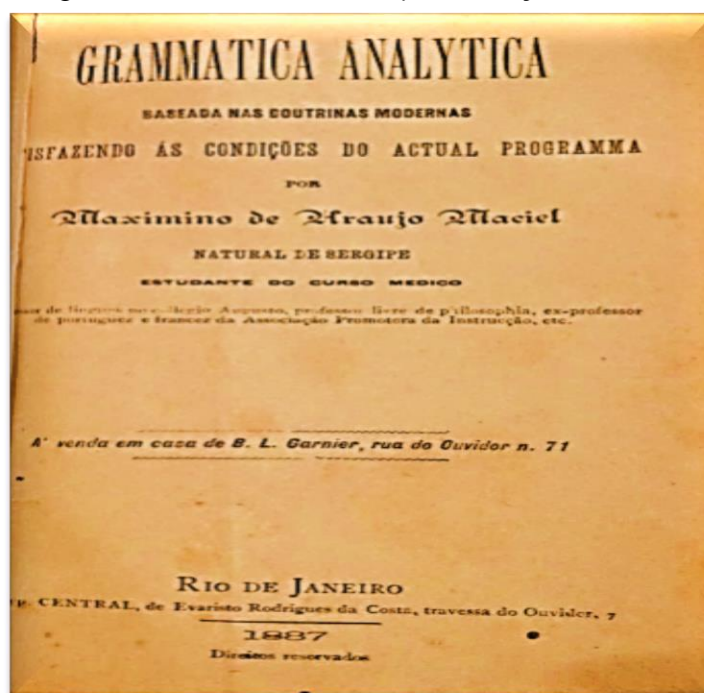
Os exemplos tendem a representar o que é atestado (na sua totalidade, inclusive os empregos raros), ou o que é atestável (a exaustividade não tem sentido nesse caso), segundo o que as gramáticas descrevem, um *corpus* fechado de textos clássicos, ou uma língua viva; Os exemplos podem ser forjados ou citados, segundo o que o gramático assume ou delega (para as autoridades, os monumentos literários etc.) a responsabilidade de dizer a língua; as gramáticas podem ser também mais ou menos receptivas à consideração da diversidade do discurso; os exemplos podem ser herdados de uma tradição mais ou menos longa, ou ser “inventados” isto é, podem figurar pela primeira vez em uma obra considerada. Constata-se, então, na longa duração do tempo, a estabilidade do *corpus* de exemplos em uma tradição. Esse é, além disso, um dos fenômenos que permite definir o que se pode chamar uma tradição gramatical. O estoque dos exemplos de base que circula de um texto ao outro constitui empiricamente o núcleo da língua descrita, o paradigma dos dados tratados.

No inventário sobre o sujeito na obra de Júlio Ribeiro, observamos a não ocorrência de influências didático-pedagógicas orientadas explicitamente para o Programa de Exames de Língua Portuguesa. Este fato pode ser explicado pelo motivo de que a *Grammatica Portuguesa* não tinha como leitor/consulente presumido aquele que pudesse a ela recorrer para preparar-se para exames, uma vez que o Programa de Fausto Barreto emergiu seis anos após a publicação

da obra de Júlio Ribeiro, ou seja, em 1887. Passemos a observar, no subtópico seguinte, o inventário sobre o sujeito na obra *Grammatica Analytica*, de Maximino Maciel.

4.2 Maximino Maciel e a *Grammatica Analytica*

Figura 15: *Grammatica Analytica*, edição única (1887)



Fonte: Maciel (1887)

4.2.1 O Autor

Nascido em 20 de abril de 1865, no município de Rosário do Catete, no estado de Sergipe, Maximino de Araújo Maciel⁴³, filho de Maria Clara dos Santos Araújo Maciel e de

⁴³ Suas principais obras, além da que selecionamos para análise, são:

- *Grammatica Descriptiva*, 1894 (1ª edição);
 - *Philologia Portugueza*: ensaios descritivos e históricos, 1888;
 - A taxinomia social e seu autor;
 - Lições de Botânica Geral professoradas no Ginásio Nacional, 1901;
 - Noções de agronomia: lições complementares ao estudo de Botânica, 1903;
 - Discurso na distribuição de prêmios aos alunos do Collegio Militar, 1903;
 - Valeur des diferentes méthodes de traitement dans la tuberculose, 1905;
 - As proporções do indivíduo humano e suas deduções médicas e alitológicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 09 de setembro de 1901;
 - Diagnóstico precoce da tuberculose: memória apresentada ao 3º Congresso Científico- Latino-americano, no Rio de Janeiro, em 1905;
 - Elementos da Chimica geral baseados nas modernas aquisições científicas, em 1907;
 - Elementos de Zoologia, de acordo com a fauna brasileira.
- (RODRIGUES, 2014, P. 59-60)

João Paulo dos Santos, não pertencia à elite sergipana, tendo sido um estudioso que, à força de seu empenho e dedicação, tornou-se bacharel em direito e médico.

Em 1890, ingressou no curso de Direito e, em 1896, iniciou os estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo concluído no ano de 1901. Algo importante de se destacar é o fato de, quando estava no curso de sua formação em medicina, Maximino ter decidido lecionar no Colégio Militar onde, posteriormente, tornou-se lente de português, em 1893. Sobre essa relação de trabalho concomitante ao estudo, convém assinalar que, por não gozar das prerrogativas da classe abastada que, via de regra, era à que pertencia a grande maioria dos estudantes de Direito e de medicina, Maximino Maciel teve que, inicialmente, para custear os gastos de sua formação, ministrar aulas de português, disciplina de que tinha profundo conhecimento. Prova disso é o fato de a sua *Grammatica Analytica* ter sido escrita em 1887, mesmo antes de ele ter se enveredado pelos estudos da medicina.

Ainda sobre este autor, Rodrigues (2014, p.58) assinala que:

Um decreto de 19 de fevereiro de 1919 conferiu-lhe as honras para o posto de Tenente Coronel; foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; ocupou a nona cadeira das dezesseis criadas- em 1º de junho de 1929- na Academia Sergipana de Letras, sendo, dela, patrono; foi membro da Imperial academia de Medicina; membro da Sociedade de Medicina Cirúrgica do Rio de Janeiro; entre outros.

Maximino Maciel morre em 1923, no Rio de Janeiro, quando contava cinquenta e oito anos de idade. É inegável o vasto conhecimento científico que este autor alcançou de maneira que “os títulos conferidos e as produções literárias relacionadas às ciências naturais, médicas e jurídicas fizeram de Maximino Maciel um intelectual, médico, professor, Filólogo e bacharel reconhecido tanto no Brasil quanto na Europa.” (RODRIGUES, 2014, p. 60).

Uma descrição capaz de apontar a importância intelectual de Maximino Maciel, pode ser observada nos dizeres de Bittencourt (1917, p. 199) *apud* Rodrigues (2014, p. 61) ao considerar Maximino Maciel ser:

Homem auto e forte, com grande lucidez de inteligência e notável erudição científica, filológica e literária, fala e escreve com grande correção, assim em português como em francês. E, dotado de pasmosa atividade intelectual, pleno de força de vontade e de justíssimo amor à glória literária, tem à sua brilhante folha de serviços, a lhe iluminar os passos, as seguintes unidades literárias,

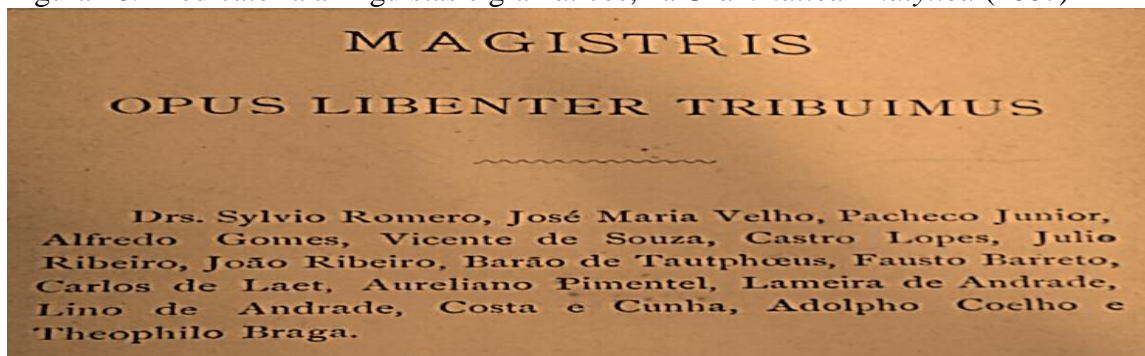
qual mais valerosa e mais profunda: Gramática analítica (já à 4ª edição), Filologia Portuguesa, Gramática Descritiva, Taxionomia social, Lições de Botânica Geral, Noções de Agronomia, As Proporções do Indivíduo Humano, Lições Elementares de Língua Portuguesa, discurso, *Valeur des Différentes méthodes de traitement dans la tuberculose*, *La médication unique dans la tuberculose*, *D'illusion des arsenicaux dans la tuberculose*, elementos de Botânica Geral e elementos de Zoologia. É, sem questão, uma das glórias intelectuais do pequenino estado do Norte, ninho de águias chamado, como também uma das figuras de mais destaque do magistério oficial brasileiro.

4.2 .2 A obra e suas partes

Grammatica Analytica foi o nome dado à primeira edição da obra de Maximino Maciel, uma vez que, a partir da segunda edição, o autor alterou o nome para *Grammatica Descriptiva* sem que conste, no prólogo desta edição, informação explícita que valide tal alteração.

Já nas primeiras páginas da obra, o autor dedica seu artefato a mestres, estudiosos e a alguns gramáticos contemporâneos, a saber: Sylvio Romero, Alfredo Gomes, Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Fausto Barreto, Carlos Laet, Pacheco Junior, Lameira de Andrade, entre outros. Tal informação pode ser comprovada na figura seguinte:

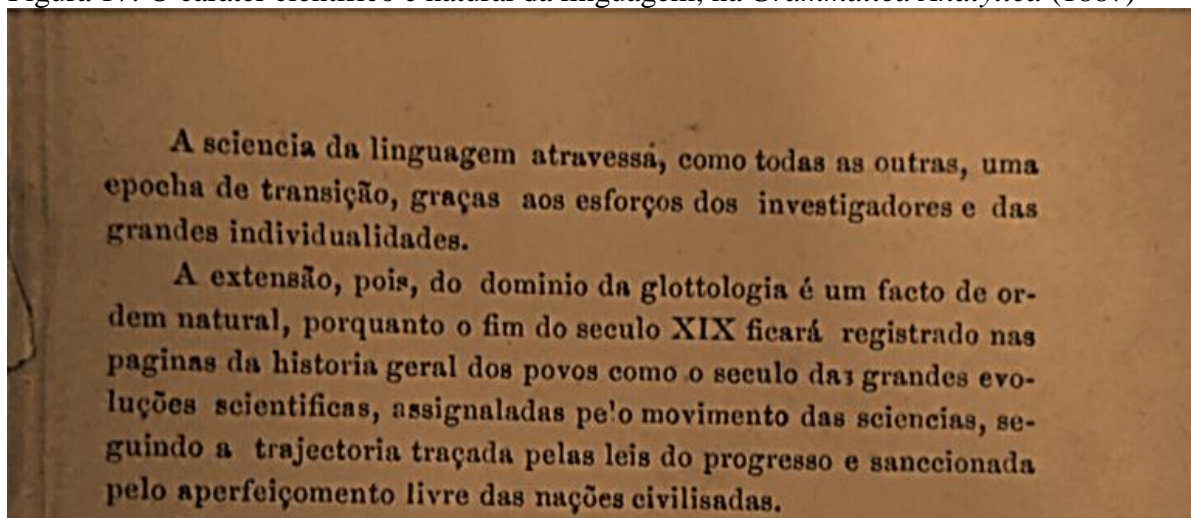
Figura 16: Dedicatória a linguistas e gramáticos, na *Grammatica Analytica* (1887)



Fonte: Maciel (1887)

É conveniente frisar que Maximino Maciel era um notável conhecedor da língua portuguesa e era antenado nas transformações linguísticas que estavam em efervescência no período face ao legado histórico-comparativo, de maneira que, sabendo das mudanças que atravessavam as ciências em geral, o autor faz menção, paralelo à evolução científica, ao avanço de questões que envolvem a linguagem, especificamente sobre a *glottologia*. Esta afirmação pode ser analisada na figura seguinte.

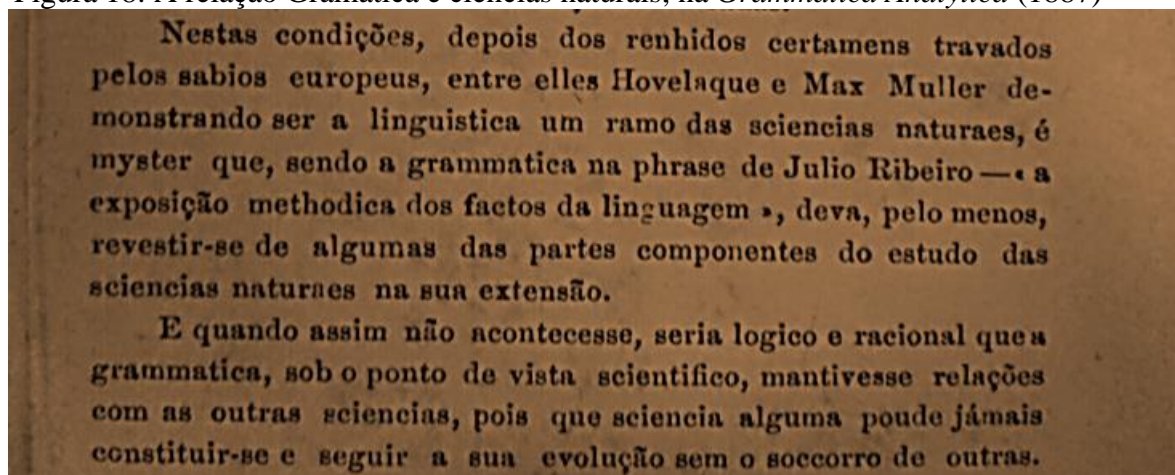
Figura 17: O caráter científico e natural da linguagem, na *Grammatica Analytica* (1887)



Fonte: Maciel (1887)

Com vistas a creditar à gramática um apreço também científico, vez que ela, nos dizeres do autor, teria de revestir-se de propriedades concernentes às ciências naturais, Maciel faz menção aos nomes dos linguistas europeus Hovelaque e Müller e do gramático brasileiro Júlio Ribeiro pelo fato de estes sustentarem a ideia de que a linguística e a gramática são ramos das ciências naturais. Acerca disto, vejamos a figura seguinte.

Figura 18: A relação Gramática e ciências naturais, na *Grammatica Analytica* (1887)



Fonte: Maciel (1887)

Ainda na introdução de sua gramática, Maciel indica aos consulentes que sua obra apresenta uma análise da língua por meio de teorias modernas trazidas a lume pelo método histórico-comparativo e pelo aspecto natural de evolução pelo qual deveria ser observada a língua. Percebe-se, portanto, a adoção de teorias científicas e naturalistas.

Na figura seguinte, é possível analisar qual o público presumido da *Grammatica Analytica* advertindo que sua obra foi pensada e criada para atender aos anseios daqueles que iniciam os estudos do vernáculo. Ademais, enfatiza que sua gramática não serviria de guia prático para consulta de fatos da língua àqueles já bem servidos de conhecimento gramatical.

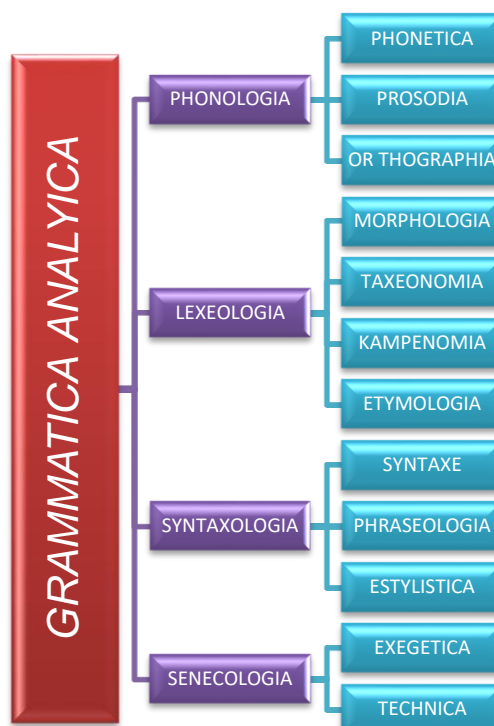
Figura 19: O consulente presumido da *Grammatica Analytica* (1887)

si mais não escrevemos é porque não o fizemos para mestres, porém para aquelles que começam a aprendizagem da lingua vernacula. Portanto dos mestres esperamos receber o auxilio e a protecção e principalmente as correções para o melhoramento do nosso trabalho, onde não revellamos conhecimento da lingua vernacula porque o escrevemos em 1885 quando contavamos 20 annos de idade e só hoje o publicamos porque as circumstancias assim o permittiram.

Fonte: Maciel (1887)

Observemos, no esquema 10, como está dividida a *Grammatica Analytica*, 1ª edição, de 1887

Esquema 10: Divisão e subdivisão da *Grammatica Analytica* (1887)



Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

A respeito do esquema anterior, é conveniente destacar que a divisão da gramática valida a adoção do autor pelas teorias científicas, de maneira que a segmentação proposta por

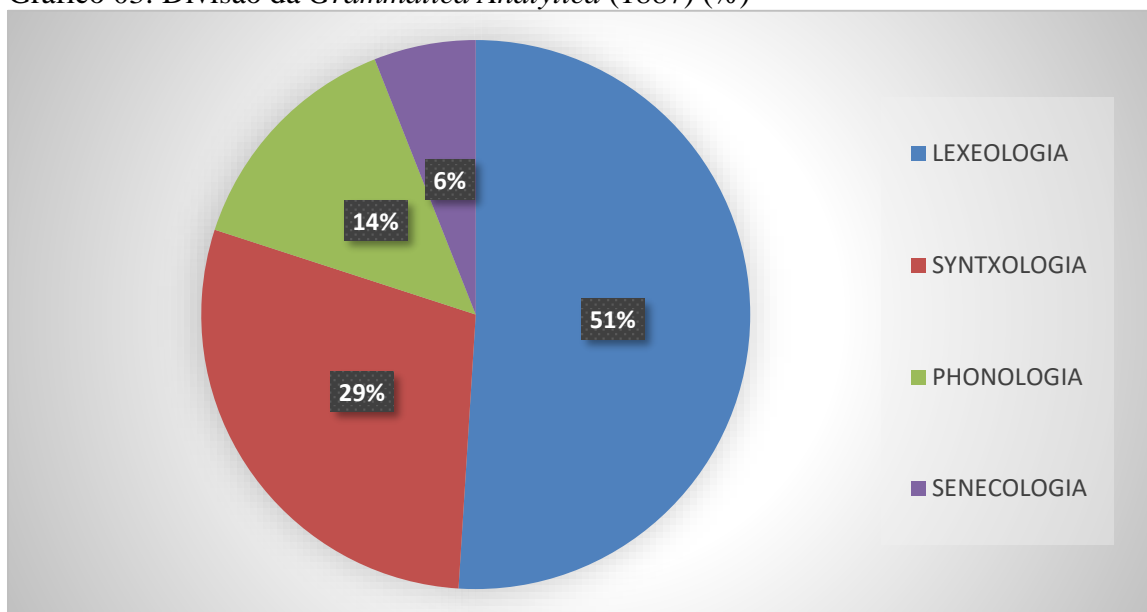
Maximino Maciel se assemelha ao rigor classificatório da corrente naturalista pelo refinamento com que efetiva a subdivisão dos conteúdos constantes em sua obra.

A *Grammatica Analytica* é dividida em quatro partes que apresentam subdivisões conforme está descrito no esquema anterior. Maximino Maciel acrescenta, ao paradigma inglês: lexeologia e sintaxe- duas outras, Fonologia e senecologia. Sobre aquela, é importante frisar que outros autores como Júlio Ribeiro, visto anteriormente, enquadra a fonologia sob o manto da lexeologia. Todavia, Maximino Maciel destina uma parte de sua gramática para tratar os estudos fonológicos como a fonética, os fonemas, os ditongos, as sílabas, a prosódia, a acentuação, a ortografia e alguns processos fonológicos como a assimilação, a dissimilação, os metaplasmos prosódicos e as alterações fonéticas.

A respeito da lexeologia, o autor aborda estudos sobre a morfologia que se ocupa de analisar a estrutura das palavras por meio de afixos e raízes. Ainda sob o manto da lexeologia, Maximino Maciel acrescenta a *taxeonomia* que se objetiva em estudar as classes de palavras; a *Kampenomia* que, em seu escopo, aborda fatos da língua portuguesa ligados aos processos flexionais e conjugações verbais; e a etimologia que se ocupa em analisar a origem de palavras pertencentes ao vernáculo e a relação de radicais e afixos latinos para a sua formação.

Ao que concerne à *sintaxologia*, envolve o estudo sobre as funções que determinados elementos exercem na proposição, regras de concordância e topologia (ordenação) sintática de constituintes da proposição, bem como sobre fatos da língua portuguesa ligadas à fraseologia e à estilística. Sobre a *senecologia*, podemos enfatizar que o autor é inovador por destacar, além do estudo da pontuação que a denomina por parte técnica, abordagens relacionadas ao sentido que, como dito em momento anterior desta tese, o autor foi influenciado pelas ideias semânticas do linguista francês Arsène Darmesteter.

No gráfico 03, observemos a atenção dada pelo autor para as partes em que se divide a obra.

Gráfico 03: Divisão da *Grammatica Analytica* (1887) (%)

Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Percebe-se, no gráfico 03, que Maximino Maciel segue aquilo que era comum entre os gramáticos de seu tempo: destinar maior parte da gramática para os estudos relacionados a lexeologia.

4.2.3 Concepções de gramática

Maximino Maciel lança mão de concepção de gramática numa interface com os fatos da linguagem e classifica este artefato manipulado e fruto de metalinguagem em três categorias, a saber: descritiva ou expositiva; histórica ou comparativa; e filosófica. Sobre esta afirmação, Maciel (1887) assinala que “*Grammatica* é a disciplina que *tracta* das normas do pensamento humano pelo estudo *analytico* dos factos da linguagem.

Sobre a classificação nas três categorias supracitadas, vejamos, pelos dizeres de Maciel (1887), as definições de cada uma, no esquema a seguir.

Esquema 11: Concepções de Gramática, na *Grammatica Analytica*

Fonte: Maciel (1887); esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Convém destacar, como o fez Maximino Maciel (1887) que a gramática descritiva se chama também particular e a gramática filosófica chama-se geral. Destaque-se, das concepções sobre gramática, a menção que o autor faz sobre o caráter histórico ou comparativo deste objeto cultural, denominado por gramática.

4.2.4- Definição de sintaxe

Na terceira parte da gramática, Maximino Maciel afirma que:

Syntaxologia é a parte da *grammatica* que *tracta* das orações ou proposições em toda a sua extensão. A *syntaxologia* compreende a *syntaxe*, a topologia, a *phraseologia* e a *estylística*. A *syntaxe* *tracta* das funções ou relações das palavras e da respectiva concordância na formação da oração. A topologia *tracta* da posição das palavras na *construção* das orações. A *phraseologia* *tracta* da natureza das orações e da sua classificação. A *estylística* *tracta* das *differentes* leis e *fórm*as orgânicas do *estyl*o das composições literárias em toda a sua extensão.

Nota-se, na citação anteriormente descrita, que o autor destaca, de forma clara, a que se objetiva o estudo da sintaxe. Mais especificamente sobre sintaxe e a função que as palavras exercem na extensão oracional, o autor assinala que “*Syntaxe* é o *tractado* das funções e concordância das palavras, consideradas como elementos constitutivos da oração. Chama-se

função de uma palavra o papel que *ella* representa na proposição como resultado *syntatico* das suas diversas relações.” Alargando o que destacava Júlio Ribeiro ao envolver cinco tipos de relações entre palavras, a saber: *subjectiva*, *predicativa*, *attributiva*, *objectiva* e *adverbial*, Maximino Maciel prefere acolher o termo função a respeito do que as palavras exercem em dada extensão e amplia esse inventário para um quantitativo de sete funções, vejamos:

Esquema 12: Das relações entre palavras na sentença, na *Grammatica Analytica* (1887)



Fonte: elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Nos dizeres de Maciel (1887) há a afirmação de que a função subjetiva é determinada pelo sujeito em relação ao seu verbo e pode ser exercida por: a-) um substantivo; b-) um pronome; c-) uma oração; d-) qualquer elemento taxonômico substantivado.

Vejamos os exemplos oferecidos pelo gramático que, respectivamente, se vinculam a cada possibilidade de ocorrência de função subjetiva.

a-) **O Xemim** com seus parentes o matam e se declara rei do Pegú. (Mendes Pinto);

b-) Mas assim *ele* fez e deve fazer quem tem por *officio* levar almas a *christo*. (Vieira);

c-) Parece-me **o que** é e o que há de parecer (Garret);

d-) O **que** e o es estão por duas *syllabas*. (Garcia de Rezende)

A função vocativa é exercida por uma palavra a quem se dirige o discurso. Sobre isto, Maciel sugere o seguinte exemplo:

Muito me conta, **Sr. Patrão**..Foi um sonho, não foi, meu **Carlos**? (A. Herculano)

A função objetiva é aquela que é exercida por uma palavra que recai imediatamente a ação do verbo transitivo direto e pode ser constituída por um substantivo, por um pronome, por um verbo, por uma oração. Vejamos os exemplos apontados por Maciel (1887) que se ligam respectivamente à cada elemento responsável por essa função.

a-) Deu **signal** a trombeta castelhana. (Camões);

b-) *Quizera* não ter dito **isto**. (Cícero);

c-) Queremos **ir**;

d-) Vós sabeis, amigo Aimar, **que eu tenho comparado as paixões aos brutos...** (Padre Th. Da silva)

A função terminativa é aquela que é exercida por uma palavra que completa o sentido de outra e pode ser observada pelo seguinte exemplo apontado por Maciel (1887):

a-) Desta deu por *premio ao adivinhador* um pouca parte. (Padre Manoel Bernardes)

Maciel assinala que um substantivo, um pronome, um verbo ou uma oração são geradores dessa função e aponta, respectivamente, os seguintes exemplos:

a-) Como sucede *á* não no mar, sucede aos **homens** na ventura e na desgraça.(Gonzaga);

b-) Fumegava-lhe aos pés tartáreo lume, crespa serpe as entranhas **lhe** roía. (Manoel Bocage);

c-) *Eil-a* desejosa de **morrer**.

d-) Convencidos **de que não podiam** esperar da sociedade nem *protecção* nem justiça, os *christãos* novos da covilha abandonaram seus lares. (A. Herculano)

A função adverbial, para o autor, é aquela exercida por uma palavra que, mediante uma circunstância, modifica o verbo, o adjetivo, o substantivo ou adverbio. Sobre esta função, Maciel assinala que um advérbio, um pronome regido de preposição, um substantivo regido de preposição, uma oração, ou um adjetivo adverbial podem exercer tal função. Vejamos os exemplos que, respectivamente, se ligam a estes elementos que exercem a função adverbial:

a-) *Alli* foi recolhendo os seus e fortificando-se quando o tempo e o sítio consentiam. (Fr. Luiz de Cacegas);

b-) Enfim só a vós, que eu tinha *commigo* com bem diferente tenção, me obriga agora a apartar de mim. (Padre João de Lucena);

c-) Misseno em **silêncio** tudo observava. (Padre Theodoro de Almeida);

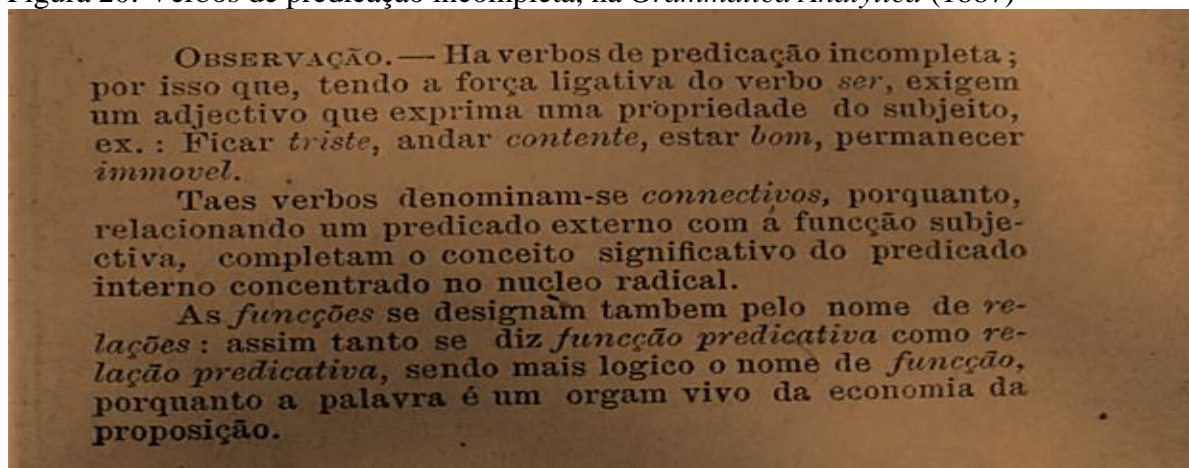
d-) Desmandou-se a **solicitar religiosas**. (Manoel Bernardes);

e-) Senhora, virei **contente!**

Não vos dê nada paixão! (G. Rezende)

Após as indicações sugeridas por Maciel sobre as funções que as palavras exercem na extensão da sentença, convém analisarmos, na figura 20, a observação oferecida pelo autor acerca dos verbos de predicação incompleta:

Figura 20: Verbos de predicação incompleta, na *Grammatica Analytica* (1887)



Fonte: Maciel (1887)

A função predicativa é aquela exercida pelo predicado em relação ao sujeito. Maciel oferece o seguinte exemplo:

Sejam as cartas **breves** quanto o **permita** a natureza do assumpto, mas não demasiadamente **lacônicas**. (Roquette).

Pelo exemplo acima, as palavras **breves**, **permita** e **lacônicas** exercem funções predicativas em relação aos seus sujeitos.

Em relação aos elementos linguísticos que podem desempenhar a função predicativa, Maciel enfatiza que um adjetivo, um verbo transitivo ou intransitivo, um pronome ou qualquer elemento taxonômico adjetivado pode exercer tal função. A função atributiva é aquela que é

exercida por uma palavra, exprimindo qualidade, determinação ou restrição sem formar uma proposição. A respeito dos elementos linguísticos que podem desempenhar essa função, Maciel assinala que um adjetivo qualificativo, um adjetivo determinativo, um complemento restritivo, um aposto, uma oração incidente pode exercer tal função. Vejamos os exemplos sugeridos pelo autor ligados respectivamente a cada um desses elementos indicativos de ocorrência dessa função:

a-) Brisas **fagueiras**;

b-) **O** astro; *dous* livros;

c-) a rainha **da noite**;

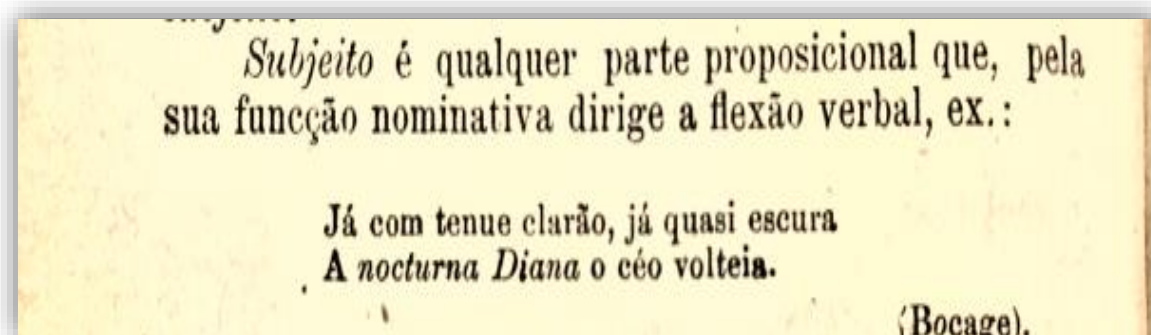
d-) O sol, **astro diurno**;

e-) *Si* na importância **que se ligava às comunicações do arcebispo syentino** havia boa fé, *ignoramol-o*. (A Herculano)

4.2.5 O sujeito gramatical na *Grammatica Analytica*, edição única, de 1887

Ao discorrer sobre a função subjetiva, Maximino Maciel assinala que a palavra que exerce esta colocação na sentença denomina-se sujeito. Observemos, na figura seguinte, a definição sugerida pelo autor acerca desta categoria sintática seguida de exemplo.

Figura 21: Definição de sujeito na *Grammatica Analytica* (1887)



Fonte: Maciel (1887)

Percebe-se, pela definição proposta sobre o sujeito, que Maximino Maciel adota preceitos oriundos da base filosófica para conceituar o sujeito, uma vez que a função nominativa está amparada em gramáticas latinas. Urge destacar a orientação teórica captada pela análise

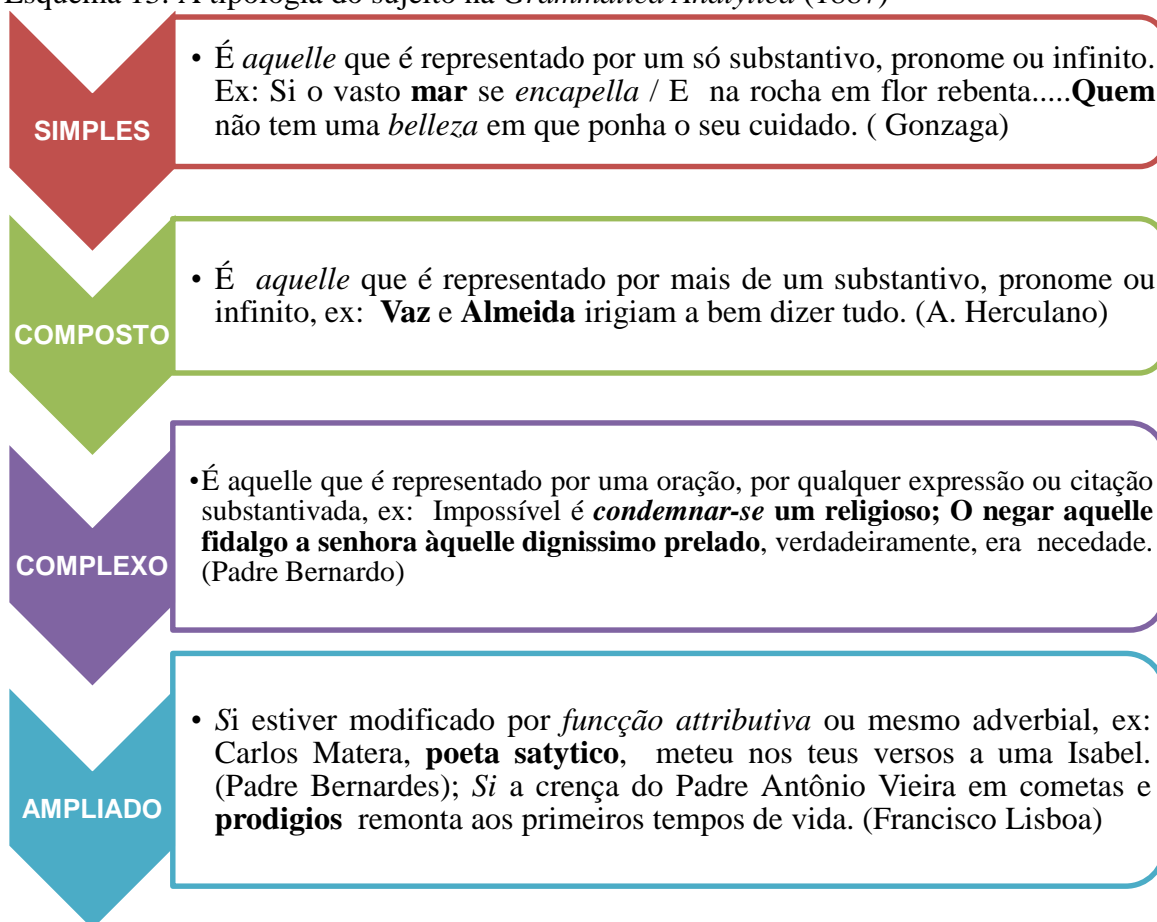
metalinguística e, nesse sentido, é possível assinalar que a definição de sujeito proposta por Maximino Maciel remonta ao ideário filosófico, vez que o termo proposição ou parte proposicional estão circunscritos na lógica aristotélica.

Não há, no entanto, nem adoção do traço agentivo do sujeito como consideração de algum ser que desenvolve ação sobre algo tampouco há a indicação semântico-referencial advinda do ideário platônico. Nesse sentido, enfatizamos que, ligada à acepção filosófica, a definição proposta por Maximino tem caráter inovador por envolver critérios sintáticos e morfológicos ao propor a função nominativa que este elemento exerce na proposição e a concordância com o verbo ao qual se relaciona.

Todavia, há que se ressaltar que a noção de definição a partir de critérios (sintáticos, morfológicos etc) não era algo pensado na produção gramatical do período analisado. Destarte, talvez seja mais eficiente afirmar que o gramático aqui analisado seguiu padrões próprios da sintaxe para definir o sujeito.

Todavia, ainda que entendamos que o padrão sintático recobre a definição, não podemos deixar de mencionar que há a indicação morfológica, uma vez que, por destacar as relações de concordância entre o sujeito e o verbo este pode flexionar-se a depender da forma daquele. Assim, convém frisar que, por envolver função e forma, os padrões adotados na/para definição são o sintático e o morfológico.

Ao que diz respeito às tipologias que envolvem o sujeito, Maciel assinala que ele pode ser simples, composto, complexo e ampliado, como se pode ver no esquema, na página seguinte:

Esquema 13: A tipologia do sujeito na *Grammatica Analytica* (1887)

Fonte: Maciel (1887). Esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Ao discorrer sobre a topologia do sujeito, Maximino Maciel (p. 240) enfatiza que “o princípio orgânico da *construcção* da *phrase* funda-se na *atracção* que o verbo exerce entre as outras partes da oração. O verbo ocupa o acento da proposição, precedido pelo sujeito e seguido pelos complementos.” Sobre esta afirmação, convém enfatizar o caráter natural da relação do verbo com outras palavras da oração, permitindo-nos afirmar a adoção de ideais do naturalismo linguístico ao revelar que a relação do verbo é papel orgânico e essencial para a linguagem.

Outrossim, parece-nos que o autor implicitamente destaca a informação de que o verbo é o elemento necessário para a ocorrência da proposição. Além do que já foi exposto, ainda cabe destacar que a posição prototípica do sujeito “reside”, no início da proposição. Explicitada a ordenação clássica do sujeito na sentença, Maciel enfatiza que a inversão do sujeito é passível de ocorrência nos seguintes casos:

- a-) Nas proposições exclamativas e interrogativas. Que largas são **as praias!** Que seguras **as enseadas**. (J. Lucena); Quem és **tu?** *D’onde* vens e para onde *vaes*, **tu** com essa pedra às costas? (Bernades); b-) Nas proposições reduzidas

representadas por participios presente ou passado. E chegando **nós** ao porto de Chatigao, no reino de Bengala...(F. Pinto); Aplainada **esta primeira dificuldade**, devia oferecer-se pela compra até três milhões de cruzados. (F. Lisboa);C-) Nas proposições representadas por infinito pessoal. E depois a origem por serem **as obras dos próprios paes** melhores que as que da natureza recebem. (J. Freire); d-) Nas orações representadas pelos aoristos indefinidos do modo infinito. Não tendo ficado **filhos** de Paqueirão... (F. Pinto) e-) Nas proposições imperativas. Dize-o **tu**, severa musa. (Castro Alves); f-) Nos tempos do *subjunctivo* sem *conjunção* expressa. Lance **cada um** os olhos pelo campo. (Lucena).g-) *Si* o *adjectivo* predicativo exprimir um *facto* em evidencia. Terribilissimos foram **os sonhos** que Deus mandou ao *presbytero*. (A. Herculano). h-) Nas proposições *empáticas* por *elegancia*. Era **S. Pedro Gonçalves** mancebo dado a passatempos, galas e leviandades. (Bernardes); i-) Nas proposições começadas por tal, qual, ali, lá e alguns advérbios. Lá vão **cincoenta anos** de merecimento e de penitencia em um instante. (Bernardes); J-) Nas orações *intercalladas*, enunciando palavras próprias ou alheias. Ninguém, dizia **Socrates**, vive contente com a sua sorte. (MACIEL, 1887, p. 241-243)

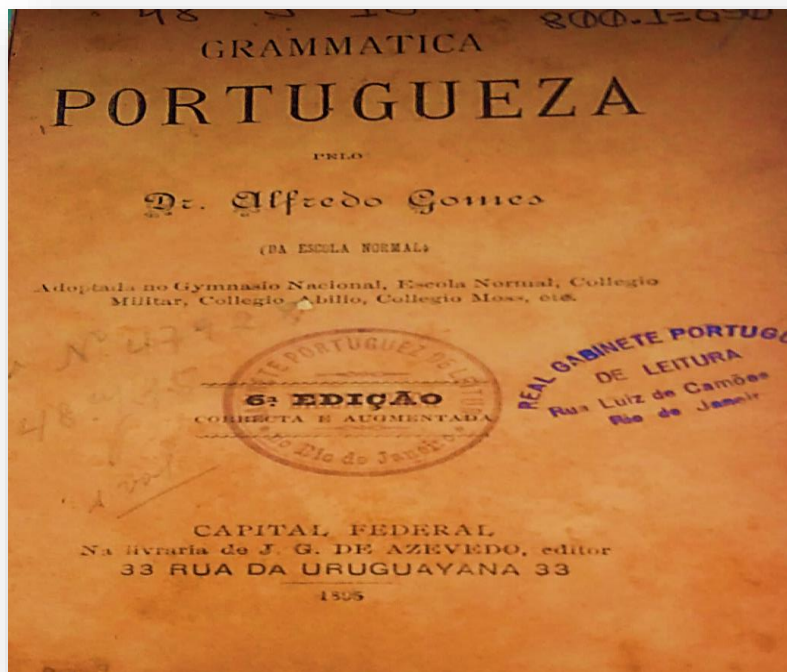
A expressiva classificação de possibilidades de ocorrência da inversão topológica do sujeito reforça a ideia da adoção do critério sintático e morfológico, uma vez que as classificações envolvem ou aspectos funcionais e formais, ou seja, sintáticos e morfológicos. Outrossim, sinaliza a relação do autor com aquilo que era essencial no empreendimento do método histórico-comparativo: a testagem exaustiva a respeito de determinado fato linguístico.

A tipologia do sujeito proposta pelo gramático segue perspectiva estrutural que valida a adoção de critério sintático e morfológico para caracterizar este elemento sintático. Os exemplos utilizados pelo autor constam de uma referência que remonta à literatura clássica, vez que muito do que ele apresenta para elucidar o fato linguístico que defende é extraído da literatura, sobretudo, portuguesa. Tal fato garante-nos afirmar que o gramático em questão era profundo estudioso da língua e intelectual de acurado conhecimento literário.

Passemos a observar, no subtópico seguinte, o inventário sobre o sujeito na obra de Alfredo Gomes.

4.3 Alfredo Gomes e a *Grammatica Portugueza*

Figura 22: *Grammatica Portugueza*, 6ª edição (1895)



Fonte: Gomes (1895)

4.3.1 O Autor

O gramático em tela nasceu em 1859, na cidade do Rio de Janeiro e faleceu em 1924. Filho do comendador José Maria Gomes e de Luiza Leonor Gomes, foi bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II em 1875 e, por ocasião de ter se diplomado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1883, teve, em sua gramática, antecedendo o seu nome, a designação de doutor. O gramático em tela foi um notável conhecedor da língua portuguesa e do francês. Sobre sua biografia, Fávero e Molina (2006, p. 153) assinalam que:

Alfredo Gomes fez dois concursos para a cadeira de português, no Colégio Pedro II, sendo, porém, preterido nos dois. Prestou concurso no Colégio Militar para a cadeira de francês, bem sucedido, desenvolveu suas atividades docentes, sem, contudo, deixar a área médica. Foi escolhido por Benjamin Constant para, com outros nomes importantes, organizar a Escola Normal. Depois de cumprida a missão, assumiu a cadeira de português no mesmo estabelecimento, de onde não mais se afastou, mesmo quando, durante o governo de Prudente de Moraes, foi designado para o cargo de diretor daquele estabelecimento. Em 1898 foi diretor geral da Instrução Pública e, em 1888,

fundou nas laranjeiras um colégio com seu próprio nome, por onde passaram vários ilustres.

No ano de 1903, quando estava com 44 anos de idade, após alguns insucessos em concursos para professor, foi aprovado e nomeado professor do Colégio Pedro II para atuar como docente de francês, tendo ministrado, também, aulas de filologia românica e de literatura comparada. Sobre a sua bibliografia, destaca-se o que foi produzido a respeito de seu considerável conhecimento linguístico que transitava pelo português, o francês e o espanhol.

Ainda sobre sua produção, é necessário pontuar os seus escritos em vários periódicos especializados na área sobretudo na *Revista de Língua Portuguesa* e na *União- Acadêmica*. Ressalte-se, ainda, que, além de suas teses de concurso, bem como de seus discursos e estudos filológicos, publicou:

Método de francez adaptado ao uso dos brasileiros; Grammatica Franceza; Grammatica Portugueza; Theoria logica e gramatical da proposição; Literatura francesa no Seculo XIX; Literatura Espanhola no Seculo XVII, Aberrações e primores literários deste período. Escritores respectivos e suas principais produções. Apreciação das causas dessas aberrações do gosto literário, etc.” (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 153)

4.3.2 A Obra e suas partes

A gramática de Alfredo Gomes teve sua primeira edição no ano de 1887 e foi uma das obras criadas para atender ao Programa de Exames, de Fausto Barreto. Ainda que tenha recebido severas críticas, obteve considerável aceitação, tendo sido a 6ª edição, de 1895, adotada em vários colégios, como o *Gymnasio Nacional*, a *Escola Normal*, o *Collegio Militar*, o *Collegio Abilio*, o *Collegio Moss* etc.

Observemos, no esquema seguinte, como está dividida a *Grammatica Portugueza*, 6ª edição, de 1895.

Esquema 14: Divisão da *Grammatica Portugueza* (1895)

Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Na análise da gramática em foco, observamos que ela não segue a proposta de divisão legada da linguística inglesa conforme a partição dos conteúdos das duas gramáticas anteriormente descritas nesta tese. A divisão feita por Alfredo Gomes é considerada clássica e não envolve os saberes fonológicos, etimológicos, da taxinomia etc sob o manto da lexeologia. Contudo, a segmentação da obra apresenta desdobramentos de conteúdos⁴⁴ que se relacionam,

⁴⁴ I- *Glottologia: Philologia- Grammatica* geral e particular: seu objetivo e divisões;
 II- *Phonetica*- Prosodia . *Accentuação* e quantidade;
 III- *Graphica*- Noções Vocabulares;
 IV- Taxinomia;
 V- Pronome: suas *especies*;
 VI- *Adjectivo*: suas *especies*;
 VII- Verbo: suas *especies*;
 VIII- Advérbio, preposição, conjunção e interjeição: suas *especies*;
 IX- *Campanomia: Flexões nominaes*;
 X- *Flexões nominaes: grãos*;
 XI- Pronome: sua flexão;
 XII- *Flexões verbaes*;
 XIII- Verbos aparentemente irregulares;
 XIV- *Principaes* verbos irregulares;
 XV- *Conjugações periphrasticas*;
 XVI- *Etymologia*: seus processos;
 XVII- Historia da Língua *Portugueza*;
 XVIII- Formação do léxico *portuguez*;
 XIX- Os sons latinos e *portuguez*;
 XX- Permutas;
 XXI- Metaplasmos;
 XXII- Sons e letras *adventicaes*;

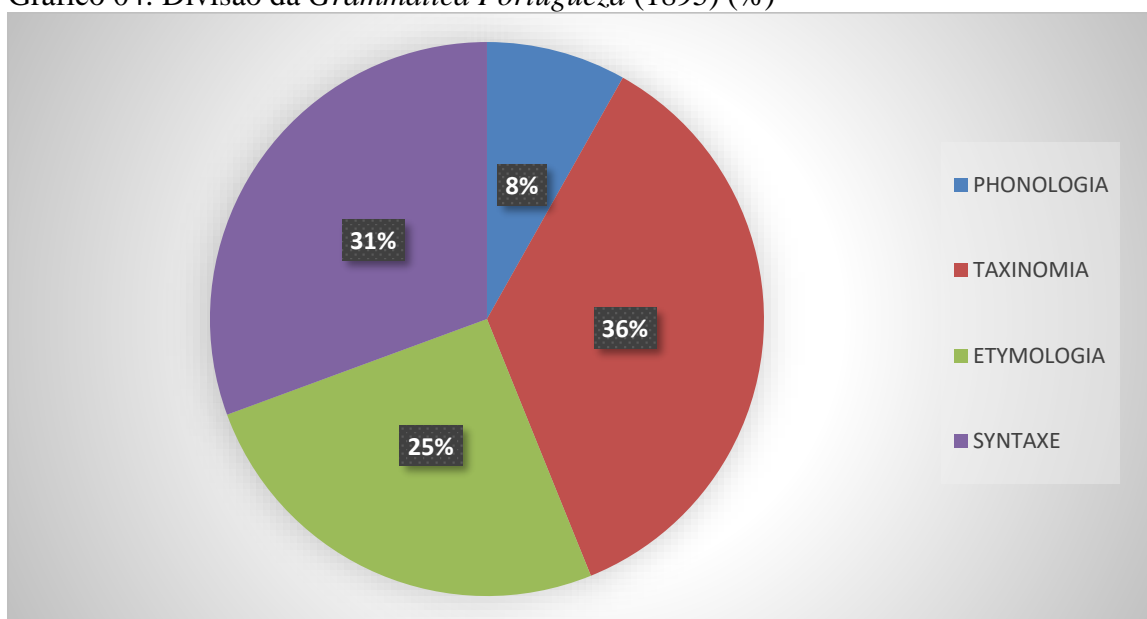
na visão do autor, às partes supramencionadas no esquema anterior. A disposição destes conteúdos na obra analisada possibilita destacar o refinamento metodológico, uma vez que os assuntos tratados apresentam desdobramentos que se assemelham às características metodológicas da teoria do Evolucionismo. Nesse sentido, é possível assinalar que a obra de

-
- XXIII- Formas divergentes e Convergentes;
 - XXIV- Desviação da *accentuação tonica* latina em *portuguez*;
 - XXV- Composição de palavras;
 - XXVI- Derivação de palavras;
 - XXVII- Formação Vernacular;
 - XXVIII- *Etymologia* de substantivos;
 - XXIX- *Etymologia* de Pronomes;
 - XXX- *Etymologia* do artigo;
 - XXXI- *Etymologia* das formas *verbaes*;
 - XXXII- *Etymologia* dos *adjectivos*;
 - XXXIII- *Etymologia* das palavras invariáveis;
 - XXXIV- Família de palavras : *paronymos, homonymos, synonymos, antonymos*;
 - XXXV- Alterações lexicas e *sintacticas*;
 - XXXVI- Corrente erudita- corrente popular- disciplina gramatical no XVI século;
 - XXXVII- *Syntaxe*;
 - XXXVIII- Coordenação e subordinação dos períodos;
 - XXXIX- *Syntaxe* dos termos da oração- concordância e regencia;
 - XL- *Syntaxe* dos termos da oração- construção da ordem e do período;
 - XLI- *Collocação* dos pronomes pessoais;
 - XLII- *Syntaxe* do substantivo;
 - XLIII- *Syntaxe* do pronome;
 - XLIV- *Syntaxe do adjectivo* e do artigo;
 - XLV- *Syntaxe* do verbo;
 - XLVI- *Fórmias nominaes* do verbo;
 - XLVII- *Syntaxe* das palavras invariáveis;
 - XLVIII- *Syntaxe* do verbo haver e do pronome se;
 - XLIX- Figuras de *syntaxe*;
 - L- *Typos syntacticos* divergentes e convergentes;
 - LI- Notações *syntacticas*: Uso do maiusculo;
 - LII- Modelos de *analyse syntactica*;
 - LIII- Anomalias *grammaticaes*;
 - LIV- *Differenças principaes* entre o latim classico e o latim popular;
 - LV- Vícios de linguagem;
 - LVI- *Dialectos*;
 - LVII- *Semantica*;
 - LVIII- *Catachrese*;
 - LIX- *Synonymia*.

Alfredo Gomes segue a ideia de seleção de conteúdos em partes mínimas para a explicação de determinado saber gramatical.

No gráfico 04, observemos a atenção dada pelo autor para as partes em que se divide a obra. Ressalte-se que, por mais que a obra não apresente divisão modelada pelo paradigma comum da época, deduzimos, pelos conteúdos que ela congrega, estar vinculada às seguintes partes constantes do gráfico 04.

Gráfico 04: Divisão da *Grammatica Portugueza* (1895) (%)



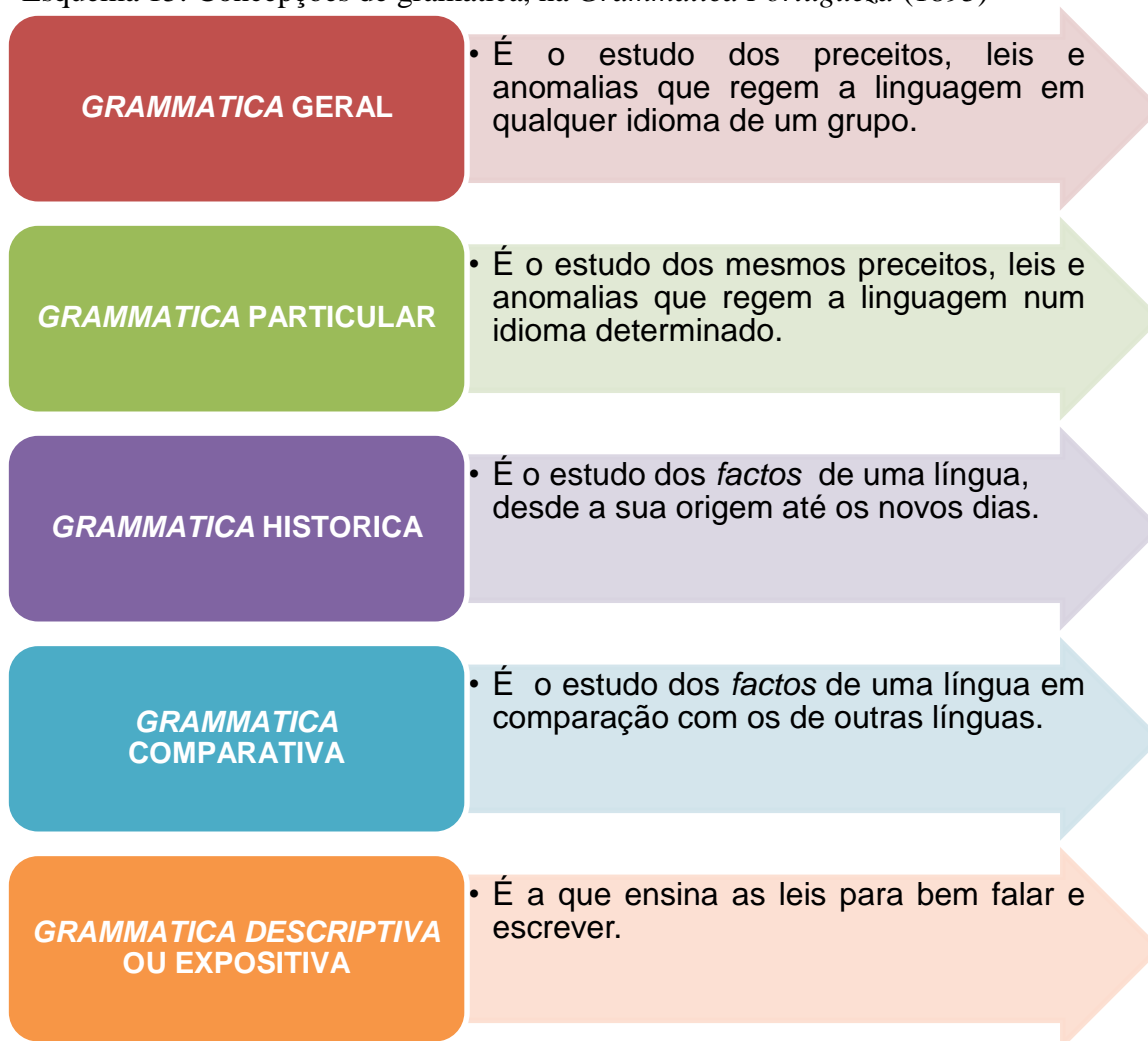
Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Pelo gráfico 04, percebe-se a manutenção do paradigma de maior aprofundamento a respeito da parte que trata da morfologia, tratada por Alfredo Gomes por Taxinomia.

4.3.3 Concepções de gramática

Na Obra de Alfredo Gomes há a indicação de que a gramática é a ciência da linguagem e se divide em geral, particular, histórica e comparativa e, ainda, gramática descritiva ou expositiva. Sobre esta classificação, vejamos, pelos dizeres de Gomes (1895), as definições de cada uma, no esquema a seguir:

Esquema 15: Concepções de gramática, na *Grammatica Portugueza* (1895)



Fonte: Gomes (1895). Esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Quando faz menção à gramática histórica e comparativa, Alfredo Gomes assinala que qualquer empreendimento histórico-comparativo deve ser feito sem dissociação de um pelo outro, vez que, para ele, “a verdadeira *grammatica* deve ser histórica e comparativa.” Tal consideração chama a atenção pela indicação de que o seu tratamento para fatos em português filia-se ao método histórico-comparativo.

4.3.4 Definição de Sintaxe

Na obra do gramático em questão, podemos encontrar a definição a respeito do que para ele tem a ver com sintaxe. Conceitualmente, na obra, encontra-se a definição de que:

Syntaxe é a parte da *grammatica* que ensina a concordância das palavras e orações, a boa escolha dos adjunctos ou complementos das palavras e a

verdadeira colocação das palavras nas proposições e das proposições na frase. *A syntaxe comprende* portanto: a concordância, a subordinação ou regência, a colocação ou a ordem. A proposição consta de *dous ellementos* indispensáveis ou termos: o sujeito e o predicado. (GOMES, 1895, P. 125)

Pelo excerto anterior, é cabível refletir que, para o autor, a concordância entre as palavras dispostas na oração, bem como a regência e seleção de adjuntos e complementos, estão estritamente ligadas à sintaxe.

Além disso, a noção de que os elementos sujeito e predicado como algo imprescindível para o segmento oracional é, como foi visto nos autores analisados anteriormente, também mencionada na gramática em destaque. Prende-nos a atenção a análise metalinguística que fazemos acerca da construção “[...] a boa escolha [...]”, o que nos possibilita enfatizar a orientação dos pressupostos da gramática filosófica que advoga pela correção, pelo bem falar e escrever, e pelo bom uso da linguagem.

4.3.5- O sujeito gramatical na *Grammatica Portugueza* (1895, 6ª edição)

Após considerar o sujeito como um dos indispensáveis para a proposição, o gramático em tela informa-nos que “o sujeito é o ser a que se refere a *acção*, fenômeno ou estado expresso pelo predicado.” (GOMES, 1985, p. 125)

Nesta definição, a ideia de sujeito agente, sobretudo ser animado está representada na conceituação e permite-nos afirmar que o tratamento oferecido pelo autor a esta categoria remonta ao ideário platônico, uma vez que se atesta a noção de referencialidade e o traço agentivo como característica *sine qua non* para conceituar o sujeito.

Sobre as tipologias que envolvem esta categoria linguístico-gramatical, o autor assinala que o sujeito pode ser lógico ou gramatical; simples ou composto; complexo ou incompleto. Vejamos, pelos dizeres do autor, no esquema a seguir, definições e exemplo de cada um desses tipos de sujeito.

Esquema 16: A tipologia do sujeito na *Grammatica Portugueza* (1895)

Fonte: Gomes (1894). Esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

As definições e exemplos do esquema anterior chamam-nos a atenção pelo fato de, para caracterizar/definir cada uma das tipologias, o autor manter o traço agentivo (ser) aliado à noção de quantificação do elemento que corresponde ao sujeito. Outro fato que nos prende a atenção diz respeito à tipologia simples e à gramatical, uma vez que, de algum modo, fazem referência, em verdade, à mesma possibilidade de ocorrência de sujeito.

Informa, Alfredo Gomes, em sua obra, aos consulentes que “são modificativos do sujeito um *adjectivo* qualificativo, um substantivo regido de preposição ou uma oração inteira de infinitivo ou ligada por *connectivo* relativo ou *conjuncção* integrante.”

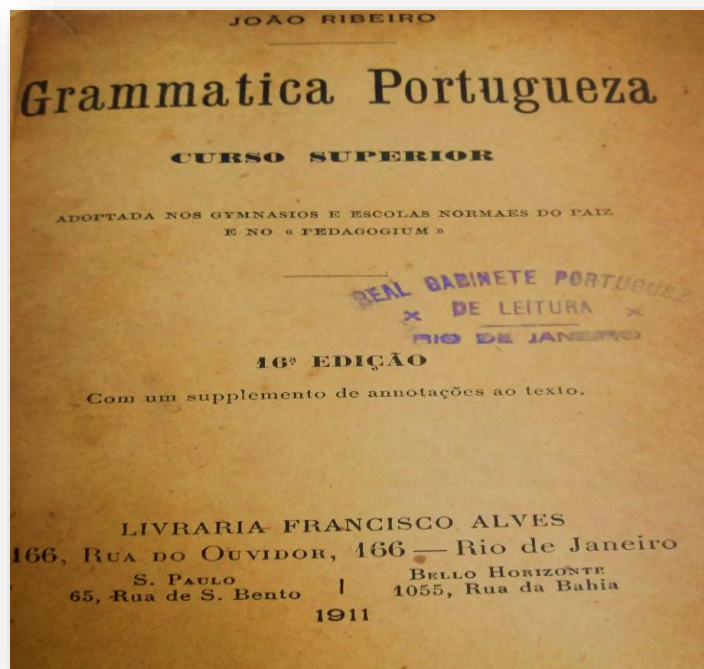
Não há menção à topologia do sujeito na organização da proposição e, além disso, afirmamos que não consta, no arcabouço teórico sobre o sujeito, referência explícita ao ideário de determinada orientação linguística da qual lançou mão Alfredo Gomes para explicar as especificidades desse elemento sintático. Há orientação doutrinária é percebida pela observação metalinguística de termos que o autor lança mão.

Algo importante de se destacar a respeito da visão de Alfredo Gomes sobre o sujeito gramatical é o fato de a abordagem estar voltada para uma perspectiva não caracterizada pelas influências do método histórico-comparativo como propunha o empreendimento gramatical do período. Nesse sentido, parece-nos haver, no tratamento sugerido por Alfredo Gomes ao sujeito, uma continuidade em face da caracterização estritamente filosófica ao propor uma perspectiva semântico-referencial advinda da tradição gramatical greco-latina.

Há que se destacar que os exemplos utilizados pelo autor não constam de uma referência, sendo, portanto, criados de modo a atenderem, encaixarem-se à tese por ele defendida. Passemos a observar, no subtópico seguinte, o inventário sobre o sujeito na obra de João Ribeiro.

4.4 João Ribeiro e a *Grammatica Portugueza: curso superior*

Figura 23: *Grammatica Portugueza: curso superior*, 16ª edição (2011)



Fonte: Ribeiro (1911)

4.4.1 O Autor



João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes nasceu em Sergipe, no município Laranjeiras, em 1860, e faleceu em 1934, no Rio de Janeiro. Órfão de pai muito cedo, foi residir na casa do avô. Depois de ter concluído, na cidade natal, os primeiros estudos, transferiu-se para o Ateneu de Sergipe, em Aracaju, onde concluiu os estudos secundários. Anos mais tarde, foi para a Bahia e matriculou-se no primeiro ano da Faculdade de Medicina de Salvador. Constatando a falta de vocação à atividade médica, abandonou o curso e embarcou para o Rio de Janeiro para matricular-se na Escola Politécnica, vindo, posteriormente, também a abandonar. Simultaneamente aos estudos não concluídos, continuava a estudar arquitetura, pintura e música, os vários ramos da literatura e sobretudo filologia. Ainda sobre a biografia desse autor, assinalam Fávero e Molina (2006, p. 163) que:

João Ribeiro foi jornalista, colaborando com vários jornais e revistas; além disso, dirigiu o *Collegio Pedro II*, onde também foi professor catedrático de História Universal. Grande conhecedor de grego, latim, inglês, alemão, holandês e das principais línguas românicas, escreveu inúmeras obras de caráter filológico, dentre as quais se destacam: *Grammatica Portugueza*, história do Brasil, o folclore e páginas de *Estética*.

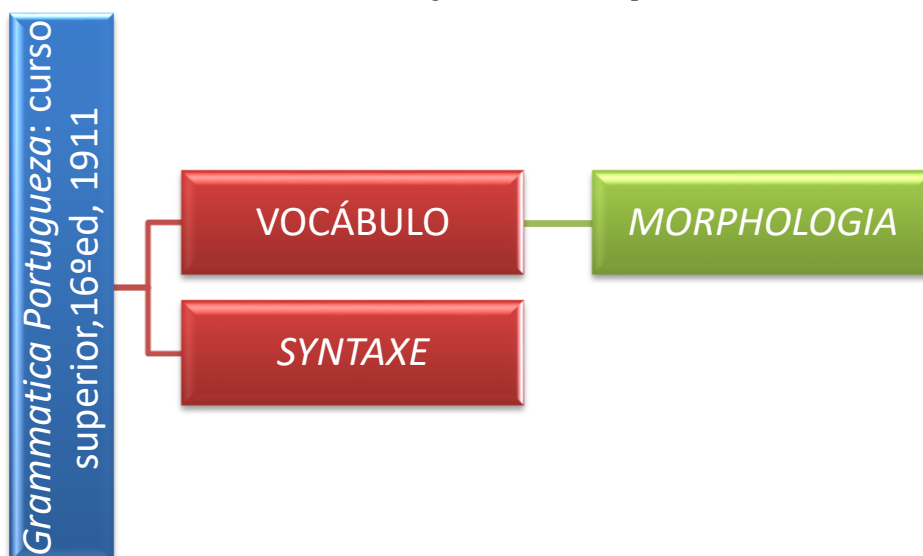
João Ribeiro, desde 1881, dedicou-se ao jornalismo e fez amizade com os grandes jornalistas do momento, como Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio e Alcindo Guanabara. Ao chegar ao Rio, trouxe os originais de uma coletânea de poesias, os *Idílios modernos*. Seu amigo e conterrâneo Sílvio Romero leu esses versos e publicou sobre eles um artigo na Revista Brasileira. Mesmo assim, João Ribeiro decidiu não os publicar.

Apaixonado pelos assuntos da filologia e da história, João Ribeiro desde cedo dedicou-se ao magistério. Professor de colégios particulares desde 1881, em 1887 submeteu-se a concurso no Colégio Pedro II, para a cadeira de Língua Portuguesa. Contudo, só foi nomeado três anos depois para a cadeira de História Universal.

A partir de 1895, fez inúmeras viagens à Europa por motivos particulares ou em missões oficiais. Mantinha-se em contato com seus leitores brasileiros através de colaborações em jornais. A última fase de atividade na imprensa foi no *Jornal do Brasil*, desde 1925 até a sua morte. Ali escreveu crônicas, ensaios e críticas.

4.4.2 A Obra e suas partes

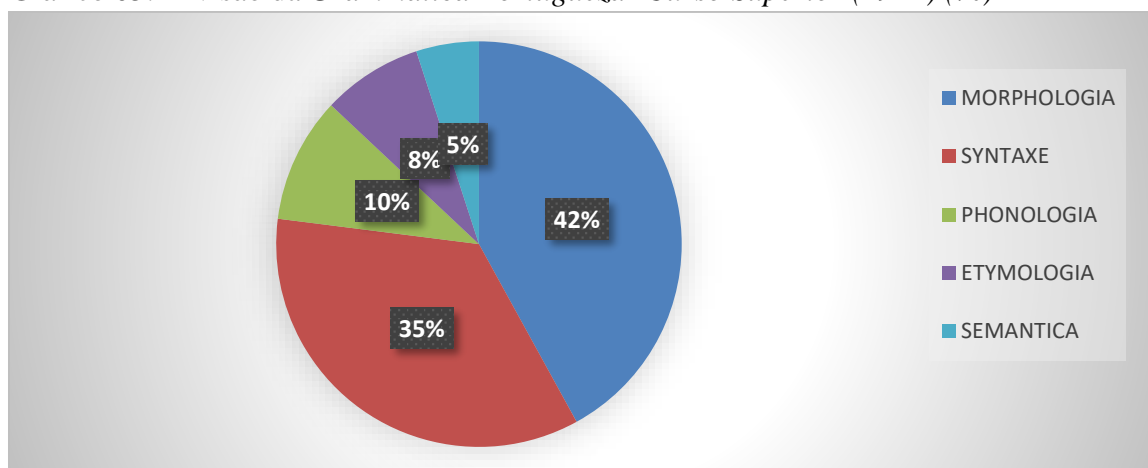
A *Grammatica Portugueza- Curso Superior* foi elaborada, em 1ª edição, em 1887, para atender ao Programa traçado por Fausto Barreto e foi adotada, alguns anos após a sua publicação, pelo Colégio Pedro II. A obra teve inúmeras reedições, muitas delas revistas e ampliadas pelo autor. A edição que utilizamos para análise neste estudo foi produzida em 1911 e está dividida em duas partes. Observemos, no esquema seguinte as partes em que se divide a obra.

Esquema 17: Divisão da *Grammatica Portugueza-Curso Superior* (1911)

Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Como se percebe, João Ribeiro segue o modelo bipartite de divisão gramatical. Urge destacar que o autor reserva, em sua gramática, “espaço” o qual nomeia de estudos complementares. Os conteúdos constantes nesses estudos dizem respeito a questões de ordem fonológica, etimológica e semântica, mas não são considerados, na divisão da obra, parte propriamente dita da segmentação gramatical. Numa análise metalinguística, percebe-se que os conteúdos desses estudos são complementares, não sendo, portanto, na visão do autor, pertencentes a uma parte fixa do tratamento gramatical.

No gráfico a seguir, observemos a atenção dada pelo autor para as partes em que se divide a obra.

Gráfico 05: Divisão da *Grammatica Portugueza- Curso Superior* (1911) (%)

Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Percebe-se, no gráfico 05, a recorrência de algo padrão na produção gramatical brasileira da época: a morfologia figura como a parte que absorve maior extensão. Tal fato se explica em razão de os estudos que envolvem a forma das palavras conterem um inventário mais amplo/extenso do que os conteúdos das demais partes.

Na parte destinada ao estudo do vocábulo, João Ribeiro propõe analisá-lo no âmbito da morfologia, levando em consideração tanto a sua estrutura como a sua representação em classes de palavras como o substantivo, a classe de palavra qualificativa- que corresponderia ao adjetivo, a determinativa- responsável por tratar de artigos, por exemplo, a classe dos pronomes e a dos verbos. Além destas, o autor propõe estudo sobre as classes invariáveis. Ainda sob o rótulo da morfologia, João Ribeiro analisa as flexões, o grau, as conjugações verbais etc.

Na parte que interessa à sintaxe, João Ribeiro analisa a concordância entre os termos da oração, destacando a relação de palavras com o sujeito, a sintaxe das formas nominais, a colocação pronominal, a ordenação das palavras na sentença, figuras de sintaxe etc.

A fonologia, a etimologia e a semântica, como já dito, figuram na parte denominada por estudos complementares. Sobre a primeira, João Ribeiro destaca a análise fonológica das letras, a observação das leis fonéticas, das alterações fônicas e da prosódia. Sobre a etimologia, o autor investiga a origem de alguns substantivos, artigos e outros determinativos, bem como de pronomes e formas verbais comparadas com a estrutura latina. Sobre a semântica, João Ribeiro é inovador por destacar, em sua obra, parte destinada à análise do significado das palavras.

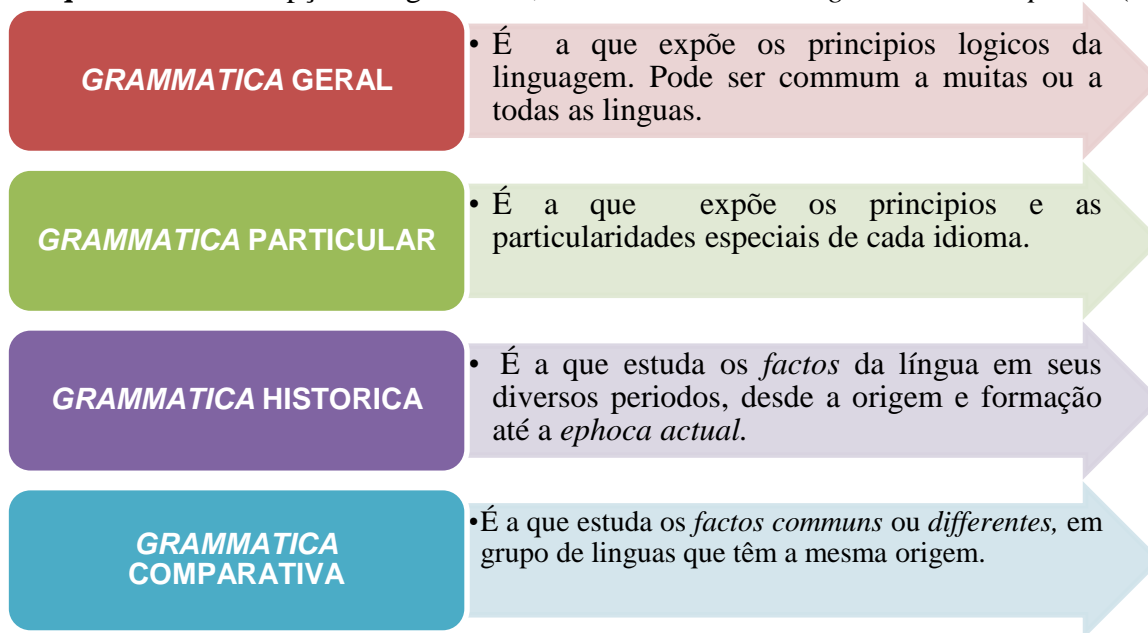
4.4.3 Concepções de gramática

Nos prolegômenos da obra em questão, João Ribeiro propõe uma definição que coloca em destaque a relação dos fatos de linguagem relacionados à gramática por meio de regras e normas preestabelecidas. Nesse sentido, para o autor:

Grammatica é a coordenação da formulas, leis ou regras da linguagem *litteraria* ou polida. Esta definição decorre da observação dos *factos* da linguagem. A *analyse* revela que toda a língua tem *grammatica*, porque os vocábulos que servem para a expressão das ideias tomam variações de *fórma*, de *collocação* e de sentido *susceptíveis* de serem generalizadas, isto é, de serem construídas sob o *typo* de leis ou regras. O *systema* geral *d'estas* leis *constitue* a *grammatica*. (RIBEIRO, 1911, p. 08)

Em face das concepções de gramática, João Ribeiro, não diferente dos gramáticos já tratados nesta tese, assinala que ela pode ser geral, particular, histórica ou comparada. Vejamos, no esquema 18, pelos dizeres do próprio autor, quais as suas considerações sobre essas concepções gramaticais.

Esquema 18: Concepções de gramática, na *Grammatica Portugueza- curso superior* (1911)



Fonte: Ribeiro (1911). Esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

A influência do método histórico-comparativo está representada na obra de João Ribeiro e pode ser percebida nos prolegômenos de sua gramática quando o autor afirma que:

Em geral tanto o estudo histórico como o comparativo são inseparáveis e constituem *aplicações* do *methodo* histórico-comparativo essencial à *sciencia* das línguas. No caso da *língua portugueza*, os elementos históricos são fornecidos pelo latim, pelo *portuguez* antigo e pelas influencias das línguas estranhas, em diversas *ephocas*; os elementos comparativos acham-se na *analyse* das línguas romanas, no italiano, no *francez*, no *hespanhol*, que todos se originam do latim bárbaro da *edade media*. (RIBEIRO, 1911, p.08)

Além dessa consideração que se vincula ao método histórico-comparativo, João Ribeiro sinaliza que há gramáticas que têm como prerrogativa ensinar a falar bem e escrever corretamente cujo domínio é assegurado ao uso para pessoas dotas. Estas gramáticas são, por ele, denominadas de descritivas ou expositivas.

4.4.4- Definição de sintaxe

A respeito do estudo da proposição, João Ribeiro (1911, p. 144) destaca que:

Syntaxe é o estudo dos vocábulos em coordenação, isto é, considerados na *phrase*. Os vocábulos considerados uns com os outros, na proposição, mantêm entre si três espécies de relação: a de ordem ou *collocação*; a de subordinação ou (mais *restrictamente*) dependência; e a de *concordancia*, que é um aspecto especial da dependência. Fica incluído na *syntaxe* o estudo da classificação das *phrases*.

Continua o autor (*idem*; p.145) afirmando que “a *syntaxe* é a parte da *grammatica* em que se estudam os vocábulos considerados em conjunto no discurso” e divide-se em duas partes, quais sejam: das palavras e das proposições. A primeira é a que expõe as regras para expressão das relações entre as partes da proposição. A segunda, por outro lado, corresponde às regras que determinam as relações entre as proposições.

Sobre a proposição, João Ribeiro, não diferente dos demais gramáticos já tratados neste estudo, considera que esta contém dois elementos capitais e indispensáveis: o sujeito e o predicado. Vejamos, no subtópico que se segue, as ideias do autor sobre o sujeito gramatical.

4.4.5 O sujeito gramatical na *Grammatica Portugueza: curso superior* (1911, 16^o edição)

A definição sobre o sujeito gramatical proposta por João Ribeiro (1911, p. 145), na gramática em destaque, atesta que esse elemento linguístico é o “ ser de que se *affirma* alguma *cousa*.”

Por esta definição, observamos a permanência da caracterização tradicional acerca do sujeito ao propor o traço agentivo comum à abordagem filosófica, bem como a ideia aristotélica relacionada ao ato de afirmar algo. Essa mesma definição, hodiernamente, poderia ser traduzida como inovadora por envolver um enunciador que, na ação de enunciar/afirmar, o faz por meio de ideologias, crenças, valores etc a respeito do sujeito de quem afirma algo.

Discorrendo sobre o sujeito, Ribeiro (1911) reitera que a proposição tem essencialmente dois elementos indispensáveis e que os elementos acessórios são os complementos. Ressalta, ainda, as relações do sujeito com o verbo e, sobre isto, afirma que “ o verbo concorda em

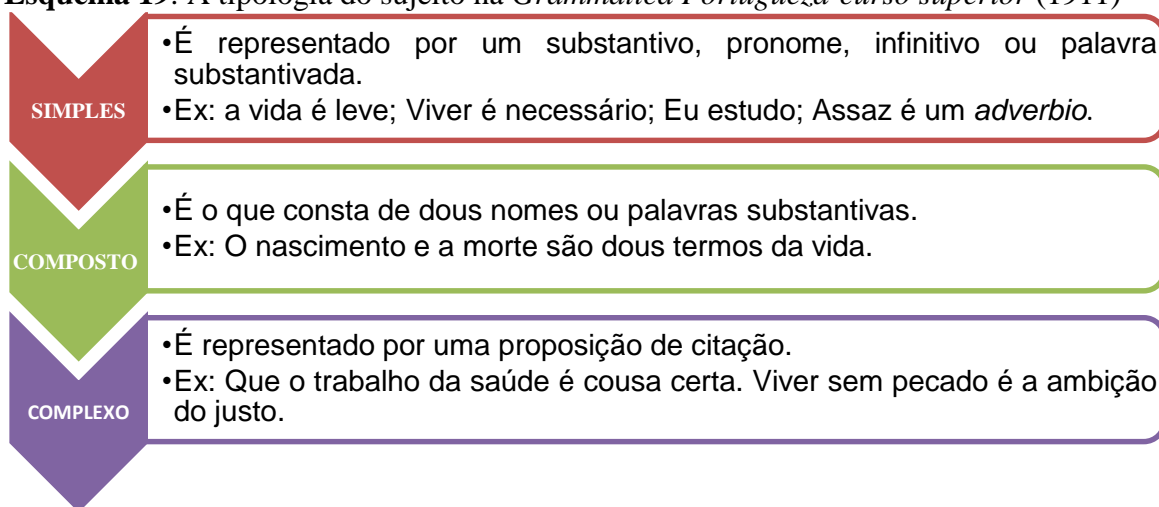
numero e pessoa com o sujeito.” (*idem*; p. 147). Todavia, ouçamos o que nos diz o autor (*idem*;p. 149-150) ao enfatizar que esta regra é suscetível de algumas modificações:

- 1- Sujeito colectivo- Quando o colectivo é seguido de um determinativo do plural, o verbo fica no singular, se o colectivo é geral, e póde ir para o plural, se o colectivo é partitivo;
- 2- Sujeitos coordenados e unidos por e;
- 3- Sujeitos separados por intercalação- quando um sujeito do singular está separado de outros e entre eles o verbo, este igualmente fica no singular;
- 4- Sujeitos unidos por nem e ou- a respeito dos dous sujeitos, o verbo, quando só se refere a um, com exclusão de outro, fica no singular;
- 5- Sujeitos unidos por com o verbo, em geral, concorda com o primeiro;
- 6- Sujeitos de fórmula- Um dos que o verbo da segunda proposição deve estar no plural;
- 7- Sujeito da frase é que o sujeito do plural não modifica o primeiro verbo.

A respeito das tipologias, o autor assinala que estas podem acusar o sujeito simples, o composto ou o complexo.

Nos dizeres do próprio autor, vejamos o esquema que se segue:

Esquema 19: A tipologia do sujeito na *Grammatica Portugueza-curso superior* (1911)



Fonte: Ribeiro (1911). Esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Em face ao inventário sobre o sujeito presente na obre de João Ribeiro, apresentamos as seguintes considerações/reflexões que aludem às nossas análises.

A tipologia do sujeito proposta pelo autor segue um viés estrutural de maneira a ter como critério a quantificação de elemento linguístico que, do ponto de vista formal, pode representar-se na proposição como sujeito. Convém reiterar que este paradigma estrutural é seguido no curso da abordagem sobre os critérios para a classificação tipológica desta categoria.

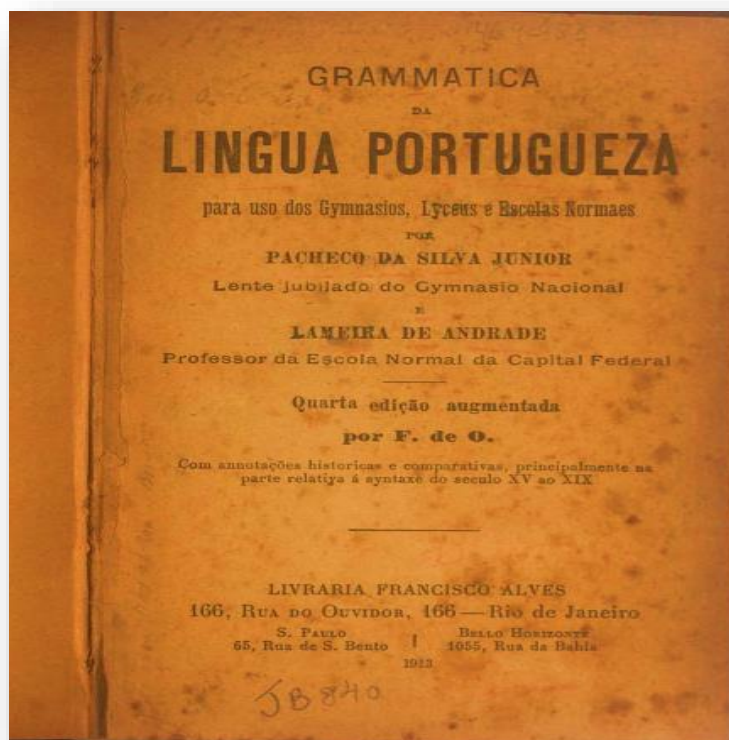
Os exemplos utilizados pelo autor não constam de uma referência que nos permita observar que foram consultados e extraídos de determinada fonte. Assim, entendemos que o exemplário é criado pelo autor de modo a atender, encaixar-se ao que ele propõe a respeito do elemento em questão.

No inventário sobre o sujeito, observamos que, ainda que a edição em análise tenha sido publicada 14 anos depois de lançado o Programa de Exames de Língua Portuguesa, João Ribeiro segue a orientação do projeto de Fausto Barreto, uma vez que explora, em sua obra, regras sintáticas aos moldes dos pontos 29 ao 44 do Programa. Vide figuras 05,06 07.

Ao que diz respeito às orientações doutrinárias no tratamento do sujeito, obra está calcada em aspectos da gramática geral e filosófica, sobretudo ao destacar a noção de agentividade e de referencialidade. Passemos a observar, no subtópico seguinte, o inventário sobre o sujeito na obra de Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade.

4.5 Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade e a *Grammatica da Língua Portuguesa*

Figura 24: *Grammatica da Lingua Portuguesa*,
4ª edição (1913)



Fonte: Pacheco Jr; Lameira de Andrade (1913)

4.5.1 Os Autores

Manoel Pacheco da Silva Junior

O gramático em destaque nasceu no Rio de Janeiro em 1842 e faleceu em Niterói no ano de 1899. Filho de médico e Reitor do Colégio Pedro II. Estudou um ano na Escola Politécnica e, por problemas de saúde, teve que mudar para a Europa. Lá, teve contato com as correntes científicas que estavam em efervescência. Retornando ao Brasil, dedicou-se ao magistério desde a juventude, tendo sido professor de inglês do Liceu de Artes e Ofícios. Em 1879, prestou concurso para o Colégio Pedro II onde foi professor catedrático de Português e de História Literária.

Boaventura Plácido Lameira de Andrade

As informações que versam sobre sua biografia são muito escassas. Sabe-se que foi casado, teve um filho e que prestou relevantes serviços ao ensino de Língua Portuguesa como professor da Escola Normal da Capital Federal.

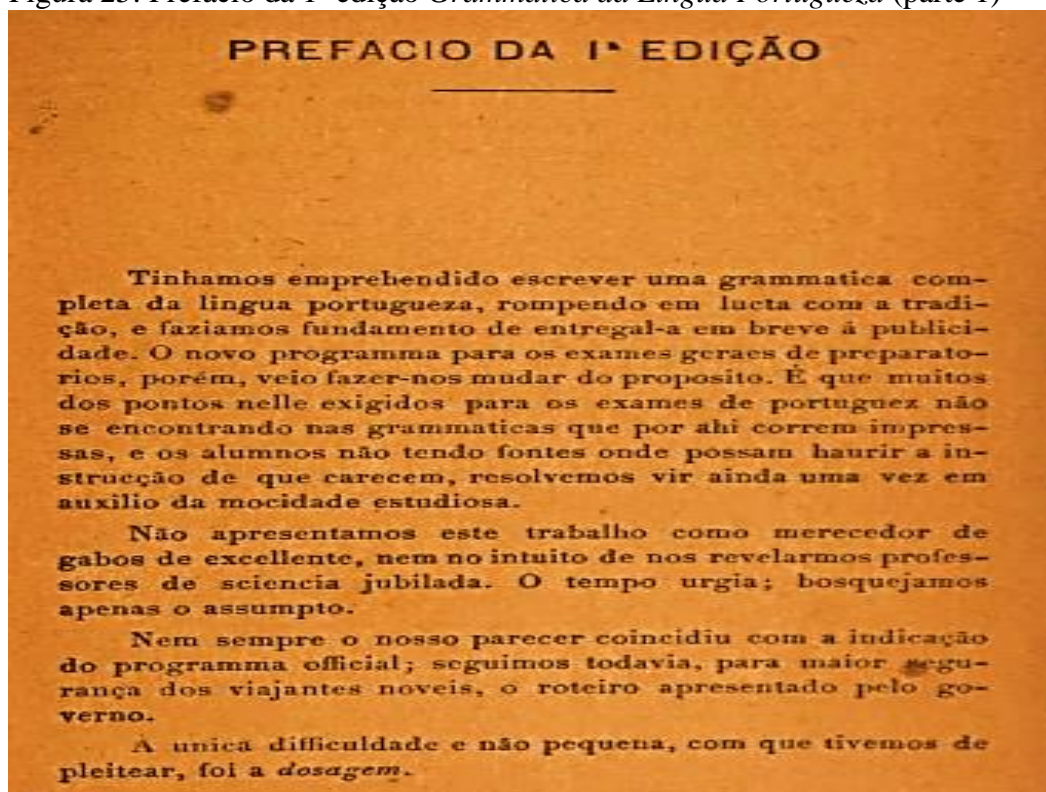
4.5.2 A Obra e suas partes

A primeira edição da gramática em tela foi publicada em 1887 e, devido ao fato de ter que atender ao Programa de Exames de Língua Portuguesa houve a necessidade de alteração de seu direcionamento, voltando-se, pois, para pontos exigidos para os exames gerais de admissão e preparatórios. Todavia, como asseveram os autores no prefácio da primeira edição, a intenção inicial era a de escrever uma gramática completa da língua portuguesa, rompendo com a tradição.

Notamos, ainda no prefácio da primeira edição, a indicação de algo que era bastante peculiar no final do século XIX: os ataques incisivos a outrem que ocasionavam réplicas e trélicas. No final desse prefácio, figura 26, acreditamos existir uma ironia endereçada a outros gramáticos da época, o que pode ser observado na seguinte citação: “fizemos o que devíamos: *si* o nosso trabalho, porém, não agradar a alguns, escrevam *elles* um outro- a maior aproveitamento dos estudantes, e mostrem o que sabem e o que podem” (PACHECO JR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1913)

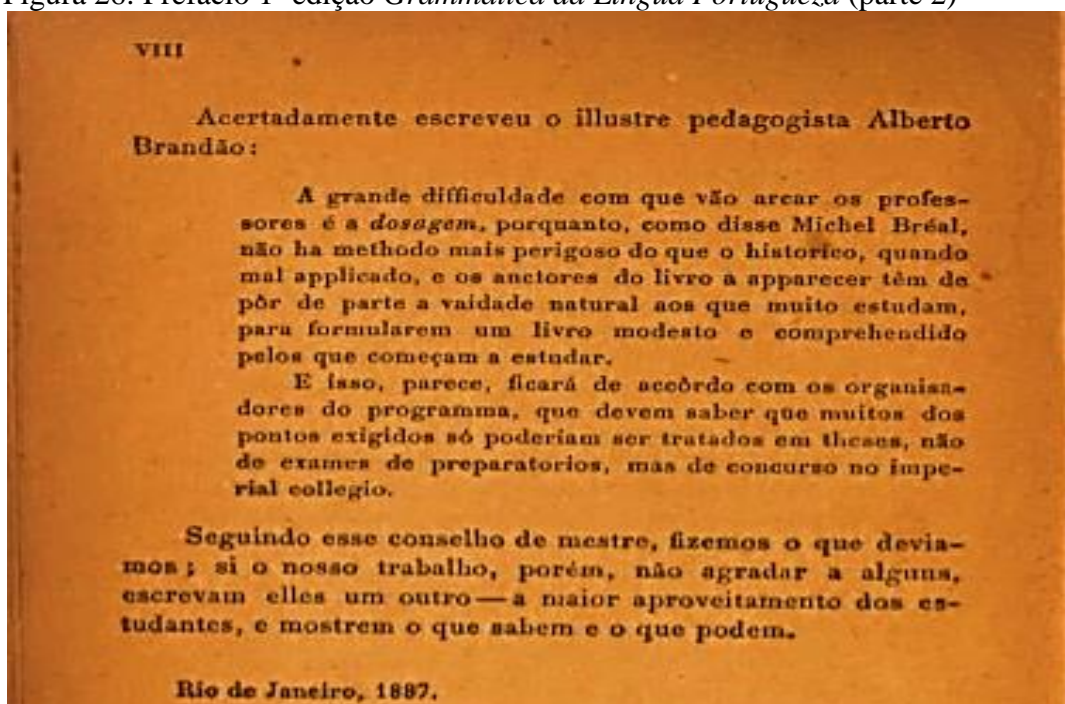
Vejamos o prefácio da primeira edição da obra:

Figura 25: Prefácio da 1ª edição *Grammatica da Lingua Portugueza* (parte 1)



Fonte: Pacheco Junior; Lameira de Andrade (1913)

Figura 26: Prefácio 1ª edição *Grammatica da Lingua Portugueza* (parte 2)

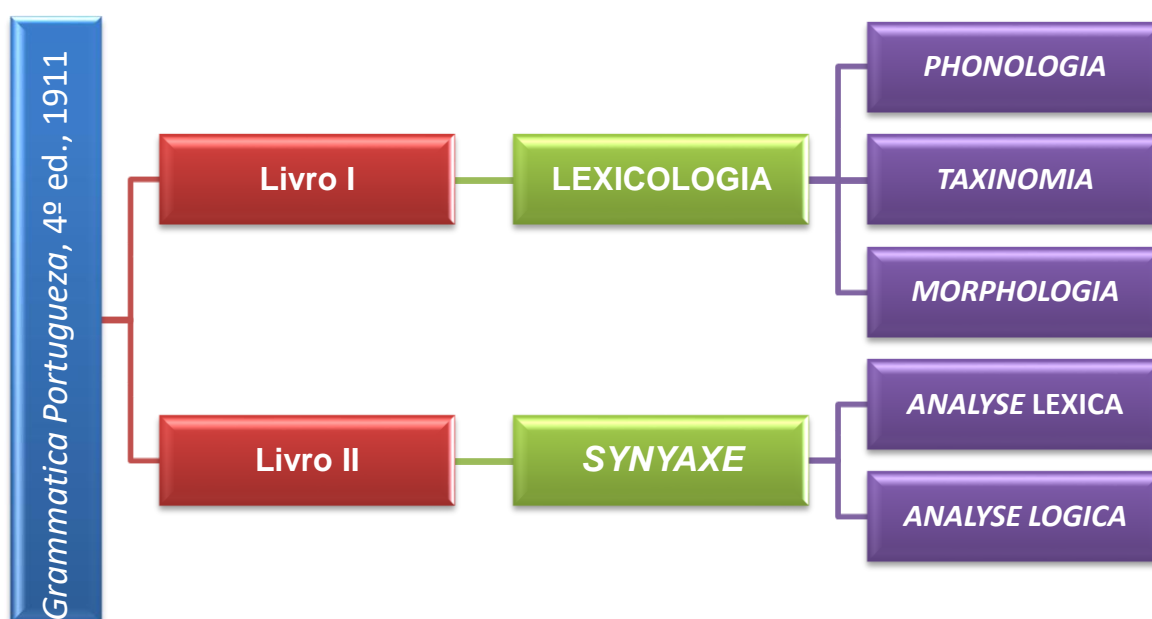


Fonte: Pacheco Junior; Lameira de Andrade (1913)

Os autores asseveram, no prefácio da segunda edição, que seguem os postulados da história e da comparação. Para eles, o “único método do ensino racional, que pode logicamente encadear causas e efeitos, concorrendo para mais fácil *encerebração* dos fatos e das leis da linguagem”. Sobre a história, assinalam que ela “descobre nos textos da baixa latinidade e nos primeiros documentos da nossa língua a *serie de fórmulas intermediarias*, e, por conseguinte, as várias transformações *graduaes* por que passou o vocábulo”. Sobre a comparação, enfatizam a possibilidade de poder verificar hipóteses, “confrontando as *fórmulas portuguesas* com as correspondentes nas outras línguas neolatinas, e seus *dialectos*.”

Observemos, no esquema seguinte, como está dividida a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de Pacheco Junior e Lameira de Andrade, 4ª edição, de 1913.

Esquema 20: Divisão e subdivisão da *Grammatica da Língua Portuguesa* (1913)



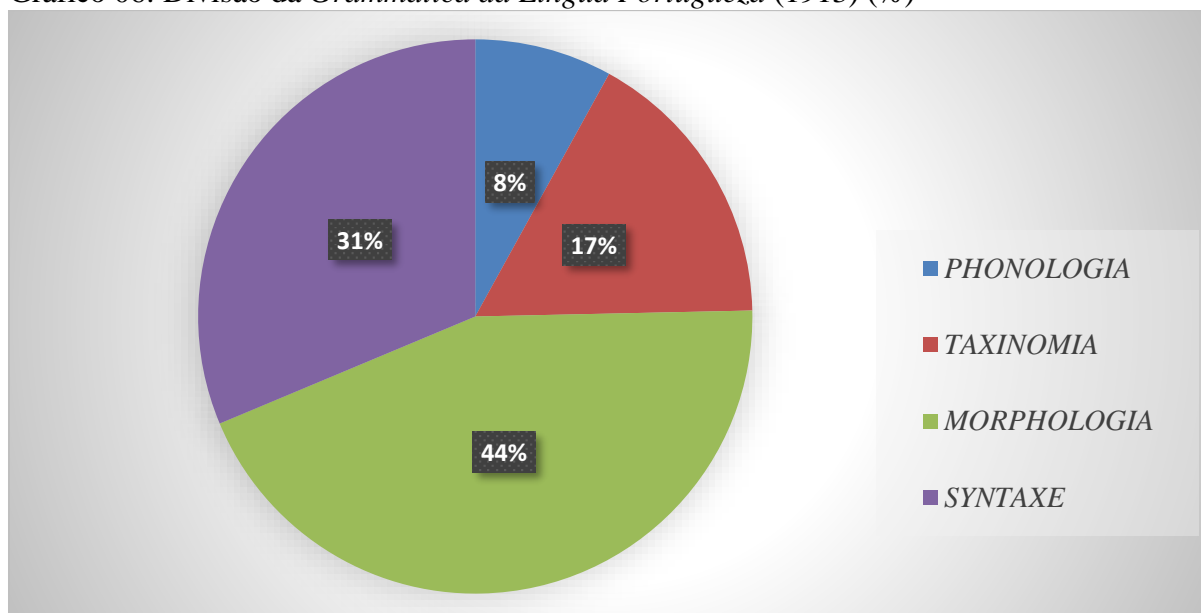
Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Após a introdução, a obra apresenta parte nomeada de observações gerais em que os autores definem o objeto da gramática portuguesa, ou seja, asseveram que ela deve apresentar um estudo geral, descritivo, histórico, comparativo e coordenativo dos fatos e das leis que regem nosso idioma.

No esquema anterior, percebe-se que a obra está dividida em modelo bipartite, seguindo o padrão da gramática inglesa. Tal influência pode ser vista, também, na divisão do tratamento da sintaxe ao envolver a abordagem léxica e a lógica.

No gráfico a seguir, observemos a atenção dada pelo autor para as partes/conteúdos em que se divide a obra.

Gráfico 06: Divisão da *Grammatica da Lingua Portugueza* (1913) (%)



Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

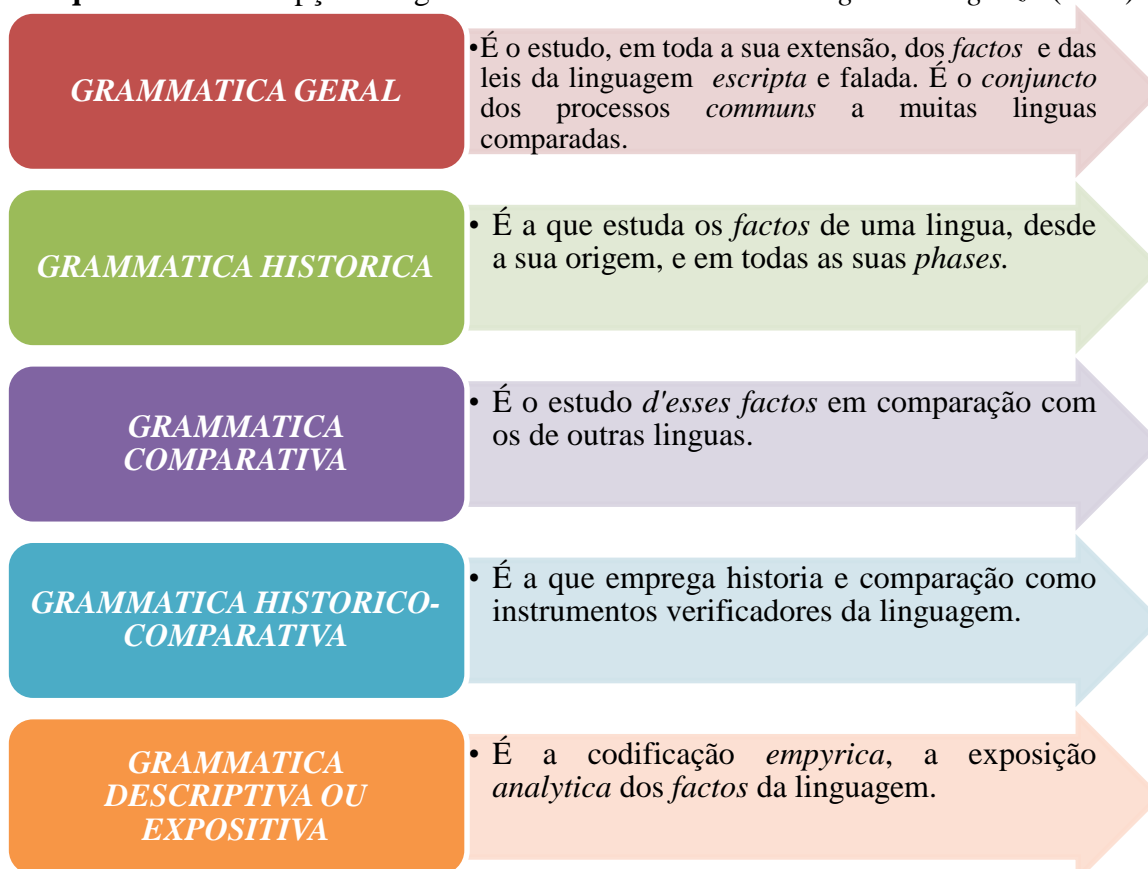
Nota-se, no gráfico 06, o comprometimento com a parte morfológica que, como afirmado em passagens anteriores, este é um paradigma comum da gramatização brasileira.

Somando-se todos os conteúdos relacionados à lexicologia, chega-se a um quantitativo de 69% de extensão, o que reforça a afirmação de que, na tradição gramatical, ao longo do tempo, os conteúdos ligados à lexicologia, por conterem um inventário mais amplo, materializam/codificam mais conhecimento linguístico que o sintático.

4.5.3 Concepções de gramática

Na Obra em tela, há a indicação de concepções de gramática caracterizada por geral, histórica, comparativa, histórico-comparativa, descritiva ou expositiva. Sobre esta classificação, vejamos, pelos dizeres dos autores, as definições de cada uma, no esquema a seguir

Esquema 21: Concepções de gramática na *Grammatica da Língua Portuguesa* (1913)



Fonte: Pacheco Jr.; Lemareira de Andrade (1913). Esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Face ao esquema anterior, cabe-nos destacar que os autores, diferentemente dos já analisados anteriormente, assinalam que a gramática pode ser histórica ou comparativa, separadamente, como investida de orientação histórica e comparativa concomitantemente. Acerca disso, os autores asseveram que a melhor forma de analisar fatos da língua é possível por meio da concepção histórico-comparativa, pois ela é “capaz de analisar a dissecação científica dos vocábulos, permitindo reconstruir a forma típica das palavras já gastas e desfiguradas pelas migrações e pelos séculos.”

Sobre os componentes que figuram na gramática, os autores enfatizam serem estes a lexeologia e a sintaxe de modo que o primeiro estuda, de forma isolada, a palavra, a partir de análise fonológica que congrega questões relacionadas à fonética, prosódia e ortografia, por meio da morfologia, do estudo dos sentidos das palavras e da sua variabilidade semântica, e da etimologia.

Ao que diz respeito à sintaxe, observe-se o próximo subtópico.

4.5.4 Definição de Sintaxe

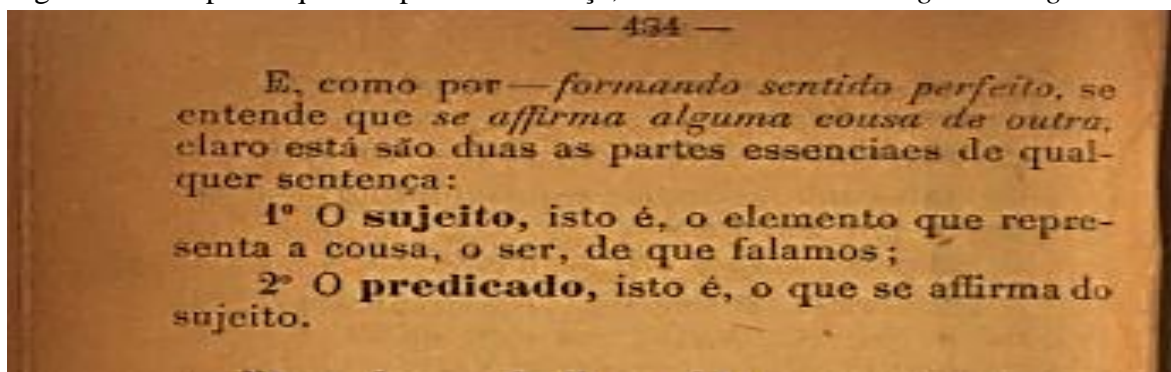
Os autores, ao discorrerem sobre questões relacionadas à proposição, dividem-na entre sintaxe léxica e sintaxe lógica. A primeira diz respeito aos elementos que compõem a proposição e as suas relações. A segunda, por seu turno, refere-se, grosso modo, às minúcias do período composto, correspondendo, pois, a questões que envolvem a coordenação e a subordinação. Esta modelagem segue o ideário do linguista inglês Charles Mason do qual se orienta o gramático brasileiro Júlio Ribeiro.

Pacheco Jr. e Lameira de Andrade definem que a sintaxe, palavra originária do grego, designa arranjo, construção, sendo, portanto, a “ [...] parte da *grammatica* que ensina a concordância das palavras e orações; a boa colocação das palavras na proposição, e das proposições na *phrase*; a *correccão* dos complementos.” (PACHECO JR; LAMEIRA DE ANDRADE, 1913, p. 477) e divide-se em sintaxe de palavras e sintaxe de proposições, ou seja, as relações de coordenação e de subordinação, respectivamente.

4.5.5 O sujeito gramatical na *Grammatica da Língua Portuguesa* (1913)

Na obra em tela, há a indicação de que, para a ocorrência da sentença, urge a presença do sujeito, vez que este é, dela, termo essencial. Para que se possa melhor refletir sobre as concepções seguidas pelos autores na definição do sujeito, vejamos, na figura que se segue, as partes componentes da sentença.

Figura 27: Das partes que compõem a sentença, na *Grammatica da Lingua Portuguesa*



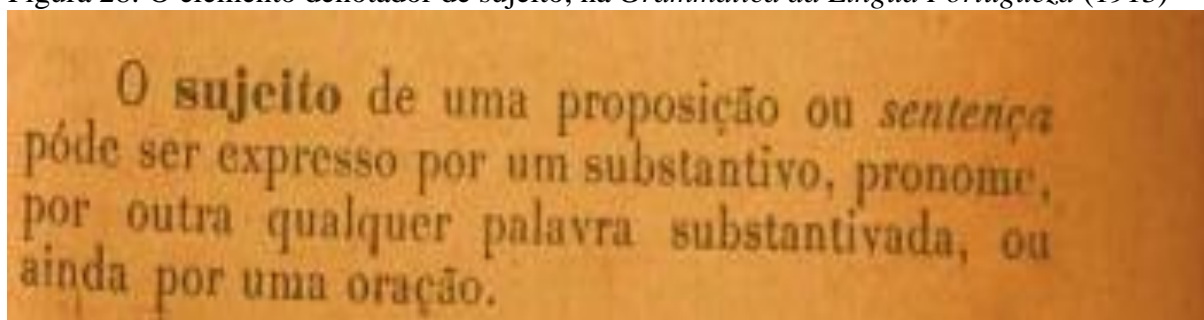
Fonte: Pacheco Jr.; Lameira de Andrade (1913)

Na figura 27, percebemos, na definição da categoria, a concepção do sujeito relacionada à palavra *ser*, denotando, por assim dizer, o caráter agentivo deste elemento sintático. Como já afirmado em momento anterior, esta concepção segue, categoricamente, o critério semântico por expressar, de um lado, o traço agentivo e, de outro, por denotar referencialidade a elementos, coisas pertencentes ao mundo. O termo *cousa*, a nosso ver, representa algo encapsulador capaz de absorver qualquer palavra, revelando, portanto, certa abstratização a respeito do elemento sobre o qual se fala/afirma algo.

Além disso, para definir o predicado, os autores consideram este ter a premissa de ser o que se afirma do sujeito. Convém destacar a adoção do pressuposto aristotélico acerca do ato de afirmar, o que possibilita frisar que a definição remonta os postulados da gramática geral e filosófica.

Sobre o elemento linguístico que faz emergir, na proposição, o sujeito, observemos, na figura 28, o que afirmam os autores.

Figura 28: O elemento denotador de sujeito, na *Grammatica da Lingua Portugueza* (1913)

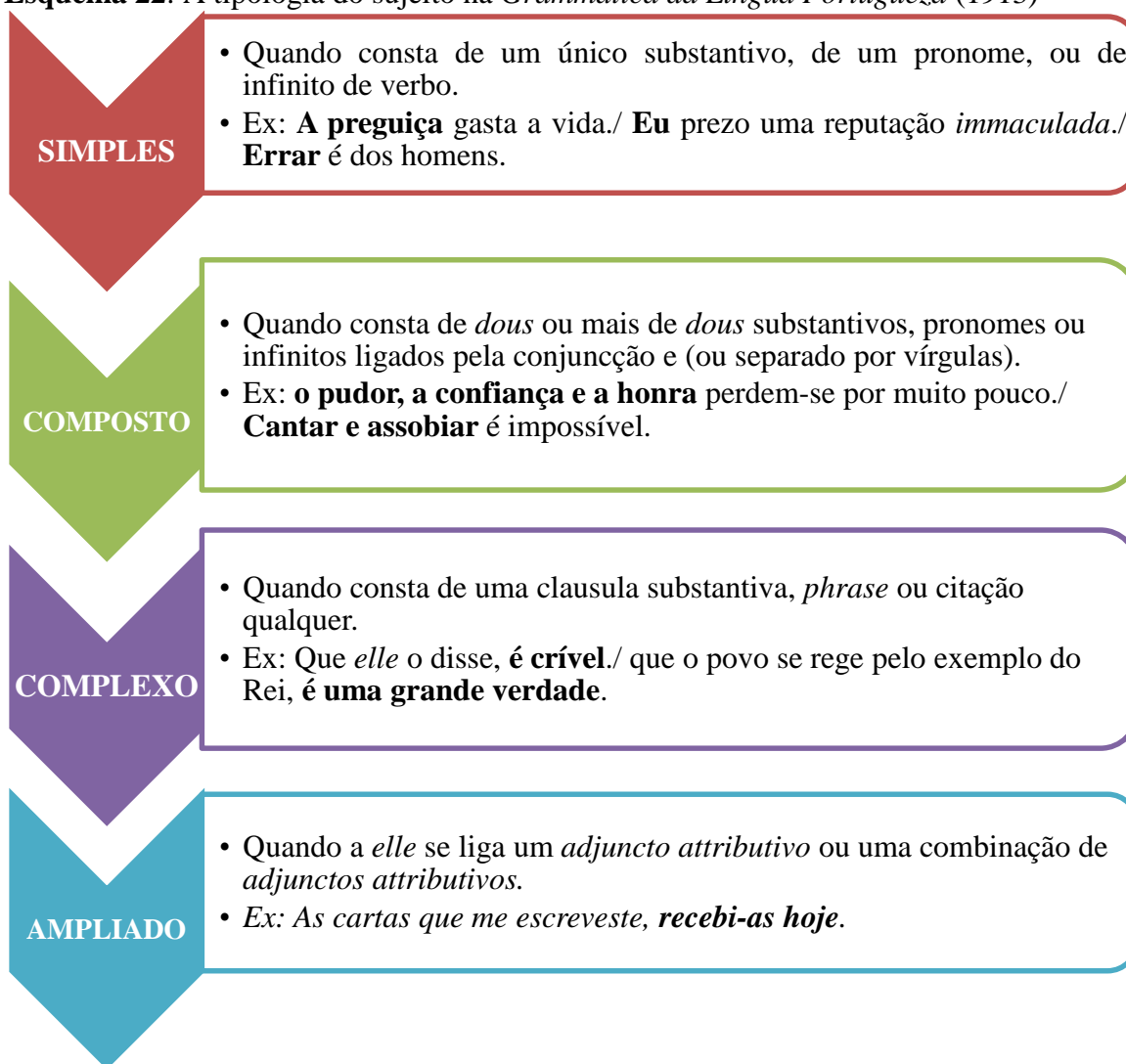


Fonte: Pacheco Jr.; Lameira De Andrade (1913)

É perceptível, na figura anterior, que o elemento linguístico que desempenha a função de sujeito pode ser um substantivo, um pronome ou qualquer outra palavra de base substantiva, bem como fica clara a ideia de que há orações que funcionam sintaticamente como sujeito. Prende-nos a atenção, na figura anterior, a análise da orientação metalinguística dos termos sentença e proposição que aludem, respectivamente, ao ideário da linguística inglesa e aos postulados aristotélicos.

A respeito da tipologia do sujeito, os autores enfatizam que este pode ser simples, composto, complexo ou ampliado. Em se tratando das definições e caracterizações que envolvem cada um desses tipos, vejamos o esquema seguinte que, com as palavras dos próprios autores, apresenta exemplos.

Esquema 22: A tipologia do sujeito na *Grammatica da Lingua Portugueza* (1913)



Fonte: Pacheco Jr.;Lameira de Andrade (1913). Esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

A tipologia do sujeito proposta pelos autores tem como critério a quantificação de elemento linguístico que pode se representar na proposição como sujeito. Convém reiterar que este paradigma estrutural é seguido no curso da abordagem sobre os critérios para a classificação tipológica desta categoria.

Na definição da tipologia complexa, os autores adotam o termo cláusula que se assenta nas explicações teóricas sintáticas da linguística inglesa. Esta percepção, garante-nos, mais uma vez, destacar a influência doutrinária captada pela análise metalinguística.

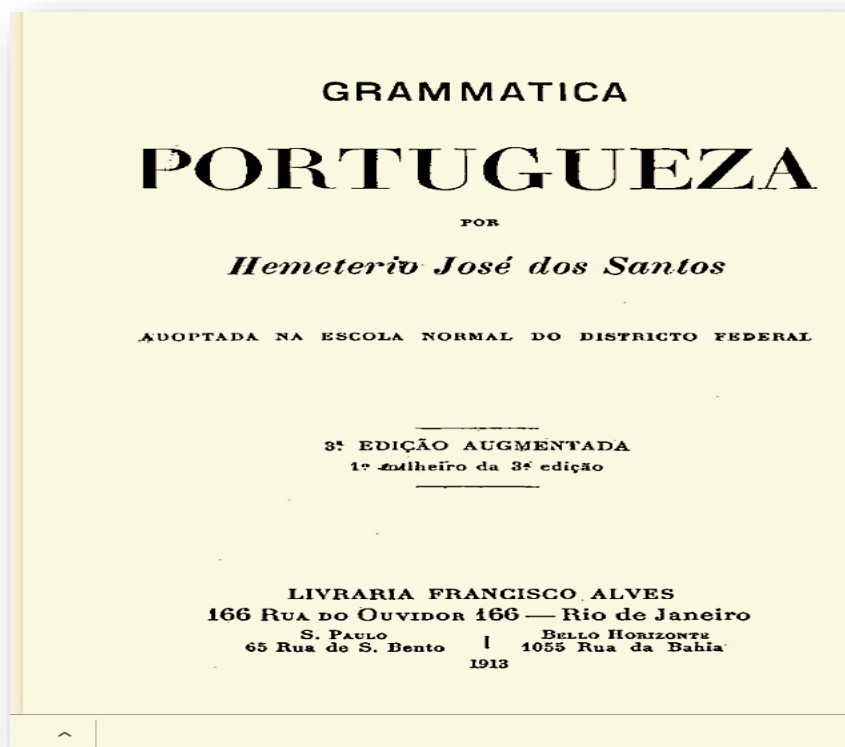
Em face ao inventário sobre o sujeito presente na obra de Pacheco Jr. e Lameira de Andrade, apresentamos as seguintes considerações/reflexões que aludem às nossas análises.

No arcabouço teórico sobre o sujeito, consta, pela adoção de alguns termos/expressões, a referência da análise metalinguística à orientação teórica da qual Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade se guiaram para explicar as especificidades desse elemento sintático. Urge enfatizar que a definição proposta pelos autores está vinculada ao pensamento da gramática filosófica nos termos platônicos ao propor que o sujeito se refere a *cousa* ou ser pertencente ao mundo, bem como filia-se ao pressuposto aristotélico para quem o ato de afirmar é constitutivo da lógica clássica. Destarte, o inventário do sujeito, nos termos dos autores aqui em destaque, remonta os postulados da gramática geral e filosófica.

Os exemplos utilizados pelos autores não constam de uma referência que nos permita atestar de qual fonte foram retirados/extraídos, sendo, portanto, criados para atenderem à explicação que propõem. Passemos a observar, no subtópico seguinte, o inventário sobre o sujeito na obra de Hemetério José dos Santos.

4.6 Hemetério José dos Santos e a *Grammatica Portugueza*, 3º ed, 1913

Figura 29: *Grammatica Portugueza*, 3º edição (1913)



Fonte:Santos (1913)

4.6.1 O Autor



Hemetério José dos Santos nasceu na cidade de Codó, Maranhão, em 03 de março de 1858, vindo a falecer, em 1939, na cidade do Rio de Janeiro. Era filho do Major Frederico dos Santos Marques, proprietário da fazenda Sam Raymundo, e de uma escrava do major que, pelos dados esparsos biográficos, só conseguimos encontrar a informação de que se chamava Maria. Sua vida foi marcada por profícua atuação em diversas atividades, pois sua formação rebuscada possibilitou-lhe ter exercido atividades como professor, gramático, filólogo e literato, vez que também escreveu poesias e contos. Atuou como professor em notáveis educandários da época e aos 20 anos de idade, em 1878, já era professor do Colégio Pedro II, na capital do Império. Em 1890 foi nomeado professor adjunto do Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde, mais tarde, tornou-se professor vitalício. Hemetério também deixou sua contribuição à educação quando atuou na Escola Normal do Distrito Federal.

Frente a estas atividades, o lente alcançou expressiva notoriedade nas funções que desempenhou, recebendo, portanto, a fama de grande mestre. Urge destacar, aqui, que Hemetério foi o primeiro professor negro a lecionar no colégio Militar. Um fato importante a ser destacado é o de que, quando professor da Escola Normal da Capital Federal, sua obra *Grammatica Portugueza* substituiu a de Alfredo Gomes que era, até então, guia de estudos gramaticais daquele educandário. Tal fato fez com que estes dois escritores travassem calorosas discussões sobre questões de gramática, na imprensa- nos jornais *Gazeta* e *O Paiz*. Acerca destes embates, Muller (2006, p. 155) informa-nos que “havia toda sorte de demonstração de erudição, ambos discordavam sobre as posições tomadas por um e por outro.”

Como filólogo, Hemetério foi fundador da Academia Brasileira de Filologia, tendo ocupado a cadeira de número 25. É cabível destacar que, apesar de sua expressiva erudição, sua condição de “homem de cor” causava-lhe bastantes empecilhos num espaço majoritariamente ocupado por “homens brancos”. Apesar disso, Hemetério rompeu paradigmas pois:

Queria fazer-se ouvir, e fez como um homem de letras e como negro, lutando contra o racismo com as mesmas armas e com muita coragem, carregando na tinta da sua escrita nos jornais, nos livros e poemas para desmascarar a falsidade do racismo e do preconceito imperante no Brasil das primeiras

décadas da República. O preço da sua posição foi o seu silenciamento na escrita da história da educação do Brasil. (RODRIGUES, 2013, p.116)

É importante destacar o fato de que seus escritos figuravam em jornais quase sempre acentuando polêmica travada sobre algum assunto de ordem social ou mesmo pela questão racial. Sobre isto, observemos o que nos informa Rodrigues, (2013, p.117) ao afirmar que:

Hemetério também polemizou contra o intelectual José Veríssimo – autor da obra A educação nacional – a quem acusou, através de artigos nos jornais, de opiniões racistas e, também, contra Machado de Assis a quem acusou de ter “vergonha de sua cor” e ousou, na sua condição de literato, fazer crítica literária a escrita de Machado. As críticas a Machado provocou (*sic*) profunda reações de seus pares literatos, e acabou tornando a vida do Hemetério e o seu trânsito pelo campo intelectual ainda mais difícil, e aumentado a sua fama de polemista [...]

De outro lado, Hemetério, frente a esta polêmica, recebeu a defesa de um ex-aluno seu, Manoel Cavalcante Proença, que, no Jornal das Letras, publicou um artigo resguardando a imagem do mestre. Sobre a relação com seus alunos, ouçamos o que nos informa Muller (2006, p. 157) em razão do artigo de Proença:

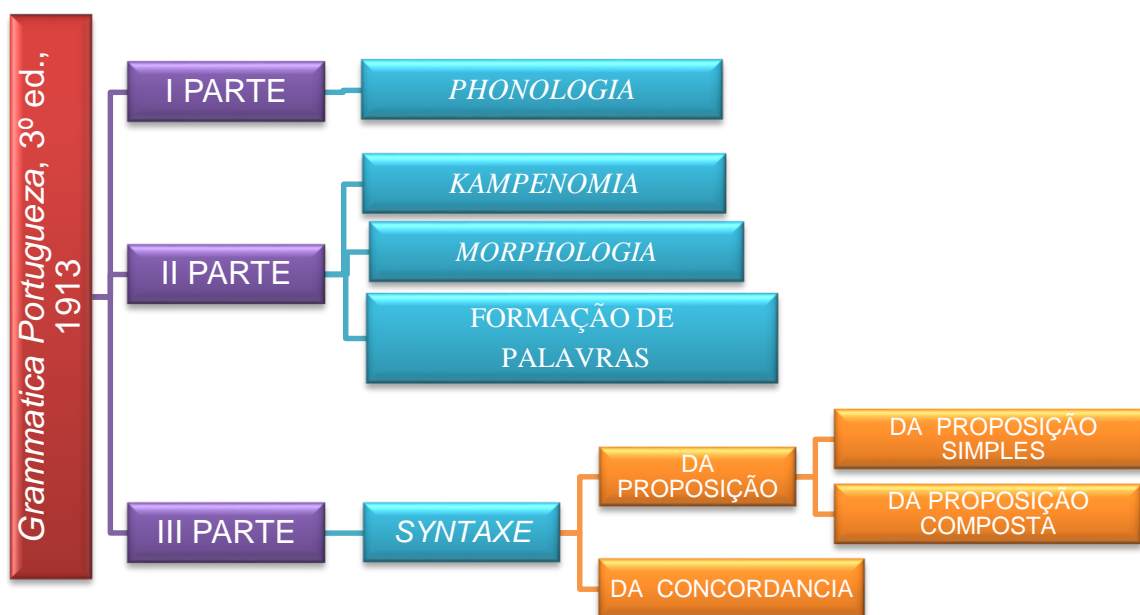
Hemetério tinha grande capacidade de transformar mágoa num barulhento orgulho de ser preto, daí perder a mansuetude ao investir contra Machado de Assis com todas as pedras que achou à mão. É que Hemetério, segundo Proença, se apaixonara pelo problema dos negros. Gostava de contar que chegara ao Rio, preto, pobre, provinciano e vencera. Cogitou de associação de homens de cor, parece mesmo que o preconceito o estimulava a elevar-se, a adquirir cultura, para desmoralizar as prevenções contra os negros [...]. Era respeitado porque conhecia bem a matéria de sua cátedra, [...], usou uma arma que aprendeu a bem manejar: o ‘*espiolhamento gramatical*’. Os que conheciam sabiam que não o fazia por estreiteza de vista, mas, sim, por ‘gramatiquice intrínseca’.

Sobre este notável intelectual, cabe destacar que ele fez da sua vida uma luta contra a discriminação racial, usando as letras no travamento desses embates pois, os poemas, bem como o conjunto dos seus escritos, têm se revelado uma boa fonte para entender as ideias de um intelectual negro da educação, bem como de sua posição no Brasil das primeiras décadas da República.

4.6.2 A obra e suas partes

Observemos, no esquema seguinte, como está dividida a *Grammatica Portugueza*, de Hemetério José dos Santos, 3ª edição, de 1913.

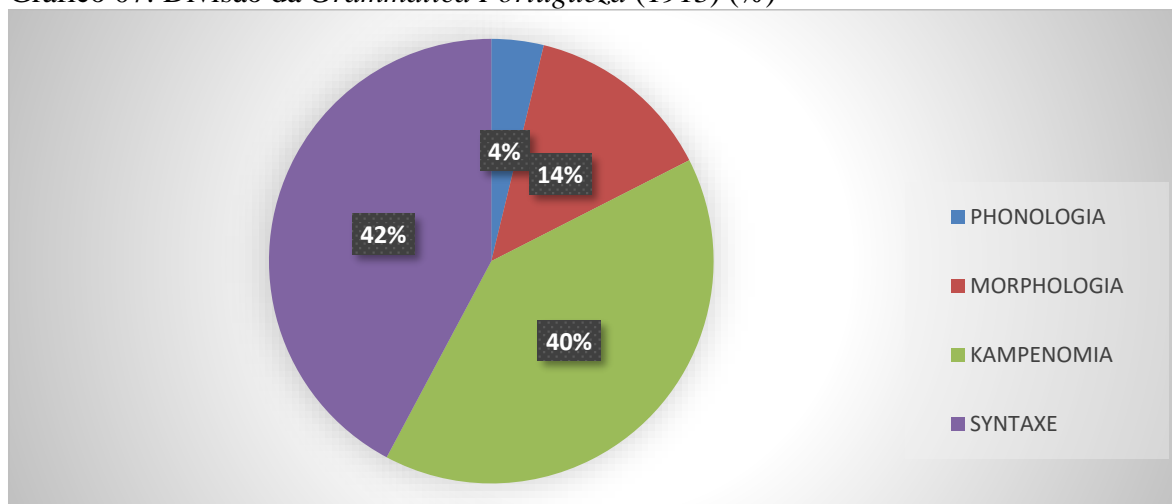
Esquema 23: Divisão e subdivisão da *Grammatica Portugueza* (1913)



Fonte: elaborado por Anderson Monteiro Andrade

No esquema anterior, percebe-se que a gramática em foco é dividida em três partes que contemplam os estudos fonológicos, na primeira parte, os estudos das classes e estruturas e os processos de formação das palavras, na segunda parte, e os estudos sintáticos que se dividem em sintaxe da proposição e sintaxe da concordância, na terceira parte.

No gráfico 07, vejamos a atenção dada pelo autor aos conteúdos supracitados.

Gráfico 07: Divisão da *Grammatica Portugueza* (1913) (%)

Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

No gráfico 07, os estudos que corresponderia à *lexeologia* alcançam maior extensão, perfazendo, se somados os estudos da *kampenomia* com os morfológicos, uma porcentagem de 54%.

Fato incomum, na obra, é a não referência acerca das concepções de gramática e suas respectivas definições. Todavia, a orientação seguida por este autor, no labor de seu fazer gramatical, é a da gramática histórico-comparativa, uma vez que sua obra está inscrita entre as tantas que foram produzidas neste momento de adoção de ideias do método histórico-comparativo.

4.6.3 Definição de sintaxe

Na gramática em análise, há a indicação de que a sintaxe trata do estudo das proposições. Santos (1913, p 151), definindo o que vem a ser proposição, assinala ser “ a expressão de um pensamento por palavras.” A definição utilizada permite-nos destacar a adoção do ideário da gramática tradicional. Assevera o autor que a proposição pode ser simples ou composta. Ao que compete à simples, destaca o autor ser a que enuncia um só juízo. Sobre a composta, há, na gramática em tela, a afirmação de que ela é “formada pelo agrupamento de proposições simples, sob qualquer relação.” (SANTOS, 1913, P.151). Dessa citação, urge considerarmos a adoção do ideário da gramática geral e filosófica, para quem o termo proposição ou seu plural consta no paradigma aristotélico.

Indicado, grosso modo, de que trata a sintaxe e de como se organiza a sentença, o gramático apresenta exemplos que se ligam, respectivamente, à proposição simples e à composta, quais sejam:

a-) O clima determina a *paisagem*;

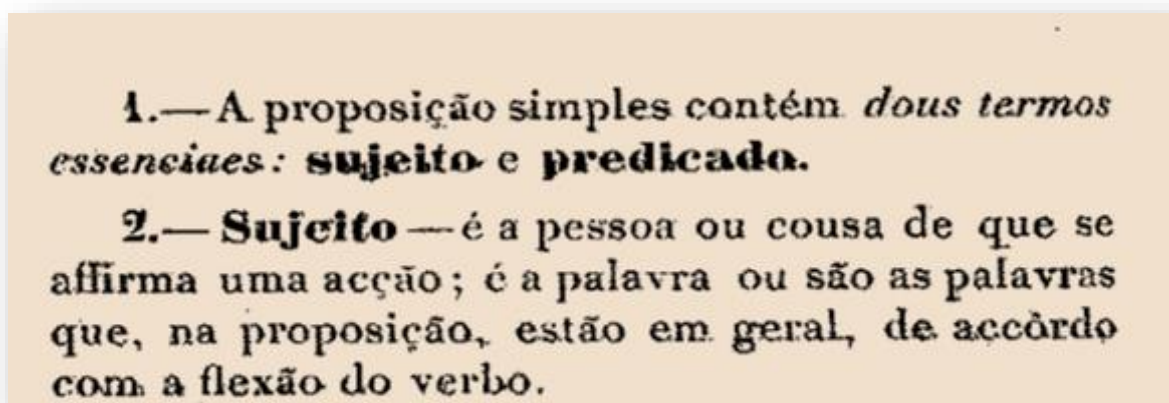
b-) Na *côrte*, cada dia, mudam senhores, renovam leis, despertam paixões, levantam ruídos, abatem os nobres, favorecem os indignos, destroem os inocentes.

Este último exemplo, denotativo da proposição composta, aponta o tom irônico de Hemetério ao desvelar costumes reprováveis e instabilidades na corte imperial. Há, ainda, na gramática de Hemetério, a informação de que a proposição simples apresenta dois termos que são essenciais, quais sejam: sujeito e predicado.

A respeito da proposição composta, afirma o autor que sua ocorrência se dá por coordenação- denominada, por ele, por frase lógica- ou por subordinação- por ele, chamada de frase gramatical.

4.6.4 O sujeito gramatical na *Grammatica Portugueza*, 3º ed., 1913

Figura 30: A definição de sujeito na *Grammatica Portugueza*, 3º edição (1913)



Fonte: Santos (1913)

No que tange à definição de sujeito descrita na figura 30, Hemetério apresenta duas definições. Uma de caráter semântico-referencial “ é a pessoa ou *cousa* de que se *afirma* uma *acção*”. E outra essencialmente morfológica e sintática “ é a palavra ou são as palavras que, na proposição, estão em geral, de acordo com a flexão do verbo.” Sobre estas duas definições, refletimos que, a primeira tem por orientação o ideário filosófico ao propor o traço agentivo e

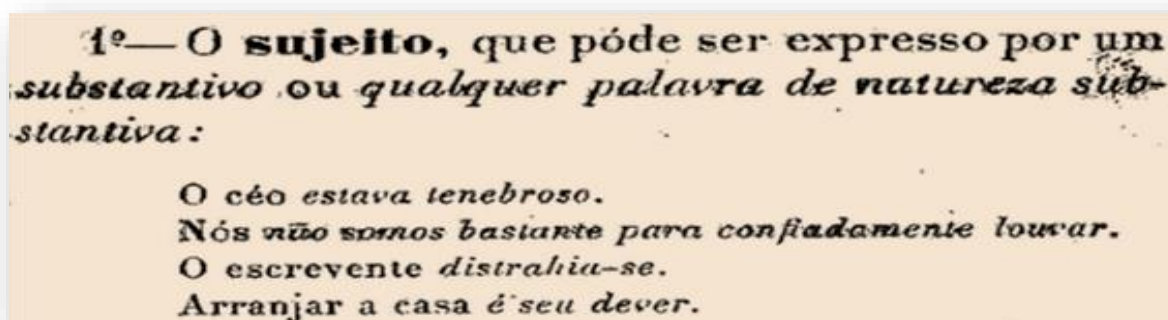
noção de referencialidade a respeito de determinada coisa no/do mundo. Há que se ressaltar a relação agentiva representada também pela indicação de que o sujeito corresponde à ação praticada por um ser ou por uma *cousa* qualquer.

Nesse sentido, para Hemetério, a partir da primeira definição, é condição *sine qua non* para a ocorrência do sujeito quando a proposição em que se insere decorre de uma ação propriamente dita. Por outro lado, esta mesma definição vincula-se à lógica filosófica para quem a prerrogativa de se afirmar algo lhe é característico.

Em relação à segunda definição, há a ideia de relação de concordância entre as palavras que compõem a proposição, o que implica alterações da flexão do verbo a que se relaciona o sujeito. Por esta definição, fica-nos perceptível a adoção do padrão morfológico e do sintático

Na ampliação do inventário sobre o elemento sintático em questão, Hemetério destaca quais as categorias de palavras são denotadoras do sujeito. Assim, vejamos a figura 31:

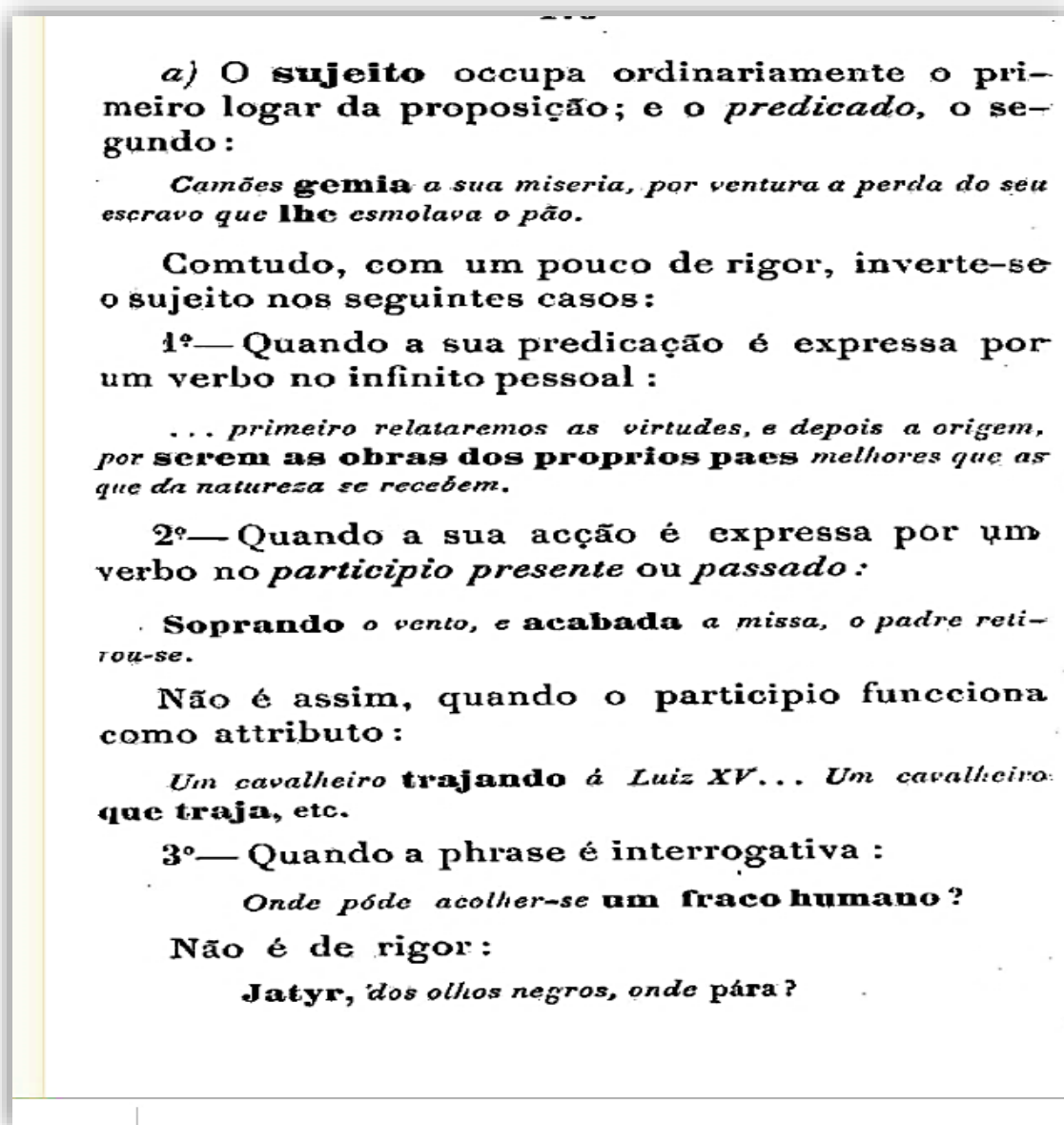
Figura 31: A classe de palavras denotadora de sujeito, na *Grammatica Portugueza* (1913)



Fonte: Santos (1913)

Percebe-se, na figura 31, que o substantivo é a classe de palavras que acusa a ocorrência de sujeito na proposição. Além desta classe, Hemetério enfatiza que qualquer palavra de natureza substantiva também caracteriza a ocorrência de sujeito. Prende-nos a atenção o fato de, em sua obra, não haver o estabelecimento da tipologia que compete ao sujeito como o faz outros gramáticos tratados aqui nesta tese.

Alargando vinculação sintática da/na caracterização do sujeito, o autor, ainda que não destaque a tipologia destes, como é possível de ser observado na figura 32, assinala qual seria a prototípica ordenação deste elemento na proposição. vejamos:

Figura 32: Sobre a topologia do sujeito na *Grammatica Portugueza* (1913)

Fonte: Santos (1913)

A respeito da figura anterior, urge asseverar que Hemetério, ao tratar da ordenação do sujeito na proposição, enfatiza que, prototipicamente, este se insere no início da sentença. Tal consideração permite inferir a estreita relação aos ideais do gramático inglês Charles Mason, o que pode ser visto na figura 11 que esclarece que “o ponto de partida da sentença é o sujeito” (tradução nossa).

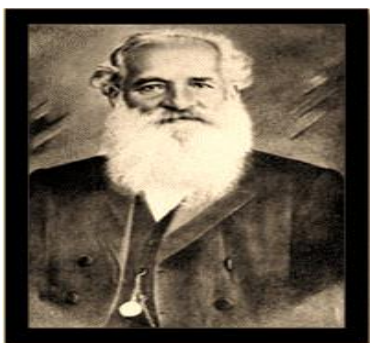
Passemos a observar, no subtópico seguinte, o inventário sobre o sujeito na obra de Ernesto Carneiro Ribeiro.

4.7 Ernesto Carneiro Ribeiro e os Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza, 2º ed., 2015

Figura 33: *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, 2º ed. (1915)



Fonte: Ribeiro (1915)



4.7.1 O Autor Ernesto Carneiro Ribeiro⁴⁵ nasceu em Itapatica, Bahia, em 1839 e faleceu em Salvador, em novembro de 1920. Assim como muitos gramáticos da época, atuou em diversas frentes, tendo exercido, com proeminência, a função de médico. Pelo seu considerável conhecimento linguístico, foi professor,

⁴⁵ Sua obra:

- Relações da medicina com as ciências filosóficas, 1864;
- Origem e filiação da língua portuguesa, 1871;
- Gramática portuguesa filosófica, 1881;
- Perturbações psíquicas no domínio da histeria, Salvador, Imprensa Econômica, 1886;
- Elementos de gramática portuguesa, Salvador, Oficinas dos Dois Mundos, 1885;
- Serões Gramaticais ou Nova Gramática Portuguesa, 1890 (1º edição);

gramático e enveredou-se, também, pelas trilhas da literatura. De família humilde, seu pai, José Carneiro Ribeiro, era escrivão na então Vila de Itaparica e sua mãe era dona de casa.

Em sua cidade natal, aprendeu os primeiros fundamentos educacionais, estudando latim desde os doze anos. No ano de 1853, por revelar pendores para as letras, transferiu-se para Salvador, onde matriculou-se no *Liceu Provincial*. Em seguida, estudou humanidades e preparou-se para a Faculdade de Medicina da Bahia, onde se diplomou em 1864. Pelo seu notório conhecimento sobre línguas, no período em que ainda era estudante de medicina, foi indicado para lecionar francês e inglês no *Ginásio Baiano*. Embora não se desligando da prática médica, o magistério passou a ser sua principal ocupação, tendo prestado concurso para ensinar língua francesa no *Liceu Provincial*, em 1871. Neste educandário, se habilita em concurso para lecionar Gramática Filosófica.

Ernesto Carneiro Ribeiro casou-se em 1872 com Maria Francisca Ribeiro, com quem teve cinco filhos. Em 1873, junto ao cônego Emílio Lopes Freire Lobo, fundou o *Colégio Bahia* dedicado ao ensino primário e secundário, que durou até 1883. No ano seguinte, fundou um colégio com seu nome, o Ginásio Carneiro Ribeiro. Como exerceu, paralelo à atividade docente, a carreira de médico, em 1887, concorreu à cadeira de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Bahia, obtendo o segundo lugar. Ao que concerne ao seu engenho enquanto gramático, urge assinalar que o autor em tela expôs e defendeu a normatização de peculiaridades da língua oficialmente falada no país.

Ernesto Carneiro Ribeiro era um intelectual polêmico e, no ano de 1902, recebe a incumbência de realizar a revisão do Projeto do Código Civil, escrito por Clóvis Beviláqua. A revisão gramatical deste projeto ocasionou famosos debates linguísticos travados- com réplicas e trélicas- com o jurista Rui Barbosa que emitiria o parecer em relação aos oito volumes do Projeto do Código Civil Brasileiro.

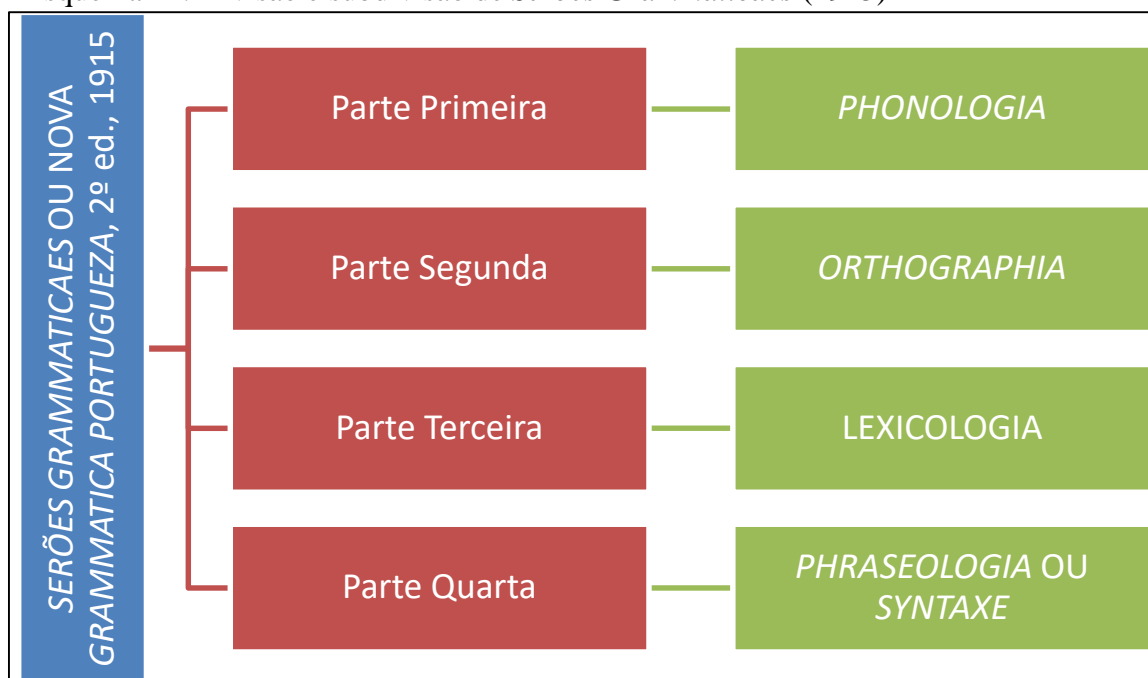
Ernesto Carneiro faleceu em sua terra natal, em 1920, aos 81 anos de idade.

-
- Ligeiras Observações sobre as emendas do Dr. Ruy Barbosa feitas à redação do Projeto de Código Civil, 1902;
 - A redação do Projeto de Código Civil e a réplica do Dr. Ruy Barbosa, Oficinas dos D, 1905.

4.7.2 A obra e suas partes

Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza teve sua primeira edição em 1890. Observemos, no esquema seguinte, como está dividida a 2ª edição desta obra de Ernesto Carneiro Ribeiro.

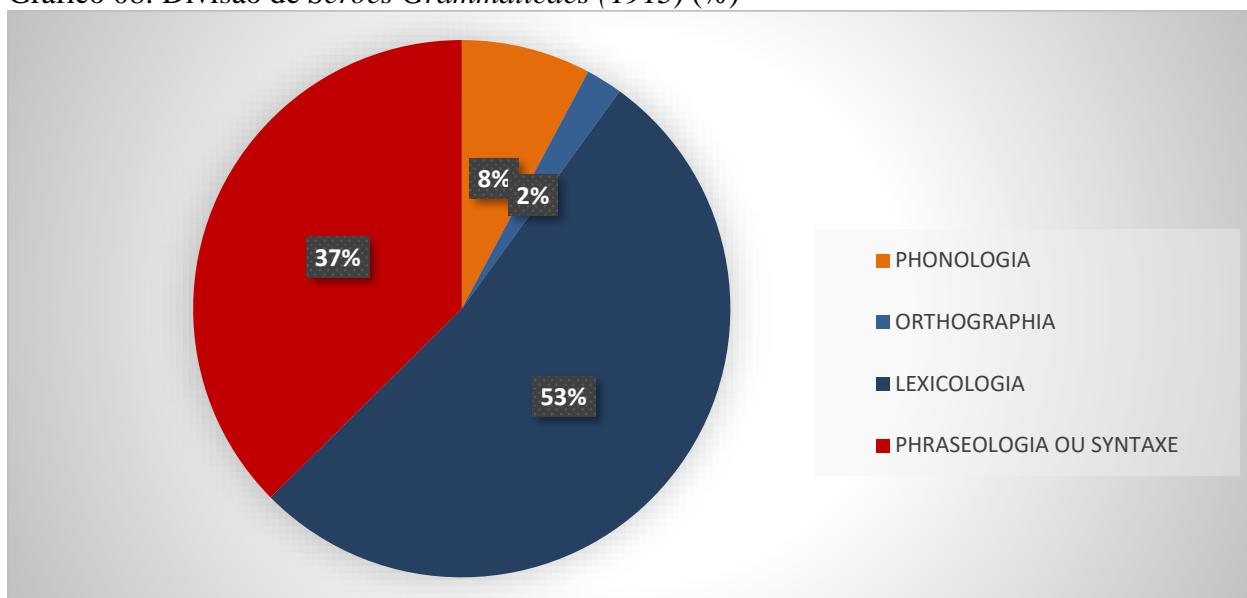
Esquema 24: Divisão e subdivisão de *Serões Grammaticaes* (1915)



Fonte: Anderson Monteiro Andrade

Sobre a divisão da gramática analisada, pode-se, a partir da análise no esquema anterior, inferir que a segmentação da obra se assenta numa partição clássica advinda da gramática tradicional pela sua divisão em quatro partes em que trata de conteúdos da fonologia, da ortografia, da lexicologia e da sintaxe. Nota-se, portanto, já na partição da obra, a adoção de um paradigma representado na gramaticografia brasileira de acepção logicista.

No gráfico 08, observemos a atenção dada pelo autor para as partes/conteúdos em que se divide a obra.

Gráfico 08: Divisão de *Serões Grammaticaes* (1915) (%)

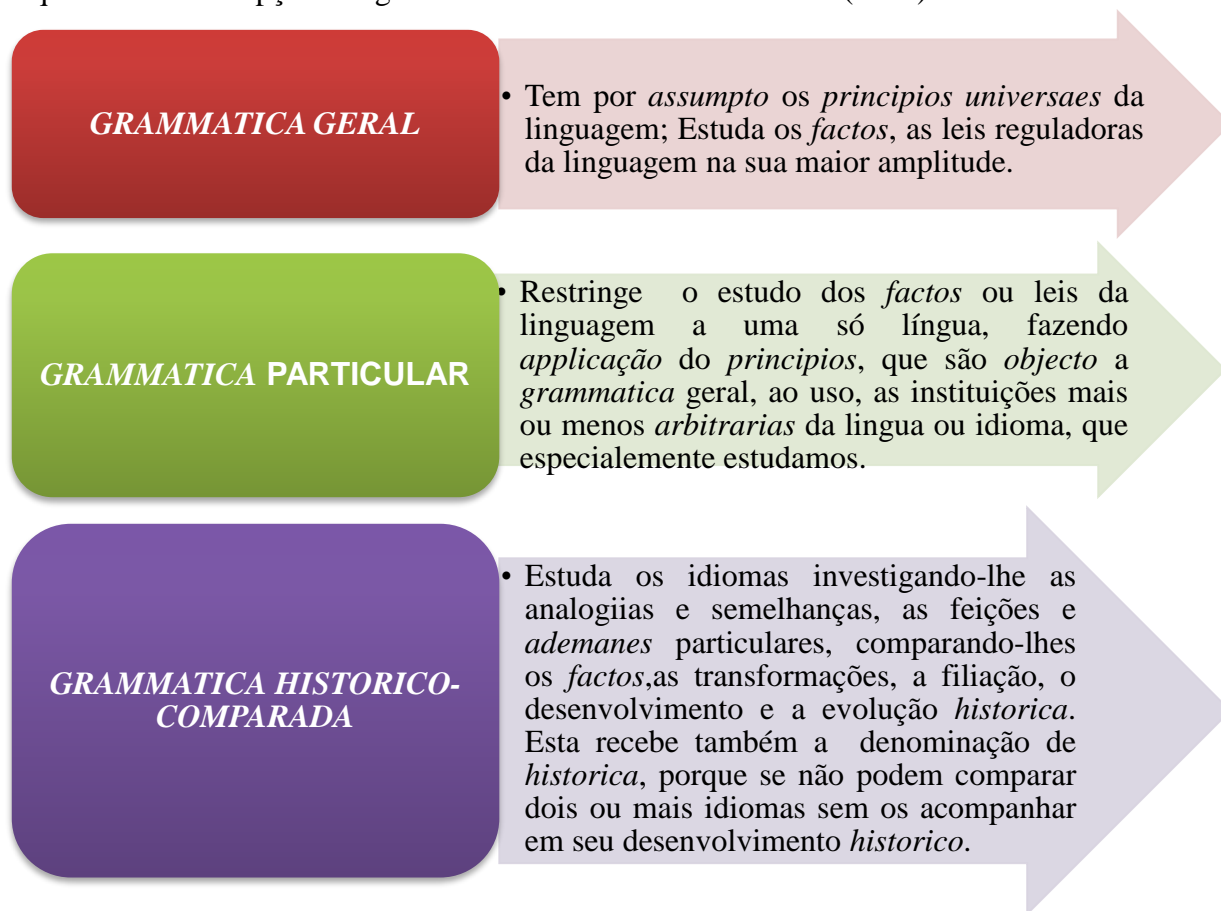
Fonte: Elaborado por Anderson Monteiro Andrade

O gráfico 08 permite observar que se mantém o paradigma da amplitude do inventário da lexicologia na codificação do saber gramatical, uma vez que, sobre este saber, é destinada/reservada maior extensão.

4.7.3 Concepções de gramática

Na parte introdutória de sua gramática, Ernesto Carneiro Ribeiro, ao apresentar algumas considerações acerca de alguns fatos que envolvem a linguagem, enfatiza que a gramática pode ser geral, particular, histórico comparada.

Vejamos, no esquema 25, disposto, na página seguinte, pelos dizeres do próprio autor, definições e algumas especificidades desses tipos de gramática.

Esquema 25: Concepções de gramática em *serões Grammaticaes* (1915)

Fonte: Ribeiro (1915). Esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Além das definições dispostas no esquema 25, informa Ernesto Carneiro Ribeiro, ao leitor consulente de sua obra, que a gramática particular é elementar ou filosófica. Quando elementar, diz-se, também, que ela é expositiva, descritiva ou prática “ porque expõe, descreve, classifica, estabelece *methodicamente* os *factos* ou *phenomenos* de uma língua, estatuinto as regras e preceitos a que se *submettem*, sem *attentar* nas leis e nos *principios geraes* que os regem e dominam.” (RIBEIRO, 1915, p. 04)

4.7.4 Definição de sintaxe

Na obra em tela, o autor enfatiza que a gramática tem de ser dividida em quatro partes, a saber: fonologia ou fonética, ortografia, lexicologia e sintaxe ou fraseologia. No início da quarta parte de sua gramática, cuja atenção recai sobre os estudos da proposição, o autor

apresenta uma definição para a fraseologia, indicando que esta compreende a sintaxe propriamente dita e a construção. Enfatiza, ainda, ser a fraseologia a parte da gramática que trata da composição da proposição e da frase.

Acerca da proposição, em termos definitórios, Ernesto Carneiro Ribeiro assinala que:

Proposição ou oração, a que os *gramáticos ingleses* chamam também de sentença (*sentence*), outra coisa não é que a enunciação de um juízo. Quando, percebendo a relação de conveniência entre a ideia de Deus e a de justiça ou entre a ideia de homem e a de fragilidade, formamos em nosso espírito os juízos: Deus é justo; O homem é frágil, estas *afirmações mantaes*, consideradas quanto à expressão e enunciação, denominam-se proposições. (RIBEIRO, 1915, p. 548)

Sobre o excerto anterior, prende-nos a atenção o fato de o gramático fazer alusão ao termo enunciação algo que estaria na agenda dos estudos linguísticos décadas a frente quando da sistematização da teoria enunciativa objeto de estudo de linguistas como Charles Bally e Émile Benveniste, este último ao desenhar como se organiza o aparelho formal da enunciação. Para Ribeiro (1915), a proposição é, essencialmente, a enunciação de um juízo. Ainda ao que concerne à proposição, o autor destaca que ela supõe um objeto “ que ocupa o nosso espírito e de que *afirmamos* ou negamos alguma coisa, e *aquillo* que o espírito pensa do mesmo *objecto*, *afirmando* ou negando.” (RIBEIRO, 1915, p.548). Destaque-se a influência doutrinária seguida por este autor ao referir-se à sentença nos moldes da linguística inglesa da época. O termo sentença consta no arcabouço teórico da gramática inglesa e, sobre isso, o autor em tela explicita, de algum modo, que, para a codificação do saber sintático, se orienta pelos aportes dos ingleses, Charles Mason, especificamente.

Ampliando o inventário acerca da sintaxe, o autor, ao enfatizar as relações existentes na abordagem fraseológica ou sintática, assevera, como é possível observar na figura 34, que a relação pode ocorrer entre palavras dispostas em dada sentença ou entre proposições, apontando, portanto, ao paradigma coordenação e subordinação das relações sintáticas.

Figura 34: As relações entre palavras e entre proposições, em *Serões Grammaticaes* (1915)

A syntaxe pôde ser das *palavras* ou das *proposições*: a primeira estuda as relações que têm as *palavras* umas com as outras; a segunda estuda as relações entre as *proposições*.
Essas relações, ou se trate da *syntaxe das palavras* ou da *syntaxe das proposições*, dividem-se em duas especies: *relações de identidade* ou *coordenação* e *relações de differença*, *dependencia* ou *subordinação*.

Fonte: Ribeiro (1915)

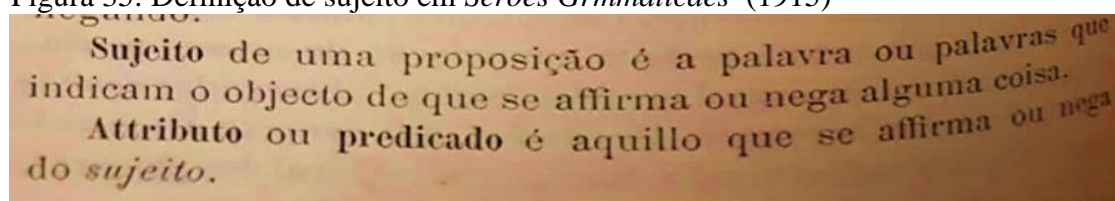
A definição sobre sintaxe, disposta na figura anterior, permite observar que o autor concebe uma divisão entre as relações entre palavras constantes na proposição, ou seja, os elementos que compõem dada frase, bem como as relações entre as proposições. Há, portanto, para o autor em destaque, a sintaxe das palavras e a sintaxe das proposições. Ambas se dividem em duas espécies: relações de identidade ou coordenação e relações de diferença, dependência ou subordinação.

Ressalte-se que, na definição em tela, há a apropriação de termo legado da gramática geral e filosófica “proposição” que remonta o ideário aristotélico. Por outro lado, como a gramática aqui estudada está inscrita no período científico da gramaticografia brasileira, é possível a sua vinculação aos preceitos de correntes científicas. Nesse sentido, prende-nos a atenção a adoção do termo “espécies”, próprio da teoria evolucionista que, entre outras prerrogativas, trata da seleção das espécies, ao afirmar a divisão que tanto a sintaxe de palavras quanto a de proposição estão organizadas por este princípio.

4.7.5 O sujeito gramatical na obra *os Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, 2^o ed., 2015

Em relação ao sujeito gramatical, o autor em destaque assinala que a proposição se organiza por meio de dois constituintes, quais sejam: sujeito e atributo ou predicado. Vejamos, na figura seguinte, as definições sugeridas por Ribeiro (1915) acerca destes elementos.

Figura 35: Definição de sujeito em *Serões Grmmaticaes* (1915)

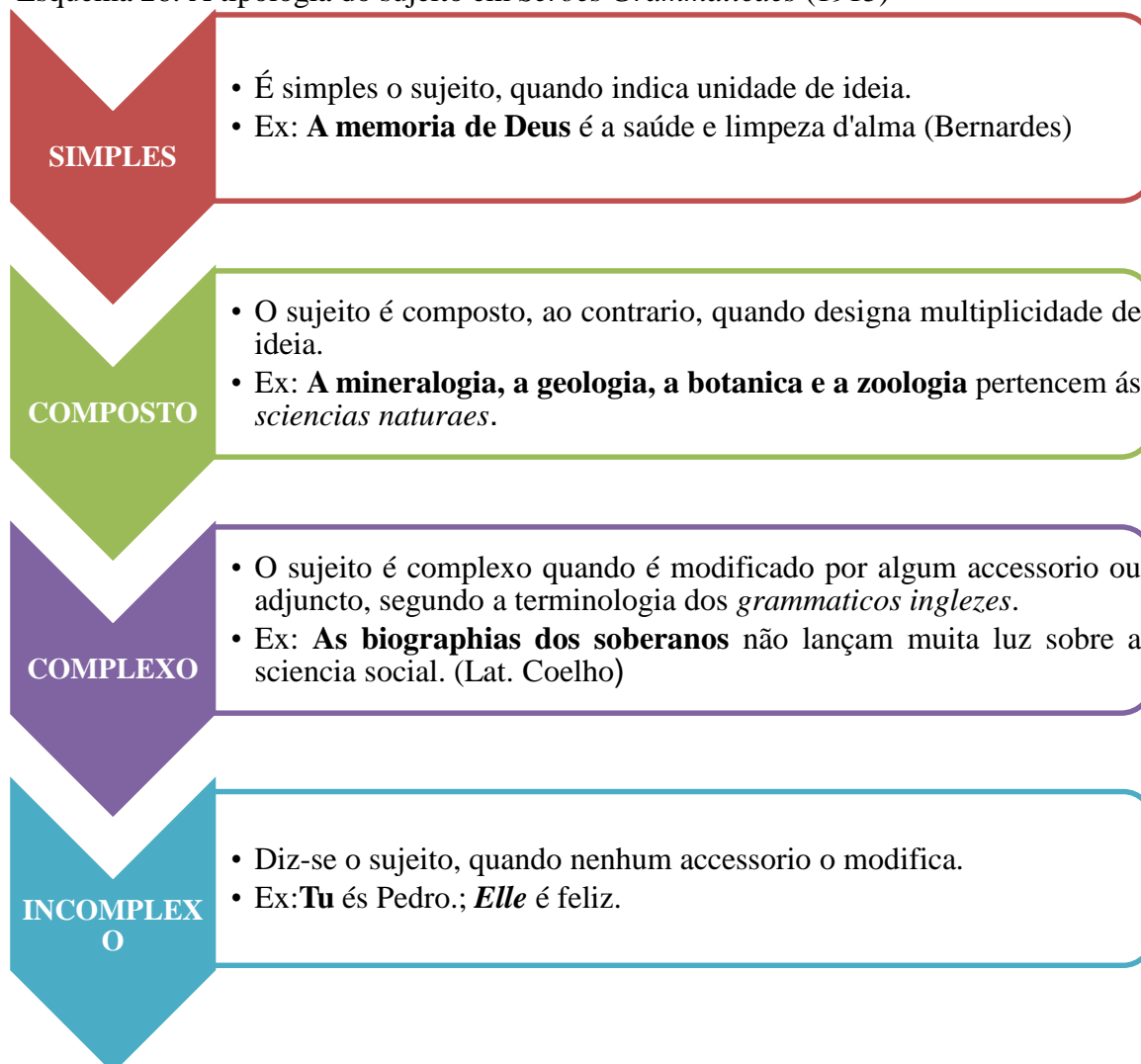


Fonte: Ribeiro (1915)

É conveniente frisar, acerca da figura anterior, que Ribeiro (1915), ao definir o sujeito, não adota a noção agentiva ou a ideia de ser que desempenha determinada ação, noções próprias da tradição filosófica da gramática. Todavia, sua definição mantém relação com a lógica aristotélica ao enfatizar que é prerrogativa do sujeito afirmar ou negar alguma coisa.

Acerca da tipologia proposta por Ribeiro (1915) em face do sujeito, vejamos, no esquema 26, como se caracteriza e se define, por meio das palavras do próprio autor.

Esquema 26: A tipologia do sujeito em *Serões Grammaticaes* (1915)



Fonte: Ribeiro (1915). Esquema elaborado por Anderson Monteiro Andrade

Urge enfatizar que, ao tratar do sujeito complexo, Ribeiro (1915) mais uma vez faz menção aos gramáticos ingleses de quem recebeu orientação teórica para a codificação do saber gramatical. Ressalte-se que a noção de acessório ou adjunto tratada por Ribeiro (1915) é condizente à ocorrência de uma ou mais palavras que se adicionam a outras para as definir, limitar, qualificar ou modificar o sentido a que se referem.

4.7 Síntese sobre sintaxe e sujeito na primeira fase da gramática científica brasileira

No quadro 07, apresentamos uma síntese que permite observar as concepções de sintaxe e de sujeito adotadas pelos autores tratados neste estudo. Vejamos:

Quadro 07: Síntese das concepções de sintaxe e de sujeito nas gramáticas analisadas

AUTOR/OBRA	CONCEPÇÕES DE SINTAXE	CONCEPÇÕES DE SUJEITO
Julio Ribeiro <i>Grammatica Portugueza (1881)</i>	A <i>syntaxe</i> considera as palavras como relacionadas umas com outras na construção de sentenças, e considera as sentenças no que diz respeito à sua <i>estructura</i> , quer sejam simples, que se componham de membros ou de clausulas.	O elemento que representa a cousa a cujo respeito se <i>falla</i> : chama-se sujeito.
Maximino Maciel <i>Grammatica Analytica (1887)</i>	<i>Syntaxe</i> é o <i>tractado</i> das funções e concordância das palavras, consideradas como elementos constitutivos da oração.	É qualquer parte preposicional que, pela sua função nominativa, dirige a flexão verbal.
Alfredo Gomes <i>Grammatica Portugueza (1895)</i>	<i>Syntaxe</i> é a parte da <i>grammatica</i> que ensina a concordância das palavras e a verdadeira colocação das palavras nas proposições e das proposições na frase.	É o ser a que se refere a <i>acção</i> , fenómeno ou estado expresso pelo predicado.
João Ribeiro <i>Grammatica Portugueza- Curso Superior (1911)</i>	É o estudo dos vocábulos em coordenação, isto é, considerados na frase. Os vocábulos considerados uns com os outros, na proposição, mantêm entre si três espécies de relação: a de ordem, a de subordinação e a de concordância.	É o ser de que se <i>affirma</i> alguma <i>cousa</i> .
Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade <i>Grammatica da Lingua Portugueza (1913)</i>	Parte da <i>grammatica</i> que ensina a concordância das palavras e orações; a boa colocação das palavras na proposição, e das proposições na frase; a correcção dos complementos.	O elemento que representa a cousa, o ser, de que falamos.
Hemetério José dos Santos <i>Grammatica Portugueza (1913)</i>	Trata do estudo das proposições. Proposição é “a expressão de um pensamento por palavras”. Ela pode ser simples ou composta. A primeira, enuncia um só juízo; a segunda, é “formada pelo agrupamento de proposições simples, sob qualquer relação”.	É a pessoa ou cousa de que se <i>affirma</i> uma <i>acção</i> ; é a palavra ou são palavras que, na proposição, estão em geral, de acordo com a flexão do verbo.
Ernesto Carneiro Ribeiro Serões <i>Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza (1915)</i>	Proposição ou oração, a que os gramáticos ingleses chamam também de sentença (sentence), outra coisa não é que a enunciação de um juízo.	É a palavra ou palavras que indicam o objeto de que se <i>affirma</i> ou nega alguma coisa.

Fonte: elaborado por Anderson Monteiro Andrade

O quadro 07 espelha as concepções que os gramáticos tratados neste estudo têm em relação à sintaxe e ao sujeito e, mais que isso, permite observar, por meio da análise metalinguística de alguns termos adotados para definirem estes dois saberes gramaticais, a que filiação teórica estiveram vinculados na materialização/codificação desse saber. Nesse sentido, termos como proposição, *affirma*, sentença, cláusula entre outros são diretamente relacionáveis aos postulados aristotélicos (os dois primeiros termos) e aos pressupostos da gramática inglesa (os dois últimos).

Finalizado o arrolamento sobre o sujeito nas gramáticas que nos propusemos analisar, passemos a observar, na página seguinte, as conclusões a que chegamos.

CONCLUSÕES

Para finalizar este trabalho, julgamos ser necessário retomar os objetivos propostos nesta tese. Precipuamente, objetivou-se analisar o inventário do sujeito gramatical na produção gramatical no período de 1881-1915 e verificar se o arrolamento do objeto perscrutado vinculase à fase científica da gramaticografia brasileira por materializar um ideário influenciado pelos pressupostos advindos da linguística histórico-comparativa, ou se as abordagens sobre o sujeito gramatical apontam para orientações da tradição greco-latina de acepção filosófica. Sobre este objetivo, acreditamos tê-lo contemplado em nossas análises no capítulo anterior, bem como os específicos.

De maneira geral, é relevante destacar que o sujeito, na primeira fase da gramática científica brasileira, é representado pela adoção de pressupostos advindos da gramática geral e filosófica, bem como pela projeção acerca dos postulados de correntes científicas. Sobre o inventário do sujeito no período em tela, convém retomarmos algumas reflexões para que se possa melhor compreender determinadas especificidades desse elemento sintático, sobretudo ao que diz respeito às orientações teóricas seguidas pelos gramáticos aqui estudados.

Na *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, constatou-se a influência doutrinária da gramática de Charles Mason na codificação do saber sobre o sujeito. Convém reiterar que, ainda que se considere que a obra de Júlio Ribeiro seja uma “tradução” da de Mason, podemos comprovar que tal afirmação não é, de um todo, verdade, uma vez que, ao destacar os tipos de relações entre palavras, o gramático brasileiro, contrariamente ao que propõe Mason, acrescenta a relação subjetiva, o que nos possibilita assegurar originalidade e modernidade. Ainda ao que tange à orientação doutrinária, convém destacar a assunção à modelagem da divisão das partes da gramática tal qual o padrão legado da linguística inglesa do século XIX, bem como da divisão da sintaxe em léxica e lógica. Esta partição da obra, e a divisão da sintaxe caracterizam considerável refinamento metodológico.

Urge enfatizar que a definição de sujeito proposta por Júlio Ribeiro mantém relação ao pensamento da gramática filosófica nos termos platônicos ao propor que esse elemento se refere a algo (*cousa*) pertencente ao mundo e é utilizado para se estabelecer uma referencialidade ao se falar sobre objetos, eventos, propriedades, indivíduos, seres em geral etc, tendo, portanto, caráter semântico-referencial. É necessário enfatizar que o inventário sobre o sujeito gramatical, na obra de Júlio Ribeiro, aponta para a incorporação de influências advindas da gramática geral

e filosófica também pelo fato de considerar a cópula como parte do enunciado, conforme padrão aristotélico.

Em face ao inventário sobre o elemento sintático em questão, constatou-se que Maximino Maciel, ao definir o sujeito, recorre a preceitos oriundos da base filosófica, uma vez que a função nominativa está amparada em gramáticas latinas, servindo para nomear coisa pertencente ao mundo. Não há, no entanto, adoção do traço agentivo do sujeito como consideração de algum ser que desenvolve ação sobre algo, tampouco há a indicação semântico-referencial advinda do ideário platônico. Esta nossa observação reforça a ideia de que Maciel apresenta modernidade ao tratar do sujeito, uma vez que procura romper com a tradição no que diz respeito a não considerar o paradigma agentivo e a noção de referencialidade como marcas/características da categoria.

Esse estudo possibilitou constatar que as ideias sobre o sujeito gramatical na obra de Alfredo Gomes estão ancoradas nos postulados da gramática filosófica sobretudo no que diz respeito ao ideário platônico, uma vez que se atesta a noção de referencialidade e o traço agentivo como característica *sine qua non* para conceituar o sujeito. Nesse sentido, parece haver, no tratamento sugerido por Alfredo Gomes à categoria em foco, uma continuidade em face da caracterização estritamente filosófica ao propor uma perspectiva semântico-referencial advinda da tradição gramatical greco-latina.

Ademais, constatou-se que, na definição de sujeito, João Ribeiro, na obra analisada, adota a caracterização tradicional acerca desse elemento ao propor o traço agentivo comum à abordagem filosófica. Ainda sobre a definição proposta por João Ribeiro, é necessário enfatizar que esta mantém relação ao pensamento da gramática filosófica, tendo, portanto, caráter semântico-referencial. Essa mesma definição, hodiernamente, poderia ser traduzida como inovadora por envolver um enunciador que, na ação de enunciar, o faz por meio de ideologias, crenças, valores etc a respeito do sujeito de quem se afirma algo.

Além do que já expusemos, a pesquisa desenvolvida possibilitou averiguar que, na explicação do sujeito, Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade, Hemetério dos Santos e Ernesto Carneiro Ribeiro guiaram-se, também, pelos postulados da gramática filosófica nos termos platônicos ao propor que o sujeito se refere a “*cousa*” ou ser pertencente ao mundo, bem como filia-se ao pressuposto aristotélico para quem o ato de afirmar é constitutivo da lógica clássica. Há, portanto, nessas obras, estreita relação aos preceitos da lógica filosófica.

Após estas reflexões que, a nosso ver, validam as conclusões aqui traçadas, convém destacar a forte vinculação dos gramáticos da primeira fase da gramática científica brasileira com o empreendimento teórico-metodológico proposto pela linguística inglesa, uma vez que alguns autores, mais do que usarem termos pertencentes ao domínio da gramática inglesa, especificam que determinado tratamento linguístico se aplica ao ideário dos gramáticos ingleses (vide Ernesto Carneiro Ribeiro).

Convém enfatizar que a filiação teórica seguida pelos gramáticos analisados foi percebida/captada, sobretudo, pela análise metalinguística de termos utilizados na explicação de concepções de gramática, de sintaxe e definições de sujeito. Esses termos estão inscritos no arcabouço teórico ou da lógica filosófica ou da linguística inglesa ou dos pressupostos das correntes científicas.

Há que se ressaltar que este estudo possibilitou, ainda, concluir que o período da primeira fase da gramática científica é marcado não por uma ruptura profunda aos ideais da gramática filosófica vez que, foi possível encontrar, misturadas a certa modernidade, concepções ainda ligadas ao purismo e a aspectos que se voltam para a tradição greco-latina da gramática geral e filosófica. Nesse sentido, julgamos que o período não é marcado por uma ruptura ortodoxa entre as ideias filosóficas e as científicas, pois acreditamos ser o saber metalinguístico construído, acumulado e o período em que foram publicadas as obras analisadas, o qual destacamos no capítulo dois desta tese, foi marcado por muita instabilidade, transformações sociais, alternância de regime de governo etc o que, certamente, fez suscitar muitas dúvidas e indecisões também na adoção e codificação de ideias linguísticas.

Em linhas gerais, enfatizamos que esta pesquisa contribuiu para melhor compreender o elemento linguístico perscrutado de modo a refletir como ele tem sido tratado ao longo do tempo e quais suas especificidades. Além disso, permitiu entender que suas bases teóricas se assentam em pressupostos linguístico-filosóficos o que tem se mantido, contemporaneamente, no paradigma conceitual dessa categoria sintática.

REFERÊNCIAS

- ANGIONI, Lucas. *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J; CHARTIER, R; REVEL, J.(orgs). *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990.
- AUROUX, Sylvain. *A Revolução tecnológica da gramatização*. [1992]. Campinas. Editora da Unicamp, 2014.
- _____. *La question de l'origine des langues, suivi de l'historicité des sciences*. Paris: PUF, 2007.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. Os estudos filológicos e linguísticos no Brasil. Ensaio de Linguística, Filologia e Ecdótica. Rio de Janeiro: *Sociedade brasileira de língua e literatura/UERJ*, 1998.
- BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BARATIN, Marc. *Sur l'absence de l'expression des notions de sujet et de prédicat dans la terminologie grammaticale ancienne*. In: *Varron, grammaire antique et stylistique antique*. Paris: Les Belles Lettres, 1991.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. 5ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura*. 41ª edição. São Paulo: Cultrix, 1998.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *História da linguística*. Petrópolis: vozes, 2011.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo.(orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 21ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. In: *Confluência: revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, nº 23, 2002.

_____. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Univeritária, 1982.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. Uma história das ideias linguísticas. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª edição. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. Tradução de Sandra Castelo Branco. São Paulo. Editora da UNESP, 2005.

ELIA, Sílvio. *Ensaio de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: Grigo, 1975.

FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (orgs). *Domínios da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. edição revista e ampliada. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. Gramática e ensino. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Revista 19 vol. 02, p. 11-26, Jul-Dez 2017.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: editora da USP, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

- _____ ; MOLINA, Márcia Antônia Guedes. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013.
- GESTAUD, Carla Rodrigues. *Recepção, imagens e funções de Tucídides na historiografia do século XIX: os casos de J.G. Droysen e Langlois e Seignobos*, Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1998.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação brasileira*. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GOMES, Alfredo. *Grammatica Portugueza*. [1887]. 6ª edição. Rio de Janeiro: livraria J.G. de Azevedo, 1894.
- GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.J; ORLANDI, E.(orgs) *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.
- LE GOFF, Jacques. A história Nova. In: LE GOFF, J; CHARTIER, R; REVEL, J.(orgs). *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990.
- LEITE, Marli Quadros. Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa. p 115-133. In: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina.(orgs). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola editorial, 2014.
- LYONS, Jhon. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica Analytica- Baseada nas doutrinas modernas*. Rio de Janeiro: livraria Evaristo Rodrigues da Costa, 1887.
- MANOLIO, Adriana. *O purismo na virada do século XIX para o XX: a polêmica linguística sobre a redação do Código Civil de 1916*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP. São Paulo, 2018.
- MARTINO, Agnaldo Sérgio de. *Machado de Assis e a Língua Portuguesa na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado. PUC/SP. São Paulo, 2013.
- MASON, Charles Peter. *English Grammar*. 24ª edição. Toronto, Adam Miller and co, 1887.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1994.

MOLINA, Marcia Antônia Guedes. A constituição do saber gramatical: Brasil, século XIX e as gramáticas de Alfredo Gomes e Augusto Freire da Silva. *Cadernos do CNLF*, Vol. XVII, Nº 09. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2013.

MOUNIN, Georges. *História da linguística: das origens ao século XX*. Porto: Despertar, 1970.

MULLER, Maria Lucia Rodrigues. Pretidão do Amor, In: OLIVEIRA, Iolanda. *Cor e Magistério*. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

NASCENTES, Antenor. *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1939.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Unemat editora, 2001.

PALMA FILHO, João Cardoso. Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). Pedagogia cidadã- *Cadernos de Formação- História da Educação-* 3º ed. São Paulo, UNESP. Editora Santa Clara, 2005.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. *Les grandes théories de la linguistique: de la grammaire comparée à la pragmatique*. [s.l.]: Armand Colin, 2012;

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 5º ed. São Paulo: Autêntica, 2003.

PONTES, Eunice Souza Lima. *Sujeito: Da Sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

REIS, José Carlos. *A Escola dos Annales: A inovação em História*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2004.

REIS FILHO, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal*. 2º ed. Campinas: Autores associados, 1995.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões Grammaticaes ou nova Grammatica portugueza*. [1890] 2. ed. Bahia: livraria Catilina, 1915.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. 1º ed. São Paulo: Jorge Seckler, 1881

_____. *Procellarias*. São Paulo: Edições cultura brasileira, 1887.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*-curso superior, 16ª. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves, 1911.

RODRIGUES, Ivelaine de Jesus. *A modernidade na sintaxe da Grammatica Analytica de Maximino Maciel*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa, PUC/SP. São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Tadeu Luiz Maciel. *Hemetério José dos Santos: Educador, homem de letras e sua obra*. In: Anais do VII Congresso Brasileiro da História da Educação, 2013.

SANTOS, Almir Grigório dos. *A educação Jesuítica nas cartas de Anchieta – ensino de leitura e da escrita no Brasil do século XVI*. Tese de Doutorado. PUC/SP, São Paulo, SP, 2018.

SANTOS, Hemetério José dos. *Grammatica Portugueza*. 3ª ed. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves, 1913.

SAPATERRA, Ana Paula. *Um Estudo Descritivo-Analítico do Manual de Análise Léxica e Sintática de José Oiticica*. Tese de Doutorado. PUC/SP, São Paulo, SP, 2015.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4º edição: Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA JR, Manuel Pacheco da; LAMEIRA DE ANDRADE, Boaventura Plácido. *Grammatica da Língua Portugueza*. 4ª ed. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves, 1913.

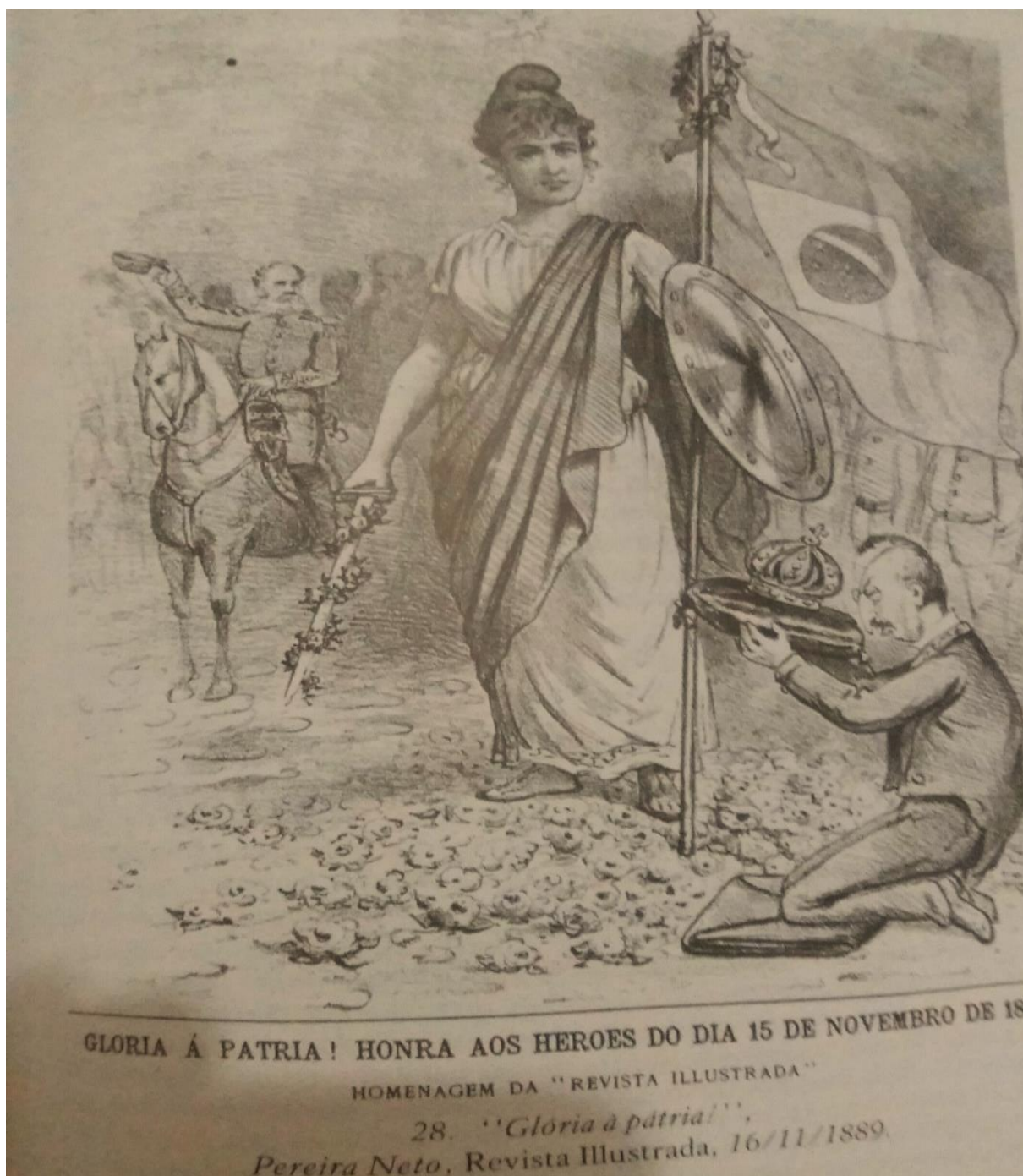
SILVA, Alexandre José da. *Descontinuum e continuum gramatical: um estudo descritivo-analítico da gramática metódica de língua portuguesa de Napoleão Mendes de Almeida*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2014

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Nasce a República*. São Paulo: Editora Três, 1975.

- VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C.;VAINFAS, R.(orgs). *Domínios da História*.2º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- VARRÃO, M.T. *De língua Latina. Livros VIII, IX e X. séc. Ia.C.* in: VALENZA, G.M. De língua latina de Marco Terêncio Varrão: tradução dos livros VIII, IX e X. Dissertação de mestrado em Letras . Curitiba: Pós-graduação em Letras, UFPR, 2010.
- VIEIRA, Francisco Eduardo. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.
- VOLPE, Andréa Sampaio. Gramáticas de Amaro de Roboredo e de Port- Royal. In: *Verbum*. n. 9, p. 69-78, jul.2015
- VOVELLE, M. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

ANEXOS

ANEXO A- Imagem em alusão à metáforização feminina da República brasileira, publicada na *Revista Illustrada*, em 16/11/1889, um dia após a proclamação da República.



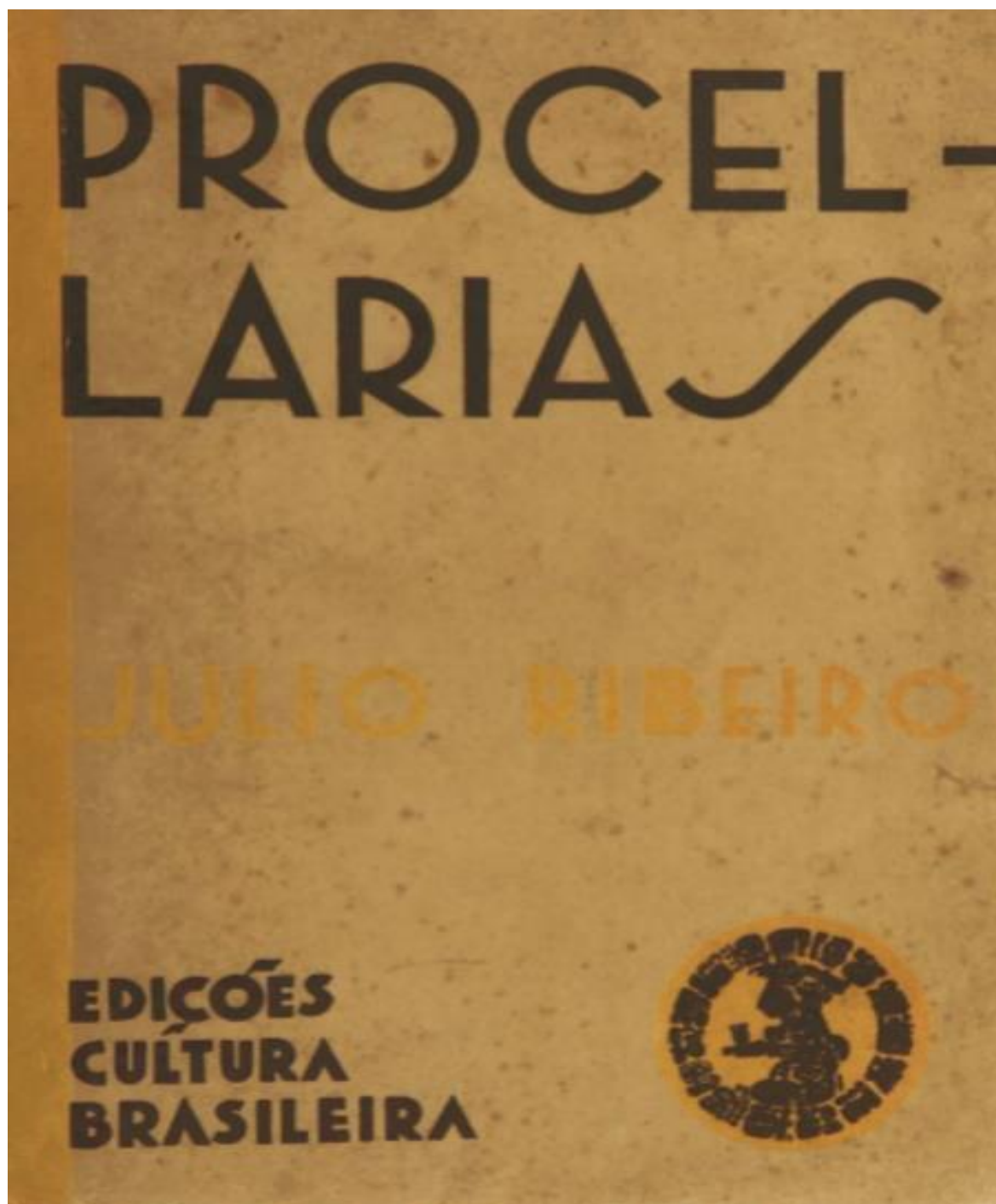
Fonte: Carvalho (1990)

ANEXO B- Imagem alusiva à relação da simbologia feminina da República francesa ao ideário republicano brasileiro publicada na *Revista Illustrada*, em 21/06/1890.



Fonte: Carvalho (1990)

ANEXO C- Obra de Júlio Ribeiro, publicada em 1887, em que consta o Programa para Exames de Língua Portuguesa.



Fonte: Ribeiro (1887)